



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1086

Quinta-feira - 27 de Setembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Atalanta	2
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	5
Caçador	9
Campo Alegre	11
Canoinhas	15
Chapadão do Lageado	20
Concórdia	22
Cordilheira Alta	30
Curitibanos	31
Forquilha	33
Fraiburgo	51
Garopaba	59
Gaspar	62
Guaramirim	64
Herval d'Oeste	64
Ibiam	65
Imbituba	93
Irineópolis	95
Itapoá	96
Joaçaba	98
José Boiteux	101
Lages	101
Luzerna	102
Maracajá	103
Massaranduba	103
Meleiro	104
Navegantes	106
Nova Trento	149
Palhoça	149
Palmitos	150
Pinheiro Preto	150
Porto Belo	150
Porto União	151
Rio do Sul	154
Salto Veloso	201
São Bento do Sul	224
São Lourenço do Oeste	224
Schroeder	230
Siderópolis	237
Timbó	237
Tunápolis	238
Vargeão	239
Videira	240

Consórcios

CINCO	240
CIS/AMUNESC	241

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 084/2012

DECRETO N° 084/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Suplementada na importância de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - 3.1.90.00.00.00.0.1.002 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

2 - Aplicações Diretas

R\$ 160.000,00

2.022 - 3.1.90.00.00.00.0.1.002 - Ações de Saúde da Família - PABV/PSF

10 - Aplicações Diretas

R\$ 110.000,00

Artigo 2º - A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

09.01 - ENCARGOS GERAIS

0.003 - 4.9.90.00.00.00.0.1.000 - Amortização de Dívidas

151 - Aplicações Diretas

R\$ 270.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Setembro de 2012

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 26 de Setembro de 2012.

RUDINEI GOEDERT

Coordenador de Administração e Finanças

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº 157/2012
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 157/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 118/2012 - Pregão Presencial nº. 081/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Edson Pauli Eletrotécnico ME; Objeto: aditivar o valor do presente contrato, que consiste na aquisição de Peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do veículo Sprinter Mercedes Bens, Placa JNW 0841, da frota de veículos da Secretaria de Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor do Aditivo: R\$ 400,00 (quatrocentos reais); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 3.785,00 (três mil e setecentos e oitenta e cinco reais).

Antônio Carlos, 24 de setembro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS". DOM a publicar o Extrato de Termo Aditivo.

Antônio Carlos, 24 de setembro de 2012.
Atenciosamente:
RUDINEI GOEDERT
Coordenador de Administração e Finanças

Atalanta**PREFEITURA****Lei Nº. 1287/ 2012**

LEI Nº. 1287/ 2012

"ALTERAÇÃO PARCIAL DA FINALIDADE EM IMÓVEL RURAL RECEBIDO POR DOAÇÃO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, modificar parcialmente a finalidade de parte do imóvel rural, de propriedade do Município de um terreno com área inicialmente escriturada de 56.000,00 m² (cinquenta e seis mil metros quadrado), edificada com uma casa em alvenaria, em construção medindo 752,50 m², (setecentos e cinquenta e dois metros quadrados), matriculada sob nº.12.860, livro 02, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Ituporanga-SC.

Art. 2º. - O referido imóvel rural foi recebido em doação em virtude de autorização pela Lei 562/93, regulamentada pelo Decreto No. 11/94, tendo como finalidade inicial única, a construção do Centro de Amparo e Vida.

Art. 3º - A área poderá ser dividida "via desmembramento ou loteamento", conforme a necessidade e legalidade, para fins de área industrial, respeitada concessão já efetivada pelo Poder público, ficando uma área remanescente para a finalidade originalmente atribuída, retificando-se via averbação na matrícula do imóvel.

Art. 4º. As concessões permanecem condicionadas na apresentação de documentação e manifestação do CMDE, prevista no artigo 5º. e seguintes da Lei No. 0964/2007.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º _ Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 26 de setembro de 2012.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA****Portaria Nº 2428 de 25 de Setembro de 2012**

PORTARIA nº 2428 de 25 de setembro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) David Correia, ocupante do cargo comissionado de Diretor Administrativo Regional, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) David Correia, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo Regional, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, inscrito(a) na matrícula funcional nº 11390, a partir de 25/09/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de setembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 18/2012 Fma

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 18/2012 FMA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DE USO DO FUNCO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BIGUAÇU
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 10 outubro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 10 outubro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019, 8020.

Biguaçu, 25 de setembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato Número 10.193/2012 - PP 153/2012 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO NÚMERO 10.193/2012/FMS
PROCESSO: PP 153/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA USO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

Contratado: ALEXANDRA DOS PASSOS ME.

Valor: R\$ 638,40 (SEISCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.194/2012 - PP 153/2012 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO NÚMERO 10.194/2012/FMS
PROCESSO: PP 153/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA USO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

Contratado: GEÓRGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME

Valor: R\$ 627,97 (SEISCENTOS E VINTE SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.195/2012 - PP 138/2012 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO NÚMERO 10.195/2012/FMS
PROCESSO: PP 138/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ESTIMADA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE FISIOTERAPIA (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS) PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: PRV MANUTENÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA ME

Valor: R\$ 14.250,00 (QUATORZE MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo 1 do Contrato Nº 10.257/2011 PP Nº 142/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ÁLCOOL, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMU, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO.

Aditivo 1 do Contrato nº 10.257/2011 PP Nº 142/2011 - FMS

Fornecedor: ERNESTÃO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.

Valor: 1.055,74 (Um mil e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo 1 do Contrato Nº 10.258/2011 PP Nº 142/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ÁLCOOL, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMU, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO.

Aditivo 1 do Contrato nº 10.258/2011 PP Nº 142/2011 - FMS

Fornecedor: AMA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Valor: 3.999,99 (Três mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo Nº 1 do Contrato Nº 10.093/2012 - PP 60/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Aditivo nº 1 do Contrato nº 10.093/2012 - PP 60/2012-FMS

Fornecedor: Diagnóstico da América S/A

Valor: R\$ 29.472,50 (Vinte e nove mil quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Aditivo Nº 1 do Contrato Nº 10.165/2012 - DI 143/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIO DE LAVANDERIA DE UNIDADE DE SAÚDE. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA DISPENSA SE DÁ NA FORMA DO ART. 24, II, DA LEI 8.666/93.

Aditivo nº 1 do Contrato nº 10.165/2012 - DL 143/2012-FMS
Fornecedor: MCA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA EPP

Valor: R\$900,00 (Novecentos reais).

Aditivo Nº 4 do Contrato Nº 36/2011 - PP 12/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM E ESPIROMETRIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Aditivo nº 4 do Contrato nº 36/2011 - PP 12/2011-FMS

Fornecedor: Diagnóstico da América S/A

Valor: R\$ 55.757,25 (Cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Errata ao Edital Nº. 158/2012 - Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA AO EDITAL Nº. 158/2012 – PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 158/2012

Tendo em vista a observância quanto a ausência de informativo relacionada a metragem do item 05 (balcão de atendimento com porta de passagem, elevação, gaveteiros e chaves em MDF 18mm na cor preto) passa-se a alterar o Anexo II – Especificação Técnica do presente edital.

Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no item (Anexo II do Pregão Presencial nº. 158/2012 – FMS)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
5	1,00	UN	900,00	BALCÃO DE ATENDIMENTO COM PORTA DE PASSAGEM, ELEVÇÃO, GAVETEIROS E CHAVES EM MDF 18MM NA COR PRETO.

LEIA-SE no item (Anexo II do Pregão Presencial nº. 158/2012 – FMS)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
5	1,00	UN	900,00	BALCÃO DE ATENDIMENTO COM PORTA DE PASSAGEM, ELEVÇÃO, GAVETEIROS E CHAVES EM MDF 18MM NA COR PRETO, MEDINDO 2,18X1,10X0,60.

As demais informações constantes no aviso mencionado permanecem inalteradas.

Biguaçu, 25 de setembro de 2012
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Termo de Rescisão Contratual - Processo Nº 149/2011 - Contrato Nº 1007/2012

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Processo nº 149/2011

Contrato nº 1007/2012

O município de Biguaçu, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Senhor Leandro Adriano de Barros, na qualidade de Secretário de Saúde, com delegação de competência (Decreto nº. 101/2009, art. 1º, IV e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado, HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº 05.888.881/0001-42, com sede na Avenida Adolfo Konder, nº 59, Campinas - São José/SC, 88.101-400, representada pela Senhora Carla Bueno Forest, fica ajustado, mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo propõe a rescisão do contrato, com base no inciso XIII, artigo 78, da Lei nº 8.666/93, rescindindo-se nesta data de pleno direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Biguaçu, 28 de agosto de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP
Contratada

Testemunhas

1 _____

2 _____

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria N° 160/2012

PORTARIA 160/2012

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o 6º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", será realizado no dia 28 de setembro de 2012, as 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 25 de setembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata Registro Preço 1/2012 FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/3

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012****Número do Registro de Preços: 1/2012****Data do Registro: 26/03/2012****Válido até: 26/03/2013****Objeto da Compra:** Fornecimento de gêneros alimentícios de panificação para encontros quinzenais do Grupo de Idosos Amigos para sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (361)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	0,7300	1
2	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sendo macio e fresco. (362)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,2500	1
3	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor chocolate, sendo macio e fresco. (363)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,2500	1
4	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100 a 120 gramas, macio, feito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidades. (364)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,5000	1
5	Sanduíche natural com 2 fatias de pão pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (365)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,2500	1
6	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio, sem presença de sujidades. (366)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	3,0000	1
7	Pão tipo pullmann, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio, sem presença de sujidades. (367)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	3,0000	1
8	Pão de leite fatiado, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio, sem presença de sujidades. (368)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	3,0000	1
9	Sanduíche de mini pão francês fresco, com queijo, presunto, alface e tomate, feitos no dia da entrega. Embalados individualmente. (369)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,5000	1
10	Pastel assado, recheio de frango, massa sequinha, sem acúmulo de gordura, feitos 1 hora antes da entrega. (370)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,2500	1
11	Pastel assado, recheio de carne moída, massa sequinha, sem acúmulo de gordura, feitos 1 hora antes da entrega. (371)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,2500	1
12	Pastel frito, recheio de frango, sem acúmulo de gordura, feitos 1 hora antes da entrega. (372)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,0000	1
13	Pastel frito, recheio de carne moída, sem acúmulo de gordura, feitos 1 hora antes da entrega. (373)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,0000	1
14	Cuca caseira de farofa, macia, fresca, sem sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (374)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	11,5000	1
15	Cuca caseira de banana com nata, macia, fresca, sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (375)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	14,0000	1
16	Cuca caseira de amendoim, macia, fresca, sem sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (376)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	15,0000	1
17	Cuca caseira de coco com nata, macia, fresca, sem sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (377)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	15,0000	1
18	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (378)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	12,0000	1
19	Pão frances, unidades de 50 gr, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. (379)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	6,1300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012**Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 26/03/2012 Válido até: 26/03/2013****Objeto da Compra:** Fornecimento de gêneros alimentícios de panificação para encontros quinzenais do Grupo de Idosos Amigos para sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Bolacha de natal pintada, tipo caseira, sendo fresco e feito de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (380)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	16,0000	1
21	Bolacha tipo caseira, nos sabores polvilho e coco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (381)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	13,7500	1
22	Risoles com massa caseira e recheio de frango, fritos na hora da entrega e sem presença de sujidade. (382)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 **Data do Registro:** 26/03/2012 **Válido até:** 26/03/2013
Objeto da Compra: Fornecimento de gêneros alimentícios de panificação para encontros quinzenais do Grupo de Idosos Amigos para sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Orelha de gato. Tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (383)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,7500	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2012

PROCESSO Nº 1/2012

(6003) - PANIFICADORA KI SABOR

BRACO DO TROMBUDO , 26 de Março de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 21.989

PORTARIA Nº 21.989, de 03 de setembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e Lei Complementar nº 208, de 23/02/11 que Institui a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, dá outras providências

RESOLVE:

EXONERAR o cidadão ALLEX ATOLINI SILVA, do cargo comissionado de Supervisor de Segurança e Guarda Patrimonial, pertencente a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, do "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, Referência CC-3, com 35h semanais, a contar de 01 de setembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de setembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.034

PORTARIA Nº 22.034, de 18 de setembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e Lei Complementar nº 237, de 22/03/2012, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 209 que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal, mais o previsto na Lei nº 1.948, de 14 de agosto de 2003 que regulamenta a caução no Município, mais a Lei nº 2.887, de 21 de março de 2012, que cria o Fundo Municipal de Pavimentação - FMP, e dá outras providências

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o cidadão ALLEX ATOLINI SILVA, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor de Desenvolvimento e Turismo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, pertencente ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, Ref. CC-3, a contar de 01 de setembro de 2012.

Art. 2º DESIGNÁ-LO, sem prejuízo dos seus deveres, para organizar e fiscalizar o Programa "Asfalto por Caução", através do Fundo Municipal de Pavimentação - FMP, conforme Lei Municipal nº 2.887, de 21/03/12, a contar de 01 de setembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de setembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.037

PORTARIA Nº 22.037, de 18 de setembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal IRACILDA RIBEIRO CRISTALDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 4.258 (quatro mil duzentos e cinquenta e oito) dias, ou, 11 (onze) anos, 08 (oito) meses e 03 (três) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00002/11-0, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 07/01/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 18 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.040

PORTARIA Nº 22.040, de 18 de setembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com Processo Seletivo - Edital 004/2011, homologado pelo Decreto nº 5.109, de 20/12/2011, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da contratação conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Adriana Kabel Mezomo	Prof. Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga excedente	11/09/12 a 21/12/12
Joice Porth	Prof. Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sininho	v.v. Luciane Carneiro - licença prêmio	14/09/12 a 12/12/12



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Maria Teresinha Milan da Silva	Auxiliar de Creche	2.1/A	40	CMEI Educador é Tudo	v.v. Arlete de Oliveira - licença médica	10/09/12 a 03/11/12
Silvana Maria Pereira Machado	Auxiliar de Creche	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	v.v. Ester Ferreira - licença maternidade	17/09/12 a 21/12/12
Vanessa Castro Gouveia	Auxiliar de Creche	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	v.v. Anely dos Santos - licença prêmio	17/09/12 a 15/12/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 18 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração. Aldonir Anciutti - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.041

PORTARIA Nº 22.041, de 18 de setembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã, a seguir relacionada, para atuar junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com Processo Seletivo - Edital 006/2012, homologado pelo Decreto nº 5.263, de 25/06/12, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da contratação conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Raquel Aparecida Padilha	Assistente Técnico Pedagógico - Supervisor Escolar	1.3/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga transitória	13/09/12 a 21/12/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 18 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI

Secretário da Educação.

Portaria Nº 22.042

PORTARIA Nº 22.042, de 18 de setembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do Parágrafo único do art. 85, da Lei

Orgânica do Município, e do art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 10/12/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 151, 207 e 239 que instituem a Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, e dá outras providências

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal GILBERTO DALMÉDICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, para exercer o cargo de confiança de Coordenador de Serviços de Manutenção do Parque Central, Ref. FCC-3, vencimento 50% sobre seus vencimentos básicos, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao "Grupo Ocupacional Confiança" da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, a contar de 06 de setembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de setembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.047

PORTARIA Nº 22.047, de 24 de setembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012 nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos termos da Lei nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei nº 1.932, de 02/07/2003, que cria gratificação de produtividade aos fiscais de obras e posturas do Município,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/08/2012 a 15/09/2012, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
10458	Ademilson Fernandes	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	300
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Postura	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	300
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributarista	57	002	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Postura	27	002	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	27	002	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 24 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

Aviso Licitação PR 74-2012 Prefeitura
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE Gabinete do Prefeito
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 74/2012
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMAS EM EDIFICAÇÕES PERTENCENTES A MUNICIPALIDADE DESTINADAS AO 52º JASC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 11/10/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 11/10/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 25 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretario de Administração

Aviso Licitação PR 75-2012 Prefeitura
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE Gabinete do Prefeito
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 75/2012
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE REFORMAS EM EDIFICAÇÕES PERTENCENTES A MUNICIPALIDADE DESTINADAS AO 52º JASC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 11/10/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:05 Horas do Dia 11/10/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 25 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretario de Administração

Contrato 100-2012 Prefeitura

Contrato nº 100/2012 - Contratação de empresa habilitada para efetuar reforma das escolas municipais para alojamento do 52º JASC- Jogos Abertos de Santa Catarina. Processo Licitatório nº 115/2012 CV nº 04/2012. Contratada: LAJETEC LAJES ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME/CNPJ nº 72.214.836/0001-08. Valor: R\$ 142.193,46. Prazo: 60 (sessenta) dias corridos contados da emissão da ordem de serviço.

Contrato 99-2012 Prefeitura

Contrato nº 99/2012 - Locação de imóvel para competições do 52º JASC, sendo o Clube Caçadoreense de Bochas localizado na Rua São Francisco de Assis, nº 45 e a Sede Campestre localizada na estrada para o Rio Bugre, compreendendo toda estrutura dos referido locais, inclusive ginásio de esportes, cancha de bochas, pistas de bolão, salões de festas, secretaria e demais dependências destinados a realização das competições do 52º JASC - Jogos Abertos de Santa Catarina. Processo Licitatório nº 122/2012 DL nº 06/2012. Contratada/Locadora: CLUBE CAÇADORENSE DE BOCHAS/CNPJ nº 83.059.808/0001-71. Valor: R\$ 45.000,00. Prazo: 30 (trinta) dias.

Ata 133-2012 Prefeitura

Ata nº 133/2012 - atualização de preços constantes na Ata Principal nº 53/2012 para registro de preços para aquisição de gasolina comum, álcool e óleo diesel (biodiesel), destinados a manutenção de veículos e máquinas do Município, com abastecimento direto na bomba, para o Fundo Municipal de Assistência Social, Fundação Municipal de Meio Ambiente, Fundação Municipal de Esportes, e demais secretarias e autarquias do Município, este como órgão gerenciador do registro. Referente ao processo licitatório nº 45/2012 Pregão Presencial 28/2012. O preço atualizado para o registro de preços para o item 01 - Gasolina Comum, que passa a vigor com a aplicação de reajuste, o seguinte valor R\$ 2,434 (dois reais quatrocentos e trinta e quatro centavos) o litro de Gasolina Comum. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. Os preços dos demais itens permanecem inalterados. Fornecedor: BORTOLI, ARGENTA & CIA LTDA- CNPJ 73.650.988/0001-08. Caçador - SC. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade.

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.270 de 25 de Setembro de 2012

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 7.270 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

"REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUNMDEC".

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas na Lei Municipal nº 3.520 de 20 de outubro de 2012; DECRETA:

Art.1º) Fica aprovado o Regulamento do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUNMDEC, que é parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2012.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - FUNMDEC.

Capítulo I
DISPOSIÇÃO INICIAL

Art.1º) O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUNMDEC, criado pela Lei nº 3.520 de 20 de outubro de 2009, reger-se-á pelo presente Regulamento e demais normas aplicáveis.

Capítulo II DAS FINALIDADES DO FUNMDEC

Art.2º) O FUNMDEC destina-se a captar, controlar e aplicar recursos financeiros de modo a garantir a execução das ações preventivas, de socorro e assistência emergenciais às populações atingidas por desastres.

§ 1º - As ações preventivas compreendem:

- I - projetos educativos e de divulgação;
- II - capacitação de recursos humanos;
- III - elaboração de trabalhos técnicos;
- IV - proteção de áreas de risco;
- V - aquisição de materiais e equipamentos;
- VI - aquisição de meios de transporte.

§ 2º - As ações de socorro e assistência emergenciais compreendem as despesas de custeio operacional, respaldando providências básicas para atendimento durante e após a fase de impacto, inclusive a recuperação de áreas de risco.

Capítulo III DOS RECURSOS DO FUNMDEC

Art.3º) Constituem receitas do FUNMDEC:

- I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- II - os recursos transferidos da União, Estado ou do Município;
- III - os auxílios dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas nacionais ou internacionais, destinadas à prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução;
- IV - os recursos provenientes de dotação e contribuição de pessoas físicas e jurídicas;
- V - a remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro;
- VI - os saldos dos créditos extraordinários especiais aberto por motivo de calamidade pública não aplicados e ainda disponíveis;
- VII - outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

Capítulo IV DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNMDEC

Art.4º) O FUNMDEC, vinculado ao Gabinete do Prefeito, será administrado por uma Comissão Gestora constituída por um Presidente, Secretário, Tesoureiro e fiscalizado por um Conselho.

§ 1º - O Presidente da comissão será escolhido através de indicação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - O Secretário e o Tesoureiro serão escolhidos, pelo Presidente da comissão dentre os membros da COMDEC.

§ 3º - Os Conselheiros serão escolhidos pelo Presidente dentre os membros da COMDEC nas áreas específicas da Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Finanças e representantes das entidades não governamentais.

Art.5º) Compete à Comissão Gestora do FUNMDEC:

- I - administrar os recursos financeiros;
- II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMDEC;
- III- preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;
- IV - prestar conta da gestão financeira;
- V - desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo Municipal, compatível com os objetivos do FUNMDEC.

§ 1º - Os recursos financeiros que constituem a receita do Fundo serão depositados em estabelecimento bancário oficial, em conta intitulada Fundo Municipal de Defesa Civil de Rio do Sul- FUNMDEC.

§ 2º - Os cheques de movimentação da conta bancária serão assinados pelo Presidente e Tesoureiro do Fundo, ou, na ausência de um deste, pelo Secretário.

§ 3º - A contabilidade do Fundo será efetuada pelo Órgão Municipal competente.

Capítulo V DA COMPETENCIA DA COMDEC

Art.6º) Compete à COMDEC:

- I - supervisionar e fiscalizar o emprego dos recursos do FUNMDEC;
- II - fixar as diretrizes operacionais do FUNMDEC;
- III - baixar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- IV - sugerir o plano de aplicação dos recursos para o exercício seguinte;
- V - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receita;
- VI - decidir sobre a aplicação dos recursos;
- VII - analisar e aprovar mensalmente as contas;
- VIII - promover o desenvolvimento do FUNMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;
- IX - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;
- X - definir critério para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Capítulo VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.7º) É vedada a concessão de adicional, gratificações ou qualquer outro tipo de vantagem ou remuneração aos membros da Comissão Gestora do Fundo.

Art.8º) Os bens adquiridos com o produto da receita do Fundo incorporar-se-ão ao patrimônio do Município e destinar-se-ão, exclusivamente, ao uso da COMDEC.

Art.9º) Os saldos financeiros do FUNMDEC existentes no final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

Art.10) Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre "SC", 25 de setembro de 2012.
MARIA DE LOURDES LACHOVSKI PADILHA
Presidente do FUNMDEC

Decreto Nº 7.274 de 25 de Setembro de 2012
DECRETO Nº 7.274 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 011/2012.

A Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 011/2012, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Zurita Maria Pacheco Rückl, matrícula nº 282;
Sirlone DE Souza Carneiro, matrícula nº. 000428;
Sandro Bueno Franco, matrícula nº 274.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos Cargos de Médico I e Médico IV - Médico Plantonista objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 011/2012 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão organizar a elaboração do Edital avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre "SC", 25 de setembro de 2012.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Pregão (Presencial) Nº 121/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 121/2012

A licitação tem como objeto a aquisição de camas infantis para uso das crianças da educação Infantil (hora do soninho).

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 09/10/2012, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

VALOR ESTIMADO

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	120	unid	Caminhas Infantis, higiênicas, empilháveis, tecido em pvc resistente e lavável, selado a quente e costurado, barras laterais em alumínio para não enferrujar, pés moldados e extremidades arredondadas seguras,(não usa parafuso), suporta até 50kg, peso 2,5kg medindo 1,38 x 56 x 14 cm.	155,00	18.600,00

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.06 – Serviço de Manutenção do salário educação; Função: 12 – Educação; Subfunção: 365 – Educação Infantil; Programa: – Salário Educação;

Projeto: 1.045 – Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Ed. Infantil; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 00.01.0102 – Recursos Salário educação.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 121/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 25 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 011/2012
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 011/2012

O município de Campo Alegre conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal em Caráter Temporário, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

1- DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no processo seletivo simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Campo Alegre/SC.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
02 RESERVA	Médico IV	Médico Plantonista	12 horas semanais (para fins de semana)	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	R\$ 32,02 a hora, acrescida de mais 40% de gratificação especial médica e 25% de adicional noturno.
01	Médico I	Médico	20 horas semanais	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	Vencimento R\$ 2.562,39 Adicional de Insalubridade de 124,40 Gratificação Especial Médica 50% = R\$ 1.281,20.

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 27 de setembro a 03 de outubro de 2012, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à rua Cel. Bueno Franco nº 292, centro, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.



2.2 – São condições de Inscrição:

Ser brasileiro nato ou naturalizado;
Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;
Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo.

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

I- Carteira de identidade;

II- Cadastro de pessoa física – CPF (fotocópia legível)
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela.

Comprovante de Quitação Eleitoral.

Certificado Militar

IV- Comprovação do nível de escolaridade exigido;

V- Registro do Conselho Regional de Medicina.

VI- Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública,

2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato.

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos.

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando à função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração.

2.7 – As inscrições deferidas, serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora.

3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente processo seletivo será de Tempo de Serviço do candidato na área.

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 30 de julho de 2012.

3.3 - Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro.

3.5 - Resultado final será a maior pontuação do tempo de serviço na área.

3.6 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

- o mais idoso;
- maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição).

3.7 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e publicado na imprensa, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos.

3.8 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de médico IV é de 12:00 horas até 60:00 horas semanais e médico I será de 20:00 horas semanais conforme necessidade da Administração.

4.2 – Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade.

5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo.

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma.

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade

b) Certidão de nascimento

c) Certidão de casamento

d) CPF

e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF

f) Título de eleitor

g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral

h) Carteira de Trabalho

i) Comprovante de Residência

j) Certificado de reservista

k) Declaração de dependentes

l) Declaração Imposto de renda ou de isento

m) Certidão nascimento dos filhos

n) Carteira de Vacina filhos menores de 06 anos

o) Informar se possui filhos deficientes

p) Carteira de registro no órgão de fiscalização profissional

q) Certificado do nível de escolaridade

r) Pis/Pasep

s) Conta corrente no Banco Brasil

t) Atestado Admissional

u)-Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido.

w)- Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional.

x)- O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.

5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogada se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre "SC", 26 de setembro de 2012.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita em Exercício

ANEXO I**ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

Cargo: Médico I

1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seus dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas.

Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3268/57.

Cargo: Médico IV – Função Médico Plantonista

1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia; 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas.

Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57.

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SERVIÇO PESSOAL

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 011/2012

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____

RG: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ SEXO: _____

CPF _____

TÍTULO DE ELEITOR _____
ESTADO CIVIL _____
Nº DEPENDENTES _____
RUA: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____
CEP: _____ ESTADO: _____
TEL: _____
FORMAÇÃO ESCOLAR: _____

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo número 011/2012.

DATA: _____ ASS: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL 011/2012

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____ RG: _____

Canoinhas**PREFEITURA****Lei Nº. 5017 de 17/09/2012**

LEI Nº. 5017 DE 17/09/2012

"DENOMINA VIA PÚBLICA DE GABRIEL RALDI"

O Povo de Canoinhas, através de seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de "Rua Gabriel Raldi" a via pública localizada no Bairro Campo da Água Verde, no loteamento Água Verde, que tem seu início na Rua Julio Budant Neto indo até a Rua Theodoro Humenhuk, paralela e entre as Ruas Pedro Barbosa Moreira e Miguel Darmorus.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Canoinhas-SC, 17 de setembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/09/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº. 5018 de 19/09/2012

LEI Nº. 5018 DE 19/09/2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2012 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.957.638,37 (Um milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito Reais e trinta e sete centavos) com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 1.677,37
Recurso 279: Recursos PDDE Superávit

B)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 39.695,34
Recurso 272: Recursos PNATE Superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 75.267,94
Recurso 334: Recursos Transporte Escolar Estado - Superávit

C)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.006 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 13.745,89
Recurso 280 – Recursos PNAE Superávit

D)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.050 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 5.029,91
Recurso 271 – Recursos PNAC Superávit

E)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Projeto 1.002 – Construções, reformas e ampliações de CEI's
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 126.518,56
Recurso 322 – Recursos Conv União p/ Educação Superávit

F)

Órgão 07: Secretaria Mun Desenvolvimento Social e da Família
Unidade 07.01: Secretaria Mun de Desenvolvimento Social e da Família
Atividade 2.009: Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Social e da Família
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 244.899,48
Recurso 220: Recursos Ordinários Superávit

G)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Atividade 2.023 – Manutenção e Conservação de Estradas
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 19.873,41
Recurso 269: Recursos CIDE Superávit

H)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Atividade 2.024 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 287.366,88
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 300.000,00
Recurso 264: Recursos COSIP Superávit

D)

Órgão 09: Secretaria Mun Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Mun de Desenvolvimento Rural
Atividade 2.016: Assistência ao Pequeno Produtor Rural
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 34.312,56
Recurso 577 – Recursos de Convênio União Superávit

J)

Órgão 09: Secretaria Mun Desenvolvimento Social e da Família
Unidade 09.01: Secretaria Mun de Desenvolvimento Social e da Família
Atividade 2.052 – Fundo Rotativo Habitacional
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 56.276,62
Recurso 336: Recursos FROHAB Superávit

K)

Órgão 09: Secretaria Mun Desenvolvimento Social e da Família
Unidade 09.01: Secretaria Mun de Desenvolvimento Social e da Família
Projeto 1.005 – Construção de Casas Populares
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 146.999,09
Recurso 577 – Recursos de Convênio União Superávit

L)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Atividade 2.003: Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 4.800,59
Recurso 220: Recursos Ordinários Superávit

M)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Operações Especiais 0.003 – Precatórios e outras sentenças judiciais
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 37.078,67
Recurso 220: Recursos Ordinários Superávit

N)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Atividade 2.025 – Manutenção e Segurança no Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 83.840,78
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 100.000,00
Recurso 273: Recursos SSP/SC Superávit

O)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Projeto 1.015 - Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 4.452,76
Recurso 350 – Recursos de Alienação de Ativos Superávit
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 106.707,33
Recurso 306 – Recursos de Convênio Estado Superávit
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 5.665,85
Recurso 577 – Recursos de Convênio União Superávit

P)

Órgão 10: Secretaria Mun de Meio Ambiente
 Unidade 10.01: Secretaria Mun de Meio Ambiente
 Atividade 2.020 – Manutenção da Sec de Meio Ambiente
 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 3.157,66
 Recurso 306: Recursos de Convênio Estado Superávit

Q)

Órgão 07: Secretaria Mun Desenvolvimento Social e da Família
 Unidade 07.01: Secretaria Mun Desenvolvimento Social e da Família
 Projeto 1.074 - Estruturação dos Centros de Ref. Assist. Social – CRAS
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 429,19
 Recurso 577 – Recursos de Convênio União Superávit

R)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Projeto 1.061 – Reforma no Ginásio do Parque de Exposições Ouro Verde
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 80.141,57
 Recurso 306 – Recursos de Convênio Estado Superávit

S)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Projeto 1.062 – Construção de 4 academias da Terceira Idade e 1 Quadra de Areia
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 96.169,88
 Recurso 306 – Recursos de Convênio Estado Superávit

T)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Projeto 1.081: Construção de coberturas em quadras escolares
 4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 33.225,42
 Recurso 322 – Recursos Conv União p/ Educação Superávit

U)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Atividade 2.080 – Ações da Defesa Civil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 50.305,62
 Recurso 577 – Recursos de Convênio União Superávit

ART. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual de 2012 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 30.858,74 (Trinta mil, oitocentos e cinquenta e oito Reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 07: Secretaria Mun Desenvolvimento Social e da Família
 Unidade 07.01: Secretaria Mun Desenvolvimento Social e da Família
 Projeto 1.050 – Construção do CRAS
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 5.914,11
 Recurso 577 – Recursos de Convênio União Superávit

 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 15.000,00
 Recurso 220 – Recursos Ordinários Superávit

B)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Projeto 1.086 – Reurbanização do Calçamento da Rua Felipe Schimdt
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 9.944,63
 Recurso 306 – Recursos de Convênio Estado Superávit

ART. 3º. Para suporte do que trata os artigos 1º e 2º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011 dos Recursos Ordinários, no valor de R\$ 1.988.497,11 (Um milhão, novecentos e oitenta e oito mi, quatrocentos e noventa e sete Reais e onze centavos), conforme Balanço de 2011 em anexo e as tabelas abaixo:

Tabela 1 – Demonstrativo do superávit 2011 – Pref Mun. Canoinhas

RESUMO DO SUPERÁVIT 2011	
ATIVO FINANCEIRO PMC*	8.393.285,58
CONTA CAUÇÃO (-)	27.313,47
DEPÓSITO JUDICIAL / PRECATÓRIOS (+)	41.879,26
TOTAL ATIVO FINANCEIRO*	8.407.851,37
RESTOS A PAGAR 2011 (-)	4.683.984,10
RESTOS A PAGAR EXERC ANT (-)	356.693,59
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES (-)	190.009,59
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO / FINANCEIRAS	5.230.687,28
RECURSOS CONVÊNIOS A INGRESSAR (+)	957.809,88
RECURSOS CONVÊNIOS A INGRESSAR NÃO EMP EM 2011 (-)	608.701,02
SUPERÁVIT ABERTO EM 2012 (-)	2.119.984,72
RESTOS CANCELADOS EM 2012 (+)	582.208,88
SUPERÁVIT 2011 PARA 2012	1.988.497,11
* DISPONÍVEL + CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	
Fonte: Balanços Contábeis de 2011.	

Tabela 2 – Demonstrativo por fontes de recursos – Superávit 2011 a utilizar

220	Recursos Ordinários Superávit	301.778,74
269	Recursos CIDE Superávit	19.873,41
264	Recursos COSIP Superávit	587.366,88
336	Recursos FROHAB Superávit	56.276,62
279	Recursos PDDE Superávit	1.677,37
272	Recursos PNATE Superávit	39.695,34
350	Recursos Alienações de Ativos Superávit	4.452,76
334	Recursos Transp Escolar Estado Superávit	75.267,94
273	Recursos Convênio SSP/SC Superávit	183.840,78
280	Recursos PNAE Superávit	13.745,89
271	Recursos PNAC Superávit	5.029,91
306	Recursos Convênio Estado Superávit	296.121,07
322	Recursos Convênio p/ Educação Superávit	159.743,98
577	Recursos Transf de Convênios União Superávit	243.626,42
TOTAL		1.988.497,11

Fonte: Contabilidade, 2012.

ART. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de 580.000,00 (Quinhentos e oitenta mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.005: Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 155.000,00
Recursos 137 – Recursos Salário Educação

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 175.000,00
Recursos 147 – Recursos PNATE

B)

Órgão 12: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
Projeto 1.015 - Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 250.000,00
Recurso 158 – Recursos de Alienação de Ativos

ART. 5º Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do excesso e/ou provável excesso de arrecadação no valor de 580.000,00 (Quinhentos e oitenta mil Reais), observando a arrecadação do exercício de 2011 e a tendência de arrecadação do exercício de 2012, discriminados nas seguintes fontes de recursos:

Tabela 1 – Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2012 + Suplementações (A)	Estimativa de Arrecadação para 2012, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
137	1.500.000,00	1.655.000,00	155.000,00
147	270.000,00	445.000,00	175.000,00
158	182.600,00	432.600,00	250.000,00

Fonte: contabilidade, 2012.

ART. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de 516.500,52 (Quinhentos e dezesseis mil, quinhentos Reais e cinquenta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Projeto 1.081 – Construções de coberturas em quadras escolares
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 260.000,00
Recursos 153 – Recursos Convênio União

B)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Projeto 1.001 – Construções, reformas e ampliações de escolas
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 235.172,19
Recursos 278 – Recursos Salário Educação Superávit

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 21.328,33
Recursos 502 – Recursos Remun Dep SAL EDUCAÇÃO Superávit

ART. 7º. Para suporte do que trata o artigo 3º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 (Lei nº. 4.787/2011) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2012 (Lei nº. 4.918/2011) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 516.500,52 (Quinhentos e dezesseis mil, quinhentos Reais e cinquenta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Projeto 1.001 – Construções, reformas e ampliações de escolas
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 260.000,00
Recursos 153 – Recursos Convênio União

B)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Projeto 1.081 – Construções de coberturas em quadras escolares
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 235.172,19
Recursos 278 – Recursos Salário Educação Superávit

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas..... 21.328,33
Recursos 502 – Recursos Remun Dep SAL EDUCAÇÃO

ART. 8º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas-SC, 19 de setembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 19/09/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 179/2012

DECRETO Nº. 179/2012

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a necessidade de substituir alguns membros efetivos e suplentes, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os 12 (doze) membros efetivos com igual número de suplentes, abaixo relacionados, para comporem o CMAS -CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pelo período de 02 (dois) anos, como segue:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social, inscritas no CMAS

I - HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS

Efetivo: Cristine Ribeiro Isphair Maziero

Suplente: Mozéle Silveira

II - SOCIEDADE ASSISTENCIAL VALE DO CANOINHAS-SAVC

Efetivo: Maelis Schreiber

Suplente: Mozara Carvalho Schadeck

Representantes de Trabalhadores do Setor

III - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB SUBSEÇÃO DE CANOINHAS

Efetivo: Cristiane Pereira dos Santos

Suplente: Marina Haag

IV - NÚCLEO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE CANOINHAS E REGIÃO

Efetivo: Karina Vieira Carvalho

Suplente: Zenici Dreher Herbst

Representantes de Usuários

VI - Efetivo: Neuci Alves de Moura - Segmento idosos

Suplente: Juçara Aparecida Homechen Rodrigues - Segmento Mulheres

VII - Efetivo: Florentina Pereira Bueno - Segmento Idosos

Suplente: Suélen de Jesus Padilha - Segmento Mulheres

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS**VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA**

Efetivo: Ângela Aparecida da Rocha

Suplente: Vilcéia Regina Tavares

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Efetivo: Viviana Watchel Seleme Uba

Suplente: Marilei Kurceszki Kumineck

X - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Efetivo: Luciane Aparecida Darmorus Zucco

Suplente: Juceres Maria Wiese Roeder

XI - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS "HELMY WENDT MAYER"

Efetivo: Paula Morgana Rutsatz

Suplente: Viviane Bueno

XII - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Efetivo: Mayara Padilha da Silva

Suplente: Jéferson Morteau Gonçalves

XIII - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Efetivo: Bruna Szczygiel Kohler

Suplente: Cleide de Fátima Kanzler

ART 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART 3º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de setembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 19/09/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 178/2012

DECRETO Nº 178/2012

RATIFICA DECRETO Nº. 149/2008 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 1.747 de 09/06/1983:

DECRETA

Art.1º- Fica ratificado Decreto nº. 149/2008 que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 890,22m² (Oitocentos e noventa metros e vinte e dois decímetros quadrados), procedido por NELSON IENDRAS, situado na Rua Alfredo Kellner, Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 28.892, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 16 com área de 444,00m² e lote nº 18 com área de 446,22m², conforme requerimento protocolado sob nº 4939/2008.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de setembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/09/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 182/2012

DECRETO Nº. 182/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a abertura do traçado da Rua Otavio Correia da Costa no trecho situado entre a Rua Emilio Massaneiro e Irmã Albertina Bischof, no Bairro Água Verde;
CONSIDERANDO as obras essenciais de infra-estrutura;
CONSIDERANDO garantir o fluxo de pessoas de uma comunidade a outra, garantindo o acesso à escola próxima e ao serviço público de transporte, saneamento e energia;
CONSIDERANDO a Resolução CONAMA 369 - art. 2º Inciso I alínea b, resolve:

DECRETAR UTILIDADE PÚBLICA

Art. 1º - Fica decretado de utilidade pública a abertura do traçado

da Rua Otávio Correia da Costa, no trecho situado entre as Ruas Emílio Massaneiro e Irmã Albertina Bischopf, Bairro Água Verde, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, sob Coordenadas Geodésicas Lat(S) 26°11'46" - Lon(W) 50°22'26", Coordenadas UTM E=562558 - N=7102438, com comprimento aproximado de 150 metros e largura de 16 metros, para fins de Licenciamento Ambiental junto a FATMA - Fundação do Meio Ambiente, enquadrado na Lei 11.428 de 22/12/2006, conforme croqui e fotos em anexo.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de setembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21/09/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 651/2012

PORTARIA Nº 651/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve.

NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Auxiliar de Gestão, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, o profissional JOÃO CÉLIO RIBEIRO, aprovado em hábil e competente concurso público e convocado através do edital nº. 049/2012 de 11 de julho de 2012, inscrito sob nº.087, a partir de 06/08/2012.

Art.2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 07/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 710/2012

PORTARIA Nº. 710/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art.1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Hamilton Chamberg, Carmem Noernberg e Fernando Tokarski, sob a presidência do primeiro.

Art.2º - A referida Comissão deverá apurar fatos apresentados na comunicação interna nº 103/2012 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II, e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de setembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/09/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 051/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 051/2012

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 7º, inciso VI da Lei Nº 0543 de 19.12.2011,

DECRETA:

Art. 1º - Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 113 - (transferência do FUNDEB 60%) no valor de R\$ 24.828,32 (vinte e quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos), por excesso de arrecadação da fonte de recurso 114 (transferência do FUNDEB 40%) no valor de R\$ 16.885,59 (dezesesseis mil oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) e por excesso de arrecadação da fonte de recurso 118 (salário educação) no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), fica aberto um Crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
113 - Transferência do Fundeb 60%
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 24.828,32

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
114 - Transferência do Fundeb 40%
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 16.885,59

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
118 - Salário Educação
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 11.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de setembro de 2012.
ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 052/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 052/2012
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 7º, inciso V da Lei Nº 0543 de 19.12.2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes
01- Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
114 - Transferência do FUNDEB - 40%
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 35.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes
01- Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
113 - Transferência do FUNDEB - 60%

31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 053/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 053/2012
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 7º, inciso VI da Lei Nº 0543 de 19.12.2011,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 103 - (atenção básica) no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
103 - Atenção Básica
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2026 - Execução Manutenção Programa Saúde Família
R\$ 29.000,00

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 054/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 054/2012
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 7º, inciso V da Lei Nº 0543 de 19.12.2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica
 106 - Outros recursos do Fundo Nacional de Saúde
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 4.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 - Secretaria de Saúde
 01 - Divisão do Fundo de Saúde
 10 - Saúde
 17 - Saúde para todos
 301 - Atenção Básica
 101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos
 33.71.00.00.00.00.00 - Transferência a Consórcios Públicos
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato Nº 91/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 91/2011 - PM

Nº. do Contrato: 91/2011.
 Processo Licitatório nº 60/2011 - PM
 Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
 Contratado/Credenciado: JULIO SESAR DA SILVA ME.
 Fundamento: art. 65, inciso I, alínea a da Lei Federal n. 8.666/93.
 Valor: O acréscimo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 7.935,40 (sete mil novecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), conforme Planilha anexa.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em decorrência da modificação realizada pela Administração no Projeto Elétrico, após a constatação de inadequação técnica na concepção original, conforme planilhas, justificativa técnica e projetos anexos.

DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº 15/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 15/2012 - PM

Nº. do Contrato: 15/2012.
 Processo Licitatório nº 8/2012 - PM
 Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
 Contratado/Credenciado: TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
 Fundamento Legal: art. 65, inciso I, alínea b e §1º da Lei Federal

n. 8.666/93.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude dos acréscimos quantitativos do objeto contratual pactuado inicialmente.

Valor: O acréscimo quantitativo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 541,20 (quinhentos e quarenta e um reais e vinte centavos).

DATA DA ASSINATURA: 25 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº 91/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 91/2011 - PM

Nº. do Contrato: 91/2011.

Processo Licitatório nº 60/2011 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JULIO SESAR DA SILVA ME.

Fundamento: art. 57, § 1º, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação por 90 (noventa) dias do prazo de execução, conclusão e entrega da obra, conforme Cronograma Físico Financeiro anexo.

DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 5.747, de 19 de Setembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.747, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.386, de 16 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2012, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.361.0015.2017	Ações de Ensino Fundamental
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes – Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

da Educação	R\$	53.000,00
Projeto/Atividade 12.361.0019.1005		Modernização e Organização Administrativa da SEMED
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00		Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação	R\$ 35.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	88.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 701/2012, de 14 de Setembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 701/2012, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ERO-NI GAMBIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2012, ao servidor ERO-NI GAMBIN, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de setembro de 2007 a 3 de setembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ELMO ANTÔNIO RICHARDI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 702/2012, de 14 de Setembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 702/2012, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa o servidor SILVIOMAR BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor SILVIOMAR BERNARDI, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, no período de 21 a 30 de setembro de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FMEC, junto ao BB/BESC, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente designado da FMEC, senhor SILVIOMAR BERNARDI, no período de 21 a 30 de setembro de 2012, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 59/2009, de 2 de janeiro de 2009 e alteração e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 703/2012, de 14 de Setembro de

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 703/2012, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 687/2012, de 3 de setembro de 2012, que designa a servidora DAIANE ROMAN para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "de 3 a 16 de setembro de 2012" para: "de 3 a 30 de setembro de 2012", constante no art. 1º do Decreto nº 687/2012, de 3 de setembro de 2012, que designa

a servidora DAIANE ROMAN para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 704/2012, de 14 de Setembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 704/2012, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa a servidora VANESSA DAIANE RIFFEL para responder, interinamente, pelo cargo de Encarregada da Seção Legislativa; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção Legislativa, no período de 13 a 30 de setembro de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso II do art. 1º do Decreto nº 190/2011, de 23 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 705/2012, de 17 de Setembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 705/2012, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "24" (vinte e quatro) o número de vagas para o cargo de Professor - Educação Infantil, disponibilizadas no Edital nº 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 706/2012, de 17 de Setembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 706/2012, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

Constitui e designa Comitê Executivo e Comitê de Coordenação do Plano Diretor da Propriedade Rural - PDPR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Ficam constituídos Comitê Executivo e Comitê de Coordenação do Plano Diretor da Propriedade Rural - PDPR, do Município de Concórdia.

Art. 2º Ficam designados para integrar o Comitê Executivo do PDPR, os seguintes servidores:

I - representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

a) ALBERTO FERREIRA DA FONTOURA;

b) CESAR PELLIZZARO;

c) CRISTIANO PASTERNAK;

II - JOSE ADELINO ALVES, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - CIRIO ANTONIO SCHIAVINI, representante da Secretaria Municipal de Transportes;

IV - RODINEI ZANELLA, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

V - AGENOR LUIS CEMBRANI, representante da Secretaria Municipal Educação;

VI - FERNANDA POZZA ZANOTTI, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

VII - MOACIR VALCARENGHI, representante da Fundação Municipal de Defesa do meio Ambiente;

VIII - MARILU MATIELLO, representante da Assessoria de Planejamento;

IX - MARTA CORRADI DE SOUZA, representante da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Ficam designados para integrar o Comitê de Coordenação do PDPR, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I - CESAR PELLIZZARO, representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

II - ADELAR LUIS DALTOE, representante da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia - COPAFAC;

III - ALACE PEDRO WAMMS, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense - SINTRAF;

IV - ADRIANO CLEITON HOLDEFER, representante da Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia - COPÉRDIA;

V - JONAS IRINEU DOS SANTOS FILHO, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

VI - CIRIO ANTONIO SCHIAVINI, representante da Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia - OMARC;

VII - HENRIQUE MORIGUTI, representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - EPAGRI;

VIII - VALDECIR BORSUK, representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL;

IX - JAIRO MARCHESAN, representante da Fundação Universidade do Contestado - FunC;

X - IVONEI GASPARIN GIORDANI, representante da Câmara Municipal de Vereadores;

XI - ADRIANO PAULO DE SOUZA, representante da BRF Brasil Foods;

XII - ANTONIO MARCOS CECCONELLO, representante do Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia;

XIII - JOSE ANIBAL DAMBROS, representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina - CIDASC;

XIV - LEONIR GRIGOLLO, representante da Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS;

XV - CELSO ANDRE RIGO, representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Concórdia.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARNIO ALBERTO CADORE
Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 707/2012, de 17 de Setembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 707/2012, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

Nomeia ANGELA MARIA RAMA no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ANGELA MARIA RAMA, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 18 de setembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 708/2012, de 17 de Setembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 708/2012, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

Nomeia BRUNA DIAS MEWS no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, BRUNA DIAS MEWS, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional

Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 18 de setembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 709/2012, de 17 de Setembro de 2012 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 709/2012, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa a servidora MARIA DE FÁTIMA ZAMBONI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora Administrativa; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora MARIA DE FÁTIMA ZAMBONI, ocupante do cargo de Encarregada da Seção Financeira, para responder pelo cargo de Diretora Administrativa, no período de 17 a 25 de setembro de 2012, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designada a servidora MARIA DE FÁTIMA ZAMBONI, para efetuar a movimentação e o controle das contas bancárias do Fundo Municipal da Saúde - FMS, em substituição ao servidor Vilson Anivo Haefli-ger, no período de 17 a 25 de setembro de 2012, na forma estabelecida no art. 2º do Decreto nº 545/2011, de 5 de julho de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 710/2012, de 18 de Setembro de 2012 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 710/2012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa a servidora DIANE DOS SANTOS para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora-Presidente do IPRECON; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Procurador, para responder pelo cargo de Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, no período de 18 a 30 de setembro de 2012, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pela Portaria nº 010/2009, de 11 de março de 2009 e alteração, do IPRECON.

Art. 3º Fica designada a servidora DIANE DOS SANTOS, no período de 18 a 30 de setembro de 2012, para movimentar as contas bancárias do IPRECON, mediante assinatura, em conjunto, com a Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de setembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 711/2012, de 18 de Setembro de 2012 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 711/2012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa a servidora SOLANGE BEATRIZ KLOCK VICARI para responder, interinamente, pelo cargo de Encarregada da Seção de Contabilidade.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora SOLANGE BEATRIZ KLOCK VICARI ocupante do cargo de Contador Adjunto, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Contabilidade, no período de 18 a 26 de setembro de 2012, enquanto perdurar o afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação

de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso III, do art. 3º do Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 712/2012, de 18 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 712/2012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

Revoga expressão constante no art. 1º do Decreto nº 702/2012, de 14 de setembro de 2012, que designa o servidor SILVIOMAR BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a expressão: "em gozo de férias", constante no art. 1º do Decreto nº 702/2012, de 14 de setembro de 2012, que designa o servidor SILVIOMAR BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 713/2012, de 19 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 713/2012, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012.
Exonera, a pedido, o servidor OSNIR DIAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor OSNIR DIAS, do cargo de provimento efetivo de Servente Braçal, a partir de 19 de setembro de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 714/2012, de 20 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 714/2012, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

Altera dispositivos do inciso II do art. 1º do Decreto nº 720/2011, de 19 de setembro de 2011, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 56, de 20 de outubro de 1992 e alterações e no Decreto nº 5.227, de 14 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 720/2011, de 19 de setembro de 2011, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o item 3 da alínea "a" passa a vigorar com a seguinte redação:

"3. DANIELA REGINA SPOSITO DIAS OLIVA - Fundação Universidade do Contestado - FUnC;" (NR)

II - os itens 2 e 3 da alínea "b" passam a vigorar com a seguinte redação:

"2. EVANDRO KLEIN - Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco;

3. IVETE TERESINHA REDIN DAL BELLO - Fundação Universidade do Contestado - FUnC;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 715/2012, de 20 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 715/2012, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

Dá nova redação ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 332/2009, de 13 de março de 2009, que constitui e designa membros para compor o Conselho Consultivo da Fundação Municipal de Cultura - FMC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 15 do Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º O inciso III do art. 2º do Decreto nº 332/2009, de 13 de março de 2009, que constitui e designa membros para compor o Conselho Consultivo da Fundação Municipal de Cultura - FMC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ()

III - DOLMAR FRIZON, representante da Associação Empresarial de Concórdia - ACIC;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Portaria Nº 167/2012, de 14 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 167/2012, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ALADIR LUIZ POLETO, ocupante do cargo de Supervisor de

Relações Comunitárias, a partir de 18 de setembro de 2012;

II - CARLA APARECIDA ANTUNES DE LIMA JUNG, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Programas para Idosos, a partir de 18 de setembro de 2012;

III - CIRLEI GIOMBELLI, ocupante do cargo de Diretora Pedagógica, a partir de 12 de setembro de 2012;

IV - FERNANDO CARMINATTI, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Auto Elétrica, a partir de 17 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 168/2012, de 14 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 168/2012, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Alexandra Godin	Professor, código 10.12	102822-00	12% (pós-graduação)
2	Carla Adriane Fazzio-ni Ramão	Professor, código 10.12	94587-04	12% (pós-graduação)
3	Daiane Gomes Borges	Professor, código 10.12	954322-02	12% (pós-graduação)
4	Diomar Jose Perin	Professor, código 10.12	46531-00	12% (pós-graduação)
5	Eliane Kuhn Levandovski	Professor, código 10.12	101540-00	12% (pós-graduação)
6	Graciele Gross de Freitas Marchesi	Professor, código 10.12	100277-00	12% (pós-graduação)
7	Inacia Vieira Pereira Ribeiro	Professor, código 10.12	61271-06	12% (pós-graduação)
8	Ivanir Terezinha Dalmolin Dahmer	Professor, código 10.12	104957-02	12% (pós-graduação)
9	Joice Goreti dos Santos	Professor, código 10.10	91634-00	12% (pós-graduação)
10	Lucilene Lourdes Dal Pra Lazzarotti	Professor, código 10.12	92932-00	12% (pós-graduação)
11	Marines Fatima Colombo	Professor, código 10.12	41092-00	12% (pós-graduação)
12	Marines Fatima Colombo	Professor, código 10.12	41092-01	12% (pós-graduação)
13	Sirlei Reginato Perin	Professor, código 10.12	954438-01	12% (pós-graduação)
14	Vilmar Antonio Bentz	Professor, código 10.12	7706-00	12% (pós-graduação)

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
15	Vilmar Antonio Bentz	Professor, código 10.12	7706-02	12% (pós-graduação)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de setembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 169/2012, de 18 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 169/2012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de dezembro de 2011 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARGE SENSOLO DALMOLIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 27367-00, integrante do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação, na área específica de atuação, sobre o vencimento-base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de setembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 170/2012, de 18 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 170/2012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 1298, de 14 de setembro de 2012.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar a servidora FERNANDA FORNARI, ocupante dos cargos de Professor, código 10.12, matrículas 77585-03 e 77585-04, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir do dia 18 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 171/2012, de 18 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 171/2012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 14221/2012, em 22 de agosto de 2012, do qual se extrai que o servidor JOAQUIM FRANCISCO CESAR DE OLIVEIRA, em tese, teria procedido a falsificação de documento, com o fim de obter vantagem;
- que o servidor infringiu, em tese, o disposto no art. 151, II, da Lei Complementar nº 90/1994;
- a manifestação da Assessoria Jurídica, de 12 de setembro de 2012, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se às penalidades previstas nos arts. 165, parte final, e 166, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor JOAQUIM FRANCISCO CESAR DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro;

III - vogais:

a) LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) MICHEL CRISTOFFER FAVERO, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 172/2012, de 20 de Setembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 172/2012, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Fundação Municipal de Cultura, na CI FMC Nº 135/2012, de 17 de setembro de 2012.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar a servidora MARIA SALETE NECKEL ZORZAN,

ocupante do cargo de Biblioteconomista, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 24 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 11/2012 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2012- FMAS

Objeto: Aquisição de veículos novos, para atendimento das necessidades do Centro de Referência da Assistência Social - CREAS e Abrigo Lar Anjo Gabriel, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social e suas contrapartidas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/10/2012.
Abertura: dia 16/10/2012, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 25 de setembro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 62/2012

DECRETO Nº 62 DE 21 DE SETEMBRO DE 2012.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 975 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.992,99 para a seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria Municipal da Infra Estrutura
08.01 - Secretaria Municipal da Infra Estrutura
08.01.17.512.2512.2.032 - 3.3.90.00 - 01.24 - 108 - Aplicações Diretas 6.992,99

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de

Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.24 - Convênio SDR Estiagem) no valor de R\$ 6.992,99.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de setembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº 63/2012

DECRETO Nº 63 DE 21 DE SETEMBRO DE 2012.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 975 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.207,00 para a seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura
08.01 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura
08.01.17.512.2512.2.032 - 3.3.90.00 - 03.00 - 110 - Aplicações Diretas 12.207,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Ordinários (03.00) do Exercício Anterior no valor de R\$ 12.207,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de setembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 381/2012

PORTARIA Nº 381/2012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, o Sr. IVO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Coordenador Municipal de Abastecimento de Água, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 18 de setembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº 382/2012

PORTARIA Nº 382/2012, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012
"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das atribuições que o cargo lhe confere e em conformidade com o Art. 71 - IV da LOM e Art. 7 da Lei Complementar nº 70/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir Adicional de Responsabilidade na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal, Sr. Carlos Eduardo de Albuquerque Rauen, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para além de suas funções específicas para o cargo, desempenhar as atividades de Coordenador do Corpo Clínico da Unidade de Saúde de Cordilheira Alta - □ Sede, assumindo a partir desta data todos os encargos inerentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 20 de setembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 383/2012

PORTARIA Nº 383/2012, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art.70 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. JOÃO DO ROSÁRIO, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 70/2009 e Lei Complementar nº 72/2009 e alterações.

Art. 3º Atribui adicional de insalubridade ao servidor que menciona na ordem de 20% (vinte por cento).

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de setembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Extrato de Licitação - Pregão Presencial

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Compras e Serviços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Licitatório n. 61/2012

Edital: Pregão Presencial n. 47/2012

Tipo: Menor preço por Item.

Objeto: Aquisição de notebook, micro computador e estabilizador.
Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 10/10/2012
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 10/10/2012
O Edital poderá ser obtido presencialmente no endereço: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações"; Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3358.9100.

Cordilheira Alta, SC, 26 de setembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Concorrência 193/2012

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 193/2012

O Município de Curitibanos, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta no Setor de Licitações e contratos, CONCORRÊNCIA, autorizada pela Lei nº 4.477/2010 e 4.519/2010, para receber propostas, para escolha de empresa para receber em doação do Município de Curitibanos, uma área de terras localizada na BR 470, Bairro Getulio Vargas.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 31/10/2012.

A partir das 15:00 horas do dia 31/10/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 11 de setembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Presidente da CPL

Edital de Pregão Presencial Nº 80/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2012

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por ITEM, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE FEIJÃO PARA CONSUMO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 10/10/2012, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 10/10/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário das 13:00 horas as 19:00 horas e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de setembro de 2012.

CRISTINA MARIA A. MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 79/2012.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2012.

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e Pedro Jesus do Amaral no valor de R\$ 1.335,00, Osmar Pereira no valor de R\$ 1.335,00, Ronildo Jesus Martins no valor de R\$ 1.335,00, Altamir Proença do Amaral no valor de R\$ 1.335,00 e Vilmar Pereira no valor de R\$ 1.335,00.

RESUMO/ FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NA FORMA DA LEI Nº 4.536/2010, 8.666/93 E AINDA A LEI Nº 11.947/2010.

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos da Lei No. 8.666/93, artigo 24, inciso XVII e suas alterações, encaminhamos a Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 24 de setembro de 2012.

ADAILTON ALVES
Presidente da Comissão

DIEGO SEBEM WORDELL
Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, pelo que de acordo com o artigo 24, inciso XVII da referida lei o dou como aprovada. Curitiba, 24 de setembro de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e

recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 24 de setembro de 2012.

CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34 Mês/Ano da Assinatura
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Setembro/2012
CEP: 89520-000 - Curitiba/ SC

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ALTAMIR PROENÇA DO AMARAL

CPF: 024.868.009-99

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ compras e serviços

Número da Licitação: 79/2012 Número do Processo: 79/2012

Número Contrato: 287/2012

Fundamento Legal:

Objeto: Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para os Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantil, na forma da Lei nº 4.536/2012, 8.666/93 e ainda a Lei nº 11.947/2010.

Data da Assinatura: 21/09/2012

Data da publicação no Diário Oficial: 21/09/2012

Vigência: 21/09/2012 a 31/12/2012

Programa de Trabalho: 07.01 10.306.0009
2.067.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.335,00

Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34 Mês/Ano da Assinatura

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Setembro/2012

CEP: 89520-000 - Curitiba/ SC

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: OSMAR PEREIRA

CPF: 548.944.339-15

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ compras e serviços

Número da Licitação: 79/2012 Número do Processo: 79/2012

Número Contrato: 288/2012

Fundamento Legal:

Objeto: Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para os Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantil, na forma da Lei nº 4.536/2012, 8.666/93 e ainda a Lei nº 11.947/2010.

Data da Assinatura: 21/09/2012

Data da publicação no Diário Oficial: 21/09/2012

Vigência: 21/09/2012 a 31/12/2012

Programa de Trabalho: 07.01 10.306.0009
2.067.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.335,00
Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Mês/Ano da Assinatura
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Setembro/2012
CEP: 89520-000 - Curitiba/ SC

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: PEDRO JESUS DO AMARAL
CPF: 179.975.699-87
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ compras e serviços
Número da Licitação: 79/2012 Número do Processo: 79/2012
Número Contrato: 289/2012
Fundamento Legal:

Objeto: Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para os Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantil, na forma da Lei nº 4.536/2012, 8.666/93 e ainda a Lei nº 11.947/2010.

Data da Assinatura: 21/09/2012
Data da publicação no Diário Oficial: 21/09/2012
Vigência: 21/09/2012 a 31/12/2012
Programa de Trabalho: 07.01 10.306.0009
2.067.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.335,00
Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Mês/Ano da Assinatura
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Setembro/2012
CEP: 89520-000 - Curitiba/ SC

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: RONILDO JESUS MARTINS
CPF: 982.593.509-04
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ compras e serviços
Número da Licitação: 79/2012 Número do Processo: 79/2012
Número Contrato: 290/2012
Fundamento Legal:

Objeto: Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para os Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantil, na forma da Lei nº 4.536/2012, 8.666/93 e ainda a Lei nº 11.947/2010.

Data da Assinatura: 21/09/2012
Data da publicação no Diário Oficial: 21/09/2012
Vigência: 21/09/2012 a 31/12/2012
Programa de Trabalho: 07.01 10.306.0009
2.067.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.335,00
Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Mês/Ano da Assinatura
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Setembro/2012
CEP: 89520-000 - Curitiba/ SC

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: VILMAR PEREIRA
CPF: 429.990.229-72
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ compras e serviços
Número da Licitação: 79/2012 Número do Processo: 79/2012
Número Contrato: 291/2012
Fundamento Legal:

Objeto: Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para os Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantil, na forma da Lei nº 4.536/2012, 8.666/93 e ainda a Lei nº 11.947/2010.

Data da Assinatura: 21/09/2012
Data da publicação no Diário Oficial: 21/09/2012
Vigência: 21/09/2012 a 31/12/2012
Programa de Trabalho: 07.01 10.306.0009
2.067.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.335,00
Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

Forquilha

PREFEITURA**Lei Nº 1.813, de 26 de Setembro de 2012.**

LEI Nº 1.813, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2013, serão elaborados e executados observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;
- II - as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2013 extraídas do Plano Plurianual para 2010/2013;
- III - a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, dos Fundos Municipais e da Fundação Ambiental Municipal;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa à arrecadação;
- VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2013, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 são os identificados no ANEXO I desta Lei, e que conterà ainda os seguintes demonstrativos:

- I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2011;
- II - Anexo I.2 - Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas no Exercício Posterior;
- III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IV - Anexo I.3.1 - Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receita;
- V - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;
- VI - Anexo I.4.1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- VII - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- VIII - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- IX - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- X - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- XI - Anexo I.9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social;
- XII - Anexo I.10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;
- XIII - Anexo I.11 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XIV - Anexo I.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XV - Anexo II. 1 a II.24 - Planilhas das Prioridades e Metas;
- XVI - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
- XVII - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;
- XVIII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação;
- XIX - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II e VI de que trata o artigo 2º desta LEI.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Art. 5º O Município executará como prioridade em despesas as metas e ações delineadas para cada órgão, com as dotações orçamentárias pertinentes, com abrangência aos Poderes Legislativo e Executivo, bem como seus Fundos Municipais e Fundação, instituídos e vinculados às Secretarias, que detalhamos a seguir:

I - Câmara Municipal de Vereadores:

- a) Discussão e votação dos Projetos de Lei e de Resolução;
- b) Fiscalização das ações do Poder Executivo;
- c) Viabilização do atendimento à população;
- d) Realização de concurso público de acordo com a necessidade;
- e) Apreciação das contas anuais do Município;
- f) Apreciação dos assuntos gerais de interesse do Município.

II - Gabinete do Prefeito:

- a) Administrar criteriosamente os recursos públicos, visando o atendimento aos interesses e necessidades do Município;
- b) Dar transparência a aplicação dos recursos públicos;
- c) Viabilizar recursos via convênios junto a outras esferas de governos;
- d) Administrar e gerenciar o Poder Executivo Municipal adequadamente;
- e) Viabilizar o pleno funcionamento do sistema de Controle Interno;
- f) Cumprir e fazer cumprir com a Legislação vigente.

III - Procuradoria Jurídica:

- a) Prestar todo suporte jurídico à Administração Municipal;
- b) Acompanhar todos os processos jurídicos em andamento;
- c) Defender o Município perante o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas;
- d) Prestar apoio técnico às Secretarias em geral.

IV - Secretaria de Governo:

- a) Prestar assistência ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, em especial, no atendimento ao público e articulação com as autoridades públicas Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Administrar criteriosamente os recursos públicos, visando o atendimento aos interesses e necessidades do Município;
- c) Dar transparência a aplicação dos recursos públicos;
- d) Viabilizar recursos via convênios junto a outras esferas de governos;
- e) Viabilizar o pleno funcionamento do sistema de Controle Interno.

V - Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- a) Prestar contas aos órgãos de fiscalização, dos recursos públicos arrecadados e aplicados;
- b) Gerenciar os recursos humanos;
- c) Gerenciar o patrimônio público;
- d) Recadastramento imobiliário;
- e) Realizar concurso público para preenchimento de vagas;
- f) Gerenciar o sistema de arrecadação;
- g) Conduzir o sistema contábil com transparências;
- h) Realizar a revisão geral do código tributário;
- i) Capacitar os recursos humanos com cursos de aperfeiçoamento;
- j) Celebrar convênios com Estado e União;
- k) Gerenciar a manutenção dos prédios públicos;
- l) Prestar apoio ao Gabinete e às demais Secretarias Municipais.

VI - Secretaria de Planejamento:

- a) Gerenciar o planejamento público municipal;
- b) Elaborar projetos para viabilizar recursos financeiros através de convênios com outras esferas de governo;
- c) Conduzir o processo do planejamento em relação ao orçamento participativo junto às comunidades;
- d) Coordenar a elaboração dos projetos de Lei do plano plurianual - PPA, das diretrizes orçamentárias - LDO e orçamento anual - LOA;
- e) Prestar apoio ao Gabinete do Prefeito e às demais Secretarias Municipais;
- f) Gerenciar e fiscalizar o cumprimento do Plano Diretor;
- g) Regularização fiduciária;
- h) Gerenciar o transporte coletivo;
- i) Gerenciar a sinalização do trânsito;
- j) Administrar o Cemitério.

VII - Secretaria de Educação:

- a) Manutenção de centros de educação infantil;
- b) Manutenção de creches comunitárias;

- c) Formação permanente dos docentes;
- d) Aquisição de materiais didáticos;
- e) Apoio para implantação de programas educativos;
- f) Nutrição equilibrada;
- g) Reformas de escolas;
- h) Apoio para implantação de programas educacionais;
- i) Transporte escolar;
- j) Incentivo às hortas escolares;
- k) Destinar salas para alfabetização de adultos;
- l) Manutenção da Escola de Arte;
- m) Dar atenção especial a alunos carentes;
- n) Manutenção do Laboratório de Informática Municipal;
- o) Construção e ampliação de Escolas;
- p) Implantação de Laboratórios de Informática nas Escolas;
- q) Suporte pedagógico aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
- r) Dar suporte a educação especial;
- s) Apoiar o ensino profissionalizante;
- t) Incentivar o ensino superior;
- u) Manutenção do NAES;
- v) Viabilizar o atendimento da biblioteca municipal.

VIII - Secretaria de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde:

- a) Implantar e coordenar programas de saúde familiar;
- b) Assistência médica nas unidades de saúde;
- c) Reequipar as unidades de saúde;
- d) Reequipar os gabinetes odontológicos;
- e) Implantar novos grupos de prevenção;
- f) Realizar campanhas de prevenção às drogas;
- g) Reforma e manutenção das unidades de saúde;
- h) Atendimento especializado em saúde pública;
- i) Manter sistema de avaliação e controle permanente;
- j) Ampliar os serviços de Pronto Atendimento 24 horas;
- k) Manter o trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde;
- l) Assistência à saúde, medicamentos e exames clínicos;
- m) Implantar consórcio de saúde;
- n) Assegurar oferta de medicamentos básicos;
- o) Reestruturar vigilância epidemiológica;
- p) Capacitações de profissionais;
- q) Atuação ostensiva na vigilância sanitária.

IX - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Ampliação e melhoramento de canais de irrigação;
- b) Apoiar cooperativa de crédito;
- c) Aquisição de material de conscientização ecológica;
- d) Arborização de ruas e de praças;
- e) Criar programas de atividades ambientais;
- f) Incentivar a preservação de matas nativas;
- g) Incentivar o uso correto do solo sem agentes poluentes;
- h) Incentivar a produção agropecuária e seus derivados;
- i) Incentivar a emissão de notas de produtor;
- j) Criar atividades ambientais;
- k) Produção de mudas de árvores e flores;
- l) Adquirir máquinas para atendimento na agricultura;
- m) Dar incentivo e apoio ao pequeno agricultor;
- n) Manutenção do programa SIM;
- o) Construção da casa do agricultor;
- p) Manutenção do Horto Florestal;

X - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano:

- a) Despoluição dos rios Mãe Luzia e Sangão;
- b) Revestir áreas degradadas pela pirita;
- c) Manter o sistema de saneamento básico;
- d) Redes coletoras e de tratamento esgoto sanitário;
- e) Urbanização de novas áreas;
- f) Reurbanização das áreas existentes;
- g) Fiscalização do aterro sanitário;
- h) Implantação e fiscalização no cumprimento da Lei de Plano Diretor;
- i) Manutenção de todo o sistema viário do Município;
- j) Fazer obras e manutenção dos prédios públicos;

k) Pavimentação de vias públicas.

XI - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo:

- a) Manutenção e funcionamento da Casa da Cultura e Museu;
- b) Manutenção e funcionamento da biblioteca municipal;
- c) Divulgação dos locais históricos e culturais do Município;
- d) Manutenção, funcionamento e revitalização do Parque Ecológico Municipal;
- e) Promover campeonatos Municipais;
- f) Incentivar o esporte amador e estudantil;
- g) Promover a prática de esportes polivalentes, futebol de campo, futebol suíço e futebol de salão;
- h) Incentivar e apoiar as entidades esportivas;
- i) Incentivar e apoiar entidades culturais, grupos de dança, corais, teatro e outros;
- j) Organizar, promover e incentivar toda prática de esportes;
- k) Promover e organizar a Festa Municipal do Colono e da Emancipação, Festa das Origens e demais eventos;
- l) Divulgar e promover o turismo local;
- m) Resgatar a história e a cultura do Município;
- n) Incentivar e apoiar a instalação de pousadas, hotéis e assemelhados.

XII - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico:

- a) Executar, incentivar e promover a implantação de núcleos habitacionais para construção de casas populares;
- b) Favorecer a população de baixa renda na aquisição de casas populares;
- c) Incentivar na qualificação de mão de obra;
- d) Controlar e combater a sonegação fiscal;
- e) Formar parcerias com CDL, sindicatos e outras entidades de classes organizadas;
- f) Promover campanhas para compras no comércio do Município, objetivando incrementar o movimento econômico local;
- g) Revisar e atualizar a legislação que trata de incentivos e benefícios econômicos e fiscais as novas empresas no Município;
- h) Acompanhar e fiscalizar as declarações das empresas relativas ao movimento econômico do Município.
- i) Acompanhar o funcionamento dos Núcleos Industriais;
- j) Ampliar os parques industriais.

XIII - Secretaria de Ação Social / FIA:

- a) Campanhas de prevenção às drogas;
- b) Assistência ao aluno carente, com materiais didáticos escolar, transporte, alimentação;
- c) Assistência à saúde, medicamentos e exames clínicos;
- d) Assistência alimentação (cesta básica) para população carente;
- e) Desenvolver ações sociais;
- f) Capacitações de profissionais;
- g) Melhorias Sanitárias;
- h) Projetos Sociais;
- i) Apoiar as atividades desenvolvidas pelas entidades de assistência social, em especial a Associação de Clubes de Mães e dos Grupos de Terceira Idade;
- j) Apoiar as atividades e projetos desenvolvidos pelos Conselhos Municipais e Tutelar e dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- k) Prestar apoio financeiro ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

XIV - Fundação Ambiental Municipal:

- a) Implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação e áreas protegidas do município e outros bens de interesse ambiental;
- b) Colaborar tecnicamente com os respectivos proprietários na conservação de áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, assim como incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;
- c) Controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo monitoramento da balneabilidade das águas;
- d) Colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e no disciplinamento e fiscalização de qualquer atividade de pesca,

caça e atividades aquáticas de potencial poluidor no Município;
 e) Propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem no Município;
 f) Estimular a implantação e normatizar as atividades relacionadas ao turismo ecológico no Município;
 g) Contribuir na definição das políticas de limpeza urbana em relação à coleta, reciclagem e disposição do lixo;
 h) Promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente;
 i) Operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;
 j) Executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;
 k) Manutenção do Centro de Triagem;
 l) Fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades previstas em Lei;
 m) assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos do meio ambiente;
 n) analisar e aprovar os projetos hidrosanitários encaminhados à Prefeitura Municipal de Forquilha;
 o) licenciar as atividades potencialmente poluidoras no âmbito do município;
 p) fazer cumprir a Lei Ambiental;
 q) Incentivar a reciclagem do lixo.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - receita vinculada: aquelas previstas para ingressarem através de convênios/contratos, destinados a um fim específico contido no objeto.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico

situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 7º O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos Municipais e Fundação, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 8º A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85); -

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2013.

(Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2013. (Art. 8º e 50 I da LRF).

§ 1º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo Municipal com orçamento e contabilidade próprio.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal.

§ 4º O orçamento dos Fundos Municipais e Fundação descentralizados por força legal, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 5º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigidos sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 9º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2013 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Fundação Municipais. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais e Fundação terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais e Fundação deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF) Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12 observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2013 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF)

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50 I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2013, constantes do ANEXO I.11 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 fazem parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº. 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados

por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31. Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Forquilha, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei,

não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção também no prazo da Lei Orgânica e que não poderá passar do exercício de 2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivo e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de aumento de retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 45. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município ou não, durante o exercício de 2013.

Art. 47. As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 48. Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente LEI.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos durante o exercício de 2013.

Forquilha/SC, 26 de setembro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de setembro de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

OBS.: Os anexos da presente lei encontram-se disponíveis no site oficial da prefeitura municipal de Forquilha: www.forquilha.sc.gov.br

Decreto Nº. 73 de 25 de Junho de 2012.

DECRETO Nº. 73 DE 25 DE JUNHO DE 2012.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.737/11 de 11 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 115.518,45 (cento e quinze mil, quinhentos e dezoito reais, quarenta e cinco centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manutenção e Drenagem Ruas, Estradas Municipais
108 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 25.382,58

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
1.018 - Aquisição Área, Construção Sedes Esportivas/Quadras Poliesportivas
131 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 73.808,30

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
1.050 - Aquisição Área, Construção, Ampliação, Adap. E Reeq. Unid. Saúde/CAPS
003 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 16.327,57

TOTAL R\$ 115.518,45

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados como fonte de recursos os valores recebidos referente aos Termos de Convênios Nº 4400/2012-8, 1296/2012-3, 6073/2012-9 e 4401/2012-6, firmados junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, creditados nas contas bancárias nº 24.804-5, 24.363-9, 24.862-2 e 24.803-7, lançados na rubrica 2.4.7.2.99.00 - Outras Transferências de Convênios do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de junho de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de junho de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Relatorio Resumido Execução Orçamentaria

Município de FORQUILHINHA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.955.000,00	54.955.000,00	8.410.870,84	15,31	33.384.153,84	60,75	21.570.846,16
	49.390.000,00	49.390.000,00	6.583.556,01	13,33	28.724.931,01	58,16	20.665.068,99
RECEITA TRIBUTARIA	4.371.000,00	4.371.000,00	518.945,18	11,87	3.183.190,34	72,83	1.187.809,66
IMPOSTOS	3.166.000,00	3.166.000,00	455.147,32	14,38	2.262.007,57	71,45	903.992,43
TAXAS	1.105.000,00	1.105.000,00	62.299,29	5,64	912.469,12	82,58	192.530,88
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	1.498,57	1,50	8.713,65	8,71	91.286,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.645.000,00	1.645.000,00	295.398,74	17,96	1.180.450,01	71,76	464.549,99
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	995.000,00	995.000,00	166.878,07	16,77	709.576,53	71,31	285.423,47
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	650.000,00	650.000,00	128.520,67	19,77	470.873,48	72,44	179.126,52
RECEITA PATRIMONIAL	1.763.000,00	1.763.000,00	490.763,83	27,84	1.532.133,51	86,90	230.866,49
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.763.000,00	1.763.000,00	490.763,83	27,84	1.532.133,51	86,90	230.866,49
RECEITA AGROPECUARIA	30.000,00	30.000,00	4.705,00	15,68	13.939,00	46,46	16.061,00
Outras Rec. Agropecuárias	30.000,00	30.000,00	4.705,00	15,68	13.939,00	46,46	16.061,00
RECEITA DE SERVIÇOS	190.000,00	190.000,00	9.471,87	4,99	90.806,97	47,79	99.193,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.025.000,00	40.025.000,00	5.081.293,99	12,70	21.892.040,20	54,70	18.132.959,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	39.100.000,00	39.100.000,00	4.951.832,67	12,66	21.502.582,05	54,99	17.597.417,95
Transf. de Instituições Privadas	315.000,00	315.000,00	1.843,19	0,59	17.280,10	5,49	297.719,90
Transf. de Conv.	610.000,00	610.000,00	127.618,13	20,92	372.178,05	61,01	237.821,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.366.000,00	1.366.000,00	182.977,40	13,40	832.370,98	60,93	533.629,02
Multas e Juros de Mora	238.000,00	238.000,00	23.624,84	9,93	117.560,47	49,40	120.439,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	95.000,00	95.000,00	41.509,74	43,69	179.072,58	188,50	-84.072,58
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	451.000,00	451.000,00	55.566,33	12,32	263.546,91	58,44	187.453,09
RECEITAS DIVERSAS	582.000,00	582.000,00	62.276,49	10,70	272.191,02	46,77	309.808,98
	5.565.000,00	5.565.000,00	1.827.314,83	32,84	4.659.222,83	83,72	905.777,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	334.517,43	13,38	1.593.953,80	63,76	906.046,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.500.000,00	2.500.000,00	334.517,43	13,38	1.593.953,80	63,76	906.046,20
ALIENAÇÃO DE BENS	65.000,00	65.000,00	410,00	0,63	33.685,00	51,82	31.315,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	55.000,00	55.000,00	410,00	0,75	33.685,00	61,25	21.315,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	1.492.387,40	49,75	3.031.584,03	101,05	-31.584,03
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.000.000,00	3.000.000,00	1.492.387,40	49,75	3.031.584,03	101,05	-31.584,03
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.595.000,00	1.595.000,00	222.117,92	13,93	977.285,39	61,27	617.714,61
	1.595.000,00	1.595.000,00	222.117,92	13,93	977.285,39	61,27	617.714,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.595.000,00	1.595.000,00	222.117,92	13,93	977.285,39	61,27	617.714,61
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.595.000,00	1.595.000,00	222.117,92	13,93	977.285,39	61,27	617.714,61

Continua 1/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.595.000,00	1.595.000,00	222.117,92	13,93	977.285,39	61,27	617.714,61
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.550.000,00	56.550.000,00	8.632.988,76	15,27	34.361.439,23	60,76	22.188.560,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.550.000,00	56.550.000,00	8.632.988,76	15,27	34.361.439,23	60,76	22.188.560,77
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.550.000,00	56.550.000,00	8.632.988,76	15,27	34.361.439,23	60,76	22.188.560,77
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.535.000,00	1.776.089,95	56.311.089,95	6.911.420,81	32.746.941,60	7.436.353,87	31.462.755,10	55,87	24.848.334,85
DESPESAS CORRENTES	42.277.500,00	120.369,99	42.397.869,99	5.427.559,48	25.869.273,01	5.950.534,53	24.790.847,47	58,47	17.607.022,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.861.500,00	112.788,09	19.974.288,09	3.236.536,90	13.273.628,47	3.238.815,76	13.269.070,75	66,43	6.705.217,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	58.179,48	122.590,49	58.179,48	122.590,49	61,30	77.409,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.216.000,00	7.581,90	22.223.581,90	2.132.843,10	12.473.054,05	2.653.539,29	11.399.186,23	51,29	10.824.395,67
DESPESAS DE CAPITAL	12.217.500,00	1.655.719,96	13.873.219,96	1.483.861,33	6.877.668,59	1.485.819,34	6.671.907,63	48,09	7.201.312,33
INVESTIMENTOS	11.717.500,00	1.655.719,96	13.373.219,96	1.408.725,21	6.577.139,77	1.410.683,22	6.371.378,81	47,64	7.001.841,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	75.136,12	300.528,82	75.136,12	300.528,82	60,11	199.471,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00

Continua 2/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.015.000,00	25.000,00	2.040.000,00	222.833,60	985.554,68	222.833,60	985.554,68	48,31	1.054.445,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.015.000,00	25.000,00	2.040.000,00	222.833,60	985.554,68	222.833,60	985.554,68	48,31	1.054.445,32
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.550.000,00	1.801.089,95	58.351.089,95	7.134.254,41	33.732.496,28	7.659.187,47	32.448.309,78	55,61	25.902.780,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	56.550.000,00	1.801.089,95	58.351.089,95	7.134.254,41	33.732.496,28	7.659.187,47	32.448.309,78	55,61	25.902.780,17
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.913.129,45	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.550.000,00	1.801.089,95	58.351.089,95	7.134.254,41	33.732.496,28	7.659.187,47	34.361.439,23	55,61	25.902.780,17

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.536.625,12

FONTE:

FORQUILHINHA, 26/09/2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ZULEIDE I. HERDT WESTRUP
Contadora CRC 017.765/O-6

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Controle Interno CRC/SC 029.078/O-9

Relatorio Resumido Execução Orçamentaria

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.535.000,00	56.311.089,95	6.911.420,81	32.746.941,60	7.436.353,87	31.462.755,10	96,96	55,87	24.848.334,85
Legislativa	1.930.000,00	1.930.000,00	198.823,11	922.493,33	224.399,70	911.191,79	2,81	47,21	1.018.808,21
Ação Legislativa	1.930.000,00	1.930.000,00	198.823,11	922.493,33	224.399,70	911.191,79	2,81	47,21	1.018.808,21
Administração	6.005.000,00	6.005.000,00	647.892,52	3.160.892,69	646.069,48	3.040.387,38	9,37	50,63	2.964.612,62
Planejamento e Orçamento	310.000,00	310.000,00	38.285,99	179.468,27	38.285,99	179.468,27	0,55	57,89	130.531,73
Administração Geral	5.695.000,00	5.695.000,00	609.606,53	2.981.424,42	607.783,49	2.860.919,11	8,82	50,24	2.834.080,89
Segurança Pública	160.000,00	123.000,00	13.409,23	119.558,61	12.605,23	118.754,61	0,37	96,55	4.245,39
Policiamento	160.000,00	123.000,00	13.409,23	119.558,61	12.605,23	118.754,61	0,37	96,55	4.245,39
Assistência Social	2.750.000,00	2.917.144,20	309.800,87	1.356.170,99	342.255,49	1.313.942,99	4,05	45,04	1.603.201,21
Assistência à Criança e ao Adolescente	185.000,00	185.000,00	2.590,28	9.609,39	2.700,28	9.609,39	0,03	5,19	175.390,61
Assistência Comunitária	2.065.000,00	2.232.144,20	240.648,74	1.083.125,13	272.993,36	1.040.897,13	3,21	46,63	1.191.247,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	500.000,00	500.000,00	66.561,85	263.436,47	66.561,85	263.436,47	0,81	52,69	236.563,53
Previdência Social	3.300.000,00	3.300.000,00	57.849,13	237.344,13	67.432,13	218.955,13	0,67	6,64	3.081.044,87
Previdência do Regime Estatutário	3.300.000,00	3.300.000,00	57.849,13	237.344,13	67.432,13	218.955,13	0,67	6,64	3.081.044,87
Saúde	9.550.000,00	9.686.917,86	1.392.640,71	6.512.236,41	1.478.988,60	6.264.273,90	19,31	64,67	3.422.643,96
Assistência Comunitária	150.000,00	150.000,00	24.114,00	89.671,74	19.911,97	71.820,74	0,22	47,88	78.179,26
Atenção Básica	9.325.000,00	9.461.917,86	1.359.015,33	6.384.292,63	1.450.876,21	6.162.385,65	18,99	65,13	3.299.532,21
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	0,00	6.948,38	612,90	4.043,85	0,01	26,96	10.956,15
Vigilância Epidemiológica	60.000,00	60.000,00	9.511,38	31.323,66	7.587,52	26.023,66	0,08	43,37	33.976,34
Educação	12.310.000,00	12.406.069,99	1.553.869,57	7.403.464,57	1.721.959,77	7.197.963,71	22,18	58,02	5.208.106,28
Alimentação e Nutrição	660.000,00	660.000,00	103.733,21	345.232,45	108.211,13	325.471,38	1,00	49,31	334.528,62
Ensino Fundamental	7.930.000,00	8.079.288,09	1.260.401,69	5.330.881,45	1.368.866,03	5.199.051,48	16,02	64,35	2.880.236,61
Ensino Profissional	15.000,00	15.000,00	894,77	6.946,21	894,77	6.946,21	0,02	46,31	8.053,79
Ensino Superior	140.000,00	140.000,00	8.841,38	58.863,91	8.841,38	58.863,91	0,18	42,05	81.136,09
Educação Infantil	3.260.000,00	3.110.000,00	131.096,52	1.403.445,24	164.568,46	1.396.395,54	4,30	44,90	1.713.604,46
Educação Especial	305.000,00	401.781,90	48.902,00	258.095,31	70.578,00	211.235,19	0,65	52,57	190.546,71
Cultura	260.000,00	410.000,00	0,00	332.356,35	0,00	332.356,35	1,02	81,06	77.643,65
Difusão Cultural	260.000,00	410.000,00	0,00	332.356,35	0,00	332.356,35	1,02	81,06	77.643,65
Urbanismo	5.715.000,00	5.828.050,00	756.386,24	4.266.632,66	875.773,46	4.024.130,34	12,40	69,05	1.803.919,66
Infra-Estrutura Urbana	420.000,00	270.000,00	0,00	83.796,43	31.135,08	83.796,43	0,26	31,04	186.203,57
Serviços Urbanos	5.295.000,00	5.558.050,00	756.386,24	4.182.836,23	844.638,38	3.940.333,91	12,14	70,89	1.617.716,09

Continua 1/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.535.000,00	56.311.089,95	6.911.420,81	32.746.941,60	7.436.353,87	31.462.755,10	96,96	55,87	24.848.334,85
Habitação	340.000,00	480.000,00	32.242,02	160.024,28	37.545,93	152.454,28	0,47	31,76	327.545,72
Habitação Urbana	340.000,00	480.000,00	32.242,02	160.024,28	37.545,93	152.454,28	0,47	31,76	327.545,72
Saneamento	755.000,00	755.000,00	35.388,40	292.629,10	35.388,40	292.629,10	0,90	38,76	462.370,90
Saneamento Básico Urbano	755.000,00	755.000,00	35.388,40	292.629,10	35.388,40	292.629,10	0,90	38,76	462.370,90
Gestão Ambiental	1.270.000,00	1.270.000,00	64.342,60	576.721,88	100.209,30	576.721,88	1,78	45,41	693.278,12
Preservação e Conservação Ambiental	590.000,00	590.000,00	0,00	212.860,00	0,00	212.860,00	0,66	36,08	377.140,00
Controle Ambiental	680.000,00	680.000,00	64.342,60	363.861,88	100.209,30	363.861,88	1,12	53,51	316.138,12
Agricultura	1.915.000,00	1.970.000,00	208.522,14	1.552.434,66	363.598,13	1.428.509,82	4,40	72,51	541.490,18
Extensão Rural	1.915.000,00	1.970.000,00	208.522,14	1.552.434,66	363.598,13	1.428.509,82	4,40	72,51	541.490,18
Indústria	50.000,00	50.000,00	0,00	26.647,04	3.330,88	9.992,64	0,03	19,99	40.007,36
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Normalização e Qualidade	30.000,00	30.000,00	0,00	26.647,04	3.330,88	9.992,64	0,03	33,31	20.007,36
Transporte	5.885.000,00	6.408.421,50	1.239.580,34	4.280.996,60	1.099.133,90	4.079.658,83	12,57	63,66	2.328.762,67
Transporte Aéreo	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transporte Rodoviário	5.875.000,00	6.398.421,50	1.239.580,34	4.280.996,60	1.099.133,90	4.079.658,83	12,57	63,76	2.318.762,67
Desporto e Lazer	1.750.000,00	2.181.486,40	283.016,86	1.186.461,15	310.006,40	1.140.955,20	3,52	52,30	1.040.531,20
Desporto Comunitário	1.270.000,00	1.270.000,00	164.506,76	820.299,06	178.291,30	774.793,11	2,39	61,01	495.206,89
Lazer	480.000,00	911.486,40	118.510,10	366.162,09	131.715,10	366.162,09	1,13	40,17	545.324,31
Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	117.657,07	359.877,15	117.657,07	359.877,15	1,11	65,43	190.122,85
Outros Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	117.657,07	359.877,15	117.657,07	359.877,15	1,11	65,43	190.122,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.015.000,00	2.040.000,00	222.833,60	985.554,68	222.833,60	985.554,68	3,04	48,31	1.054.445,32
Legislativa	70.000,00	70.000,00	8.242,58	28.915,97	8.242,58	28.915,97	0,09	41,31	41.084,03
Ação Legislativa	70.000,00	70.000,00	8.242,58	28.915,97	8.242,58	28.915,97	0,09	41,31	41.084,03
Administração	445.000,00	445.000,00	51.815,50	225.214,62	51.815,50	225.214,62	0,69	50,61	219.785,38
Administração Geral	445.000,00	445.000,00	51.815,50	225.214,62	51.815,50	225.214,62	0,69	50,61	219.785,38
Saúde	840.000,00	820.000,00	93.743,06	421.342,00	93.743,06	421.342,00	1,30	51,38	398.658,00
Atenção Básica	840.000,00	820.000,00	93.743,06	421.342,00	93.743,06	421.342,00	1,30	51,38	398.658,00
Educação	660.000,00	705.000,00	69.032,46	310.082,09	69.032,46	310.082,09	0,96	43,98	394.917,91
Ensino Fundamental	560.000,00	605.000,00	63.554,28	269.993,78	63.554,28	269.993,78	0,83	44,63	335.006,22

Continua 2/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.015.000,00	2.040.000,00	222.833,60	985.554,68	222.833,60	985.554,68	3,04	48,31	1.054.445,32
Educação	660.000,00	705.000,00	69.032,46	310.082,09	69.032,46	310.082,09	0,96	43,98	394.917,91
Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	5.478,18	40.088,31	5.478,18	40.088,31	0,12	40,09	59.911,69
TOTAL (III) = (I + II)	56.550.000,00	58.351.089,95	7.134.254,41	33.732.496,28	7.659.187,47	32.448.309,78	100,00	55,61	25.902.780,17

FONTE:

FORQUILHINHA, 26/09/2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ZULEIDE I. HERDT WESTRUP
Contadora CRC 017.765/O-6

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Controle Interno CRC/SC 029.078/1

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatorio Resumido Execução Orçamentaria

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													R\$ 1,00
	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2012
RECEITAS CORRENTES (I)	3.553.929,08	3.860.991,17	3.906.146,49	4.452.800,72	3.670.252,54	3.791.681,60	4.192.993,44	5.066.502,51	4.047.464,25	3.714.419,76	3.618.765,79	3.640.930,95	47.516.878,30	54.627.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	198.402,69	191.148,59	218.684,41	295.175,53	210.729,60	244.465,48	567.729,76	995.088,70	348.742,99	297.488,63	285.884,31	233.060,87	4.086.601,56	4.371.000,00
I.P.T.U.	5.021,18	3.836,37	6.347,95	8.322,31	503,44	8.757,12	154.696,47	451.463,44	25.822,99	20.311,77	18.250,30	5.422,03	708.755,37	900.000,00
I.R.R.F	36.569,99	34.058,38	61.253,16	47.255,31	39.498,87	30.893,81	30.736,37	36.213,03	43.348,81	17.131,27	27.347,80	37.778,63	442.085,43	448.000,00
I.S.S.	103.639,22	102.396,70	85.579,48	144.082,61	115.167,37	66.656,81	149.546,15	126.685,24	155.334,91	151.668,11	148.800,94	122.685,35	1.472.242,89	1.418.000,00
I.T.B.I.	24.771,03	26.144,24	34.079,72	50.261,15	26.266,26	21.612,47	41.877,41	27.050,55	25.091,77	40.525,81	52.002,50	42.859,77	412.542,68	400.000,00
Outras Receitas Tributárias	28.401,27	24.712,90	31.424,10	45.254,15	29.293,66	116.545,27	190.873,36	353.676,44	99.144,51	67.851,67	39.482,77	24.315,09	1.050.975,19	1.205.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	120.211,02	122.228,36	120.451,26	124.394,32	190.141,65	126.503,71	137.952,93	140.047,90	142.729,53	147.675,55	148.138,34	147.260,40	1.667.734,97	1.645.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	132.697,73	150.762,80	209.228,42	78.293,67	188.131,83	187.096,22	185.459,00	321.140,50	136.279,44	23.262,69	249.387,88	241.375,95	2.103.116,13	1.760.000,00
RECEITA AGROPECUARIA	1.472,00	2.800,00	2.810,00	2.025,00	1.646,00	1.815,00	1.050,00	878,00	3.845,00	0,00	2.770,00	1.935,00	23.046,00	30.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.774,35	6.807,22	5.555,47	4.813,04	6.456,55	35.514,99	13.086,41	8.917,08	8.439,48	8.920,59	4.388,00	5.083,87	111.757,05	190.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.994.972,09	3.300.345,90	3.237.717,97	3.809.258,57	3.022.440,30	3.047.064,47	3.201.736,09	3.470.960,14	3.273.359,97	3.137.124,34	2.840.505,82	2.916.928,90	38.252.414,56	45.265.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	587.240,74	771.886,49	815.527,64	1.371.441,62	861.971,49	1.042.685,47	708.149,94	892.501,19	998.199,44	851.812,43	636.105,03	701.928,57	10.239.450,05	11.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.285.169,36	1.299.164,27	1.324.794,61	1.346.165,26	1.156.938,92	1.005.507,37	1.115.120,81	1.168.170,40	1.050.501,14	1.085.563,12	1.061.812,48	1.062.878,75	13.961.786,49	15.500.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	134.153,05	150.410,26	115.991,66	76.860,97	59.431,21	95.932,15	131.888,90	145.335,92	143.658,21	139.258,98	156.503,70	159.727,56	1.509.152,57	1.300.000,00
Cota-Parte do ITR.	7.036,44	9.368,68	172,88	482,17	158,97	127,28	106,55	362,84	96,57	227,92	503,11	302,32	18.945,73	10.000,00
Outras Transferências Correntes	482.239,40	538.727,41	454.680,76	489.748,49	366.312,46	353.377,19	671.837,48	657.958,22	488.299,72	481.018,88	449.512,89	434.940,82	5.868.653,72	10.465.000,00
Transferências da LC 61/1989	20.381,04	28.791,39	27.003,51	30.393,60	8.859,47	18.875,66	17.289,27	18.345,17	20.764,13	18.549,85	17.298,45	19.120,21	245.671,75	300.000,00
Transferências da LC 87/1996	6.646,45	6.646,45	6.646,45	6.646,45	5.663,06	5.663,06	5.656,82	5.822,97	5.822,97	5.822,97	5.822,97	5.822,97	72.683,59	90.000,00
Transferências do FUNDEB	472.105,61	495.350,95	492.900,46	487.520,01	563.104,72	524.896,29	551.686,32	582.463,43	566.017,79	554.870,19	512.947,19	532.207,70	6.336.070,66	6.100.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	102.399,20	86.898,30	111.698,96	138.840,59	50.706,61	149.221,73	85.979,25	129.470,19	134.067,84	99.947,96	87.691,44	95.285,96	1.272.208,03	1.366.000,00
DEDUÇÕES (II)	463.405,51	505.903,28	508.346,54	536.673,58	526.031,52	488.284,24	446.758,75	497.706,31	499.491,65	476.050,03	431.564,86	445.551,21	5.825.767,48	6.435.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	51.047,58	52.649,96	50.049,15	55.543,99	107.568,83	54.528,67	51.116,51	51.598,81	55.683,39	55.803,19	55.955,98	55.595,36	697.141,42	695.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	412.357,93	453.253,32	458.297,39	481.129,59	418.462,69	433.755,57	395.642,24	446.107,50	443.808,26	420.246,84	375.608,88	389.955,85	5.128.626,06	5.740.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.090.523,57	3.355.087,89	3.397.799,95	3.916.127,14	3.144.221,02	3.303.397,36	3.746.234,69	4.568.796,20	3.547.972,60	3.238.369,73	3.187.200,93	3.195.379,74	41.691.110,82	48.192.000,00

FONTE:

FORQUILHINHA, 26/09/2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito MunicipalZULEIDE I. HERDT WESTRUP
Contadora CRC 017.765/O-6ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Controlador Interno CRC/SC 029.078/O-9

Relatorio Resumido Execução Orçamentaria

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.426.000,00	3.426.000,00	477.302,63	2.394.665,66	69,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.120.000,00	1.120.000,00	42.288,73	779.732,34	69,62
1.1.1- IPTU	900.000,00	900.000,00	23.672,33	685.227,56	76,14
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	220.000,00	220.000,00	18.616,40	94.504,78	42,96
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	400.000,00	400.000,00	94.862,27	277.286,54	69,32
1.2.1- ITBI	400.000,00	400.000,00	94.862,27	277.286,54	69,32
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.458.000,00	1.458.000,00	275.025,20	1.074.698,19	73,71
1.3.1- ISS	1.418.000,00	1.418.000,00	271.486,29	1.036.544,88	73,10
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	3.538,91	38.153,31	95,38
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	448.000,00	448.000,00	65.126,43	262.948,59	58,69
1.4.1- IRRF	448.000,00	448.000,00	65.126,43	262.948,59	58,69
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	28.700.000,00	28.700.000,00	3.827.826,12	16.618.668,74	57,90
2.1- Cota-Parte FPM	11.500.000,00	11.500.000,00	1.338.033,60	6.693.353,56	58,20
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.500.000,00	11.500.000,00	1.338.033,60	6.693.353,56	58,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.500.000,00	15.500.000,00	2.124.691,23	8.706.492,99	56,17
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	90.000,00	90.000,00	11.645,94	46.097,79	51,22
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	36.418,66	139.102,21	46,37
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	805,43	1.885,56	18,86
2.6- Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	316.231,26	1.031.736,63	79,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	32.126.000,00	32.126.000,00	4.305.128,75	19.013.334,40	59,18

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.460.000,00	1.460.000,00	109.908,00	329.728,00	22,58
6.1- Transferências de Convênios	1.460.000,00	1.460.000,00	109.908,00	329.728,00	22,58
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	5.535.500,00	230.690,94	853.566,04	15,42
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.995.500,00	6.995.500,00	340.598,94	1.183.294,04	16,92

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.740.000,00	5.740.000,00	765.564,73	3.323.587,83	57,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	2.300.000,00	267.606,67	1.338.670,46	58,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.100.000,00	3.100.000,00	424.938,03	1.741.297,85	56,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	18.000,00	18.000,00	2.329,18	9.219,53	51,22
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	60.000,00	60.000,00	7.283,71	27.678,69	46,13
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	161,08	374,66	18,73
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	260.000,00	260.000,00	63.246,06	206.346,64	79,36
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.100.000,00	6.100.000,00	1.045.154,89	4.388.193,63	71,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.100.000,00	6.100.000,00	1.045.154,89	4.388.193,63	71,94
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	360.000,00	360.000,00	279.590,16	1.064.605,80	295,72

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.700.000,00	3.744.288,09	809.428,05	2.678.493,24	71,54
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.700.000,00	3.744.288,09	809.428,05	2.678.493,24	71,54
14- OUTRAS DESPESAS	2.450.000,00	2.553.000,00	302.243,69	1.744.568,01	68,33
14.1- Com Educação Infantil	1.400.000,00	1.353.000,00	113.316,59	808.732,18	59,77
14.2- Com Ensino Fundamental	1.050.000,00	1.200.000,00	188.927,10	935.835,83	77,99
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.150.000,00	6.297.288,09	1.111.671,74	4.423.061,25	70,24
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					61,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	8.031.500,00	8.031.500,00	1.076.282,19	4.753.333,60	59,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.300.000,00	2.150.000,00	144.055,75	926.615,73	43,10
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.400.000,00	1.353.000,00	113.316,59	808.732,18	59,77
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	900.000,00	797.000,00	30.739,16	117.883,55	14,79
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.840.000,00	8.049.288,09	1.264.889,12	4.909.076,76	60,99
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.750.000,00	4.944.288,09	998.355,15	3.614.329,07	73,10
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.090.000,00	3.105.000,00	266.533,97	1.294.747,69	41,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	140.000,00	140.000,00	8.841,38	58.863,91	42,05
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	15.000,00	15.000,00	894,77	6.946,21	46,31
28- OUTRAS	305.000,00	401.781,90	70.578,00	211.235,19	52,57
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.600.000,00	10.756.069,99	1.489.259,02	6.112.737,80	56,83
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.064.605,80
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					44.288,09
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.108.893,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.726.798,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,86

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	610.000,00	610.000,00	112.506,18	441.387,01	72,36
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.740.000,00	1.725.000,00	189.227,03	953.920,99	55,30
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.350.000,00	2.335.000,00	301.733,21	1.395.308,00	59,76
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.950.000,00	13.091.069,99	1.790.992,23	7.508.045,80	57,35
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.388.193,63	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.388.193,63	0,00

FORQUILHINHA, 26/09/2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ZULEIDE I. HERDT WESTRUP
Contadora CRC 017.765/O-6

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Controle Interno CRC/SC 029.078/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 44.288,09, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Nº 2155/2012

LEI Nº 2155, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR EVENTOS E FESTIVIDADES ALUSIVAS AO DIA DO PROFESSOR E DIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar eventos e festividades alusivas ao Dia do Professor e Dia do Servidor Público Municipal, comemorados nos dias 15 e 28 de outubro, respectivamente.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a custear as despesas decorrentes da realização dos eventos e festividades autorizados nesta LEI.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, 26 de Setembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1970/2012

PORTARIA Nº 1.970, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT12PMF222, Processo Administrativo Licitatório nº 0220/2012, Tomada de Preços nº 0036/2012, cujo objeto é a execução do piso poliesportivo com sistema de absorção de impacto em madeira, com fornecimento de mão-de-obra e materiais no Centro de Eventos, localizado na Avenida Paraná, esquina com a Avenida Rio Grande do Sul, neste município.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1971/2012

PORTARIA Nº 1.971, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT12PMF226, Processo Administrativo Licitatório nº 0210/2012, Tomada de Preços nº 0033/2012, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ em trecho da Avenida Guilherme Pinz, no Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo, com área total a pavimentar de 16.160,56 m².

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0030/2012 - Rp 0016 -Sf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2012 - SF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0016/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de motobombas para instalação nos poços artesianos da Sanefrai que apresentarem problemas no abastecimento de água na cidade de Fraiburgo (reserva). Validade da Ata: Outubro de 2012 a Janeiro de 2013. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 09/10/2012. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de setembro de 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial Nº 0031/2012- Sf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2012 - SF

Objeto: Aquisição de um conjunto motobomba, painel de comando e serviço de instalação dos equipamentos no Poço Portal (vazão 72.000 litros hora) para funcionamento do recalque do poço até a Estação de Tratamento de Água da Sanefrai no bairro Santo Antônio. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 15:15 horas do dia 09.10.2012. Abertura: Às 15:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de setembro de 2012.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial Nº 0144/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0144/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de peças novas para reposição na caixa de engrenagem do gira círculo da Motoniveladora HWB 165 S, nº 20. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 09.10.2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0146/2012 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0146/2012 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de Almoço no dia 15 de outubro de 2012, na comemoração ao "Dia do Professor", e no dia 26 de outubro de 2012 em homenagem ao dia do Funcionário Público que serão realizados no Parque da Maçã e no Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã", respectivamente. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 10:15 horas do dia 09.10.2012. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 26 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0037/2012 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0037/2012 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ da Rua Vinicius de Moraes, no bairro Jardim das Hortências, nesta cidade de Fraiburgo, com área total a pavimentar de 1.539,71 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do Art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 26 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0037/2012-PMF Dom

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0037/2012 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ da Rua Vinicius de Moraes, no bairro Jardim das Hortências, nesta cidade de Fraiburgo, com área total a pavimentar de 1.539,71 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, da empresa habilitada, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora a seguinte licitante: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no valor global de R\$ 124.224,60 (cento e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), ficando este valor abaixo do estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 26 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12sf08

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12SF08

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11SF25

ÓRGÃO GERENCIADOR: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI FORNECEDOR: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DOS VEÍCULOS ESPECIFICADOS DO LOTE 1 DO EDITAL, COM COBERTURA TOTAL E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, DURANTE O PERÍODO DE OUTUBRO/2011 A SETEMBRO DE 2012. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA SEGUNDA O QUAL SERÁ DE 01/10/2012 A 30/09/2013. DIANTE DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL ACIMA REFERIDA, NOS TERMOS DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA FICA REAJUSTADO O REFERIDO CONTRATO NO VALOR DE R\$ 1.568,38 (UM MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) COM BASE NO INPC DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, NO PERCENTUAL DE 5,26%, QUE SERÁ PAGO EM UMA ÚNICA PARCELA ATÉ O DIA 26/10/2012, PASSANDO ASSIM O

VALOR TOTAL DO CONTRATO PREVISTO NA CLÁUSULA QUARTA A SER DE R\$ 3.058,38 (TRÊS MIL, CINQUENTA E OITO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 10.09.2012 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.09.2012 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0025/2012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0015.

FRAIBURGO (SC), 25 DE SETEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo Ta12sf09

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12SF09
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11SF26
ÓRGÃO GERENCIADOR: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI FORNECEDOR: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DOS CAMINHÕES ESPECIFICADOS DO LOTE 2 DO EDITAL, COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS, DURANTE O PERÍODO DE OUTUBRO/2011 A SETEMBRO DE 2012. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA SEGUNDA O QUAL SERÁ DE 01/10/2012 A 30/09/2013. DIANTE DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL ACIMA REFERIDA, NOS TERMOS DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA FICA REAJUSTADO O REFERIDO CONTRATO NO VALOR DE R\$ 631,55 (SEISCENTOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS) COM BASE NO INPC DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, NO PERCENTUAL DE 5,26%, QUE SERÁ PAGO EM UMA ÚNICA PARCELA ATÉ O DIA 26/10/2012, PASSANDO ASSIM O VALOR TOTAL DO CONTRATO PREVISTO NA CLÁUSULA QUARTA A SER DE R\$ 1.231,56 (UM MIL, DUZENTOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 10.09.2012 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.09.2012 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0025/2012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0015.

FRAIBURGO (SC), 25 DE SETEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo Ta12sf10

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12SF10
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11SF27
ÓRGÃO GERENCIADOR: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI FORNECEDOR: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DO VEÍCULO E DAS MÁQUINAS ESPECIFICADAS NOS LOTES 3 E 4 DO EDITAL, COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS, DURANTE O PERÍODO DE OUTUBRO/2011 A SETEMBRO DE 2012. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA SEGUNDA O QUAL SERÁ DE 01/10/2012 A 30/09/2013. DIANTE DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL ACIMA REFERIDA, NOS TERMOS DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA FICA REAJUSTADO O REFERIDO CONTRATO NO VALOR DE R\$ 336,83 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) COM BASE NO INPC DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, NO PERCENTUAL DE 5,26%, QUE SERÁ PAGO EM UMA ÚNICA PARCELA ATÉ O DIA 26/10/2012, PASSANDO ASSIM O VALOR TOTAL DO CONTRATO PREVISTO NA CLÁUSULA QUARTA A SER DE R\$ 656,83 (SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 10.09.2012 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.09.2012 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0025/2012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0015.

FRAIBURGO (SC), 25 DE SETEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Contrato Ct12pmf202-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF202
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA RECONSTRUÇÃO DA RESIDÊNCIA DO SR. DOLIVAL MORESKI EM VIRTUDE DE SINISTRO COM PERDA TOTAL. VALOR TOTAL: R\$ 8.900 (OITO MIL E NOVECENTOS REAIS) DATA: 04.09.2012. VIGÊNCIA: 04.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 206/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0127/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf203-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF203
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: REZZADORI COMERCIO DE MAD. E MAT. DE CONST. LTDA M. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA RECONSTRUÇÃO DA RESIDÊNCIA DO SR. DOLIVAL MORESKI EM VIRTUDE DE SINISTRO COM PERDA TOTAL. VALOR TOTAL: R\$ 3.014,92 (TRÊS MIL E QUATORZE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) DATA: 04.09.2012. VIGÊNCIA: 04.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 206/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0127/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf204-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF204
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CLODOMIR TÓFFOLI. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES DE VERÃO PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE. VALOR TOTAL: R\$ 32.032 (TRINTA E DOIS MIL E TRINTA E DOIS REAIS) DATA: 04.09.2012. VIGÊNCIA: 04.09.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 204/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0125/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf205-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF205
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: COOPERTRINTA-COOP. DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ARTIGO 18 DA RESOLUÇÃO Nº 38/2009, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL. VALOR TOTAL: R\$ 51.509,1 (CINQUENTA E UM MIL QUINHENTOS E NOVE REAIS E DEZ CENTAVOS) DATA: 05.09.2012. VIGÊNCIA: 05.09.2012 A 31.12.2012.

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 207/2012 - PMF.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0128/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf206-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF206
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA:
DADO SCHNEIDER - CAPACITAÇÃO CORPORATIVA LTDA. OBJE-
TO: CESSÃO DO PALESTRANTE, SÓCIO DA EMPRESA CONTRA-
TADA, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PALESTRA DIRECIONADA A
TODOS OS SERVIDORES DESTES MUNICÍPIO EM HOMENAGEM AO
"DIA DO SERVIDOR PÚBLICO". VALOR TOTAL: R\$ 8.962 (OITO
MIL NOVECENTOS E SESENTA E DOIS REAIS) DATA: 05.09.2012.
VIGÊNCIA: 05.09.2012 A 02.11.2012. PROCESSO ADMINISTRA-
TIVO LICITATÓRIO: Nº 222/2012 - PMF. INEXIGIBILIDADE: Nº
0034/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf207-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF207
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA:
RUDINEI SCHNEIDER. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
DO RAMO PARA A REALIZAÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL DE
DIVULGAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO COM
TEMAS ENVOLVENDO "A CIDADE DE FRAIBURGO", "OS PONTOS
TURÍSTICOS" E "ONDE HOSPEDAR-SE", COM DURAÇÃO DE ATÉ
12 (DOZE) MINUTOS E CONFORME APROVAÇÃO DO DESENFRAI
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO. VALOR TO-
TAL: R\$ 5.000 (CINCO MIL REAIS) DATA: 06.09.2012. VIGÊNCIA:
06.09.2012 A 31.10.2012. COMPRA DIRETA: Nº 1668/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf208-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF208
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: TÁR-
SIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO
DE MOBILIÁRIO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE SÃO SEBASTIÃO,
SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ, E PARA A SALA DA ASSESSORIA
DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO. VALOR TOTAL: R\$ 15.400
(QUINZE MIL E QUATROCENTOS REAIS) DATA: 06.09.2012. VI-
GÊNCIA: 06.09.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATI-
VO LICITATÓRIO: Nº 208/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº
0129/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf209-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF209
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA:

ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: AQUISI-
ÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO NA CONFECÇÃO DE
ENFEITES E CARROS ALEGÓRICOS QUE SERÃO UTILIZADOS
NAS FESTIVIDADES NATALINAS DO MUNICÍPIO. VALOR TOTAL:
R\$ 6.699,99 (SEIS MIL SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS
E NOVENTA E NOVE CENTAVOS) DATA: 06.09.2012. VIGÊNCIA:
06.09.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITA-
TÓRIO: Nº 211/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0131/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf210-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF210
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: PIATÃ
COMERCIO DE PEÇAS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
PARA USO NA CONFECÇÃO DE ENFEITES E CARROS ALEGÓRICOS
QUE SERÃO UTILIZADOS NAS FESTIVIDADES NATALINAS DO MU-
NICÍPIO. VALOR TOTAL: R\$ 2.098 (DOIS MIL E NOVENTA E OITO
REAIS) DATA: 06.09.2012. VIGÊNCIA: 06.09.2012 A 31.12.2012.
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 211/2012 - PMF.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0131/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf211-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF211
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: PE-
DRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: AQUI-
SIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA CONFECÇÃO DE ENFEITES
E CARROS ALEGÓRICOS QUE SERÃO UTILIZADOS NAS FESTIVI-
DADES NATALINAS DO MUNICÍPIO. VALOR TOTAL: R\$ 6.749,98
(SEIS MIL SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA
E OITO CENTAVOS) DATA: 06.09.2012. VIGÊNCIA: 06.09.2012
A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº
211/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0131/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf213-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF213
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: PO-
VOCOM INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE NO-
TEBOOKS PARA USO DA POLÍCIA MILITAR. VALOR TOTAL: R\$
4.110 (QUATRO MIL CENTO E DEZ REAIS) DATA: 12.09.2012.
VIGÊNCIA: 12.09.2012 A 01.10.2013. PROCESSO ADMINISTRA-
TIVO LICITATÓRIO: Nº 209/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL:
Nº 0130A/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf214-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF214

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: AL-TERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO NA UNIDADE DE SAÚDE SÃO MIGUEL. VALOR TOTAL: R\$ 3.321,84 (TRÊS MIL TREZENTOS E VINTE E UM REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS) DATA: 17.09.2012. VIGÊNCIA: 17.09.2012 A 01.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 214/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0133/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf215-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF215

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CIRÚRGICA CLIMAZA COM. REPRES. ASSIST. TÉC. LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE SÃO MIGUEL E MACIEIRA. VALOR TOTAL: R\$ 3.745 (TRÊS MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS) DATA: 17.09.2012. VIGÊNCIA: 17.09.2012 A 01.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 214/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0133/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf216-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF216

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO NA UNIDADE DE SAÚDE SÃO MIGUEL. VALOR TOTAL: R\$ 5.800 (CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS) DATA: 17.09.2012. VIGÊNCIA: 17.09.2012 A 01.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 214/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0133/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf217-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF217

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: M. F. DE ALMEIDA & CIA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE SÃO MIGUEL E SÃO SEBASTIÃO. VALOR TOTAL: R\$ 2.660 (DOIS MIL SEISCENTOS E SESSENTA REAIS) DATA: 17.09.2012. VIGÊNCIA: 17.09.2012 A 01.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 214/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0133/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf218-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF218

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRATOS DE VIDRO PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. VALOR TOTAL: R\$ 1.949,45 (MIL NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS) DATA: 19.09.2012. VIGÊNCIA: 19.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 218/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0135/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf219-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF219

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: GIGA 1.COM LTDA. OBJETO: OBJETO A AQUISIÇÃO DE LIQUIDIFICADORES INDUSTRIAIS PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. VALOR TOTAL: R\$ 2.480 (DOIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS) DATA: 19.09.2012. VIGÊNCIA: 19.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 218/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0135/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf220-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF220

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SUPERMERCADO JOTA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TALHERES E OUTROS MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. VALOR TOTAL: R\$ 3.149,99 (TRÊS MIL CENTO E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS) DATA: 19.09.2012. VIGÊNCIA: 19.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 218/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0135/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf221-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF221

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BACIAS, PANEAS, COPOS, PRATOS, JARRAS E OUTROS MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. VALOR TOTAL: R\$ 10.899,99 (DEZ MIL OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS) DATA: 19.09.2012. VIGÊNCIA: 19.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 218/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0135/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf223-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF223

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO NA CONFECCÃO DE ENFEITES E CARROS ALEGÓRICOS QUE SERÃO UTILIZADOS NAS FESTIVIDADES NATALINAS DO MUNICÍPIO. VALOR TOTAL: R\$ 2.889,98 (DOIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) DATA: 21.09.2012. VIGÊNCIA: 21.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 221/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0137/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf224-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF224

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO NA CONFECCÃO DE ENFEITES E CARROS ALEGÓRICOS QUE SERÃO UTILIZADOS NAS FESTIVIDADES NATALINAS DO MUNICÍPIO. VALOR TOTAL: R\$ 4.913,96 (QUATRO MIL NOVECIENTOS E TREZE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) DATA: 21.09.2012. VIGÊNCIA: 21.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 221/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0137/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf225-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF225

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: REZZADORI COMERCIO DE MAD. E MAT. DE CONST. LTDA M. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SARRAFOM E MADEIRAS PARA USO NA CONFECCÃO DE ENFEITES E CARROS ALEGÓRICOS QUE SERÃO UTILIZADOS NAS FESTIVIDADES NATALINAS DO MUNICÍPIO. VALOR TOTAL: R\$ 1.700 (MIL E SETECENTOS REAIS) DATA: 21.09.2012. VIGÊNCIA: 21.09.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 221/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0137/2012.

FRAIBURGO (SC), 25.09.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
20/9/2012	Ministério da Saúde	Saúde Bucal	7.805,00
20/9/2012	Ministério da Saúde	Especificidades	4.989,95

21/9/2012	Ministério da Saúde	PMAQ	11.700,00
21/9/2012	Ministério da Saúde	PSF	2.795,00

Extrato de Ata At12fms15

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12FMS15 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FMS. FORNECEDOR: CENTERLABSC - COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA ME. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR-R\$
1	Ácido Úrico Enzimático	Analisa	0,20
2	Colesterol Enzimático	Analisa	0,18
3	Creatinina para aparelho Cobas Mira Plus - Cinético	Analisa	0,11
4	Glicose Enzimática	Analisa	0,05
5	Reagente para VDRL	Laborclin	4,68
6	TGO para aparelho Cobas Mira Plus - Cinético	Analisa	0,37
7	TGP para aparelho Cobas Mira Plus - Cinético	Analisa	0,37
8	Tira para teste de gravidez	Wama	0,54
9	Triglicerídeo Enzimático	Analisa	0,49
10	Uréia para aparelho Cobas Mira Plus - Cinético	Analisa	0,36
11	Colesterol HDL direto	Analisa	2,60

LOTE 6			
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR-R\$
47	Tubo à vácuo para coleta de sangue, c/ fluoreto - 5 ml	Vacuplast	0,30
48	Tubo à vácuo de 10 ml com gel separador	Vacuplast	0,62
49	Coloração de BAAR - Kit c/ 3 frascos de 500 ml	Newprov	40,05
50	Coloração de GRAM - Kit com 4 frascos de 500 ml	Newprov	37,44
51	Container para reagentes Cobas Mira Plus, redondo 4 ml	Plastbio	0,86
52	Container para reagentes Cobas Mira Plus, redondo 10 ml	Plastbio	1,49
53	Container para reagentes Cobas Mira Plus, quadrado 35 ml	Plastbio	1,60
54	Lancetas em metal - descartável - com 100 und.	Cral	8,62
55	Escova para lavagem de tubo de ensaio média	Prislika	2,88
56	Escova para lavagem de tubo de ensaio pequena	Prislika	2,99
57	Escova para lavagem de tubo de ensaio grande	Prislika	3,20

58	Garrote de tecido elástico c/ auto trava e regulagem de regulagem de tensão (adulto - infantil)	Import	14,78
LOTE 7			
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR-R\$
59	Estante em metal para tubos de ensaio com capacidade para 60 tubos	Recilab	19,20
60	Estante em metal para tubos de ensaio com capacidade para 40 tubos	Recilab	16,00

DATA:05.09.2012. VIGÊNCIA: 05.09.2012 A 31.01.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 35/2012 - FMS. PREÇO PRESENCIAL: Nº 0025/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0009/2012.

FRAIBURGO (SC), 25 setembro 2012.
NILCE PINZ
Secretária Municipal De Saúde

Extrato de Ata At12fms16

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12FMS16 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FMS. FORNECEDOR: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 2

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR-R\$
12	Teste glico hemoglobina glicada Dosagem turbidimétrica direta - única dosagem (sem necessidade de cálculo) Apenas um protocolo para dosagem A empresa vencedora deverá programar e validar o teste no equipamento do Laboratório de Análises Clínicas Municipal O hemolisado deverá ter estabilidade maior que 7 (sete) dias após preparo Prestar assistência técnica e científica	Labteste	4,45
13	Calibrador imunoturbidimetria	Labteste	173,25
14	Controle para hemoglobina glicosilada	Labteste	82,25

LOTE 3

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR-R\$
15	Tampa para tubo de ensaio plástico 12x75 mm	Cral	0,04
16	Tubo de ensaio plástico 12x75 mm - 5 ml	Cral	0,05
17	Ponteira para pipetas de 100 micro-litros - 1000 unidades	Cral	12,05

18	Ponteira para pipetas de 1 ml - 1000 unidades	Cral	20,65
19	Tubo à vácuo para coleta de sangue com acelerador - 10 ml	BD	0,34
20	Tubo à vácuo para coleta de sangue com EDTA - 5 ml	BD	0,33
21	Pipeta de pauster de plástico - 3 ml	Cral	0,05
22	Pipeta de vidro graduada 2 ml	Precision	2,14
23	Pipeta de vidro graduada 5 ml	Precision	2,50
24	Pipeta de vidro graduada 10 ml	Precision	2,58
25	Pipeta de VHS - Método de Westergren	Precision	2,50
26	Parasitofiltro para taças de 125 ml - pacote com 100 und	Descarplas	42,45
27	Copos para amostra para Aparelho Cobas Mira Plus - pacote com 1000 unidade	Cral	33,99
28	Multicubetas para aparelho Cobas Mira Plus com 12 poços analisadores bioquímicos	Cral	1,80
29	Pote para urina/fezes não estéril com rosca - transparente - 80 ml	Cral	0,34
30	Coletor de urina infantil feminino	Coleflex	0,37
31	Coletor de urina infantil masculino	Coleflex	0,37
32	Seringa de amostra para Aparelho Cobas Mira Plus	Hamilton	521,40
33	Seringa de reagente para Aparelho Cobas Mira Plus	Hamilton	665,21

LOTE 4

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR-R\$
34	Lâmina lisa para microscopia de 26x76 mm - cxa com 50 und	Precision	1,78
35	Lamínula para microscopia de 18x18 mm - cxa com 100 und	Precision	1,22
36	Agulha de amostra para aparelho Cobas Mira Plus	Roche	50,60
37	Papel termo sensível 100 mm x 49 m para aparelho Cobas Mira Plus	Infax Paper	4,45

LOTE 5

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR-R\$
38	Corante rápido para hematologia com 3 frascos - 500 ml	Newprov	27,00
39	Albumina bovina frasco com 10 ml	Diamed	21,00
40	Anti "A" monoclonal - 10 ml	Diamed	26,00
41	Anti "B" monoclonal - 10 ml	Diamed	26,00
42	Anti "D" monoclonal - 10 ml	Diamed	31,00



43	Óleo de imersão 100 ml	Newprov	10,00
44	Lugol corante para método de Gram 500 ml	Newprov	8,00
45	Álcool ácido descorante para método de coloração de BAAR - 1000 ml	Newprov	26,00
46	Álcool acetona - 1000 ml	Newprov	16,30

DATA:05.09.2012. VIGÊNCIA: 05.09.2012 A 31.01.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 35/2012 – FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0025/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0009/2012.

FRAIBURGO (SC), 25 setembro 2012.
NILCE PINZ
Secretária Municipal De Saúde

Extrato de Ata At12sf22

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12SF22 ÓRGÃO GERENCIADOR: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA JBA LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE HORAS DE RETROESCAVADEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SANEFRAI DURANTE OS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2012, CONSTANTES DO ITEM 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, CONFORME TABELA ABAIXO:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR- R\$
1	Hora	Retroescavadeira traçada 4 x 4	61,30

DATA:21.09.2012 VIGÊNCIA: 21.09.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 29/2012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0028/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0015/2012.

FRAIBURGO (SC), 25 DE SETEMBRO 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 136/2012.

DECRETO N.º 136, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.
ALTERA O DECRETO N.º 108/2012 QUE CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, especialmente do artigo 51 da Lei 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 2º, do Decreto n.º 108, de 19 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. São membros titulares da Comissão Permanente de Licitações os servidores municipais: RAFAEL DE SOUZA, LISIELE DE ARAÚJO PIRES, FERNANDO DA SILVA FERREIRA e LUCIANO

CARDOSO

§1º. A Comissão Permanente de Licitações será presidida pelo Senhor RAFAEL DE SOUZA.

§2º. Na ausência do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, a presidência dos trabalhos caberá ao membro mais idoso.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/09/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 137/2012.

DECRETO N.º 137, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

DEFINE A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA para o Exercício de 2013, no dia 15 de outubro de 2012, às 09:00 horas, no Auditório da Escola Municipal Pinguirito, à Rua Vice-Prefeito João Nicomedes Lentz, n.º 1.353, Pinguirito, Garopaba, Santa Catarina.

Art. 2º. A coordenação da Audiência será realizada pelo Senhor Ronye Paes, Secretário Municipal de Fazenda, juntamente comissão formada por 02 (dois) representantes, designados pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º. Ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba, NOTIFICADAS a indicar seus delegados representantes de 26/09 à 11/10/2012, por escrito, com entrega no Protocolo da Prefeitura Municipal, conforme Comunicado anexo ao presente Decreto.

Parágrafo Único. A realização da Audiência será aberta ao público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/09/2012, de

acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2001 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei Municipal nº 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, a comparecerem em AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 9:00 horas, do dia 15 de outubro de 2012, no Auditório da Escola Municipal Pinguirito, à Rua Vice-Pref. João N. Lentz, 1353 - Pinguirito, com o objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício de 2013.

Por este ato, ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba NOTIFICADAS, a indicar seus delegados representantes de 26/09 à 11/10/2012, por escrito, com entrega no Protocolo da Prefeitura Municipal, à Praça Governador Ivo Silveira, 296, de segunda a sexta-feira, no horário de 13:00 às 18:00 horas.

Garopaba, 25 de setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Portaria N.º 646/2012.

PORTARIA N.º 646, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Ofício n.º 649/2012, solicitando a abertura de sindicância administrativa para apurar denúncia, conforme documentos em anexo, sobre a servidora municipal Senhora SONIA REGINA PONCIANO, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0427.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante, os servidores: GISELE AMBROSIO BELTRÃO, LUIZ ALBERTO LAZZARIN e SALI HADRES, com a presidência da primeira, e secretariada pela Senhora JANAINA DE PAULAS.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta)

dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 19 de Setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/09/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 647/2012.

PORTARIA N.º 647, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Ofício n.º 646/2012, solicitando a abertura de sindicância administrativa para apurar irregularidades cometidas pela servidora municipal Senhora SILMARA DE OLIVEIRA BATISTA, Agente Comunitária de Saúde, matrícula funcional n.º 3613.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante, os servidores: DANIELA MARIA DOS SANTOS, LUCIA MARIA TAVARES RODRIGUES e CARINA LEITORLES ALMEIDA, com a presidência da primeira, e Assessoria Técnica da Senhora GISELE AMBROSIO BELTRÃO, representante da Assessoria Jurídica Municipal.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 19 de Setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/09/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 648/2012.

PORTARIA N.º 648, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012.

ALTERA DISPOSITIVOS DA PORTARIA N.º 538/2011, QUE "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO o Ofício SDS n.º 217/2012, em que a servidora municipal Senhora Marivone Inácia de Abreu, justifica sua solicitação de desligamento da Comissão referente a Portaria n.º 538/2011;

CONSIDERANDO que, o Processo Administrativo Disciplinar, referente à Portaria n. 538/2011, não foi concluído;

RESOLVE:

Art. 1º. Compôr nova Comissão para continuidade do Processo referente à Portaria nº 538, de 29 de julho de 2011.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, LORENA BERNARDO e SANDRA APARECIDA AMARAL, para sob a presidência da primeira, e secretariado pela servidora senhora FRANCINE INÁCIO PEDRO, conduzirem o Processo Administrativo Disciplinar, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. DESIGNAR para Assessoria Técnica da Senhora GISELE AMBROSIO BELTRÃO, representante da Assessoria Jurídica Municipal.

Art.4º. O novo prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 19 de Setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/09/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 659/2012.

PORTARIA N.º 659, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, o Servidor Municipal RAFAEL DOS SANTOS ULYSSEA, Arquiteto, CPF n.º 041.112.109-02, para exercer a função de COORDENAÇÃO DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicado no DOM/SC em 27/09/2012

Portaria N.º 661/2012.

PORTARIA N.º 661, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA/SC.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Designar para atuar como PREGOEIRO em licitações na modalidade pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de GAROPABA/SC, o servidor RAFAEL DE SOUZA.

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da EQUIPE DE APOIO em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de GAROPABA/SC, os servidores: LISIELE DE ARAÚJO PIRES, FERNANDO DA SILVA FERREIRA e LUCIANO CARDOSO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicado no DOM/SC em 27/09/2012

Extrato de Ata de Registro de Preço N°59/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2012 FMS

Ata nº. 59/2012; Processo nº. 167/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: AKON LTDA ME; ANCS INFORMATICA LTDA EPP; DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS LTDA; ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP; SCHEYLLA DE MENDONÇA ME; Objeto: Registro de Preço para aquisição de moveis para as Unidades de Saúde deste Município. Valor: R\$ 14.615,12; Data da Assinatura: 27/09/2012.

Extrato de Ata de Registro de Preço N°60/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2012 FMS

Ata nº. 60/2012; Processo nº. 168/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de papel A4, para atender as necessidades da secretaria de Saúde deste Município. Valor: R\$ 13.500,00; Data da Assinatura: 27/09/2012.

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.466, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 3.466, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BELCHIOR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Belchior, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 83.617.373/0001-33.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 25 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.467, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 3.467, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE INDICA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO - POLÍCIA MILITAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Polícia Militar, dois automóveis adquiridos com recursos provenientes do Convênio de Trânsito, a seguir relacionados:

I - AUT PALIO WEEK ADV 0-KM, Chassi nº 9BD373175D5010192 mod/fab 2013/2012, Comb. Gás/Alc., cor BRANCO BANCHISA, avaliado em R\$ 60.300,00 (sessenta mil e trezentos reais); e

II - AUT PALIO WEEK ADV 0-KM, Chassi nº 9BD373175D5010190 mod/fab 2013/2012, Comb. Gás/Alc., cor BRANCO BANCHISA, avaliado em R\$ 60.300,00 (sessenta mil e trezentos reais).

Art. 2º Os automóveis descritos no artigo anterior destinam-se ao uso exclusivo nas ações do 3º Comando do 10º Batalhão da Polícia Militar de Gaspar, sob pena de reversão ao patrimônio do doador caso não sejam mais utilizados para o fim a que se destinam.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 25 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.468, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 3.468, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A DOAÇÃO DO BEM MÓVEL QUE INDICA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO - BOMBEIROS MILITAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Bombeiros Militar os seguintes bens:

I - AUT UNO WAY 1.4, 4P, 0-KM, CHASSI 9BD195163D0377265 MOD/FAB 2013/2012, COMB. GAS/ALC, COR VERMELHO ALPINE, avaliado em R\$ 30.700,00 (trinta mil e setecentos reais).

II - AUT UNO WAY 1.4, 4P, 0-KM, CHASSI 9BD195163D0378168 MOD/FAB 2013/2012, COMB. GAS/ALC, COR VERMELHO ALPINE, avaliado em R\$ 30.700,00 (trinta mil e setecentos reais).

III - Demais bens móveis relacionados no Anexo I desta LEI.

Art. 2º Os bens móveis a serem doados destinam-se ao uso exclusivo do 3º Batalhão de Bombeiros, do Município Gaspar, sob pena de reversão ao patrimônio do doador.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 25 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.469, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 3.469, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS QUE INDICA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO - POLÍCIA CIVIL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Polícia Civil, os bens móveis relacionados no Anexo I desta LEI.

Art. 2º Os bens móveis a serem doados se destinam ao uso exclusivo nas ações da Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Gaspar, sob pena de reversão ao patrimônio do doador.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 25 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.470, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 3.470, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS QUE INDICA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO - POLÍCIA MILITAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Polícia Militar, os bens móveis relacionados no Anexo I desta LEI.

Art. 2º Os bens móveis a serem doados se destinam ao uso exclusivo nas ações do 3º Comando do 10º Batalhão da Polícia Militar de Gaspar, sob pena de reversão ao patrimônio do doador caso não sejam mais utilizados para o fim a que se destinam.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 25 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Resolução Nº. 010 /2012

RESOLUÇÃO Nº. 010 /2012

Aprova o Plano de Ação 2012 do MDS no município de Gaspar - SC

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, O Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal no. 1648/97.

CONSIDERANDO:

- Considerando a reunião extraordinária do CMAS do dia 29/08/2012;
- Considerando a PNAS;
- Considerando a NOB/SUAS;
- Considerando a NOB/RH;
- Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 7 de Dezembro de 1993:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação 2012 do MDS no município de Gaspar - SC, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 03 de setembro de 2012.

CANDICE MUNHOZ CAZORLA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº. 11, de 25 de Setembro de 2012.

RESOLUÇÃO Nº. 11, de 25 de setembro de 2012.

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DESTINADOS À POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE GASPAR NO ANO DE 2011 E O DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO ANO DE 2011.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal nº 1648 de 16 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e a Norma Operacional

Básica/2005, que têm como diretriz a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como o comando único das ações em cada esfera de governo;

- a NOB/2005, que reconhece o orçamento da Assistência Social como um dos instrumentos de planejamento orçamentário na administração pública, bem como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

- a competência do Conselho Municipal de Assistência Social, estabelecida na NOB/RH, para aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;

- as Portarias nº 440, de 23 de agosto de 2005 e nº 442, de 26 de agosto de 2005, que regulamentam os Pisos da Proteção Social Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, sua composição e as ações que financiam;

- a Portaria nº 96, de 26 de março de 2009, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais a Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio do SUASWeb, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

- a apresentação e aprovação em reunião extraordinária do CMAS, datada de 19 de setembro de 2012, da Prestação de Contas dos recursos federais, estaduais e municipais do ano de 2011, registrada em Ata CMAS nº 015/2012.

- a aprovação, em reunião extraordinária do CMAS, datada de 19 de setembro de 2012, do parecer da Comissão Especial, quanto ao Demonstrativo Físico Financeiro do ano de 2011, registrada em Ata CMAS nº 015/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos municipais, estaduais e federais destinados à Política de Assistência Social do município de Gaspar no ano de 2011.

Art. 2º Aprovar o Demonstrativo Sintético de Execução Físico-financeira do ano de 2011.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da presente data.

Gaspar, 25 de setembro de 2012.

GIANA CARLA LAIKOVSKI

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aviso do Pregão Presencial Nº 147/2012

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 147/2012

OBJETO: Registro de Preços de combustíveis para a frota municipal. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 14h do dia 11/10/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 11/10/2012 às 14h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 25/09/2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 89/2012

Tipo : Menor Preço por item.

Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO SW (PERUA), 0 (ZERO) KM, PARA POLICIAMENTO OSTENSIVO DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

Entrega dos Envelopes: 11/10/2012 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 11/10/2012 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br

GUARAMIRIM (SC), 26/09/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Ata Nº11/2012 de Rp 21/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º11

PREGÃO PRESENCIAL N.º21/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, MEDICAMENTOS E INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 21/2012.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC - Fundo Municipal de Saúde

Fornecedores:

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

CNPJ: nº00.802.002/0001-02

Vencedor dos itens: 02-03-04-05-09-10-11-12-13-14-21-45-47-51-52-53-54-55-57-60-62-63-65-69-70-71-72-74-76-77-78-79-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-98-99.

Valor: R\$ 15.169,92 (quinze mil cento e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos)

Cointer Material Médico Hospitalar LTDA

CNPJ: nº03.800.317/0001-09

Vencedor dos itens: 07-08-15-16-27-28-33.

Valor: R\$ 13.290,00 (treze mil duzentos e noventa reais)

Olimed Material Hospitalar LTDA

CNPJ: nº03.033.589/0001-12

Vencedor dos itens: 20-23-24-34-35-36-37-44-80-81-96-97.

Valor: R\$ 8.597,37 (oito mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos)

PROMEFARMA PRODUTOS MEDICOS FARMACEUTICOS

CNPJ: nº81.706.251/0001-98

Vencedor dos itens: 01.

Valor: R\$ 6.702,00 (seis mil setecentos e dois reais)

Trade Medical Com. Mat. Hosp. LTDA

CNPJ: nº06.555.143/0001-46

Vencedor dos itens: 19-22-26-48-49-50-56-58-59-61-66-67-68-75.

Valor: R\$ 4.476,75 (quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 21/09/2012 Término: 21/09/2013.

Guaramirim-SC, 27 de setembro de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 921/2012

PORTARIA Nº 921/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, à servidora CRISTIANE ZABOTT GARVIN (Matr. 532), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 286/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 25 de setembro de 2012 a 24 de outubro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Setembro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

Portaria Nº 922/2012

PORTARIA Nº 922/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 398/2012, da Servidora LILIANE APARECIDA VALDUGA KRUG (Matr. 3531), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, sendo que a mesma continuará a substituir a Servidora Cristiane Zabott Garvin, enquanto perdurar o afastamento desta servidora que se encontra afastada em Licença Prêmio, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Setembro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

Ibiam**PREFEITURA****Lei Nº 509/2012**

LEI N. 509, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O IFC - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, c/c o art. 158 e ss., ambos da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o IFC - Instituto Federal Catarinense, Campus de Videira/SC.

§ 1º. O convênio de que trata o caput deste artigo tem por objeto a celebração de parceria para fins de propiciar/regular condições de estágio curricular aos alunos do IFC junto às repartições públicas do Município de Ibiam.

§ 2º. Referido convênio não acarretará qualquer ônus aos cofres públicos municipais, e será formalizado de acordo com a legislação inerente.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo De Ibiam - Sc, 26 De Setembro De 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. Da Adm. E Da Fazenda

Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2012

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Poder Executivo

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada

Anexo III - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

Anexo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar

Anexo VII - Demonstrativo Simplicado do Relatório de Gestão Fiscal

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com pessoal Poder Executivo e Legislativo

```

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+
|
|                               Município de IBIAM - PODER EXECUTIVO                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório de Gestão Fiscal                                         |
|                               Demonstrativo da Despesa Com Pessoal                             |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                         |
|                               SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012                                       |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

```

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	4.184.990,01	0,00
Pessoal Ativo	3.964.434,03	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.448,74	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	214.107,24	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	4.184.990,01	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		8.518.763,51
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		49,13%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54,00%	4.600.132,30
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	51,30%	4.370.125,68

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de IBIAM - PODER EXECUTIVO	CONSOLIDADO
Relatório de Gestão Fiscal	
Demonstrativo da Despesa Com Pessoal	
Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social	
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012	

+-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	4.184.990,01	0,00
Pessoal Ativo	3.964.434,03	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.448,74	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	214.107,24	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	277.083,16	0,00
Pessoal Ativo	277.083,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF)(I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	4.462.073,17	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		8.518.763,51
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		52,38%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60,00%	5.111.258,11
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	4.855.695,20

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/0-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de IBIAM CONSOLIDADO |

| Relatório de Gestão Fiscal |

| Demonstrativo da Dívida Consolidada |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A AGOSTO 2012/2º Quadrimestre |

+-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Divida Consolidada (I)	339.891,87	236.862,74	149.334,27	0,00
Divida Contratual	339.891,87	236.862,74	149.334,27	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	1.205.778,25	1.130.771,31	409.021,69	0,00
Disponibilidade de Caixa	1.329.935,39	1.130.771,31	406.635,71	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	62,22	0,00	2.385,98	0,00
(-) Restos a Pagar	-124.219,36	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-865.886,38	-893.908,57	-259.687,42	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	8.250.032,57	8.473.083,62	8.518.763,51	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	4,12	2,80	1,75	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-10,50	-10,55	-3,05	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	9.900.039,08	10.167.700,34	10.222.516,21	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de IBIAM	CONSOLIDADO
	Relatório de Gestão Fiscal	
	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A AGOSTO 2012/2º Quadrimestre	

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.250.032,57	8.473.083,62	8.518.763,51	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.815.007,17	1.864.078,40	1.874.127,97	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
| Município de IBIAM CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A AGOSTO 2012/2º Quadrimestre |
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Operações Realizadas Até o 2º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	
Internas	0,00
Externas	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.518.763,51
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	1.363.002,16
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	596.313,45

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de IBIAM
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO 2012/4º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	406.635,71	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	326.740,61
Disponibilidade Financeira	406.635,71	Depósitos de Diversas Origens	92.822,42
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	233.918,19
Banco	406.635,71	Do Exercício	233.918,19
Contas Movimento	406.635,71	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	406.635,71	SUBTOTAL	326.740,61
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	79.895,10
TOTAL	406.635,71	TOTAL	406.635,71
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			1.761.372,78
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			-1.681.477,68

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	1.681.477,68	SUPERAVIT	0,00

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de IBIAM CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo dos Restos a Pagar |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/4º Bimestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IBIAM	0,00	0,00	3.586,42	113.721,81	0,00	76.631,56
Subtotal	0,00	0,00	3.586,42	113.721,81	0,00	0,00
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM	121.741,50	215.317,45	318.942,56	1.299.848,01	0,00	263.438,64
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM	2.477,86	75.698,35	2.692,95	319.660,52	0,00	166.523,06
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IB	0,00	5.562,80	0,00	28.142,44	0,00	129.937,13
Subtotal	124.219,36	296.578,60	321.635,51	1.647.650,97	0,00	559.898,83
TOTAL	124.219,36	296.578,60	325.221,93	1.761.372,78	0,00	636.530,39

F O N T E D E R E C U R S O S	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO	0,00	7.798,10	0,00	178.677,24	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	932,01	0,00	49.390,59	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	532,27	0,00	33.261,34	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	3.294,70	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	740,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	3.797,85	0,00	109.324,18	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	67.945,43	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	30.656,81	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	113.721,81	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	3.825,90	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	16.858,25	0,00	300.031,79	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	144,30	0,00	2.310,77	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	18.043,92	0,00	144.281,26	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	37,92	0,00	583.034,76	0,00	0,00
TOTAL	0,00	48.144,62	3.586,42	1.620.496,58	0,00	0,00

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/0-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IBIAM

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 2º Quadrimestre de 2012

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	4.184.990,01	49,13
Limite Maximo	4.600.132,30	54,00
Limite Prudencial	4.370.125,68	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	406.635,71	4,77
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	10.222.516,21	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	1.874.127,97	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito Internas e Externas	1.363.002,16	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antec. de Receita	596.313,45	7,00

	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM	INSCRIÇÃO EM
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR
	NÃO PROCES.	NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	1.761.372,78	406.635,71

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

Relatório Resumido da Execução Orçamentaria 4º Bimestre 2012

Anexo I - Balanço Orçamentário

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo V- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Nominal

Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário

Anexo IX - Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo X - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Anexo XI - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Anexo XIV - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Anexo XVI - Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

Anexo XVII - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

+ [CPL]-----		-----{ 001 }+	
Município de IBIAM		CONSOLIDADO	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária			
Balanço Orçamentário			
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO			

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.029.817,00	9.029.817,00	1.330.927,14	14,740	5.752.202,77	63,700	3.277.614,23
RECEITAS CORRENTES	9.029.810,00	9.029.810,00	1.285.745,58	14,240	5.506.239,61	60,980	3.523.570,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	312.355,00	312.355,00	39.242,66	12,560	178.082,32	57,010	134.272,68
IMPOSTOS	259.080,00	259.080,00	36.804,69	14,210	149.271,94	57,620	109.808,06
TAXAS	33.275,00	33.275,00	2.437,97	7,330	28.810,38	86,580	4.464,62
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.000,00
CONTRIBUIÇÃO SERV. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	49.760,00	49.760,00	3.654,21	7,340	33.229,46	66,780	16.530,54
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	49.760,00	49.760,00	3.654,21	7,340	33.229,46	66,780	16.530,54
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.420,00	2.420,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.420,00
Outras Receitas Agropecuárias	2.420,00	2.420,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.420,00
RECEITA DE SERVIÇOS	101.640,00	101.640,00	21.494,75	21,150	60.402,69	59,430	41.237,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.493.150,00	8.493.150,00	1.219.704,75	14,360	5.212.202,34	61,370	3.280.947,66
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.429.150,00	8.429.150,00	1.120.896,26	13,300	5.016.261,25	59,510	3.412.888,75
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	64.000,00	64.000,00	98.808,49	154,390	195.941,09	306,160	-131.941,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.485,00	69.485,00	1.649,21	2,370	22.322,80	32,130	47.162,20
MULTAS E JUROS DE MORA	16.214,00	16.214,00	528,08	3,260	9.191,02	56,690	7.022,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.490,00	14.490,00	917,13	6,330	1.447,97	9,990	13.042,03
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.680,00	9.680,00	204,00	2,110	10.071,70	104,050	-391,70
RECEITAS DIVERSAS	29.101,00	29.101,00	0,00	0,000	1.612,11	5,540	27.488,89
RECEITAS DE CAPITAL	7,00	7,00	45.181,56	645450,8	245.963,16	3513759,	-245.956,16
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7,00	7,00	45.181,56	645450,8	245.963,16	3513759,	-245.956,16
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7,00	7,00	45.181,56	645450,8	245.963,16	3513759,	-245.956,16
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	9.029.817,00	9.029.817,00	1.330.927,14	100,000	5.752.202,77	100,000	3.277.614,23
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	9.029.817,00	9.029.817,00	1.330.927,14	100,000	5.752.202,77	100,000	3.277.614,23
DÉFICIT (VI)					855.559,90		
TOTAL (VII)=(V+VI)	9.029.817,00	9.029.817,00	1.330.927,14		5.752.202,77		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	729.132,21	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	729.132,21	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	729.132,21	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	9.029.817,00	1.880.741,92	10.910.558,92	1.136.320,50	8.369.135,45	1.793.985,21	6.607.762,67	0,00	60,56	4.302.796,25
DESPESAS CORRENTES	8.417.210,00	335.012,94	8.752.222,94	1.038.841,19	6.437.900,92	1.399.864,68	5.427.503,04	0,00	62,01	3.324.719,90
Pessoal e Encargos Sociais	4.624.838,50	-37.897,79	4.586.940,71	657.504,89	3.142.634,82	717.318,51	2.975.019,52	0,00	64,86	1.611.921,19
Juros/Encargos da Dívida	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	18.000,00	1.185,28	9.516,08	0,00	31,72	20.483,92
Outras despesas Correntes	3.762.371,50	372.910,73	4.135.282,23	381.336,30	3.277.266,10	681.360,89	2.442.967,44	0,00	59,08	1.692.314,79
DESPESAS DE CAPITAL	600.507,00	1.545.728,98	2.146.235,98	97.479,31	1.931.234,53	394.120,53	1.180.259,63	0,00	54,99	965.976,35
Investimentos	314.507,00	1.397.728,98	1.712.235,98	88.729,31	1.497.234,53	350.476,53	804.227,03	0,00	46,97	908.008,95
Inversões Financeiras	10.000,00	190.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	100,00	0,00
Amortização da Dívida	276.000,00	-42.000,00	234.000,00	8.750,00	234.000,00	43.644,00	176.032,60	0,00	75,23	57.967,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.100,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAM)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	9.029.817,00	1.880.741,92	10.910.558,92	1.136.320,50	8.369.135,45	1.793.985,21	6.607.762,67	0,00	60,56	4.302.796,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	9.029.817,00	1.880.741,92	10.910.558,92	1.136.320,50	8.369.135,45	1.793.985,21	6.607.762,67	0,00	60,56	4.302.796,25
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	9.029.817,00	1.880.741,92	10.910.558,92	1.136.320,50	8.369.135,45	1.793.985,21	6.607.762,67	0,00	60,56	4.302.796,25

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS			SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSICONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSERResponsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de IBIAM CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	9.029.817,00	10.910.558,92	1.136.320,50	8.369.135,45	1.793.985,21	6.607.762,67	100,00	60,56	4.302.796,25
01	LEGISLATIVA	460.000,00	460.000,00	1.260,00	335.069,21	27.730,79	221.347,40	3,35	48,12	238.652,60
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	460.000,00	460.000,00	1.260,00	335.069,21	27.730,79	221.347,40	3,35	48,12	238.652,60
	Subtotal	460.000,00	460.000,00	1.260,00	335.069,21	27.730,79	221.347,40	3,35	48,12	238.652,60
04	ADMINISTRAÇÃO	1.421.544,40	1.485.544,91	157.328,18	1.226.139,76	246.034,92	990.703,60	14,99	66,69	494.841,31
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.421.544,40	1.485.544,91	157.328,18	1.226.139,76	246.034,92	990.703,60	14,99	66,69	494.841,31
	Subtotal	1.881.544,40	1.945.544,91	158.588,18	1.561.208,97	273.765,71	1.212.051,00	18,34	62,30	733.493,91
06	SEGURANÇA PÚBLICA	31.798,80	32.599,86	2.749,91	17.772,56	2.803,11	15.317,49	0,23	46,99	17.282,37
06.181	POLICIAMENTO	31.798,80	32.599,86	2.749,91	17.772,56	2.803,11	15.317,49	0,23	46,99	17.282,37
	Subtotal	1.913.343,20	1.978.144,77	161.338,09	1.578.981,53	276.568,82	1.227.368,49	18,57	62,05	750.776,28
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	403.001,00	442.704,75	45.570,96	239.353,11	55.754,07	202.490,67	3,06	45,74	240.214,08
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	23.000,00	23.000,00	622,00	11.340,62	2.097,98	8.896,20	0,13	38,68	14.103,80
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	356.001,00	395.704,75	44.948,96	228.012,49	53.656,09	193.594,47	2,93	48,92	202.110,28
	Subtotal	2.316.344,20	2.420.849,52	206.909,05	1.818.334,64	332.322,89	1.429.859,16	21,64	59,06	990.990,36
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	442.000,00	442.000,00	62.635,07	251.265,31	63.547,07	246.527,41	3,73	55,78	195.472,59
09.271	PREVIDÊNCIA BÁSICA	442.000,00	442.000,00	62.635,07	251.265,31	63.547,07	246.527,41	3,73	55,78	195.472,59
	Subtotal	2.758.344,20	2.862.849,52	269.544,12	2.069.599,95	395.869,96	1.676.386,57	25,37	58,56	1.186.462,95
10	SAÚDE	2.007.637,10	2.277.499,50	258.913,04	1.750.596,27	337.373,76	1.430.143,64	21,64	62,79	847.355,86
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.959.547,10	2.219.312,53	255.745,51	1.719.134,50	332.763,43	1.400.259,90	21,19	63,09	819.052,63
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.890,00	10.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.890,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	9.680,00	19.449,08	0,00	16.622,97	1.200,00	15.837,05	0,24	81,43	3.612,03
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	26.520,00	26.847,89	3.167,53	14.838,80	3.410,33	14.046,69	0,21	52,32	12.801,20
	Subtotal	4.765.981,30	5.140.349,02	528.457,16	3.820.196,22	733.243,72	3.106.530,21	47,01	60,43	2.033.818,81
12	EDUCAÇÃO	1.857.068,50	2.119.373,05	332.181,06	1.425.161,40	547.813,54	1.309.377,72	19,82	61,78	809.995,33
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.409.191,50	1.643.584,10	242.881,94	1.150.046,22	444.880,47	1.056.122,47	15,98	64,26	587.461,63
12.362	ENSINO MÉDIO	60.927,00	64.470,10	2.548,68	29.005,32	3.701,68	20.627,80	0,31	32,00	43.842,30
12.364	ENSINO SUPERIOR	50.000,00	40.000,00	0,00	32.000,00	6.665,69	18.517,59	0,28	46,29	21.482,41
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	336.950,00	371.318,85	86.750,44	214.109,86	92.565,70	214.109,86	3,24	57,66	157.208,99
	Subtotal	6.623.049,80	7.259.722,07	860.638,22	5.245.357,62	1.281.057,26	4.415.907,93	66,83	60,83	2.843.814,14
13	CULTURA	113.000,00	103.000,00	12.903,75	54.519,01	14.305,75	49.136,31	0,74	47,71	53.863,69
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	113.000,00	103.000,00	12.903,75	54.519,01	14.305,75	49.136,31	0,74	47,71	53.863,69
	Subtotal	6.736.049,80	7.362.722,07	873.541,97	5.299.876,63	1.295.363,01	4.465.044,24	67,57	60,64	2.897.677,83
15	URBANISMO	153.292,20	793.513,23	8.138,55	704.498,15	58.695,89	121.425,47	1,84	15,30	672.087,76
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	20.001,00	665.512,03	0,00	587.169,20	35.051,85	35.051,85	0,53	5,27	630.460,18
15.452	SERVIÇOS URBANOS	133.291,20	128.001,20	8.138,55	117.328,95	23.644,04	86.373,62	1,31	67,48	41.627,58
	Subtotal	6.889.342,00	8.156.235,30	881.680,52	6.004.374,78	1.354.058,90	4.586.469,71	69,41	56,23	3.569.765,59
16	HABITAÇÃO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
	Subtotal	6.894.343,00	8.161.236,30	881.680,52	6.004.374,78	1.354.058,90	4.586.469,71	69,41	56,20	3.574.766,59
17	SANEAMENTO	6.002,00	195.511,71	0,00	149.191,99	0,00	149.191,99	2,26	76,31	46.319,72
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	5.001,00	15.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.001,00
17.605	ABASTECIMENTO	1.001,00	180.510,71	0,00	149.191,99	0,00	149.191,99	2,26	82,65	31.318,72
	Subtotal	6.900.345,00	8.356.748,01	881.680,52	6.153.566,77	1.354.058,90	4.735.661,70	71,67	56,67	3.621.086,31
18	GESTÃO AMBIENTAL	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	6.903.345,00	8.356.748,01	881.680,52	6.153.566,77	1.354.058,90	4.735.661,70	71,67	56,67	3.621.086,31
20	AGRICULTURA	487.401,00	514.689,16	45.816,95	371.419,33	81.306,83	316.974,73	4,80	61,59	197.714,43

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de IBIAM CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	12.001,00	39.289,16	0,00	33.668,16	0,00	33.668,16	0,51	85,69	5.621,00
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	5.000,00	5.000,00	230,00	3.829,80	849,60	949,40	0,01	18,99	4.050,60
20.606	EXTENÇÃO RURAL	470.400,00	470.400,00	45.586,95	333.921,37	80.457,23	282.357,17	4,27	60,02	188.042,83
	Subtotal	7.390.746,00	8.871.437,17	927.497,47	6.524.986,10	1.435.365,73	5.052.636,43	76,47	56,95	3.818.800,74
22	INDÚSTRIA	15.000,00	205.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	3,03	97,56	5.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	15.000,00	205.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	3,03	97,56	5.000,00
	Subtotal	7.405.746,00	9.076.437,17	927.497,47	6.724.986,10	1.435.365,73	5.252.636,43	79,49	57,87	3.823.800,74
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
23.695	TURISMO	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
	Subtotal	7.409.746,00	9.080.437,17	927.497,47	6.724.986,10	1.435.365,73	5.252.636,43	79,49	57,85	3.827.800,74
24	COMUNICAÇÕES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	7.414.746,00	9.080.437,17	927.497,47	6.724.986,10	1.435.365,73	5.252.636,43	79,49	57,85	3.827.800,74
25	ENERGIA	86.000,00	99.443,16	13.243,16	98.443,16	30.263,80	67.786,35	1,03	68,17	31.656,81
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	86.000,00	99.443,16	13.243,16	98.443,16	30.263,80	67.786,35	1,03	68,17	31.656,81
	Subtotal	7.500.746,00	9.179.880,33	940.740,63	6.823.429,26	1.465.629,53	5.320.422,78	80,52	57,96	3.859.457,55
26	TRANSPORTE	1.055.971,00	1.208.771,00	176.236,71	1.068.696,89	261.780,70	906.752,69	13,72	75,01	302.018,31
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.055.971,00	1.208.771,00	176.236,71	1.068.696,89	261.780,70	906.752,69	13,72	75,01	302.018,31
	Subtotal	8.556.717,00	10.388.651,33	1.116.977,34	7.892.126,15	1.727.410,23	6.227.175,47	94,24	59,94	4.161.475,86
27	DESPORTO E LAZER	38.000,00	38.000,00	8.858,36	33.965,90	8.858,36	33.225,90	0,50	87,44	4.774,10
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	38.000,00	38.000,00	8.858,36	33.965,90	8.858,36	33.225,90	0,50	87,44	4.774,10
	Subtotal	8.594.717,00	10.426.651,33	1.125.835,70	7.926.092,05	1.736.268,59	6.260.401,37	94,74	60,04	4.166.249,96
28	ENCARGOS ESPECIAIS	423.000,00	471.807,59	10.484,80	443.043,40	57.716,62	347.361,30	5,26	73,62	124.446,29
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	423.000,00	471.807,59	10.484,80	443.043,40	57.716,62	347.361,30	5,26	73,62	124.446,29
	Subtotal	9.017.717,00	10.898.458,92	1.136.320,50	8.369.135,45	1.793.985,21	6.607.762,67	100,00	60,63	4.290.696,25
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
	Subtotal	9.029.817,00	10.910.558,92	1.136.320,50	8.369.135,45	1.793.985,21	6.607.762,67	100,00	60,56	4.302.796,25
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL(III)=(I+II)	9.029.817,00	10.910.558,92	1.136.320,50	8.369.135,45	1.793.985,21	6.607.762,67	100,00	60,56	4.302.796,25

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/0-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de IBIAM CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	09/2011	10/2011	11/2011	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012
RECEITAS CORRENTES (I)	713.891,70	866.847,61	838.520,54	1.149.004,14	821.010,84	861.005,23	746.189,18
Receita Tributária	14.692,06	16.456,75	9.780,97	40.119,69	13.657,42	17.365,55	23.022,22
IPTU	260,50	1.384,42	318,13	661,98	0,00	0,00	0,00
ISS	5.093,44	4.935,83	3.535,43	7.035,94	4.184,99	2.939,40	7.491,20
ITBI	4.122,00	4.493,85	600,00	3.194,00	650,00	0,00	420,00
IRRF	4.898,22	4.903,12	4.867,67	28.339,27	6.936,30	5.600,19	6.869,18
Outras	317,90	739,53	459,74	888,50	1.886,13	8.825,96	8.241,84
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	6.281,53	3.604,90	5.134,99	7.109,13	6.706,03	6.355,68	6.591,98
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.446,00	8.184,80	6.220,45	10.786,86	2.691,32	3.307,00	1.592,25
Transferências Correntes	682.383,42	784.050,23	812.695,50	1.085.360,36	795.580,76	831.949,90	712.793,61
Cota-Parte do FPM	293.620,37	385.943,24	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98
Cota-Parte do ICMS	280.655,77	285.463,22	287.654,04	293.835,18	272.617,79	237.628,57	256.810,98
Cota-Parte do IPVA	14.158,68	11.522,31	9.385,61	4.411,94	5.422,34	9.396,32	11.483,79
Cota-Parte do ITR	861,26	885,55	18,02	16,06	18,23	7,97	0,00
Transf.da LC 87/1996	1.444,71	1.444,71	1.444,71	1.444,71	1.333,41	1.333,41	1.332,71
Transferência do FUNDEB	35.618,04	37.371,73	37.186,96	38.529,71	39.706,36	36.973,36	38.860,43
Outras Transferências	56.024,59	61.419,47	69.242,34	273.530,78	45.496,88	25.267,53	50.230,72
Demais Receitas Correntes	1.088,69	54.550,93	4.688,63	5.628,10	2.375,31	2.027,10	2.189,12
II-DEDUÇÕES	119.034,00	138.303,27	142.414,96	155.987,86	142.500,84	154.830,60	125.531,75
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	119.034,00	138.303,27	142.414,96	155.987,86	142.500,84	154.830,60	125.531,75
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	594.857,70	728.544,34	696.105,58	993.016,28	678.510,00	706.174,63	620.657,43

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

|

| Município de IBIAM CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	04/2012	05/2012	06/2012	07/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	872.226,31	965.428,21	814.000,06	801.198,21	721.747,80	10.171.069,83	10.891.230,00
Receita Tributária	19.265,06	35.335,44	30.193,97	23.158,35	16.084,31	259.131,79	312.355,00
IPTU	3.235,72	16.145,33	13.955,62	4.467,79	3.593,47	44.022,96	41.140,00
ISS	7.404,22	5.282,10	4.773,39	7.874,70	3.914,01	64.464,65	109.040,00
ITBI	1.280,00	3.652,90	1.860,00	1.400,00	0,00	21.672,75	29.040,00
IRRF	6.189,09	6.884,55	6.713,07	7.830,74	7.723,98	97.755,38	108.900,00
Outras	1.156,03	3.370,56	2.891,89	1.585,12	852,85	31.216,05	24.235,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Receita Patrimonial	4.420,23	4.145,39	1.355,94	1.997,56	1.656,65	55.360,01	49.760,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	16.548,69	8.378,42	6.390,26	9.823,55	11.671,20	95.040,80	101.640,00
Transferências Correntes	830.958,94	905.994,56	774.585,62	766.069,26	690.835,92	9.673.258,08	10.354.570,00
Cota-Parte do FPM	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	4.907.596,21	5.812.000,00
Cota-Parte do ICMS	268.843,99	241.834,97	249.875,97	241.665,36	241.903,15	3.158.788,99	3.300.000,00
Cota-Parte do IPVA	9.680,96	12.497,91	11.296,24	10.865,03	11.553,24	121.674,37	101.640,00
Cota-Parte do ITR	0,00	13,47	21,13	0,00	0,00	1.841,69	2.420,00
Transf.da LC 87/1996	1.332,71	1.332,71	1.332,71	1.332,71	1.332,71	16.441,92	29.040,00
Transferência do FUNDEB	41.028,34	39.869,93	39.084,71	36.131,66	37.488,32	457.849,55	459.800,00
Outras Transferências	63.822,34	111.345,86	47.068,65	158.021,98	47.594,21	1.009.065,35	649.670,00
Demais Receitas Correntes	1.033,39	11.574,40	1.474,27	149,49	1.499,72	88.279,15	69.485,00
II-DEDUÇÕES	146.061,20	151.906,06	138.535,35	115.174,74	122.025,69	1.652.306,32	1.861.420,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	146.061,20	151.906,06	138.535,35	115.174,74	122.025,69	1.652.306,32	1.861.420,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	726.165,11	813.522,15	675.464,71	686.023,47	599.722,11	8.518.763,51	9.029.810,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de IBIAM CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(07/2012)	Exercício Anterior(2011)	Exercício Atual(2012)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de IBIAM	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Nominal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	339.891,87	192.978,27	149.334,27
DEDUÇÕES (II)	1.205.716,03	828.180,97	406.635,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.329.935,39	828.180,97	406.635,71
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-124.219,36	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-865.824,16	-635.202,70	-257.301,44
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-865.824,16	-635.202,70	-257.301,44

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	377.901,26	608.522,72

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-258.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de IBIAM CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Primário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primárias Correntes (I)	8.980.050,00	1.282.091,37	5.473.010,15	5.195.256,15
Receita Tributária	312.355,00	39.242,66	178.082,32	199.885,91
IPTU	41.140,00	8.061,26	41.397,93	37.980,39
ISS	80.000,00	11.788,71	43.864,01	38.721,04
IRRF	108.900,00	15.554,72	54.747,10	62.359,13
ITBI	29.040,00	1.400,00	9.262,90	32.627,04
Outras	53.275,00	2.437,97	28.810,38	28.198,31
Receita de Contribuição	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	49.760,00	3.654,21	33.229,46	42.252,52
(-) Aplicações Financeiras	49.760,00	3.654,21	33.229,46	42.252,52
Transferências Correntes	8.493.150,00	1.219.704,75	5.212.202,34	4.899.690,38
FPM	4.650.400,00	535.213,49	2.677.341,68	2.575.421,38
ICMS	2.640.000,00	386.855,00	1.608.945,25	1.625.421,80
Outras Transferências	1.202.750,00	297.636,26	925.915,41	698.847,20
Demais Receitas Correntes	173.545,00	23.143,96	82.725,49	95.679,86
Dívida Ativa	9.680,00	204,00	10.071,70	28.129,61
Diversas Receitas Correntes	163.865,00	22.939,96	72.653,79	67.550,25
Receitas de Capital (II)	7,00	45.181,56	245.963,16	391.783,04
(-) Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	7,00	45.181,56	245.963,16	391.783,04
Outras Transferências de Capital	7,00	45.181,56	245.963,16	391.783,04
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	7,00	45.181,56	245.963,16	391.783,04
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	8.980.057,00	1.327.272,93	5.718.973,31	5.587.039,19

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	8.752.222,94	1.399.864,68	5.427.503,04	4.885.125,05
Pessoal e Encargos Sociais	4.566.759,76	716.157,67	2.959.523,74	2.677.219,82
Outras Despesas Correntes	4.155.463,18	682.521,73	2.458.463,22	2.181.587,38
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	30.000,00	1.185,28	9.516,08	26.317,85
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	8.722.222,94	1.398.679,40	5.417.986,96	4.858.807,20
Despesas de Capital (XI)	2.146.235,98	394.120,53	1.180.259,63	635.529,23
Investimentos	1.712.235,98	350.476,53	804.227,03	445.612,21
Inversões Financeiras	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	234.000,00	43.644,00	176.032,60	189.917,02
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	1.912.235,98	350.476,53	1.004.227,03	445.612,21
Reserva de Conting. (XVI)	12.100,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	10.646.558,92	1.749.155,93	6.422.213,99	5.304.419,41
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-1.666.501,92	-421.883,00	-703.240,68	282.619,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			729.132,21	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

256.240,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de IBIAM CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011				Em 31 de Dez. de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM										
	0,00	121.741,50	0,00	121.741,50	0,00	318.942,56	0,00	295.655,43	23.287,13	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM										
	0,00	2.477,86	0,00	2.477,86	0,00	2.692,95	0,00	976,23	1.716,72	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIAM										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IBIAM										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.586,42	0,00	3.586,42	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	124.219,36	0,00	124.219,36	0,00	325.221,93	0,00	300.218,08	25.003,85	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011				Em 31 de Dez. de 2011				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IBIAM

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	265.614,00	265.614,00	37.204,42	157.818,63	59,42
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	45.496,00	45.496,00	8.448,04	49.112,61	107,95
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	41.140,00	41.140,00	8.061,26	41.397,93	100,63
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propri. Terri	726,00	726,00	386,78	450,47	62,05
1.1.3- Receita da Dívida Ativa Imp.s/Propri. Terri	2.420,00	2.420,00	0,00	4.523,61	186,93
1.1.4- Multas e Juros de Mora da D Ativa do Imp.	1.210,00	1.210,00	0,00	2.740,60	226,50
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	29.040,00	29.040,00	1.400,00	9.262,90	31,90
1.2.1- IMPOSTO S/TRANSMISSÃO DE "INTER VIVOS" IT	29.040,00	29.040,00	1.400,00	9.262,90	31,90
1.3 - Receita Resultante do - ISS	82.178,00	82.178,00	11.801,66	44.696,02	54,39
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	80.000,00	80.000,00	11.788,71	43.864,01	54,83
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serv.	484,00	484,00	12,95	379,71	78,45
1.3.3- Receita da Dívida Ativa Imp. s/ Serviços	1.210,00	1.210,00	0,00	348,06	28,77
1.3.4- Multas e Juros de Mora da D. Ati. Imp.s/S	484,00	484,00	0,00	104,24	21,54
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	108.900,00	108.900,00	15.554,72	54.747,10	50,27
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/os Rendi	108.900,00	108.900,00	15.554,72	54.747,10	50,27
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.311.100,00	9.311.100,00	1.186.004,16	5.482.838,34	58,88
2.1 - Cota Parte do FPM	5.812.000,00	5.812.000,00	669.016,81	3.346.676,80	57,58
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.812.000,00	5.812.000,00	669.016,81	3.346.676,80	57,58
2.2- Cota-Parte do ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	483.568,51	2.011.180,78	60,94
2.3- TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC	29.040,00	29.040,00	2.665,42	10.663,08	36,72
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	66.000,00	66.000,00	8.335,15	32.061,05	48,58
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.420,00	2.420,00	0,00	60,80	2,51
2.6- Cota-Parte do IPVA	101.640,00	101.640,00	22.418,27	82.195,83	80,87
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	9.576.714,00	9.576.714,00	1.223.208,58	5.640.656,97	58,90
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	99.520,00	99.520,00	19.031,34	63.715,53	64,02
5.1- Transferências do Salário-Educação	46.000,00	46.000,00	7.796,24	32.973,56	71,68
5.2- Transferências Diretas do FNDE- PNAE	14.520,00	14.520,00	2.664,00	7.176,00	49,42
5.2- Transferências Diretas do FNDE- PNATE	39.000,00	39.000,00	7.952,76	19.881,90	50,98
5.3- Rec.Remuneração Dep.Bancarios Vinc. MDE	0,00	0,00	618,34	3.684,07	0,00
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	64.000,00	64.000,00	15.952,89	48.132,89	75,21
6.1- Transporte Escolar Ensino Fundamental	38.000,00	38.000,00	10.161,56	30.800,68	81,05
6.1- Transp. Escolar Ensino Médio	26.000,00	26.000,00	5.791,33	17.332,21	66,66
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	163.520,00	163.520,00	34.984,23	111.848,42	68,40

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IBIAM

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	FUNDEB				
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.861.420,00	1.861.420,00	237.200,43	1.096.566,23	58,91
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.161.600,00	1.161.600,00	133.803,32	669.335,12	57,62
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	660.000,00	660.000,00	96.713,51	402.235,53	60,94
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	5.808,00	5.808,00	533,08	2.132,60	36,72
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	13.200,00	13.200,00	1.667,01	6.412,17	48,58
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	484,00	484,00	0,00	12,14	2,51
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	20.328,00	20.328,00	4.483,51	16.438,67	80,87
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	463.430,00	463.430,00	73.743,61	309.787,31	66,85
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	459.800,00	459.800,00	73.619,98	309.143,11	67,23
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	3.630,00	3.630,00	123,63	644,20	17,75
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	1.401.620,00	1.401.620,00	163.580,45	787.423,12	56,18

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	463.430,00	463.430,00	80.033,89	308.580,08	66,59
13.1 - Com Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	443.430,00	443.430,00	80.033,89	308.580,08	69,59
14.0 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	463.430,00	463.430,00	80.033,89	308.580,08	66,59

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	3.021,26
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	3.021,26
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100)	% 98,64

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.394.178,50	2.394.178,50	305.802,15	1.410.164,24	58,90
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	329.950,00	329.950,00	85.112,29	177.444,13	53,78
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	309.950,00	309.950,00	85.112,29	177.444,13	57,25
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.304.118,50	1.304.118,50	236.983,90	800.103,91	61,35
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	443.430,00	443.430,00	80.033,89	308.580,08	69,59
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	860.688,50	860.688,50	156.950,01	491.523,83	57,11
25.0 - ENSINO MEDIO	24.000,00	48.000,00	1.153,00	4.622,48	9,63



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de IBIAM

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	50.000,00	90.000,00	6.665,69	18.517,59	20,58
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	1.708.068,50	1.772.068,50	329.914,88	1.000.688,11	56,47

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	787.423,12
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	644,20
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	3.021,26
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	783.757,66
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	1.761.305,70

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 31,23

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	46.000,00	46.000,00	12.957,55	32.973,56	71,68
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	103.000,00	103.000,00	20.610,96	56.229,98	54,59
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	149.000,00	149.000,00	33.568,51	89.203,54	59,87
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	1.857.068,50	1.921.068,50	363.483,39	1.089.891,65	56,73

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2011 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

	VALOR	
	FUNDEB(b)	FUNDEF
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	320.031,44	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-644,20	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	320.031,44	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	644,20	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

(1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício

(2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.

(3) Caput do art. 212 da CF/1988.

(4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

(5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSICONTADOR CRC 020276/0-4
ELZA RINALDI COSERResponsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

DOM/SC

Assinado Digitalmente

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de IBIAM	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bimestre	Até o Bim.(b)	Saldo a Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas No Bimestre	Até o Bim.(d)	Saldo a Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	2.146.235,98	394.120,53	1.180.259,63	965.976,35
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.146.235,98	394.120,53	1.180.259,63	965.976,35
--------------------------------	--------------	------------	--------------	------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-2.146.235,98	-394.120,53	-1.180.259,63	-965.976,35
-------------------	---------------	-------------	---------------	-------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de IBIAM	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsão	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	21.000,51	21.000,51	0,00
Despesas de Capital	21.000,51	21.000,51	0,00
Investimentos	21.000,51	21.000,51	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	21.000,51	21.000,51	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	31.800,51	-21.000,51	10.800,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de IBIAM CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	9.576.714,00	9.576.714,00	5.640.656,97	58,90
Impostos	265.614,00	265.614,00	157.818,63	59,42
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	41.140,00	41.140,00	41.397,93	100,63
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/os Rendimentos	108.900,00	108.900,00	54.747,10	50,27
IMPOSTO S/TRANSMISSÃO DE "INTER VIVOS" ITBI	29.040,00	29.040,00	9.262,90	31,90
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	80.000,00	80.000,00	43.864,01	54,83
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	726,00	726,00	450,47	62,05
Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serv.de Qua	484,00	484,00	379,71	78,45
Multas e Juros de Mora da D Ativa do Imp.s/Prop.	1.210,00	1.210,00	2.740,60	226,50
Multas e Juros de Mora da D. Ati. Imp.s/Ser. Qua	484,00	484,00	104,24	21,54
Receita da Dívida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urban	2.420,00	2.420,00	4.523,61	186,93
Receita da Dívida Ativa Imp. s/ Serviços Qualq.N	1.210,00	1.210,00	348,06	28,77
Receitas de transf. constitucionais e Legais	9.311.100,00	9.311.100,00	5.482.838,34	58,88
da União	5.843.460,00	5.843.460,00	3.357.400,68	57,46
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.812.000,00	5.812.000,00	3.346.676,80	57,58
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.420,00	2.420,00	60,80	2,51
TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC N	29.040,00	29.040,00	10.663,08	36,72
do Estado	3.467.640,00	3.467.640,00	2.125.437,66	61,29
Cota-Parte do ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	2.011.180,78	60,94
Cota-Parte do IPVA	101.640,00	101.640,00	82.195,83	80,87
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	66.000,00	66.000,00	32.061,05	48,58
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	250.390,00	250.390,00	165.348,15	66,04
da União para o Município	220.390,00	220.390,00	146.463,19	66,46
Piso de Atenção Básica PAB	40.000,00	40.000,00	31.444,16	78,61
PSF	80.000,00	80.000,00	55.320,00	69,15
PSF - Odonto	26.000,00	26.000,00	17.320,00	66,62
Agentes Comunitários PACS	38.720,00	38.720,00	27.388,00	70,73
Farmacia Básica	12.100,00	12.100,00	7.004,00	57,88
Vigilância Sanitária	10.890,00	10.890,00	2.540,77	23,33
Epidemiologia e Controle de Doenças	9.680,00	9.680,00	5.446,26	56,26
MAC	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Outros Prog.Fin. Transf. Fundo a Fundo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
do Estado para o Município	30.000,00	30.000,00	18.884,96	62,95
Cofinanc.da Assist.Farmaêutica	10.000,00	10.000,00	5.834,96	58,35
Cofinanc. da Atenção Básica	20.000,00	20.000,00	13.050,00	65,25
(-)-Dedução para o Fundef	-1.861.420,00	-1.861.420,00	-1.096.566,23	58,91
Total de Receita de Impostos	7.965.684,00	7.965.684,00	4.709.438,89	59,12

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	1.933.637,10	2.022.009,75	1.273.393,83	62,98
Pessoal e Encargos Sociais	1.114.720,00	1.105.520,00	717.020,78	64,86
Outras Despesas Correntes	818.917,10	916.489,75	556.373,05	60,71
Despesas de Capital	74.000,00	255.489,75	156.749,81	61,35
Investimentos	74.000,00	255.489,75	156.749,81	61,35
Total	2.007.637,10	2.277.499,50	1.430.143,64	62,79

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de IBIAM CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Despesas Próprias com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	1.430.143,64	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	2.000,00	2.000,00	6.086,77	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	2.000,00	2.000,00	6.086,77	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	200.461,08	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.223.595,79	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2011(e)	Aplic.Apurada em 2011(F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	17,48	-2.477,86	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	21,69

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.959.547,10	2.219.312,53	1.400.259,90	97,91
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.890,00	10.890,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	9.680,00	19.449,08	15.837,05	1,11
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	26.520,00	26.847,89	14.046,69	0,98
Total	2.007.637,10	2.277.499,50	1.430.143,64	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	2.000,00	2.000,00	6.086,77	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	2.000,00	2.000,00	6.086,77	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	200.461,08	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.007.637,10	2.277.499,50	1.223.595,79	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IBIAM

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	9.029.817,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	9.029.817,00
Receitas Realizadas	1.330.927,14	5.752.202,77
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	729.132,21
Déficit Orçamentário	0,00	1.880.741,92

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	9.029.817,00
Dotação Atualizada	0,00	10.910.558,92
Despesas Empenhadas	1.136.320,50	8.369.135,45
Despesas Liquidadas	1.793.985,21	6.607.762,67
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.136.320,50	8.369.135,45
Despesas Liquidadas	1.793.985,21	6.607.762,67

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	8.518.763,51

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	-258.000,00	608.522,72	-235,8615
Resultado Primario	256.240,00	-703.240,68	-274,4461

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	124.219,36	0,00	124.219,36	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	321.635,51	0,00	296.631,66	25.003,85
Poder Legislativo	3.586,42	0,00	3.586,42	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IBIAM

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	31,2252
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	98,635
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.180.259,63	965.976,35

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	21.000,51	0,00

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.223.595,79	15,00	21,69

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON MÁRIO GRASSI

CONTADOR CRC 020276/O-4
ELZA RINALDI COSER

Responsável pelo Controle Interno
FLAVIA LENITA PELENTIR



Imbituba

PREFEITURA

Extrato: FMS 2011/03 - A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2011/03 - A03
Contratada: JCS PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.820.324/0001-88

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 19/08/2012
Fundamento: Processo nº. 02/2011 Tomada de Preços 01/2011

Imbituba, 21 de março de 2012.
MARIA MADALENA D. NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

JCS PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2011/03 - A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2011/03 - A04
Contratada: JCS PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.820.324/0001-88

Objeto: ACRÉSCIMO DE 15,09%(QUINZE VIRGULA NOVE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL
Valor: R\$ 52.660,04
Fundamento: Processo nº. 02/2011 Tomada de Preços 01/2011

Imbituba, 17 de julho de 2012.
MARIA MADALENA D. NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

JCS PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2011/45 - A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2011/45 - A02
Contratada: VOLNEI SOARES
C.P.F: 454.741.339-87

Objeto: REAJUSTE ANUAL DE 0,66%(ZERO VIRGULA SESSENTA E SEIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 947,39
Fundamento: Processo nº. 42/2011 Dispensa 02/2011

Imbituba, 03 de julho de 2012.
MARIA MADALENA D. NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

VOLNEI SOARES
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2012/02 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2012/02 - A01
Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 4.970,49
Fundamento: Processo nº. 07/2012 Pregão 07/2012

Imbituba, 08 de agosto de 2012.
MARIA MADALENA D. NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2012/03 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2012/03 - A01
Contratada: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL
Valor: R\$ 6.562,45
Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 08 de agosto de 2012.
MARIA MADALENA D. NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2012/04 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2012/04 - A01
Contratada: KAC LTDA
C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 6.598,75
Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 08 de agosto de 2012.
MARIA MADALENA D. NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

KAC LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2012/05 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/05 - A01

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 6.693,73

Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 08 de agosto de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/06 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/06 - A01

Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

C.N.P.J: 01.980.629/0001-08

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 5.035,18

Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 08 de agosto de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/16 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/16 - A01

Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

C.N.P.J: 86.431.749/0001-09

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 9.968,75 Prazo:

Fundamento: Processo nº. 06/2012 Pregão 06/2012

Imbituba, 08 de agosto de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/18 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/18 - A00

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA OS LANCHES DOS PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 22.200,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 15/2012 Pregão 15/2012

Imbituba, 02 de abril de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/18 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/18 - A01

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 5.550,00

Fundamento: Processo nº. 15/2012 Pregão 15/2012

Imbituba, 06 de agosto de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/41 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/41 - A00

Contratada: BS EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME

C.N.P.J: 04.709.243/0001-54

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO PARA CONSULTÓRIO DA UNIDADE DE SAÚDE DE BOA VISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.000,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº 36 /2012 Pregão 32/2012

Imbituba, 17 de julho de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

BS EQUIP. INDUSTRIA E COM. LTDA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/42 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2012/42 - A00
Contratada: DENTAL ALTA MOGIANA
C.N.P.J: 05.375.249/0001-03

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO PARA CONSULTÓRIO DA UNIDADE DE SAÚDE DE BOA VISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 11.210,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº 36 /2012 Pregão 32/2012

Imbituba, 17 de julho de 2012.
MARIA MADALENA D. NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

DENTAL ALTA MOGIANA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2012/47 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2012/47 - A00
Contratada: CNC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
C.N.P.J: 05.695.391/0001-20

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DE ARAÇATUBA.

Valor: R\$ 9.267,80 Prazo: 30 dias

Fundamento: Processo nº. 45/2012 Dispensa 06/2012

Imbituba, 08 de agosto de 2012.
MARIA MADALENA D. NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

CNC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 32/2012 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 32/2012 - A01
Contratada: BIT GAS DISTR. DE GAS E TRANSPORTE LTDA
C.N.P.J: 00.830.891/0001-03

Objeto: ACRÉSCIMO DE 24%(VINTE E QUATRO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL, QUE CORRESPONDE A 24 UNIDADES DE BOTIJÃO DE GÁS DE 45 KG.

Valor: R\$ 5.028,00

Fundamento: Processo nº. 16/2012 Pregão 15/2012

Imbituba, 18 de setembro de 2012.
VALMIRA SEBOLD BRANCO
Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte
Contratante

BIT GAS DISTR. DE GAS E TRANSPORTE LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/229 a/03 Errata ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2011/229 A/03
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: ACRÉSCIMO DE 13,09%(TREZE VIRGULA NOCE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Fundamento: Processo nº. 198/2011 Carta Convite 25/2011

Imbituba, 02 de julho de 2012.

ONDE SE LÊ:

Objeto: ACRÉSCIMO DE 13,09%(TREZE VÍRGULA NOCE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

DEVE-SE LER:

Objeto: ACRÉSCIMO DE 15,01% (QUINZE VÍRGULA ZERO UM POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2289/2012

Decreto nº 2289/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1599 de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.045 - Proteção Social Básica - Bolsa Família

4.4.90.00.00.00.00.00.0250 (15) Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

T O T A L R\$ 1.500,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.045 - Proteção Social Básica - Bolsa Família

3.3.90.00.00.00.00.00.0250 (13) Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

T O T A L R\$ 1.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de setembro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 07/2012 ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 26/09/2012 Horário: 09h:30min
Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO
PROCESSO Nº 07/2012
Nº 53/2012

OBJETO:

Contratação de empresa de com serviço de mão de obra especializada para fornecimento, transporte, espalhamento e compactação de 14.285 m3 de saibro de cava, visando recuperação de estradas rurais, conforme especificações constantes no Anexo I, projeto básico, memorial descritivo, ART, e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1547/2012. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios e Mural Público Municipal, no dia 30/08/2012 a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatado pela CPL que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h40min.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SOLAMIR COELHO
MEMBRO

ANNA LUIZA STOCCO CABRAL
MEMBRO

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 10/2012 ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 25/09/2012 Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO
PROCESSO Nº 10/2012
Nº 71/2012

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a ampliação da Unidade Básica de Saúde da Família do Samambaial, com área total de 65 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1547/2012. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial de Santa Catarina, Diário Oficial da União e Mural Público Municipal, no dia 10/09/2012 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: SIFRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ/MF: 05.927.226/0001-56, MATERIAIS DE

CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09 e SOLIDA NEGÓCIOS IMOB. CONST E INC. LTDA ME, CNPJ/MF: 06.134.223/0001-28. Exatamente as 11h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
25/09/2012	587	08h:45m	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME	00.263.284/0001-09

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a respectiva empresa cumpriu parcialmente o item nº 2.3.2.1, ao deixar de apresentar Certidão de Acervo Técnico referente ao Atestado de Capacidade Técnica, portanto considerada INABILITADA. Ciente o licitante do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 10h30min, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PRISCILA DE ARAUJO CARNEIRO
MEMBRO

CLÓVIS SIDNEI FAVERO
CPF: 934.265.26-72
Acadêmico de Direito - 9º Período

NEUCI FRANCISCO FERREIRA
CPF: 203.557.779-91
Acadêmico de Direito - 9º Período

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 12/2012 ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 25/09/2012 Horário início: 10h30min
Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO
PROCESSO Nº 12/2012
Nº 75/2012

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a ampliação da Unidade Básica de Saúde da Família do Samambaial, com área total de 65 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1547/2012. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial de Santa Catarina, Diário Oficial da União e Mural Público Municipal, no dia 10/09/2012 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: SIFRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA,

CNPJ/MF: 05.927.226/0001-56 e MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09. Exatamente as 10h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data Prot. Horário Empresa CNPJ/MF
25/09/2012 589 08h:46m MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME 00.263.284/0001-09

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com edital portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao resultado classificatório de R\$ 97.232,44 (noventa e sete mil duzentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos), portanto a empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME foi vencedora do objeto, observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 97.532,44 (noventa e sete mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 11h30min, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PRISCILA DE ARAUJO CARNEIRO
MEMBRO

CLÓVIS SIDNEI FAVERO
CPF: 934.265.26-72
Acadêmico de Direito - 9º Período

NEUCI FRANCISCO FERREIRA
CPF: 203.557.779-91
Acadêmico de Direito - 9º Período

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 14/2012
ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 25/09/2012 Horário início: 11h30min
Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO
PROCESSO Nº 14/2012
Nº 78/2012

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a ampliação da Unidade Básica de Saúde da Família do Samambaial, com área total de 65 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1547/2012. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial

de Santa Catarina, Diário Oficial da União e Mural Público Municipal, no dia 10/09/2012 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: SIFRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ/MF: 05.927.226/0001-56, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09 e SOLIDA NEGÓCIOS IMOB. CONST E INC. LTDA ME, CNPJ/MF: 06.134.223/0001-28. Exatamente as 11h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data Prot. Horário Empresa CNPJ/MF
25/09/2012 588 08h:45m MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME 00.263.284/0001-09

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com edital portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao resultado classificatório de R\$ 90.172,56 (noventa mil cento e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), portanto a empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME foi vencedora do objeto, observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 88.699,04 (oitenta e oito mil seiscentos e noventa e nove reais e quatro centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 12h30min, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PRISCILA DE ARAUJO CARNEIRO
MEMBRO

CLÓVIS SIDNEI FAVERO
CPF: 934.265.26-72
Acadêmico de Direito - 9º Período

NEUCI FRANCISCO FERREIRA
CPF: 203.557.779-91
Acadêmico de Direito - 9º Período

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.268 de 20 de Setembro de 2012.

LEI Nº 4.268 DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

"AUTORIZA A COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS A EXECUTAR OBRAS DE ENGENHARIA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica autorizada a execução de obras de engenharia que visem à passagem de tubulação de água de efluentes da Cooperativa Central Aurora Alimentos e de suas instalações, através das margens da estrada municipal que se inicia junto à BR 282 até o Rio Caraguatá, percorrendo o interior do Município de Joaçaba na localidade de Linha Abatti.

Art. 2º Fica sob a responsabilidade da Cooperativa Central Aurora Alimentos os licenciamentos competentes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 20 de setembro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Portaria Nº 4.314

PORTARIA Nº 4.314 DE 16 DE JANEIRO DE 2012

"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º ENQUADRAR o(a) Servidor(a) JAISON DANIELLI, Professor Licenciatura Plena, Classe "A", para o cargo de Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "A-I", de acordo com os anexos I, III, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.346

PORTARIA Nº 4.346 DE 16 DE JANEIRO DE 2012

"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º ENQUADRAR o(a) Servidor(a) JULIO CEZAR ALBERGUINI,

Professor Licenciatura Plena, Classe "A", para o cargo de Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "A-I", de acordo com os anexos I, III, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 78 PP 38/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 78/2012/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 78/2012/PMJ,
- Modalidade: PP 38/2012/PMJ.

Objeto: a aquisição de pneus novos, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal utilizados nas atividades da Secretaria Municipal de Educação.

- Empresa Vencedora:

VICINI PNEUS LTDA

VALOR R\$ 2.704,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 25 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aditivo Contrato 261/2012 FMS TA 02

CONTRATO Nº 261/2012 - FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e pelo seu Gestor, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 261/2012/FMS, firmado em 23/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 2/2012/FMS, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 2/2012, homologado no dia 23 de janeiro de 2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 26.520,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte reais), correspondentes a 25% do valor atualizado inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, relativos à aquisição suplementar de 10.200 passagens destinadas ao vale transporte dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 25 de setembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAFAEL LASKE
Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - CONTRATADA
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 946/2012 PMJ TA 01 CONTRATO Nº 946/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa SUPERMERCADO RANSAN LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.961.723/0001-11, estabelecida na RUA GETULIO VARGAS, 436, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. NILSON RANSAN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 2.632.250 e CPF nº 828.410.049-53, residente e domiciliado na RUA GETULIO VARGAS LTDA, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 946/2012/PMJ, firmado em 05/07/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 58/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2012/PMJ, homologado no dia 05/07/2012, cujo objeto é o fornecimento, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais e para o Gabinete do Prefeito, para o período de setembro a dezembro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

O valor total do contrato fica revisado em R\$ 3.391,50 (três mil trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), relativos à majoração do preço do item 27 (coxa e sobre coxa de frango), passando de R\$ 4,82 para R\$ 6,01 o valor do quilo, em atendimento ao requerimento devidamente instruído formalizado pela CONTRATADA, em conformidade com o parecer da Assessoria Jurídica

do Município e com o disposto no art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 25 de setembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

SUPERMERCADO RANSAN LTDA
NILSON RANSAN

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 962/2012 PMJ TA 01 CONTRATO Nº 962/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.114.924/0001-35, estabelecida na AVENIDA IZIDIO CARLOS PEIXER, S/Nº, Bairro ILHA DA FIGUEIRA, no Município de GUARAMIRIM - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ LUIZ AGUSTO, portador da Carteira de Identidade nº 6.169.414-5 e CPF nº 897.487869-00, residente e domiciliado na RUA MANOEL HENRIQUE LINO, 180, na cidade de BIGUAÇÚ - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 962/2012/PMJ, firmado em 24/08/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 73/2012/PMJ - Dispensa de Licitação nº 6/2012/PMJ, homologado em 24/08/2012, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção da iluminação pública do Município de Joaçaba durante o período de 1 (um) mês, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 30 (trinta) dias, a contar de 24/09/2012, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

Diante da prorrogação descrita na cláusula primeira deste Aditivo,

ao valor total inicialmente contratado fica acrescido o valor de R\$ 11.425,95 (onze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos), correspondentes aos mesmos itens constantes no contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o custeio das despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

2.039 - MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
230 - 3.3.90.00.00.00.00.3.017.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES
- Aplicações diretas

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 24 de setembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA - Contratada

JOSÉ LUIZ AGUSTO

Testemunhas:

1 _____

2 _____

PLASS

Processo de Licitação Nº 03/2012/Plass

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2012/PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2012/PLASS

1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2012/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 - DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

ODONTOCLÍNICA QUIOCA LTDA, com CNPJ sob nº 07.840.404/0002-13, tendo como representante legal o Sr. Jonas Quioca, inscrito no CPF sob nº 008.559.819-46, estabelecido a Rua Felipe Schmidt, nº 51, sala 23, Ed. Peters, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CLINIVIDA CLÍNICA DE MEDICINA GERAL E PREVENTIVA BRAGAGNOLO BORDIN LTDA com CNPJ sob nº 05.152.923/0001-82, tendo como representante legal o Sr. André Luis Bragagnolo Bordin, inscrito no CPF sob nº 003.923.829-62, estabelecido a Avenida Getúlio Vargas, 964, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ZILIO LTDA - ME com CNPJ sob nº 13.775.271/0001-60, tendo como representante legal a Sra. Leandra Zilio, inscrita no CPF sob nº 059.652.139-13, estabelecido a Rua Treze de Maio, 314, 2º Andar, sala 29-B, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

JOÃO ALUÍSIO PRONER com CNPJ sob nº 05.501.194/0002-30, tendo como representante legal o Sr. João Aluísio Proner, inscrito no CPF sob nº 006.929.799-13, estabelecido a Rua Roberto Trompowski, 194, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

SAMECLIN - FISIOTERAPIA E SAÚDE LTDA com CNPJ sob nº 04.460.664/0001-94 tendo como representante legal os Sr. Diogo Armando Mendes, inscrito no CPF sob nº 892.357.979-34 e Sr. André Luiz Demoliner de Sá, inscrito no CPF sob nº 780.543.389-53, estabelecido a Rua Felipe Schmidt, nº 44, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA com CNPJ sob nº 76.311.943/0001-05 tendo como representante legal a Sra. Lorena Zanellato Marques, inscrita no CPF sob nº 557.664.809-973, estabelecido a Rua Salgado Filho, 394, sala térrea, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CLÍNICA DE FISIOTERAPIA BEM ESTAR LTDA com CNPJ sob nº 10.701.309/0001-62 tendo como representante legal os Srs. Alexandre Isganzella, inscrito no CPF sob nº 016.763.089-03, e Leandro Isganzella, inscrito no CPF sob nº 007.466.809-96, estabelecido a Rua Getúlio Vargas, 622, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CLÍNICA DR. RODRIGUEZ LTDA, com CNPJ sob nº 04.249.061/0001-48, tendo como representante legal o Sr. Sérgio Rodriguez Torrico, inscrito no CPF sob nº 066.963.259-72, estabelecido a Rua Getúlio Vargas, 540, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

LUIZ FERNANDO GONÇALVES & CIA LTDA, com CNPJ sob nº 10.651.450/0001-06, tendo como representante legal o Sr. Luiz Fernando Gonçalves, inscrito no CPF sob nº 005.821.499-24, estabelecido a Avenida Santa Terezinha, 243, Edifício Centro Profissional, Sala 101-A, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CLÍNICA DE OLHOS DR. LAURENCE NOGUEIRA S/S LTDA ME tendo como representante legal o Sr. Laurence Morales Nogueira, inscrito no CPF sob nº 691.509.070-34, estabelecido a Avenida Santa Terezinha, 243, sala 101, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.
INSTITUTO DO SONO SÃO MIGUEL S/S LTDA, com CNPJ sob nº 11.321.470/0001-73, tendo como representante legal a Sra. Andrea Scherer Russowsky Nuernberg, inscrita no CPF sob nº 004.910.939-18, estabelecido a Avenida Santa Terezinha, 275, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

AUDIOMED CENTRO DE DIAGNÓSTICO OTONEUROLÓGICO LTDA com CNPJ sob nº 13.703.647/0001-21, tendo como representante legal o Sr. Jovani Antonio Steffani, inscrito no CPF sob nº 898.330.669-68 estabelecido a Rua 13 de Maio, 314, sala 41,

Condomínio Policlínica Joaçaba, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

PSICOVIDA - CLÍNICA DE PSICOLOGIA LTDA com CNPJ sob nº 09.644.321/0001-01, tendo como representante legal a Sra. Dilene Miram Nordio, inscrita no CPF sob nº 008.522.939-33 estabelecido a Rua Getúlio Vargas, 540, Edifício Joaçaba Tower, Sala 303-B, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CITOFOPi - CLÍNICA INTEGRADA DE TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA LTDA com CNPJ sob nº 08.735.759/0001-24, tendo como representante legal as Sras. Bianca Iury Colombo Savi, inscrita no CPF sob nº 008.144.259-92 e Patrícia Dri Morais, inscrito no CPF sob nº 006.065.359-00, estabelecido a Rua Santos Dumont, nº 1064, Térreo, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

JOÃO OTÁVIO CASTEGNARO - NETO com CNPJ sob nº 08.488.244/0001-77, tendo como representante legal o Sr. João Otávio Castagnero Neto, inscrito no CPF sob nº 040.695.389-47, estabelecido a Avenida Barão do Rio Branco, 458, Centro, na cidade de Joaçaba-SC,

CLÍNICA ODONTOLÓGICA COSTENARO E SIFFERT SS LTDA com CNPJ sob nº 07.233.998/0001-13, tendo como representante legal os Srs. Bruno Siffert Torres Couto, inscrito no CPF sob nº 035.832.146-84, e Sra. Daniela Costenaro Couto, inscrita no CPF sob nº 014.915.389-96, estabelecido a Rua Getulio Vargas, 974, Centro, na cidade de Joaçaba-SC

MULTICLÍNICA ODONTOLÓGICA SC LTDA com CNPJ sob nº 03.790.422/0001-04, tendo como representante legal o Sr. Guilherme Omizzolo, inscrito no CPF sob nº 828.407.849-04, estabelecido a Avenida Santa Terezinha, 243, Sala 502, 5º Andar, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

FONOAUDIOLOGIA CLÍNICA LTDA com CNPJ sob nº 03.314.113/0001-50 tendo como representante legal a Sr. Elisângela Sartori, inscrita no CPF sob nº 892.407.829-15, estabelecido a Rua Getúlio Vargas, 540, Sala 303, Edifício Joaçaba Tower, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CLÍNICA GINECOLÓGICA DR. JORGE, com CNPJ sob nº 09.347.897/0001-07, tendo como representante legal o Sr. Jorge Aristimunha, inscrito no CPF sob nº 992.985.380-49, e Sra. Deise Dos Santos Graeff Aristimunha, inscrita no CPF sob nº 988.404.870-34, estabelecido a Rua Getúlio Vargas, 205., Edifício Trevisan, Salas A e B, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

4 - DO VALOR CONTRATADO

O custo estimado desta contratação é aquele disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2012/PLASS.

Para o exercício 2012, a estimativa é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Os quantitativos e, conseqüentemente, o valor previsto, serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas

alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2012:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.0.1.201 - Outras despesas correntes - aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 25 de setembro de 2012.

JULIO CÉSAR BISSANI

Diretor Executivo - PLASS

José Boiteux

PREFEITURA

Convite CONVITE

A Câmara Municipal de Vereadores de José Boiteux convida a todos os munícipes para uma Audiência Pública na qual a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal e o Exmo. Senhor Prefeito Municipal irão apresentar a avaliação das Metas Fiscais referentes ao 2º quadrimestre de 2012, conforme determina o artigo 9º - parágrafo 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esta audiência realizar-se-á no dia 28 de setembro de 2012 às 14:00 horas na Prefeitura Municipal de José Boiteux.

VILDO DOS SANTOS
Presidente

Lages

PREFEITURA

CC 16-2012 PML e CC 05-2012 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 16-2012 PML

Objeto: Execução do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) Ponte Grande
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 29/10/2012 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 1.678.524,00

Modalidade: CC 05-2012 SEMASA

Objeto: Execução do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) Araucária
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 29/10/2012 às 15:30
Valor Estimado: R\$ 717.992,10

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 25 de setembro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado CC 02-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº 02/2012 - SMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA - LAGES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA.
VALOR: R\$ 2.898.496,27

Lages, 25 de Setembro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Luzerna

PREFEITURA

Lei Nº 1065

LEI Nº 1065 de 25 de setembro de 2012.
"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.305.0016.2019 - Manutenção dos Serviços da Vigilância Epidemiológica
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 16.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 16.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação na dotação atribuída a Atividade abaixo discriminada, criando Fonte de Recursos e Valor:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 16.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 16.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de setembro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1530

DECRETO Nº 1.530 de 25 de setembro de 2012.
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe confere a Lei nº 1.065 de 25 de setembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.305.0016.2019 - Manutenção dos Serviços da Vigilância Epidemiológica
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 16.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 16.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída a Atividade abaixo discriminada, criando Fonte de Recursos e Valor:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 16.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 16.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de setembro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1525

DECRETO Nº 1525 de 24 de setembro de 2012.
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 24 de setembro de 2012, na Fonte 52 - Transferência do Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: 12.FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS
Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 52 - Transferência do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 6.800,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.800,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de setembro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1526

DECRETO Nº 1526 de 24 de setembro de 2012.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, PARA O EXERCÍCIO DE 2012”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2011, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2012, atribuído a atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 21.800,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de setembro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Aviso de Licitação 14/2012 _Fms

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 14/2012 - Tomada de Preços

Objeto: Execução das obras de reforma e readequação do Centro Municipal de Atendimento a Saúde e Assistência Social - CEMASAS - CNES nº 2299860, localizado na Rua João Carradore, 450 - Centro, no município de Maracajá/SC.

Data da entrega dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 15 de outubro de 2012.

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 15 de outubro de 2012.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111.

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2550 de 24 de Setembro de 2012

DECRETO Nº. 2550 DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 12218 - Transferências Municipalização Fundeb 60% R\$ 8.000,00
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 12219 - Transferências Municipalização Fundeb 40% R\$ 4.000,00
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 12219 - Transferências Municipalização Fundeb 40% R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Meleiro

PREFEITURA

Decreto N.º 063/2012.

DECRETO n.º 063/2012.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.521/2011, de 19 de Dezembro de 2011

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 15.976,11 (Quinze mil, novecentos e setenta e seis reais, onze centavos), nestes termos:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.03.0148.0 - Aplicações Diretas (71) R\$ 15.976,11

Total R\$ 15.976,11

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2012.

CLAUDIO JOSE TOMAZI

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Portaria N.º 272/2012

PORTARIA n.º 272/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei n.º 1409/2009 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2009, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora LUCILENA ZAVARIZ, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte)

horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 24/09/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Setembro de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 274/2012

PORTARIA n.º 274/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora SANTINA NICOLAU DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 25/09/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Setembro de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 276/2012

PORTARIA n.º 276/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei n.º 1409/2009 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2009, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor HENRIQUE GOMES, ocupante do cargo de Monitor de Projetos ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/09/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Setembro de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 275/2012

PORTARIA nº 275/2012

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei nº 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhorita KARINELE RONCHI, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 1 A - 80%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Lucilena Zavariz, em virtude de Licença Saúde, na Escola de Educação Básica Municipal Gerônimo Paulino Neto, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Setembro de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Navegantes

PREFEITURA

Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre - Anexo I

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	69.366.160,25	0,00
Pessoal Ativo	67.216.729,71	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	2.149.430,54	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	131.971,82	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	101.063,95	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	30.907,87	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	69.234.188,43	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	69.234.188,43	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	127.173.380,82	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	54,44	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	68.673.625,64	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	65.239.944,36	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

NAVEGANTES, 25/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre - Anexo II

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4.909.229,53	7.595.770,97	6.562.656,37	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.543.190,58	5.508.212,22	5.335.857,50	0,00
Interna	4.543.190,58	5.508.212,22	5.335.857,50	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	366.038,95	2.087.558,75	1.226.798,87	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.386.572,47	17.497.302,25	12.616.514,18	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.509.119,29	21.354.351,32	16.160.334,75	0,00
Demais Haveres Financeiros	707,63	5.435,61	279.612,11	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.123.254,45	3.862.484,68	3.823.432,68	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.477.342,94	-9.901.531,28	-6.053.857,81	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	111.649.217,80	119.955.612,68	127.173.380,82	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,40%	6,33%	5,16%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,11%	-8,25%	-4,76%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	133.979.061,36	143.946.735,22	152.608.056,98	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	4.543.190,58	5.508.212,22	5.335.857,50	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	107.378,33	1.116.492,16	558.246,08	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	107.378,33	1.116.492,16	558.246,08	0,00
Previdenciárias	107.378,33	1.116.492,16	558.246,08	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	4.435.812,25	4.391.720,06	4.777.611,42	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.257.372,09	2.526.872,25	2.627.154,14	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.996.567,34	19.168.142,72	31.500.760,70	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	87.186.676,12	87.186.676,12	0,00
Passivo Atuarial	0,00	87.186.676,12	87.186.676,12	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	2.433.078,45	6.231.366,89	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	3.002,12	3.139,64	0,00
Investimentos	0,00	2.446.012,56	6.240.530,09	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	15.986,23	12.302,84	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	84.753.597,67	80.955.309,23	0,00
NAVEGANTES, 25/09/2012				

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

FONTE:

Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre - Anexo III

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2012

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	111.649.217,80	119.955.612,68	127.173.380,82	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	24.562.827,92	26.390.234,79	27.978.143,78	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

NAVEGANTES, 25/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre - Anexo IV

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	956.503,43	1.244.088,07
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	956.503,43	1.244.088,07
Interna	956.503,43	1.244.088,07
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	956.503,43	1.244.088,07
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	127.173.380,82	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.244.088,07	0,98
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	20.347.740,93	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.902.136,66	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.244.088,07	0,98

FONTE:

NAVEGANTES, 25/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre - Anexo VI

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	8.134,50	164.097,84	5.501,70	28.223,31	(132.323,63)	0,00
Atenção Básica	2.917,90	126.633,59	22.299,49	137.444,88	94.887,59	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	660,00	1.455,50	566,64	525,00	36.687,51	0,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00	0,00	118.095,10	227.552,30	0,00
Convênios SUS União	10.402,70	0,00	73.865,72	321.902,10	200.259,19	0,00
Gestão do SUS	0,00	0,00	1.650,00	0,00	27.010,29	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	9.297.674,69	0,02	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	4.017,03	3.647,60	1.550,00	216.988,89	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentar Escolar - PNAE	0,00	0,00	9.740,65	0,00	(9.740,65)	0,00
Programa Nacional de Alimentar Escolar - PNAE	0,00	23.736,99	494,15	113.272,93	176.168,61	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	9.110,50	9.134,45	0,00
Recursos Convênio Trânsito - Policia Civil	0,00	0,00	5.116,00	8.938,76	305.367,59	0,00
Recursos Convênio Trânsito - Policia Militar	0,00	317,82	1.360,00	1.700,37	73.389,48	0,00
Recursos de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	26.372,50	26.426,47	0,00
Recursos de Convênios - Estado	0,00	0,00	0,00	1.235.157,26	0,00	0,00
Recursos de Convênios - União	0,00	69.320,06	98.950,75	5.115.852,79	6.665.279,22	0,00
Recursos de Vinculados - Estado	0,00	0,00	0,00	7.049,91	118.391,07	0,00
Recursos Salário Educação	537,00	129.148,88	7.640,32	432.914,69	285.507,41	0,00
Sup.Financeiro/2011-Salário Educação CEF-672.003-1	0,00	0,00	0,00	251,25	0,00	0,00
Superávit Financeiro 2010/Macro-Drenagem	0,00	0,00	126.746,14	0,00	(126.746,14)	0,00
Superávit Financeiro 2011 - BB 15.345-1 PNAE	0,00	7.786,74	0,00	3.723,56	(7.786,74)	0,00
Superávit Financeiro/2010-CEF-PELC 006.647.010-8	0,00	0,00	27.258,59	0,00	(27.258,59)	0,00
Superávit Financeiro/2011 BB 20.992-9 Quadra Elsir	0,00	0,00	0,00	99.322,66	0,00	0,00
Transf. do Fnde	2.962,20	0,00	0,00	0,00	(2.962,20)	0,00
Transferências do Fundeb - OUTRAS DESPESAS	334,55	1.124,77	0,00	0,00	(1.459,32)	0,00
Transferências do Fundeb - PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRI	683,76	573,71	0,00	0,00	(351.025,41)	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	1.103,60	11.483,86	1.160,35	275.312,17	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	26.532,61	529.316,53	396.321,61	16.960.242,61	8.079.059,58	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	4.792,67	1.148.232,38	55.629,85	1.676.067,64	(1.208.654,90)	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	15.354,67	806.167,22	604,82	444.689,63	(1.263.058,89)	0,00
Recursos Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	8.076,97	12.406,91	17.730,95	141.950,62	0,00
Recursos Ordinários	89.758,89	971.960,45	93.671,68	6.635.824,04	1.251.640,43	0,00
Recursos Próprios - DAE	2.021,50	145.312,74	882,00	877.547,88	(111.485,70)	0,00
Recursos Próprios Saúde	220,50	5.420,00	24.347,60	6.064,47	(15.369,81)	0,00
Sup. Financeiro/2011-Consórcio Saúde c/13325	0,00	0,00	0,00	4.508,47	0,00	0,00
Sup. Financeiro/2011-FMC-CICN-PTec - C/C: 22.145-7	0,00	70.265,55	0,00	28.005,71	(70.265,55)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	112.148,23	3.155.435,31	187.542,86	9.690.438,79	(1.275.243,80)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	138.680,84	3.684.751,84	583.864,47	26.650.681,40	6.803.815,78	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NAVEGANTES, 25/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre - Anexo VII

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	69.234.188,43	54,44
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	68.673.625,64	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	65.239.944,36	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.053.857,81	-4,76
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	152.608.056,98	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.978.143,78	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.244.088,07	0,98
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	20.347.740,93	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.902.136,66	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	26.684.289,54	0,00

FONTE:

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo I

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	159.368.694,00	159.368.694,00	23.679.765,77	14,86	102.752.842,18	64,47	56.615.851,82
RECEITAS CORRENTES	119.548.474,00	119.548.474,00	21.539.773,27	18,02	90.175.933,85	75,43	29.372.540,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.815.207,00	23.815.207,00	4.069.077,47	17,09	20.345.126,07	85,43	3.470.080,93
IMPOSTOS	22.265.245,00	22.265.245,00	3.843.474,26	17,26	18.744.333,74	84,19	3.520.911,26
TAXAS	1.349.962,00	1.349.962,00	141.926,52	10,51	1.345.454,39	99,67	4.507,61
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	83.676,69	41,84	255.337,94	127,67	-55.337,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.081.903,00	6.081.903,00	1.101.580,65	18,11	4.010.080,88	65,93	2.071.822,12
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.581.903,00	3.581.903,00	624.235,81	17,43	2.113.608,96	59,01	1.468.294,04
Contribuição p/Custeio dos Serviços de Iluminação	2.500.000,00	2.500.000,00	477.344,84	19,09	1.896.471,92	75,86	603.528,08
RECEITA PATRIMONIAL	1.582.478,00	1.582.478,00	337.190,18	21,31	955.356,86	60,37	627.121,14
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.573.337,00	1.573.337,00	337.002,68	21,42	954.419,36	60,66	618.917,64
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	9.141,00	9.141,00	187,50	2,05	937,50	10,26	8.203,50
RECEITA DE SERVIÇOS	11.216.388,00	11.216.388,00	2.357.739,99	21,02	8.437.322,79	75,22	2.779.065,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.562.183,00	72.562.183,00	12.382.438,61	17,06	51.935.307,40	71,57	20.626.875,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	71.540.048,00	71.540.048,00	12.356.064,84	17,27	51.787.366,93	72,39	19.752.681,07
Transf. de Instituições Privadas	11.109,00	11.109,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.109,00
Transf. de Pessoas	22.219,00	22.219,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.219,00
Transf. de Conv.	988.807,00	988.807,00	26.373,77	2,67	147.940,47	14,96	840.866,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.290.315,00	4.290.315,00	1.291.746,37	30,11	4.492.739,85	104,72	-202.424,85
Multas e Juros de Mora	2.086.152,00	2.086.152,00	323.705,85	15,52	1.022.415,44	49,01	1.063.736,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.000,00	60.000,00	493.465,41	822,44	1.461.980,72	436,63	-1.401.980,78
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.750.000,00	1.750.000,00	384.850,12	21,99	1.761.882,00	100,68	-11.882,00
RECEITAS DIVERSAS	394.163,00	394.163,00	89.724,99	22,76	246.461,63	62,53	147.701,37
RECEITAS DE CAPITAL	39.820.220,00	39.820.220,00	2.139.992,50	5,37	12.576.908,33	31,58	27.243.311,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.775.000,00	10.775.000,00	571.150,59	5,30	1.244.088,07	11,55	9.530.911,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	10.775.000,00	10.775.000,00	571.150,59	5,30	1.244.088,07	11,55	9.530.911,93
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.045.220,00	29.045.220,00	1.568.841,91	5,40	11.332.820,26	39,02	17.712.399,74
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.011.327,00	2.011.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.011.327,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	27.033.893,00	27.033.893,00	1.568.841,91	5,80	11.332.820,26	41,92	15.701.072,74
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.571.590,00	6.571.590,00	1.703.285,64	25,92	5.389.988,08	82,02	1.181.601,92
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.571.590,00	6.571.590,00	1.703.285,64	25,92	5.389.988,08	82,02	1.181.601,92

Continua 1/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.571.590,00	6.571.590,00	1.703.285,64	25,92	5.389.988,08	82,02	1.181.601,92
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.321.590,00	6.321.590,00	1.652.734,25	26,14	5.293.347,65	83,73	1.028.242,35
Receitas Intra-Orçamentárias-Contribuições Socias	6.321.590,00	6.321.590,00	1.652.734,25	26,14	5.293.347,65	83,73	1.028.242,35
Receitas Intra - Orçamentárias	250.000,00	250.000,00	50.551,39	20,22	96.640,43	38,66	153.359,57
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	165.940.284,00	165.940.284,00	25.383.051,41	15,30	108.142.830,26	65,17	57.797.453,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	165.940.284,00	165.940.284,00	25.383.051,41	15,30	108.142.830,26	65,17	57.797.453,74
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	165.940.284,00	165.940.284,00	25.383.051,41	15,30	108.142.830,26	65,17	57.797.453,74
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.782.541,33	—	—	1.682.716,33	—	—
Superávit Financeiro	—	2.782.541,33	—	—	1.682.716,33	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	163.270.284,00	11.886.687,79	175.156.971,79	21.995.355,66	119.667.709,11	24.216.794,26	89.795.900,06	51,27	85.361.071,73
DESPESAS CORRENTES	99.315.206,80	7.027.546,05	106.342.752,85	16.504.520,43	79.889.889,55	19.478.712,88	71.031.072,06	66,79	35.311.680,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.464.497,58	3.072.689,34	63.537.186,92	10.579.712,50	42.862.146,65	12.354.585,02	42.249.632,97	66,50	21.287.553,95

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	163.270.284,00	11.886.687,79	175.156.971,79	21.995.355,66	119.667.709,11	24.216.794,26	89.795.900,06	51,27	85.361.071,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	-30.000,00	170.000,00	0,00	167.338,92	0,00	167.338,92	98,43	2.661,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.650.709,22	3.984.856,71	42.635.565,93	5.924.807,93	36.860.403,98	7.124.127,86	28.614.100,17	67,11	14.021.465,76
DESPESAS DE CAPITAL	55.026.998,20	4.859.141,74	59.886.139,94	5.490.835,23	39.777.819,56	4.738.081,38	18.764.828,00	31,33	41.121.311,94
INVESTIMENTOS	52.526.998,20	4.139.141,74	56.666.139,94	3.800.330,19	36.564.354,95	4.124.994,33	16.813.844,78	29,67	39.852.295,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.500.000,00	720.000,00	3.220.000,00	1.690.505,04	3.213.464,61	613.087,05	1.950.983,22	60,59	1.269.016,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00	0,00	574.586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.586,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	8.353.493,00	0,00	8.353.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.353.493,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.670.000,00	10.621.580,00	13.291.580,00	2.904.972,47	7.840.936,25	1.979.741,41	6.759.266,29	50,85	6.532.313,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.420.000,00	8.318.630,00	10.738.630,00	1.480.452,65	5.327.064,02	1.480.452,65	5.300.870,01	49,36	5.437.759,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	148.000,00	148.000,00	128.101,74	147.809,70	29.561,94	49.269,90	33,29	98.730,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00	3.000,00	253.000,00	5.278,26	214.162,83	39.346,88	117.986,56	46,64	135.013,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	2.151.950,00	2.151.950,00	1.291.139,82	2.151.899,70	430.379,94	1.291.139,82	60,00	860.810,18
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	165.940.284,00	22.508.267,79	188.448.551,79	24.900.328,13	127.508.645,36	26.196.535,67	96.555.166,35	51,24	91.893.385,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	165.940.284,00	22.508.267,79	188.448.551,79	24.900.328,13	127.508.645,36	26.196.535,67	96.555.166,35	51,24	91.893.385,44
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	11.587.663,91	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	165.940.284,00	22.508.267,79	188.448.551,79	24.900.328,13	127.508.645,36	26.196.535,67	108.142.830,26	51,24	91.893.385,44

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 6.132.389,93

FONTE:

Continua 3/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FONTE:

NAVEGANTES, 25/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo II

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “ c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	163.270.284,00	175.156.971,79	21.995.355,66	119.667.709,11	24.216.794,26	89.795.900,06	93,00	51,27	85.361.071,73
Legislativa	2.498.000,00	2.442.800,00	100.819,51	2.152.768,96	405.650,56	1.568.498,76	1,62	64,21	874.301,24
Ação Legislativa	2.498.000,00	2.442.800,00	100.819,51	2.152.768,96	405.650,56	1.568.498,76	1,62	64,21	874.301,24
Essencial à Justiça	1.143.500,00	1.086.950,00	142.266,33	563.740,22	159.798,39	528.528,59	0,55	48,62	558.421,41
Representação Judicial e Extrajudicial	1.143.500,00	1.086.950,00	142.266,33	563.740,22	159.798,39	528.528,59	0,55	48,62	558.421,41
Administração	13.209.046,76	12.162.599,76	1.243.813,65	7.463.433,64	1.710.374,15	6.789.869,36	7,03	55,83	5.372.730,40
Planejamento e Orçamento	1.340.300,00	1.463.200,00	223.075,57	877.947,19	261.015,29	875.381,33	0,91	59,83	587.818,67
Administração Geral	3.028.631,75	3.129.631,75	282.081,80	2.462.918,61	470.708,90	2.029.965,66	2,10	64,86	1.099.666,09
Administração Financeira	2.100.000,00	2.170.925,00	245.250,02	1.123.268,23	321.686,26	1.094.012,72	1,13	50,39	1.076.912,28
Normatização e Fiscalização	150.000,00	150.000,00	1.618,80	128.583,86	16.653,83	102.223,36	0,11	68,15	47.776,64
Tecnologia da Informatização	550.000,00	550.000,00	5.482,00	34.840,50	7.178,10	31.710,24	0,03	5,77	518.289,76
Formação de Recursos Humanos	4.514.211,37	2.981.211,37	352.757,73	1.750.888,53	427.264,21	1.737.127,76	1,80	58,27	1.244.083,61
Administração de Receitas	200.000,00	430.000,00	31.798,00	428.750,74	48.162,68	356.334,54	0,37	82,87	73.665,46
Comunicação Social	828.575,00	790.303,00	43.246,30	402.788,84	81.956,21	346.249,39	0,36	43,81	444.053,61
Previdência do Regime Estatutário	497.328,64	497.328,64	58.503,43	253.447,14	75.748,67	216.864,36	0,22	43,61	280.464,28
Segurança Pública	2.879.939,00	2.948.054,94	328.336,39	1.629.981,11	317.568,70	1.394.064,45	1,44	47,29	1.553.990,49
Policimento	996.775,00	966.775,00	105.781,46	347.079,58	39.190,62	237.357,49	0,25	24,55	729.417,51
Defesa Civil	500.200,00	577.715,94	83.258,84	344.434,54	97.295,44	342.434,54	0,35	59,27	235.281,40
Informação e Inteligência	1.382.964,00	1.403.564,00	139.296,09	938.466,99	181.082,64	814.272,42	0,84	58,01	589.291,58
Assistência Social	2.384.827,00	2.420.602,00	286.191,86	1.328.391,89	354.458,62	1.158.442,90	1,20	47,86	1.262.159,10
Assistência ao Idoso	184.264,00	184.264,00	16.226,88	38.380,80	10.430,40	27.369,12	0,03	14,85	156.894,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	260.136,00	260.136,00	6.907,89	40.599,56	14.665,75	33.755,84	0,03	12,98	226.380,16
Assistência Comunitária	1.940.427,00	1.976.202,00	263.057,09	1.249.411,53	329.362,47	1.097.317,94	1,14	55,53	878.884,06
Previdência Social	200.000,00	200.000,00	0,00	4.229,55	0,00	4.229,55	0,00	2,11	195.770,45
Previdência do Regime Estatutário	200.000,00	200.000,00	0,00	4.229,55	0,00	4.229,55	0,00	2,11	195.770,45
Saúde	20.398.051,75	21.186.111,64	3.879.142,16	15.624.450,21	4.346.689,35	14.332.622,66	14,84	67,65	6.853.488,98
Atenção Básica	13.780.736,10	15.320.695,99	3.071.893,10	12.229.873,30	3.300.734,41	11.605.887,01	12,02	75,75	3.714.808,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.872.295,00	2.870.895,00	569.517,62	2.010.365,89	607.575,90	1.970.934,25	2,04	68,65	899.960,75

Continua 1/5

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	163.270.284,00	175.156.971,79	21.995.355,66	119.667.709,11	24.216.794,26	89.795.900,06	93,00	51,27	85.361.071,73
Saúde	20.398.051,75	21.186.111,64	3.879.142,16	15.624.450,21	4.346.689,35	14.332.622,66	14,84	67,65	6.853.488,98
Suporte Profilático e Terapêutico	2.127.995,65	2.592.995,65	176.658,58	1.070.932,51	349.096,77	519.137,25	0,54	20,02	2.073.858,40
Vigilância Sanitária	316.649,00	209.649,00	35.189,27	179.343,06	52.086,21	135.730,25	0,14	64,74	73.918,75
Vigilância Epidemiológica	300.376,00	191.876,00	25.883,59	133.935,45	37.196,06	100.933,90	0,10	52,60	90.942,10
Trabalho	150.000,00	150.000,00	0,00	1.189,85	0,00	1.189,85	0,00	0,79	148.810,15
Fomento ao Trabalho	150.000,00	150.000,00	0,00	1.189,85	0,00	1.189,85	0,00	0,79	148.810,15
Educação	45.390.678,50	54.495.941,20	8.557.847,23	41.459.917,15	9.152.152,71	34.430.471,64	35,66	63,18	20.065.469,56
Alimentação e Nutrição	1.100.000,00	1.505.000,00	249.056,04	1.301.851,54	353.422,55	868.653,71	0,90	57,72	636.346,29
Ensino Fundamental	25.675.320,20	30.399.759,90	5.123.180,86	22.662.135,74	5.200.533,50	19.727.428,03	20,43	64,89	10.672.331,87
Educação Infantil	18.374.986,30	22.340.109,30	3.132.790,03	17.361.376,08	3.552.610,20	13.707.069,95	14,20	61,36	8.633.039,35
Educação de Jovens e Adultos	139.445,00	131.945,00	29.172,42	74.575,12	29.172,42	74.575,12	0,08	56,52	57.369,88
Educação Especial	100.927,00	119.127,00	23.647,88	59.978,67	16.414,04	52.744,83	0,05	44,28	66.382,17
Cultura	627.845,00	1.899.860,00	389.446,26	1.775.080,23	282.678,55	386.947,72	0,40	20,37	1.512.912,28
Difusão Cultural	627.845,00	1.899.860,00	389.446,26	1.775.080,23	282.678,55	386.947,72	0,40	20,37	1.512.912,28
Urbanismo	31.640.522,36	25.018.174,94	1.786.995,09	11.343.924,68	2.357.909,59	9.773.345,70	10,12	39,06	15.244.829,24
Infra-Estrutura Urbana	23.110.522,36	16.725.174,94	263.708,99	5.224.679,73	795.413,20	4.734.290,06	4,90	28,31	11.990.884,88
Serviços Urbanos	8.530.000,00	8.293.000,00	1.523.286,10	6.119.244,95	1.562.496,39	5.039.055,64	5,22	60,76	3.253.944,36
Habitação	210.000,00	210.000,00	0,00	2.916,40	0,00	2.916,40	0,00	1,39	207.083,60
Habitação Urbana	210.000,00	210.000,00	0,00	2.916,40	0,00	2.916,40	0,00	1,39	207.083,60
Saneamento	8.490.000,00	9.252.600,00	1.572.569,16	8.659.159,94	1.853.620,00	7.031.908,59	7,28	76,00	2.220.691,41
Saneamento Básico Urbano	8.490.000,00	9.252.600,00	1.572.569,16	8.659.159,94	1.853.620,00	7.031.908,59	7,28	76,00	2.220.691,41
Gestão Ambiental	530.610,00	512.410,00	36.484,23	121.793,99	23.644,64	107.899,23	0,11	21,06	404.510,77
Preservação e Conservação Ambiental	98.923,00	98.923,00	2.587,24	6.003,62	2.587,24	6.003,62	0,01	6,07	92.919,38
Controle Ambiental	431.687,00	413.487,00	33.896,99	115.790,37	21.057,40	101.895,61	0,11	24,64	311.591,39
Agricultura	931.500,00	897.300,00	81.798,90	397.797,97	99.307,68	390.133,73	0,40	43,48	507.166,27
Abastecimento	70.000,00	70.000,00	0,00	79,30	0,00	79,30	0,00	0,11	69.920,70
Extensão Rural	861.500,00	827.300,00	81.798,90	397.718,67	99.307,68	390.054,43	0,40	47,15	437.245,57

Continua 2/5

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 3/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	163.270.284,00	175.156.971,79	21.995.355,66	119.667.709,11	24.216.794,26	89.795.900,06	93,00	51,27	85.361.071,73
Indústria	167.700,00	319.500,00	47.260,13	211.544,25	59.371,94	202.112,68	0,21	63,26	117.387,32
Promoção Industrial	167.700,00	319.500,00	47.260,13	211.544,25	59.371,94	202.112,68	0,21	63,26	117.387,32
Comércio e Serviços	1.514.527,63	2.689.878,51	120.237,09	2.234.786,83	63.790,19	1.760.220,37	1,82	65,44	929.658,14
Turismo	1.514.527,63	2.689.878,51	120.237,09	2.234.786,83	63.790,19	1.760.220,37	1,82	65,44	929.658,14
Energia	2.500.000,00	2.500.000,00	105.170,36	1.530.476,74	494.701,38	1.412.381,64	1,46	56,50	1.087.618,36
Energia Elétrica	2.500.000,00	2.500.000,00	105.170,36	1.530.476,74	494.701,38	1.412.381,64	1,46	56,50	1.087.618,36
Transporte	14.499.490,00	19.672.642,80	788.447,78	17.451.924,04	1.596.834,43	5.027.106,34	5,21	25,55	14.645.536,46
Transporte Rodoviário	14.499.490,00	19.672.642,80	788.447,78	17.451.924,04	1.596.834,43	5.027.106,34	5,21	25,55	14.645.536,46
Desporto e Lazer	1.270.967,00	1.268.467,00	298.024,49	824.397,98	191.533,09	501.239,43	0,52	39,52	767.227,57
Desporto Comunitário	1.270.967,00	1.268.467,00	298.024,49	824.397,98	191.533,09	501.239,43	0,52	39,52	767.227,57
Encargos Especiais	3.705.000,00	4.895.000,00	2.230.505,04	4.885.803,48	746.710,29	2.991.770,47	3,10	61,12	1.903.229,53
Serviço da Dívida Interna	2.700.000,00	3.390.000,00	1.690.505,04	3.380.803,53	613.087,05	2.118.322,14	2,19	62,49	1.271.677,86
Outros Encargos Especiais	1.005.000,00	1.505.000,00	540.000,00	1.504.999,95	133.623,24	873.448,33	0,90	58,04	631.551,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00	574.586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.586,00
RESERVA DO RPPS	8.353.493,00	8.353.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.353.493,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	13.291.580,00	2.904.972,47	7.840.936,25	1.979.741,41	6.759.266,29	7,00	50,85	6.532.313,71
Legislativa	2.000,00	57.200,00	0,00	55.600,00	152,81	29.314,70	0,03	51,25	27.885,30
Ação Legislativa	2.000,00	57.200,00	0,00	55.600,00	152,81	29.314,70	0,03	51,25	27.885,30
Essencial à Justiça	0,00	56.550,00	5.611,27	23.067,21	5.611,27	23.067,21	0,02	40,79	33.482,79
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	56.550,00	5.611,27	23.067,21	5.611,27	23.067,21	0,02	40,79	33.482,79
Administração	49.236,00	801.683,00	143.634,96	561.784,21	146.088,48	538.652,71	0,56	67,19	263.030,29
Planejamento e Orçamento	0,00	140.100,00	23.301,49	85.811,02	23.301,49	85.811,02	0,09	61,25	54.288,98
Administração Geral	29.236,00	42.236,00	721,02	34.556,54	3.174,54	11.425,04	0,01	27,05	30.810,96
Administração Financeira	0,00	169.075,00	26.287,44	88.105,68	26.287,44	88.105,68	0,09	52,11	80.969,32
Formação de Recursos Humanos	0,00	392.000,00	82.548,68	323.378,41	82.548,68	323.378,41	0,33	82,49	68.621,59
Comunicação Social	0,00	38.272,00	4.462,83	16.422,24	4.462,83	16.422,24	0,02	42,91	21.849,76
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00	6.313,50	13.510,32	6.313,50	13.510,32	0,01	67,55	6.489,68

Continua 3/5

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 4/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	13.291.580,00	2.904.972,47	7.840.936,25	1.979.741,41	6.759.266,29	7,00	50,85	6.532.313,71
Segurança Pública	6.819,00	59.219,00	8.948,30	34.389,33	8.948,30	34.389,33	0,04	58,07	24.829,67
Policimento	6.819,00	6.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.819,00
Defesa Civil	0,00	16.000,00	2.983,07	10.972,83	2.983,07	10.972,83	0,01	68,58	5.027,17
Informação e Inteligência	0,00	36.400,00	5.965,23	23.416,50	5.965,23	23.416,50	0,02	64,33	12.983,50
Assistência Social	5.000,00	87.100,00	10.053,46	43.063,78	11.103,92	41.698,66	0,04	47,87	45.401,34
Assistência Comunitária	5.000,00	87.100,00	10.053,46	43.063,78	11.103,92	41.698,66	0,04	47,87	45.401,34
Previdência Social	2.400.000,00	2.400.000,00	391.236,10	1.035.462,50	391.236,10	1.035.462,50	1,07	43,14	1.364.537,50
Previdência do Regime Estatutário	2.400.000,00	2.400.000,00	391.236,10	1.035.462,50	391.236,10	1.035.462,50	1,07	43,14	1.364.537,50
Saúde	55.545,00	1.055.445,00	208.442,99	763.791,34	208.442,99	763.791,34	0,79	72,37	291.653,66
Atenção Básica	55.545,00	1.009.045,00	208.442,99	763.791,34	208.442,99	763.791,34	0,79	75,69	245.253,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.400,00
Vigilância Sanitária	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação	80.000,00	5.667.833,00	613.966,79	2.568.707,66	640.315,42	2.539.380,20	2,63	44,80	3.128.452,80
Ensino Fundamental	50.000,00	3.149.833,00	373.762,65	1.515.900,28	385.773,16	1.502.632,73	1,56	47,71	1.647.200,27
Educação Infantil	30.000,00	2.493.000,00	240.204,14	1.043.198,91	254.542,26	1.027.139,00	1,06	41,20	1.465.861,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	15.000,00	0,00	6.437,39	0,00	6.437,39	0,01	42,92	8.562,61
Educação Especial	0,00	10.000,00	0,00	3.171,08	0,00	3.171,08	0,00	31,71	6.828,92
Cultura	5.555,00	9.055,00	460,28	2.235,13	460,28	2.235,13	0,00	24,68	6.819,87
Difusão Cultural	5.555,00	9.055,00	460,28	2.235,13	460,28	2.235,13	0,00	24,68	6.819,87
Urbanismo	30.000,00	630.000,00	90.452,66	373.053,53	94.010,38	353.243,77	0,37	56,07	276.756,23
Serviços Urbanos	30.000,00	630.000,00	90.452,66	373.053,53	94.010,38	353.243,77	0,37	56,07	276.756,23
Saneamento	10.000,00	60.000,00	1.612,22	19.900,98	1.717,75	10.453,01	0,01	17,42	49.546,99
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	60.000,00	1.612,22	19.900,98	1.717,75	10.453,01	0,01	17,42	49.546,99
Gestão Ambiental	5.555,00	23.755,00	2.533,54	10.293,27	2.533,54	10.293,27	0,01	43,33	13.461,73
Controle Ambiental	5.555,00	23.755,00	2.533,54	10.293,27	2.533,54	10.293,27	0,01	43,33	13.461,73
Agricultura	5.000,00	39.200,00	4.589,74	23.233,54	4.722,64	19.861,11	0,02	50,67	19.338,89
Extensão Rural	5.000,00	39.200,00	4.589,74	23.233,54	4.722,64	19.861,11	0,02	50,67	19.338,89

Continua 4/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 5/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	13.291.580,00	2.904.972,47	7.840.936,25	1.979.741,41	6.759.266,29	7,00	50,85	6.532.313,71
Indústria	5.000,00	21.800,00	2.126,62	11.747,69	2.342,02	6.963,09	0,01	31,94	14.836,91
Promoção Industrial	5.000,00	21.800,00	2.126,62	11.747,69	2.342,02	6.963,09	0,01	31,94	14.836,91
Comércio e Serviços	5.000,00	15.000,00	1.305,73	10.580,60	1.357,38	5.734,46	0,01	38,23	9.265,54
Turismo	5.000,00	15.000,00	1.305,73	10.580,60	1.357,38	5.734,46	0,01	38,23	9.265,54
Desporto e Lazer	5.290,00	7.790,00	756,25	4.316,08	756,25	4.316,08	0,00	55,41	3.473,92
Desporto Comunitário	5.290,00	7.790,00	756,25	4.316,08	756,25	4.316,08	0,00	55,41	3.473,92
Encargos Especiais	0,00	2.299.950,00	1.419.241,56	2.299.709,40	459.941,88	1.340.409,72	1,39	58,28	959.540,28
Serviço da Dívida Interna	0,00	2.299.950,00	1.419.241,56	2.299.709,40	459.941,88	1.340.409,72	1,39	58,28	959.540,28
TOTAL (III) = (I + II)	165.940.284,00	188.448.551,79	24.900.328,13	127.508.645,36	26.196.535,67	96.555.166,35	100,00	51,24	91.893.385,44

FONTE:

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo III

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	9.447.697,83	9.283.280,84	9.707.958,03	13.132.841,63	13.437.641,25	12.771.303,69	11.431.157,33	11.958.464,81	11.809.338,21	11.838.361,52	11.307.523,64	11.606.374,78	137.731.943,56	127.036.434,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.758.759,86	1.345.769,98	1.630.021,30	3.486.258,07	4.766.394,62	3.719.379,88	1.951.478,35	1.999.130,08	1.741.841,77	2.097.823,90	2.046.037,76	2.023.039,71	28.565.935,28	23.815.207,00
I.P.T.U.	112.988,86	123.768,77	144.757,78	226.641,81	2.400.981,58	1.605.122,89	310.687,78	215.779,99	145.238,55	122.858,74	143.520,33	130.524,46	5.682.871,34	4.975.245,00
I.R.R.F.	47.254,03	41.176,18	57.016,30	969.322,42	24.312,37	71.394,84	97.336,91	161.185,53	138.648,75	124.858,17	121.642,81	132.068,81	1.986.217,12	1.330.000,00
I.S.S.	1.190.292,95	952.830,50	1.051.891,76	1.666.739,91	1.675.789,82	1.353.638,46	1.076.191,60	1.088.603,00	1.027.210,72	1.430.864,80	1.258.101,95	1.473.850,16	15.246.005,63	13.000.000,00
I.T.B.I.	347.330,64	174.589,44	246.206,31	477.954,57	202.775,53	235.784,79	307.386,91	436.751,70	328.221,60	319.234,45	396.728,53	187.037,21	3.660.001,68	2.960.000,00
Outras Receitas Tributárias	60.893,58	53.405,09	130.149,15	145.599,36	462.535,32	453.438,90	159.875,15	96.809,86	102.522,15	100.007,74	126.044,14	99.559,07	1.990.839,51	1.549.962,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	220.015,73	220.299,92	220.575,07	315.104,47	142.616,20	546.596,90	407.325,67	693.813,04	558.212,13	559.936,29	538.907,31	562.673,34	4.986.076,07	6.081.903,00
RECEITA PATRIMONIAL	94.476,48	78.665,97	74.408,40	60.282,08	62.385,12	67.232,52	114.280,84	150.394,42	131.023,86	92.849,92	179.120,21	158.069,97	1.263.189,79	1.582.478,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	943.160,74	800.721,99	972.461,49	892.211,98	877.829,67	988.029,79	1.316.162,62	728.628,68	1.265.325,64	903.606,40	1.147.010,11	1.218.938,43	12.054.087,54	11.216.388,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.151.142,76	6.584.218,05	6.405.319,61	7.720.312,47	7.203.644,77	7.168.025,75	7.321.039,27	7.665.798,36	7.506.908,69	7.297.558,18	6.735.617,30	7.012.737,91	84.772.323,12	80.100.143,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.076.608,03	1.415.125,23	1.495.134,00	2.514.309,66	1.723.942,97	2.085.370,92	1.416.299,88	1.785.002,39	1.996.398,86	1.703.624,83	1.272.210,07	1.403.857,11	19.887.883,95	18.693.800,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.370.712,14	1.385.639,72	1.412.984,65	1.435.783,81	1.862.406,88	1.634.188,47	1.776.151,62	1.859.887,05	1.671.599,00	1.727.524,55	1.689.586,89	1.691.284,07	19.517.748,85	15.594.500,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	256.331,14	258.704,50	201.218,80	148.333,99	159.324,33	226.261,65	285.619,16	293.186,50	326.223,14	295.398,16	338.393,75	356.740,39	3.145.735,51	3.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	578,13	8.360,90	351,90	98,60	248,98	68,52	435,72	128,23	101,20	105,97	165,80	704,97	11.348,92	10.000,00
Outras Transferências Correntes	1.100.042,55	1.046.407,58	839.590,26	1.074.575,44	855.307,72	781.121,15	1.282.422,36	1.025.034,25	881.387,02	994.221,90	1.052.317,34	1.086.210,70	12.018.638,27	12.391.893,00
Transferências da LC 61/1989	21.749,91	30.725,15	28.817,19	32.597,97	14.836,91	30.990,46	27.569,03	29.252,71	33.109,93	29.579,09	27.583,64	30.488,59	337.300,58	301.500,00
Transferências da LC 87/1996	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	9.298,03	9.298,03	9.285,14	9.285,14	9.285,14	9.285,14	9.285,14	9.285,14	102.678,30	90.000,00
Transferências do FUNDEB	2.318.028,01	2.432.162,12	2.420.129,96	2.507.520,15	2.578.278,95	2.400.726,55	2.523.256,36	2.664.022,09	2.588.804,40	2.537.818,54	2.346.074,67	2.434.166,94	29.750.988,74	30.018.450,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	280.142,26	253.604,93	405.172,16	658.672,56	384.770,87	282.038,85	320.870,58	720.700,23	606.026,12	886.586,83	660.830,95	630.915,42	6.090.331,76	4.240.315,00
DEDUÇÕES (II)	546.614,24	621.159,48	629.350,05	671.807,18	754.011,41	1.088.938,96	985.271,35	1.096.403,47	1.112.709,02	1.062.145,17	978.724,60	1.011.427,81	10.558.562,74	11.119.863,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	291.703,53	282.199,45	301.055,28	305.373,11	309.041,78	311.279,80	312.956,01	2.113.608,96	3.581.903,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	546.614,24	621.159,48	629.350,05	671.807,18	754.011,41	797.235,43	703.071,90	795.348,19	807.335,91	753.103,39	667.444,80	698.471,80	8.444.953,78	7.537.960,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.901.083,59	8.662.121,36	9.078.607,98	12.461.034,45	12.683.629,84	11.682.364,73	10.445.885,98	10.862.061,34	10.696.629,19	10.776.216,35	10.328.799,04	10.594.946,97	127.173.380,82	115.916.571,00

FONTE:

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito MunicipalMARCIO CAPELLA
Secretário de FinançasJOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo IX

Município de NAVEGANTES - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	169.734,75	952.210,51	993.552,02	-	128.393,24	-	2.996.567,34	2.408.238,24	2.397.950,64	4.464,63	594.152,07
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	133.425,56	902.569,45	930.309,09	0,00	105.685,92	0,00	2.957.985,71	2.391.726,04	2.381.438,44	4.464,63	572.082,64
FUNDO MUN.REEQUIP.CORPO BOMBEIROS DE NAVEGANTES	0,00	2.292,41	2.292,41	0,00	0,00	0,00	26.934,74	20.665,74	20.665,74	0,00	6.269,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	5.282,60	5.282,60	0,00	0,00	0,00	18.005,15	14.357,55	14.357,55	0,00	3.647,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	21.189,06	152.449,81	160.479,04	0,00	13.159,83	0,00	671.664,91	526.880,45	516.592,95	4.464,63	150.607,33
GABINETE DO PREFEITO	0,00	13.187,62	13.187,62	0,00	0,00	0,00	37.910,50	37.445,50	37.445,50	0,00	465,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.954,88	4.909,88	4.909,88	0,00	1.045,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	2.703,08	126.849,18	126.738,33	0,00	2.813,93	0,00	394.845,40	291.740,36	291.740,36	0,00	103.105,04
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	16.236,66	0,00	0,00	0,00	16.236,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	888,00	0,00	0,00	0,00	888,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO	6.396,25	0,00	0,00	0,00	6.396,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERV. MUNICIPAIS	74.181,65	0,00	22.440,42	0,00	51.741,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	4.560,00	0,00	0,00	0,00	4.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. FINANÇAS,FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	0,00	103.421,26	103.421,26	0,00	0,00	0,00	2.279,90	2.279,90	2.279,90	0,00	0,00
SECRETARIA MUN.MEIO AMBIENTE,AGRICULTURA E PESCA	0,00	19,03	19,03	0,00	0,00	0,00	1.234,68	1.233,10	1.233,10	0,00	1,58
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	6.179,25	25.270,25	25.270,25	0,00	6.179,25	0,00	36.865,62	35.235,50	35.235,50	0,00	1.630,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	867,31	867,31	0,00	0,00	0,00	6.327,22	1.942,45	1.942,45	0,00	4.384,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	2.311,57	2.311,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.046,60	1.046,60	1.046,60	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	1.091,61	470.618,41	467.999,25	0,00	3.710,77	0,00	1.623.207,39	1.432.383,01	1.432.382,91	0,00	190.824,48
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.806,00	19.806,00	19.806,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.902,72	1.800,00	1.800,00	0,00	110.102,72
FUNDACAO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	28.134,81	0,00	13.891,87	0,00	14.242,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	28.134,81	0,00	13.891,87	0,00	14.242,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	4.611,88	2.869,18	2.869,18	0,00	4.611,88	0,00	2.089,80	89,80	89,80	0,00	2.000,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA	4.611,88	0,00	0,00	0,00	4.611,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	2.869,18	2.869,18	0,00	0,00	0,00	2.089,80	89,80	89,80	0,00	2.000,00
FUNDACAO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	60,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	60,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES	3.562,50	46.481,88	46.481,88	0,00	3.562,50	0,00	23.445,31	4.562,40	4.562,40	0,00	18.882,91
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES	3.562,50	0,00	0,00	0,00	3.562,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	0,00	46.481,88	46.481,88	0,00	0,00	0,00	23.445,31	4.562,40	4.562,40	0,00	18.882,91
FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES	0,00	290,00	0,00	0,00	290,00	0,00	12.986,52	11.800,00	11.800,00	0,00	1.186,52
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES	0,00	290,00	0,00	0,00	290,00	0,00	12.986,52	11.800,00	11.800,00	0,00	1.186,52
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	1.309,19	1.309,19	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.278,01	1.278,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	1.278,01	1.278,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	1.309,19	1.309,19	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
FUNDACAO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	0,00	31,18	31,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	31,18	31,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	169.734,75	953.519,70	994.861,21	0,00	128.393,24	0,00	2.996.567,34	2.408.238,24	2.397.950,64	4.464,63	594.152,07

FONTE:

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo V

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.581.903,00	3.581.903,00	624.735,81	2.114.108,96	0,00
RECEITAS CORRENTES	3.581.903,00	3.581.903,00	624.735,81	2.114.108,96	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	3.581.903,00	3.581.903,00	624.235,81	2.113.608,96	0,00
Pessoal Civil	3.581.903,00	3.581.903,00	624.235,81	2.113.608,96	0,00
Ativo	3.570.903,00	3.570.903,00	622.310,87	2.106.217,21	0,00
Inativo	5.000,00	5.000,00	1.052,06	3.922,24	0,00
Pensionista	6.000,00	6.000,00	872,88	3.469,51	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.321.590,00	6.321.590,00	1.652.734,25	5.293.347,65	0,00
RECEITAS CORRENTES	6.321.590,00	6.321.590,00	1.652.734,25	5.293.347,65	0,00
Receita de Contribuições Patronais	6.321.590,00	6.321.590,00	1.162.945,39	3.923.090,95	0,00
Pessoal Civil	6.321.590,00	6.321.590,00	1.162.945,39	3.923.090,95	0,00
Ativo	5.938.953,00	5.938.953,00	1.104.174,69	3.744.166,44	0,00
Inativo	244.285,00	244.285,00	37.870,22	114.909,73	0,00
Pensionista	138.352,00	138.352,00	20.900,48	64.014,78	0,00

Continua 1/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	489.788,86	1.370.256,70	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	9.903.493,00	9.903.493,00	2.277.470,06	7.407.456,61	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	702.328,64	702.328,64	75.748,67	226.093,86	0,00
ADMINISTRAÇÃO	502.328,64	502.328,64	75.748,67	221.864,31	0,00
Despesas Correntes	482.328,64	474.328,64	75.456,07	197.796,72	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	28.000,00	292,60	24.067,59	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	200.000,00	200.000,00	0,00	4.229,55	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	4.229,55	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	4.229,55	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	2.420.000,00	2.420.000,00	397.549,60	1.048.972,82	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.420.000,00	2.420.000,00	397.549,60	1.048.972,82	0,00
Despesas Correntes	2.420.000,00	2.420.000,00	397.549,60	1.048.972,82	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.122.328,64	3.122.328,64	473.298,27	1.275.066,68	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	6.781.164,36	6.781.164,36	1.804.171,79	6.132.389,93	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					8.353.493,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2012	2011		
Bancos Conta Movimento	81,19	3.139,64	0,00		
Investimentos	5.399.978,73	6.240.530,09	0,00		
FONTE:					

Continua 3/4

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FONTE:

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA

Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA

Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo VI

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Jun 2012 (B)	Em 31 Ago 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.909.229,53	7.034.972,77	6.562.656,37
DEDUÇÕES (II)	8.386.572,47	19.711.275,14	16.301.266,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.509.119,29	19.765.199,01	16.160.334,75
Demais Haveres Financeiros	707,63	138.371,09	279.612,11
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.123.254,45	192.294,96	138.680,84
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.477.342,94	-12.676.302,37	-9.738.609,65
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	366.038,95	366.038,95	366.038,95
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.843.381,89	-13.042.341,32	-10.104.648,60
RESULTADO NOMINAL			
		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2012 (C - A)
VALOR		2.937.692,72	-6.261.266,71

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.666,48

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Jun 2012 (B)	Em 31 Ago 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	87.186.676,12	87.186.676,12
Passivo Atuarial	0,00	87.186.676,12	87.186.676,12
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	4.338.601,13	6.243.669,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	33.186,13	3.139,64
Investimentos	0,00	4.305.415,00	6.240.530,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	82.848.074,99	80.943.006,39
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	82.848.074,99	80.943.006,39

FONTE:

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo VII

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	124.546.727,00	22.906.056,23	94.611.502,57	72.001.982,42
Receita Tributária	23.815.207,00	4.069.077,47	20.345.126,07	16.371.980,13
I.P.T.U.	4.975.245,00	274.044,79	5.074.714,32	4.307.339,92
I.S.S.	13.000.000,00	2.731.952,11	10.384.250,51	8.155.764,78
I.T.B.I.	4.975.245,00	583.765,74	2.413.920,72	1.840.492,54
I.R.R.F.	13.000.000,00	253.711,62	871.448,19	592.736,25
Outras Receitas Tributárias	1.540.860,00	225.603,21	1.600.792,33	1.475.646,64
Receita de Contribuição	12.403.493,00	2.754.314,90	9.303.428,53	1.717.658,88
Receitas Previdenciárias	9.903.493,00	2.276.970,06	7.406.956,61	0,00
Outras Contribuições	2.500.000,00	477.344,84	1.896.471,92	1.717.658,88
Receita Patrimonial Líquida	9.141,00	187,50	937,50	5.247,50
Receita Patrimonial	1.582.478,00	337.190,18	955.356,86	635.984,62
(-) Aplicações Financeiras	1.573.337,00	337.002,68	954.419,36	630.737,12
Transferências Correntes	72.562.183,00	12.382.438,61	51.935.307,40	43.946.043,71
F.P.M.	14.955.040,00	2.140.853,82	10.709.365,86	9.443.211,08
I.C.M.S.	12.475.600,00	2.704.696,98	11.130.103,47	7.916.398,73
Convênios	12.998.800,00	26.373,77	147.940,47	425.395,17
Outras Transferências Correntes	44.148.800,00	7.510.514,04	29.947.897,60	26.161.038,73
Demais Receitas Correntes	15.756.703,00	3.700.037,75	13.026.703,07	9.961.052,20
Dívida Ativa	1.750.000,00	384.850,12	1.761.882,00	1.022.144,30
Diversas Receitas Correntes	14.006.703,00	3.315.187,63	11.264.821,07	8.938.907,90
RECEITAS DE CAPITAL (II)	39.820.220,00	2.139.992,50	12.576.908,33	9.040.234,68
Operações de Crédito (III)	10.775.000,00	571.150,59	1.244.088,07	2.662.465,81
Amortização de Empréstimos (IV)	10.775.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	29.045.220,00	1.568.841,91	11.332.820,26	6.377.768,87
Convênios	27.033.893,00	1.568.841,91	11.332.820,26	6.115.275,29
Outras Transferências de Capital	2.011.327,00	0,00	0,00	262.493,58
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	29.045.220,00	1.568.841,91	11.332.820,26	6.377.768,87
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	153.591.947,00	24.474.898,14	105.944.322,83	78.379.751,29
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	117.482.382,85	21.028.074,35	76.499.198,53	59.988.406,28
Pessoal e Encargos Sociais	74.275.816,92	13.835.037,67	47.550.502,98	35.110.146,20
Juros e Encargos da Dívida (IX)	318.000,00	29.561,94	216.608,82	0,00
Outras Despesas Correntes	42.888.565,93	7.163.474,74	28.732.086,73	24.878.260,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	117.164.382,85	20.998.512,41	76.282.589,71	59.988.406,28
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	62.038.089,94	5.168.461,32	20.055.967,82	17.056.786,05
Investimentos	56.666.139,94	4.124.994,33	16.813.844,78	16.179.911,02
Inversões Financeiras	56.666.139,94	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.371.950,00	1.043.466,99	3.242.123,04	876.875,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	56.666.139,94	4.124.994,33	16.813.844,78	16.179.911,02

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	574.586,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	8.353.493,00	-	-	-
	8.353.493,00			
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	182.758.601,79	25.123.506,74	93.096.434,49	76.168.317,30
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-29.166.654,79	-648.608,60	12.847.888,34	2.211.433,99
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.682.716,33	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.682.716,33	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

56.663,00

FONTE:

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo X

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	24.215.245,00	24.215.245,00	4.298.509,43	20.779.160,33	85,81
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.545.245,00	6.545.245,00	689.351,36	6.539.315,86	99,91
1.1.1- IPTU	6.275.245,00	6.275.245,00	274.104,24	5.084.712,80	81,03
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	4.400,13	10.564,99	52,82
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.500.000,00	1.500.000,00	355.918,96	1.235.312,07	82,35
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	430.000,00	430.000,00	55.058,63	219.912,06	51,14
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.680.000,00)	(1.680.000,00)	(130,60)	(11.186,06)	0,67
1.2- Receita Resultante do imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.970.000,00	2.970.000,00	583.765,74	2.413.920,72	81,28
1.2.1- ITBI	3.310.000,00	3.310.000,00	590.231,07	2.427.400,70	73,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(350.000,00)	(350.000,00)	(6.465,33)	(13.479,98)	3,85
1.3- Receita Resultante do imposto sobre serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.370.000,00	13.370.000,00	2.771.680,71	10.954.475,56	81,93
1.3.1- ISS	13.810.000,00	13.810.000,00	2.738.034,04	10.393.517,68	75,26
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	20.000,00	20.000,00	3.682,74	14.046,93	70,23
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	300.000,00	300.000,00	29.002,31	527.757,51	175,92
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	7.043,55	28.420,61	47,37
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(820.000,00)	(820.000,00)	(6.081,93)	(9.267,17)	1,13
1.4- Receita Resultante do imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	253.711,62	871.448,19	65,52
1.4.1- IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	253.711,62	871.448,19	65,52
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.726.500,00	37.726.500,00	6.835.819,96	29.923.012,17	79,32
2.1- Cota-Parte FPM	18.693.800,00	18.693.800,00	2.676.067,18	13.386.707,03	71,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	-	0,00	2.676.067,18	13.386.707,03	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	18.693.800,00	18.693.800,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.594.500,00	15.594.500,00	3.380.870,96	13.912.628,53	89,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	90.000,00	90.000,00	18.570,28	74.306,90	82,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	301.500,00	301.500,00	58.072,23	223.410,36	74,10
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	870,77	1.959,39	19,59
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	695.134,14	2.281.147,08	76,04
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	36.700,00	36.700,00	6.234,40	42.852,88	116,77
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	61.941.745,00	61.941.745,00	11.134.329,39	50.702.172,50	81,85

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.438.347,00	2.438.347,00	453.218,94	1.909.004,03	78,29
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.438.347,00	2.438.347,00	453.218,94	1.909.004,03	78,29
5.2- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.511.818,00	2.511.818,00	1.465.886,28	2.505.952,98	99,77
6.1- Transferências de Convênios	2.511.818,00	2.511.818,00	1.465.886,28	2.505.952,98	99,77
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	674.500,00	674.500,00	205.009,78	519.238,09	76,98
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.624.665,00	5.624.665,00	2.124.115,00	4.934.195,10	87,72

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.537.960,00	7.537.960,00	1.365.916,60	5.976.022,83	79,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.738.760,00	3.738.760,00	535.213,36	2.677.341,17	71,61
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.118.900,00	3.118.900,00	676.173,98	2.782.525,06	89,21
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	18.000,00	18.000,00	3.714,04	14.861,32	82,56
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	60.300,00	60.300,00	11.614,45	44.682,11	74,10
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	174,14	384,45	19,22
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	139.026,63	456.228,72	76,04
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	30.118.450,00	30.118.450,00	4.784.364,35	20.108.937,34	66,77
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	30.018.450,00	30.018.450,00	4.780.241,61	20.073.148,50	66,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	4.122,74	35.788,84	35,79
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	22.480.490,00	22.480.490,00	3.414.325,01	14.097.125,67	62,71
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	24.074.760,00	27.003.020,00	4.384.010,13	17.431.246,23	64,55
13.1- Com Educação Infantil	11.428.290,00	13.428.290,00	2.179.144,82	8.715.255,58	64,90
13.2- Com Ensino Fundamental	12.646.470,00	13.574.730,00	2.204.865,31	8.715.990,65	64,21
14- OUTRAS DESPESAS	6.043.690,00	3.715.155,00	198.168,87	3.180.395,33	85,61
14.1- Com Educação Infantil	497.476,00	64.076,00	22.158,40	63.858,40	99,66
14.2- Com Ensino Fundamental	5.546.214,00	3.651.079,00	176.010,47	3.116.536,93	85,36
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	30.118.450,00	30.718.175,00	4.582.179,00	20.611.641,56	67,10
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ¹ ((13 – 18) / (11) x 100) %					86,68
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) ³	15.485.436,25	15.485.436,25	2.783.582,35	12.675.543,13	81,85
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	14.427.829,50	19.640.729,50	3.456.068,88	12.972.037,50	66,05
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.925.766,00	13.492.366,00	2.201.303,22	8.779.113,98	65,07
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.502.063,50	6.148.363,50	1.254.765,66	4.192.923,52	68,20
24- ENSINO FUNDAMENTAL	23.142.684,00	29.320.331,66	5.022.873,01	19.537.914,50	66,64
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.192.684,00	17.225.809,00	2.380.875,78	11.832.527,58	68,69
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.950.000,00	12.094.522,66	2.641.997,23	7.705.386,92	63,71
25- ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	37.570.513,50	48.961.061,16	8.478.941,89	32.509.952,00	66,40
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					14.097.125,67
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					35.788,84
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					14.132.914,51
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					18.377.037,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					36,29

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.438.347,00	2.665.187,00	374.760,66	1.465.128,56	54,97
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	475.000,00	475.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.406.818,00	5.609.826,04	601.893,94	1.275.473,29	22,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.320.165,00	8.750.013,04	976.654,60	2.740.601,85	31,32
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.890.678,50	57.711.074,20	9.455.596,49	35.250.553,85	61,08
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	135.665,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	20.073.148,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	20.038.906,23	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	35.788,84	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	205.696,90	0,00

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo XVI

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	62.131.745,00	62.131.745,00	50.702.172,50	81,60
Impostos	22.265.245,00	22.265.245,00	18.744.333,74	84,19
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.975.245,00	4.975.245,00	5.074.714,32	102,00
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	2.960.000,00	2.960.000,00	2.413.920,72	81,55
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	13.000.000,00	13.000.000,00	10.384.250,51	79,88
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	871.448,19	65,52
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	2.140.000,00	2.140.000,00	2.034.826,59	95,09
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	50.000,00	50.000,00	24.611,92	49,22
Dívida Ativa dos Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	1.761.882,00	110,12
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	490.000,00	490.000,00	248.332,67	50,68
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	37.726.500,00	37.726.500,00	29.923.012,17	79,32
Da União	18.830.500,00	18.830.500,00	13.505.826,20	71,72
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	18.693.800,00	18.693.800,00	13.386.707,03	71,61
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	10.000,00	1.959,39	19,59
Transferências Financeiras - LC 87/96	90.000,00	90.000,00	74.306,90	82,56
Outras Transferências da União	36.700,00	36.700,00	42.852,88	116,77
Do Estado	18.896.000,00	18.896.000,00	16.417.185,97	86,88
Cota-Parte do ICMS	15.594.500,00	15.594.500,00	13.912.628,53	89,21
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	301.500,00	301.500,00	223.410,36	74,10
Cota-Parte do IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	2.281.147,08	76,04
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	11.167.840,00	11.167.840,00	6.480.979,22	58,03
Da União para o Município	10.566.734,00	10.566.734,00	6.125.561,38	57,97
Do Estado para o Município	181.447,00	181.447,00	135.149,94	74,48
Demais Municípios para o Município	419.659,00	419.659,00	220.267,90	52,49
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	100.178.659,00	100.178.659,00	56.935.701,37	56,83
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-7.537.960,00	-7.537.960,00	-5.976.022,83	79,28
TOTAL	165.940.284,00	165.940.284,00	108.142.830,26	65,17
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	16.699.708,50	18.668.468,39	14.127.408,70	75,68
Pessoal e Encargos Sociais	9.914.960,50	12.108.660,50	9.359.848,16	77,30
Outras Despesas Correntes	6.784.748,00	6.559.807,89	4.767.560,54	72,68
DESPESAS DE CAPITAL	3.753.888,25	3.573.088,25	969.005,30	27,12
Investimentos	3.753.888,25	3.573.088,25	969.005,30	27,12

Continua 1/3

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	3.753.888,25	3.573.088,25	969.005,30	27,12
Investimentos	3.753.888,25	3.573.088,25	969.005,30	27,12
TOTAL (IV)	20.453.596,75	22.241.556,64	15.096.414,00	67,87

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	20.453.596,75	22.241.556,64	15.096.414,00	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	11.069.446,00	12.064.746,00	6.763.301,80	44,80
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	11.069.446,00	12.064.746,00	6.763.301,80	44,80
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	9.384.150,75	10.176.810,64	8.333.112,20	55,20

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	76.116,19	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= %² [(V - VI) / I]	16,44
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	13.836.281,10	16.329.740,99	12.369.678,35	81,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.872.295,00	2.897.295,00	1.970.934,25	13,06
Suporte Profilático e Terapêutico	2.127.995,65	2.592.995,65	519.137,25	3,44
Vigilância Sanitária	316.649,00	218.649,00	135.730,25	0,90
Vigilância Epidemiológica	300.376,00	202.876,00	100.933,90	0,67
TOTAL	20.453.596,75	22.241.556,64	15.096.414,00	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Continua 2/3

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º Bimestre - Anexo XVIII

Município de NAVEGANTES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	165.940.284,00
Previsão Atualizada			—	165.940.284,00
Receitas Realizadas			25.383.051,41	108.142.830,26
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	1.682.716,33
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	165.940.284,00
Créditos Adicionais			—	22.508.267,79
Dotação Atualizada			—	188.448.551,79
Despesas Empenhadas			24.900.328,13	127.508.645,36
Despesas Liquidadas			26.196.535,67	96.555.166,35
Superavit Orçamentário			—	11.587.663,91
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			24.900.328,13	127.508.645,36
Despesas Liquidadas			26.196.535,67	96.555.166,35
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				127.173.380,82
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			2.277.470,06	7.407.456,61
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			473.298,27	1.275.066,68
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			1.804.171,79	6.132.389,93
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.666,48	-6.261.266,71	170.770,51
Resultado Primário		56.663,00	12.847.888,34	22.674,21
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.123.254,45	0,00	994.861,21	128.393,24
EXECUTIVO	1.123.254,45	0,00	994.861,21	128.393,24
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.996.567,34	4.464,63	2.397.950,64	594.152,07
EXECUTIVO	2.996.567,34	4.464,63	2.397.950,64	594.152,07
TOTAL:	4.119.821,79	4.464,63	3.392.811,85	722.545,31
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		18.377.037,49	25%	36,25
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		17.431.246,23	60%	86,68
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			1.244.088,07	9.530.911,93
Despesa de Capital Líquida			20.055.967,82	41.982.122,12
				Continua 1/2

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.333.112,20	15,00	16,44

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

NAVEGANTES, 26/09/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

CÂMARA MUNICIPAL**Comissão Permanente de Licitação**

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315

Centro - Fone / Fax: (047) 3342 1818

Cep. 88.375-000

Navegantes - SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 014/2012

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Nomeia:

Artigo 1º - Fica nomeado o senhor SÓLON MANOEL COSTA, portador do CPF nº 557.542.289-53, para exercer a função de PREGOEIRO da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Artigo 2º - Ficam nomeados como Equipe de Apoio os seguintes servidores:

- José João De Souza, portador do CPF nº 444.843.729-91
- Vanildo Telles, portador do CPF nº 599.296.939-04
- Eraldo Giovani Velho, portador do CPF nº 733.882.629-34

ARTIGO 3º - Esta nomeação não acarretará ônus os cofres municipais.

ARTIGO 4º - - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores e em contrário.

Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, 10 de julho de 2012.

JOEL JOÃO COUTO.

Presidente Da Câmara.

Rgf _anexo _iii _demonstrativo _das _garantias _e _contragarantias _de _valores

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2012

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Rgf _anexo _ii _divida _consolidada _liquida

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	40.258,04	68.853,18	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	40.258,04	68.853,18	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-40.258,04	-68.853,18	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.232.575,78	610.555,50	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

www.PaperlessPrinter.com

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

www.PaperlessPrinter.com
**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Rgf _anexo _iv _demonstrativo _das _operações _de _credito

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Rgf _anexo _i _despesa _pessoal

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.905.346,88	0,00
Pessoal Ativo	1.905.346,88	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.905.346,88	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1.905.346,88
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	127.173.380,82	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,50	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	7.630.402,85	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	7.248.882,71	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Rgf_anexo_vii_demonstrativo_simpl._Gestao_fiscal

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.905.346,88	1,50
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.630.402,85	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.248.882,71	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-68.853,18	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.978.143,78	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	20.347.740,93	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.902.136,66	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	49.224,40	68.853,18

FONTE:

Rgf _anexo _vi _demonstrativo _restos _a _pagar

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	49.224,40	68.853,18	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	49.224,40	68.853,18	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	49.224,40	68.853,18	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Rgf _anexo _v _demonstrativo _disp. _Caixa

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	68.853,18	0,00	68.853,18
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	68.853,18	0,00	68.853,18
TOTAL (III) = (I + II)	68.853,18	0,00	68.853,18
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Comissão Pregoeira de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315

Centro - Fone / Fax: (047) 3342 1818

Cep. 88.375-000

Navegantes - SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 013/2012

NOMEIA MEMBROS PARA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Nomeia:

Artigo 1º - Fica a partir desta data, nomeada a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC.

Artigo 2º - Os membros integrantes desta Comissão são respectivamente:

-Presidente: José João De Souza, portador do CPF nº 444.843.729-91.

-Membro: Sólton Manoel Costa, portador do CPF nº 557.542.289-53.

-Membro: Vanildo Telles, portador do CPF nº 599.296.939-04

-Membro: Eraldo Giovani Velho, portador do CPF nº 733.882.629-34

ARTIGO 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores e em contrário.

Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, 02 de julho de 2012.

JOEL JOÃO COUTO.

Presidente da Câmara.

Nova Trento**PREFEITURA****Contrato N° 142/2012**

CONTRATO Nº 142/2012

Origem: Processo Licitatório nº 081/2012. Modalidade: Tomada de Preços nº 017/2012. Homologação: 24/09/2012. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: WA COMÉRCIO LTDA. ME, estabelecida a Rua Hironildo Conceição dos Santos, nº 510, Loteamento Jardim Dourados I, Perequê, Município de Porto Belo/SC, CEP: 88210-000, CNPJ/MF nº. 09.007.458/0001-47. Objeto do Contrato: Execução de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reforma da Unidade Sanitária do Distrito de Aguti, cidade de Nova Trento, num total de 280,00 m². O valor global é de R\$ 99.419,50 (noventa e nove mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta centavos).

Nova Trento, 24 de setembro de 2012.

PEDRO PIVA NETO

Prefeito em Exercício

Contrato N° 143/2012

CONTRATO Nº 143/2012

Origem: Processo Licitatório nº 083/2012. Modalidade: Tomada de Preços nº 018/2012. Homologação: 24/09/2012. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: DALSENTER ENGENHARIA LTDA. estabelecida na Rua Santo Inácio, 640, Centro, cidade de Nova Trento, CNPJ/MF nº 85.123.958/0001-22. Objeto do Contrato: Execução de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para ampliação e reforma da Creche Ciranda Cirandinha - Espraiado, localizada na Rua Brusque, s/nº, Espraiado, cidade de Nova Trento, com reforma em área de 138,43 m² e Ampliação com área de 67,57 m². O valor global é de R\$ 82.012,64 (oitenta e dois mil, doze reais e sessenta e quatro centavos).

Nova Trento, 24 de setembro de 2012.

PEDRO PIVA NETO

Prefeito em Exercício

Contrato N° 144/2012

CONTRATO Nº 144/2012

Origem: Processo Licitatório nº 080/2012. Modalidade: Tomada de Preços nº 016/2012. Homologação: 25/09/2012. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: CONSTRUTORA KAROL INÊS LTDA, estabelecida a Rua Santo Inácio, nº 355, Centro, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ/MF nº. 06.823.358/0001-09. Objeto do Contrato: Execução de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para REFORMA DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO BAYER SOBRINHO (CONSTRUÇÃO ANTIGA) - DISTRITO DE CLARAÍBA. O valor global é de R\$ R\$ 19.204,00 (dezenove mil, duzentos e quatro reais).

Nova Trento, 25 de setembro de 2012.

PEDRO PIVA NETO

Prefeito em Exercício

Palhoça**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº 154/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 154/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência nº. 154/2012, no dia 12 de Novembro de 2012, às 14:00 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280- Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº154/2012 que tem como objeto contratação de empresa para Elaboração de estudo de concepção para gestão das águas pluviais do Município de Palhoça, referente a primeira etapa do projeto de Macrodrenagem de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 26 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Palmitos

PREFEITURA

Processo 102/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº102/12 Modalidade: Tomada de Preço nº021/12. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PALMITOS. Entrega do Envelopes: 17/10/2012, até as 09:30 horas. Abertura do Envelopes: 17/10/2012 as 10:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Palmitos 26 de Setembro de 2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Processo 37/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº37/12 Modalidade: Tomada de Preço nº07/12. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB), CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO PMSB QUE INTEGRA O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGIRS) E O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG), BEM COMO, O ANEXO III DO PLANO DE TRABALHO, "INFORMAÇÕES PRELIMINARES DO MUNICÍPIO", DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E O RESUMO FINAL DOS CUSTOS DO PMSB. Entrega do Envelopes: 16/10/2012, até as 09:00 horas. Abertura do Envelopes: 16/10/2012 as 09:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 26 de Setembro de 2012.

CLOVIS BESCOW

Gestor do Fundo.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.673, de 25 de Setembro de 2012.

DECRETO Nº 3.673, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro

Preto abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental

31900000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0118.0

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental

31900000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0119.0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 25 DE SETEMBRO DE 2012.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.024/2012

DECRETO Nº 1024/2012

"Revoga o Processo Licitatório".

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e, Considerando a justificativa do Senhor Secretário de Saúde e Saneamento, onde se verificou constatou-se erro quanto aos itens no Edital;

Considerando o princípio da autotutela, interesse e a conveniência administrativa,

Decreta:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório, Modalidade Carta Convite nº 041/2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de setembro de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

Aviso de Licitação Carta Convite 043/2012**AVISO DE LICITAÇÃO****CARTA CONVITE Nº 043/2012**

OBJETO - REFERENTE A TROCA DE COBERTURA DE SALA DE AULA NA ESCOLA BENEDITA GUERREIRO COM 92,87M², CONFORME PROJETO EM ANEXO.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 10:00 hs do dia 05/10/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo - SC, 27 de setembro de 2012.

ALCENIR LEMOS CORREA RODRIGO TRUFFA DA COSTA

Secretário de Administração Presidente da Comissão

Aviso de Licitação Carta Convite 044/2012**AVISO DE LICITAÇÃO****CARTA CONVITE Nº 044/2012**

OBJETO - REFERENTE A REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL OLINDA PEIXOTO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONFORME PROJETO EM ANEXO.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 14:00 hs do dia 05/10/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo - SC, 27 de setembro de 2012.

ALCENIR LEMOS CORREA

RODRIGO TRUFFA DA COSTA

Secretário de Administração

Presidente da Comissão

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 1205/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.205 de 17 de setembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 a 26 de setembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Cláudia Glixinski, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Alessandra Pofahl de

Araújo que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de setembro de 2012.

Porto União - SC, em 17 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 074/2012

PORTARIA Nº 074, de 21 de setembro de 2012.

Dispõe sobre substituição de membro em Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR ALFONSO VEZARO, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, como membro da Comissão Especial de Eleição, instaurada pela Portaria nº 072 de 17 de setembro de 2012, em substituição a Rodrigo Bonin Leão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Contrato 065/2012 FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 065/2012 FAS

Partes: Município de Porto União e Líder Suprimentos Pra Informática Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais destinados à manutenção da ALTA COMPLEXIDADE.

Valor total R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais)

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 31 de dezembro de 2012.

Base legal: Pregão Presencial 016/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 24 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

LÍDER SUPRIMENTOS PRA INFORMÁTICA LTDA.

Contratada.

Extrato de Contrato 066/2012 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 066/2012 FAS
Partes: Município de Porto União e Úrsula Waldraff.

Objeto: Aquisição de materiais destinados à manutenção da ALTA COMPLEXIDADE.
Valor total R\$ 4.452,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois reais)
Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 31 de dezembro de 2012.
Base legal: Pregão Presencial 016/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 24 de Agosto de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ÚRSULA WALDRAFF.
Contratada.

Extrato de Contrato 067/2012 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 067/2012 FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw e Jackiw Ltda.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção do FMAS/ALTA COMPLEXIDADE.
Valor total R\$ 3.816,70 (três mil oitocentos e dezesseis reais e setenta centavos)
Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 24 de janeiro de 2013 ou até a retirada total do quantitativo licitado.
Base legal: Pregão Presencial 017/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 24 de Agosto de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

JACKIW E JACKIW LTDA.
Contratada.

Extrato de Contrato 068/2012 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 068/2012 FAS
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda ME.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção do FMAS/ALTA COMPLEXIDADE.
Valor total R\$ 2.167,40 (dois mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)
Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 24 de janeiro de 2013 ou até a retirada total do quantitativo licitado.
Base legal: Pregão Presencial 017/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 24 de Agosto de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA ME.
Contratada.

Extrato de Contrato 069/2012 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 069/2012 FAS
Partes: Município de Porto União e Cleide Bahniuk Schwaaab ME.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção do FMAS/ALTA COMPLEXIDADE.
Valor total R\$ 2.242,87 (dois mil duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos)
Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 24 de janeiro de 2013 ou até a retirada total do quantitativo licitado.
Base legal: Pregão Presencial 017/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 24 de Agosto de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

CLEIDE BAHNIUK SCHWAAAB ME.
Contratada.

Extrato de Contrato 178/2012

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 179/2012
Partes: Município de Porto União e Empresa Cine Diversões Santa Catarina SA.

Objeto: Locação de espaço para realização de eventos culturais.
Valor total R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Vigência: será de 60 dias a contar da assinatura do presente instrumento.
Base legal: Dispensa 003/2012 e Lei 8.666/93

Porto União SC, 21 de Setembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

EMPRESA CINE DIVERSÕES SANTA CATARINA SA.
Contratada

Extrato de Contrato 179/2012

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 179/2012
Partes: Município de Porto União e Pedro Giradello Neto.

Objeto: Contratação de artista plástico para a execução de um mural em concreto trabalhado em baixo relevo em homenagem ao conflito do Contestado para ser instalado na Praça do Contestado.
Valor total R\$ 21.750,00 (vinte e um mil e setecentos e cinquenta reais)
Vigência: será de 60 dias a contar da assinatura do presente instrumento.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 004/2012 e Lei 8.666/93

Porto União SC, 25 de Setembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

PEDRO GIRADELLO NETO.
Contratada

Extrato de Contrato 180/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 180/2012

Partes: Município de Porto União e Guimarães e Queiróz Ltda - Plus Engenharia.

Objeto: Aquisição de materiais e contratação de mão de obra para instalação de rede de energia elétrica na Praça do Contestado.

Valor total R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais)

Vigência: será até 31 de dezembro de 2012.

Base legal: Tomada de Preços 027/2012 e Lei 8.666/93

Porto União SC, 25 de Setembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

GUIMARÃES E QUEIRÓZ LTDA - PLUS ENGENHARIA.

Contratada

Termo de Homologação do Pregão Presencial 017/2012 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 028/2012 - FAS

Pregão Presencial 017/2012 - FAS

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas:

Jackiw e Jackiw Ltda;

Mercado Kosera Ltda ME;

Cleide Bahniuk Schwaab ME;

Porto União SC, 24 de Setembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 003/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 052/2012

Dispensa de Licitação n.º 003/2012

Caracterização da Situação: O município necessita executar a pavimentação em paiver de trechos da área sito a Rua Matos Costa e Siqueira Campos, no centro do Município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, executar a pavimentação em paiver de trechos da área sito a Rua Matos Costa e Siqueira Campos, no centro do Município de Porto União, de uma área de 206,13 m2.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa J.B. Moreira Serviços Ltda, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 11.589,41 (onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos) estando portanto, dentro do valor de mercado, conforme comprovam os orçamentos em anexo.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200- Poder Executivo

Unidade - 02007 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Projeto - 1012 - Pavimentação vias urbanas

Modalidade - 4490-100 - Obras e instalações

Complemento - 33905199 - Outras obras e instalações

Cód 29

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93.

Porto União, 30 de março de 2012.

ROBERTO BONFLEUR

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 737/2012

Termo de Homologação da Inexigibilidade de Licitação N.º 004/2012

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 125/2012

Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2012

Caracterização da Situação: O município necessita contratar um artista plástico para executar um mural em concreto trabalhado em baixo relevo, em homenagem ao conflito do Contestado.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um artista plástico para a execução (mão de obra) de um mural em concreto trabalhado em baixo relevo, em homenagem ao conflito do Contestado, mural este composto por placas de concreto medindo: mural direito 15,21 x 0,73 x 1,22 m, mural esquerdo 15,20 x 1,16 x 0,36 m, escada interna lado direito 5,97 x 0,19 x 1,00 m e escada lado esquerdo 5,39 x 0,96 x 0,18 m. Os elementos figurativos modelados em baixo relevo serão em placas de isopor com 1,5 cm de espessura. As placas após concretadas serão fixadas nos canteiros da praça. O mural será construído na Praça do Contestado, centro neste município.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Pedro Girardello Neto, artista plástico da região, por já possuir trabalhos relacionados.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 21.570,00 (vinte e um mil quinhentos e setenta reais) estando portanto, dentro do valor de mercado, conforme comprovam os orçamentos em anexo.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200- Poder Executivo

Unidade - 0200 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Projeto - 1009 - Constr./Instal. Praças, Parques e Jardins

Modalidade - 4490-100 - Aplicações diretas

Complemento - 44905199 - Outras obras e instalações

Cód 50

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no caput do art. 24, inciso III, da Lei 8.666/93.

Porto União, 17 de setembro de 2012.

ROBERTO BONFLEUR

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 737/2012

Termo de Homologação da Tomada de Preços 027/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 123/2012

Tomada de Preços 027/2012

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Guimarães e Queiróz Ltda - Plus Engenharia.

Porto União SC, 25 de Setembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 016/2012 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 027/2012 - FAS
Pregão Presencial 016/2012 - FAS
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas:
Lider Suprimentos para Informática Ltda;
Ursula Waldruff.

Porto União SC, 24 de Setembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****Portaria 1039/RH**
PORTARIA Nº 1039/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir, a partir de 13 de setembro de 2012, em conformidade com o Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, o servidor LUCIANO DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, classe B, de acordo com o ofício SME n. 432/2012, assegurando-lhe, na carga horária de 20 horas semanais, lotação no CE Anibal de Barba, em virtude da desativação do ensino fundamental no CE Shirley Dolores Sedrez.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/09/2012.

Rio do Sul, 24 de setembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. SOARES MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria 1041/RH
PORTARIA Nº 1041/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir, a partir de 13 de setembro de 2012, o servidor GILBERTO ANTONI SARDÁ, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II Classe "A", com carga horária de 40 horas semanais, assegurando-lhe lotação na Escola Modelo Walter Gaertner, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, Art. 19, § 3º da Lei Complementar 75 de 20 de novembro de 2001, e ainda de acordo com o ofício SME n. 432/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a partir de 13/09/2012.

Rio do Sul, 24 de setembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. SOARES MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N. 1042/RH
PORTARIA N. 1042/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Nomear a partir de 10/09/2012, o servidor VLADEMIR LUIZ BRASIL JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de História, 20 horas semanais, para exercer as atribuições da função em comissão de Chefe da Divisão de Transportes da Secretaria Municipal de Educação, 40 horas semanais, optando pelo vencimento da função comissionada, nos termos dos Art. 11 e 13 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Pregão Presencial 154/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS**PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2012**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Copa e Cozinha e Limpeza, Higienização e Conservação, a serem executados nas instalações da Sede da Companhia de Bombeiros Militar de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 10/10/2012, às 10:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 10/10/2012, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 26 de setembro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 155/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2012

OBJETO: Aquisição de notebooks e microcomputadores para diversas Secretarias Municipais. Convênio PNAFM.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/10/2012, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 09/10/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 25 de setembro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Editais de Notificação por Infração de Trânsito No Município de Rio do Sul, do Nº1498/2012 Ate Nº1547/2012
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL:

Nº1498/2012	Nº1516/2012	Nº1534/2012
Nº1500/2012	Nº1518/2012	Nº1536/2012
Nº1502/2012	Nº1520/2012	Nº1538/2012
Nº1504/2012	Nº1522/2012	Nº1540/2012
Nº1506/2012	Nº1524/2012	Nº1542/2012
Nº1508/2012	Nº1526/2012	Nº1544/2012
Nº1510/2012	Nº1528/2012	Nº1545/2012
Nº1512/2012	Nº1530/2012	Nº1546/2012
Nº1514/2012	Nº1532/2012	Nº1547/2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1498/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMX0750	55332032D	6920/0	23/04/2012	R\$ 127,69	233
JVC6861	55331967D	6920/0	03/04/2012	R\$ 127,69	233
LZD0390	55895429B	5010/0	23/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZD0390	55895430B	5118/0	23/04/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCH8674	55326328D	6742/0	18/04/2012	R\$ 127,69	230 * XX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 21 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1500/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDC0863	55283625D	6599/2	24/06/2012	230 * V
EMC6235	55332192D	6920/0	11/06/2012	233
KKB1716	55332229D	6920/0	18/06/2012	233
LWR6238	55893226B	6599/2	14/06/2012	230 * V
LYR8329	55283255D	6599/2	13/06/2012	230 * V
LYY2262	55332184D	6920/0	05/06/2012	233
LZL0483	55282095D	6599/2	24/06/2012	230 * V
LZS7523	55332190D	6920/0	11/06/2012	233
MAD9746	55283104D	6599/2	14/06/2012	230 * V
MAD9746	55283105D	5010/0	14/06/2012	162 * I
MAD9746	55283106D	5118/0	14/06/2012	164 c/c 162 * I
MAX3859	55890048B	6556/4	27/05/2012	230 * I
MAX3859	55890049B	5010/0	27/05/2012	162 * I
MAX3859	55890050B	5118/0	27/05/2012	164 c/c 162 * I
MBU9834	55283980D	5010/0	24/06/2012	162 * I
MBU9834	55283981D	5118/0	24/06/2012	164 c/c 162 * I
MBY2631	55332048D	6920/0	25/04/2012	233
MCB3188	55282381D	5010/0	02/06/2012	162 * I
MCB3188	55282383D	5118/0	02/06/2012	164 c/c 162 * I
MDE0482	55283738D	5045/0	30/05/2012	162 * V
MDN4687	55283306D	6599/2	25/06/2012	230 * V
MDO1869	55332214D	6920/0	14/06/2012	233
MDS6076	55332201D	6920/0	13/06/2012	233
MEE6331	55283195D	6599/2	21/06/2012	230 * V
MEE6331	55283196D	5010/0	21/06/2012	162 * I
MEE6331	55283197D	5118/0	21/06/2012	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ4866	55278050D	6599/2	15/05/2012	230 * V
MFB6190	55332189D	6920/0	06/06/2012	233
MFO9582	55283978D	6599/2	24/06/2012	230 * V
MFO9582	55283979D	5010/0	24/06/2012	162 * I
MGB1137	55283265D	5010/0	13/06/2012	162 * I
MGD0038	55332187D	6920/0	05/06/2012	233
MGS4812	55332087D	6920/0	16/05/2012	233
MHH4880	55283717D	6599/2	21/05/2012	230 * V
MJC2188	55283057D	5045/0	11/06/2012	162 * V
MKF9713	55282899D	5010/0	23/06/2012	162 * I
MLA6006	55332182D	6920/0	04/06/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 21 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1502/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDC4171	55281741D	5010/0	04/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDC4171	55281742D	5118/0	04/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 21 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA
DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1504/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM2243	55327652D	6599/2	23/06/2012	230 * V
AEW1739	55327654D	5169/1	23/06/2012	165
AEW1739	55327655D	5274/3	23/06/2012	175
AEW1739	55327656D	6670/0	23/06/2012	230 * XIII
AHA2212	55895567B	6599/2	19/05/2012	230 * V
AHA2212	55895568B	5320/0	19/05/2012	176 * V
CMB5700	55332133D	6920/0	25/05/2012	233
DAD0498	55332168D	6920/0	31/05/2012	233
HSA9264	55332167D	6920/0	31/05/2012	233
HSP0207	55332129D	6920/0	24/05/2012	233
JZV3664	55332125D	6920/0	18/05/2012	233
LXE5093	55283470D	6599/2	26/06/2012	230 * V
LYI9660	55327594D	5010/0	19/06/2012	162 * I
LYI9660	55327595D	5118/0	19/06/2012	164 c/c 162 * I
LYI9660	55327596D	6599/2	19/06/2012	230 * V
LZX9733	55332113D	6920/0	18/05/2012	233
MAU1425	55283824D	5010/0	01/07/2012	162 * I
MBC0782	55326417D	6599/2	19/06/2012	230 * V
MEC4547	55888895B	6599/2	16/06/2012	230 * V
MEC4547	55888896B	5010/0	16/06/2012	162 * I
MEC4547	55888897B	5118/0	16/06/2012	164 c/c 162 * I
MEO3945	55281900D	6556/1	06/06/2012	230 * I
MIC7797	55282943D	6599/2	28/06/2012	230 * V
MSD7002	55326419D	6599/2	26/06/2012	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 21 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1506/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXA9122	55331989D	6920/0	12/04/2012	R\$ 127,69	233
LXX2386	55332054D	6920/0	02/05/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 21 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA
DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1508/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACB7547	55283661D	5010/0	07/06/2012	162 * I
ASR8859	55332230D	6920/0	20/06/2012	233
CCS3052	55332261D	6920/0	28/06/2012	233
DES8354	55282842D	5274/3	30/05/2012	175
DGN7771	55332139D	6920/0	25/05/2012	233
HRG4373	55332232D	6920/0	20/06/2012	233
LWY5823	55332267D	6920/0	29/06/2012	233
LXO1048	55281898D	6637/2	02/06/2012	230 * IX
LXT1446	55332169D	6920/0	31/05/2012	233
MAF7476	55332244D	6920/0	26/06/2012	233
MCM6454	55284201D	6599/2	02/07/2012	230 * V
MDS1470	55888889B	5169/1	20/05/2012	165
MEE6023	55332239D	6920/0	25/06/2012	233
MEK8926	55282846D	5010/0	03/06/2012	162 * I
MFG6865	55283672D	5118/0	01/07/2012	164 c/c 162 * I
MFG6865	55283825D	5010/0	01/07/2012	162 * I
MFG6865	55283827D	6726/1	01/07/2012	230 * XVIII
MIK5169	55282150D	5010/0	08/06/2012	162 * I
MJJ2630	55332258D	6920/0	28/06/2012	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1510/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGA0821	55331620D	6920/0	19/12/2011	R\$ 127,69	233
AIN8867	55890034B	6408/0	11/02/2012	R\$ 85,12	221
AKQ8577	55326279D	6726/1	04/02/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
ALM1488	55331727D	6920/0	25/01/2012	R\$ 127,69	233
AOH9684	55331684D	6920/0	24/01/2012	R\$ 127,69	233
BDG2363	55331830D	6920/0	06/03/2012	R\$ 127,69	233
BEB3130	55282166D	6610/2	04/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
BKH4216	55331890D	6920/0	22/03/2012	R\$ 127,69	233
CES6618	55326690D	6610/2	15/01/2012	R\$ 127,69	230 * VII
DOE1610	55282038D	6769/2	31/03/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
DOE1610	55282039D	6556/1	31/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
DOE1610	55282040D	6637/2	31/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
DQB3535	55888883B	5169/1	25/03/2012	R\$ 957,69	165
EGF9720	55326706D	6599/2	09/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
IDG4651	55893441B	5010/0	04/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
IES0218	55278337D	6599/2	31/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
IES0218	55278694D	6637/2	31/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
IIM5543	55277893D	5010/0	25/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
IIM5543	55278132D	6599/2	25/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
IKM1843	55326285D	6670/0	06/02/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
JKS9232	55326562D	6599/2	13/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
JKS9232	55326565D	5274/3	13/02/2012	R\$ 191,53	175
JKS9232	55326566D	5169/1	13/02/2012	R\$ 957,69	165
KNG0377	55277844D	6599/2	26/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LCZ4225	55895620B	6912/0	06/01/2012	R\$ 53,20	232
LNG5920	55281727D	6599/2	26/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LUH2422	55331713D	6920/0	30/01/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWW0661	55331702D	6920/0	17/01/2012	R\$ 127,69	233
LXF9371	55331776D	6920/0	13/02/2012	R\$ 127,69	233
LXG5349	55326985D	6610/2	05/02/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LXJ3149	55278800D	6599/2	10/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXX4505	55326586D	5169/1	19/05/2012	R\$ 957,69	165
LYH3266	55326813D	6670/0	21/01/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
LYI1309	55326604D	6599/2	22/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYI1309	55326605D	5169/1	22/01/2012	R\$ 957,69	165
LYI1309	55326606D	6912/0	22/01/2012	R\$ 53,20	232
LYZ2945	55326462D	6556/2	18/12/2011	R\$ 191,53	230 * I
LYZ2945	55326463D	6580/0	18/12/2011	R\$ 191,53	230 * IV
LYZ2945	55326464D	5010/0	18/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZX4895	55895332B	6602/0	04/02/2012	R\$ 191,53	230 * VI
LZX4895	55895333B	6599/2	04/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAD4244	55888861B	6599/2	07/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAF8329	55331812D	6920/0	22/02/2012	R\$ 127,69	233
MAG2696	55277895D	6610/2	27/01/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MAP0737	55277927D	6556/5	19/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAP0737	55277929D	6556/5	23/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAP0737	55278318D	5010/0	23/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAP0737	55278320D	5118/0	23/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MAP0737	55278321D	6637/1	23/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MAP0737	55278668D	6912/0	23/01/2012	R\$ 53,20	232
MAP0737	55331918D	6920/0	27/03/2012	R\$ 127,69	233
MAT3677	55326275D	5045/0	02/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAT3677	55326276D	5142/0	02/02/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 *
MAY3276	55894627B	6599/2	14/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAY3276	55894628B	5010/0	14/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAY3276	55894629B	6912/0	14/01/2012	R\$ 53,20	232
MBH0140	55326686D	6599/2	15/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBH0140	55326687D	6580/0	15/01/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MBH0140	55326688D	6637/1	15/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBM6559	55894449B	5010/0	08/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBM7156	55888863B	5010/0	10/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBM7156	55888864B	5118/0	10/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MBW1016	55331809D	6920/0	17/02/2012	R\$ 127,69	233
MCG6596	55895532B	6610/2	19/01/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MCQ0485	55332095D	6920/0	11/05/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCX5407	55326681D	7340/0	13/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDB4990	55331737D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MDD9420	55331765D	6920/0	16/02/2012	R\$ 127,69	233
MEO1119	55327278D	5010/0	05/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEO1119	55327279D	5118/0	05/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MEO1119	55327280D	6599/2	05/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEO1119	55327281D	6556/4	05/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
MEO1119	55327282D	6661/0	05/03/2012	R\$ 127,69	230 * XII
MEQ8834	55895427B	6556/1	31/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
MEQ8834	55895428B	5320/0	31/03/2012	R\$ 957,69	176 * V
MER4826	55326547D	6629/0	23/02/2012	R\$ 127,69	230 * VIII
MER4826	55326548D	6912/0	23/02/2012	R\$ 53,20	232
MES9988	55895426B	5045/0	30/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEV4835	55331676D	6920/0	09/01/2012	R\$ 127,69	233
MEZ7294	55888878B	5118/0	25/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MEZ7294	55888879B	5010/0	25/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEZ7294	55888880B	6912/0	25/02/2012	R\$ 53,20	232
MFC0615	55331793D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
MFH3444	55895344B	7340/0	03/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MFK7184	55278954D	6580/0	17/02/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MFK7184	55278955D	5010/0	17/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFP8157	55326109D	6599/2	22/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFZ4529	55277897D	6599/2	03/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGD9078	55331732D	6920/0	27/01/2012	R\$ 127,69	233
MGI0891	55331754D	6920/0	10/02/2012	R\$ 127,69	233
MGM4948	55895330B	6912/0	02/02/2012	R\$ 53,20	232
MID5037	55326803D	5169/1	21/01/2012	R\$ 957,69	165
MID5037	55326805D	5045/0	21/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MID5037	55326806D	6599/2	21/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIO9110	55278716D	5010/0	04/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIO9110	55278717D	5118/0	04/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MIQ6746	55326853D	6912/0	12/03/2012	R\$ 53,20	232
MJA1915	55276935D	5010/0	10/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJA1915	55276936D	5118/0	10/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MKP1730	55331733D	6920/0	27/01/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1512/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACB7547	55283816D	5118/0	07/06/2012	164 c/c 162 * I
LWT0402	55894937B	5169/1	07/07/2012	165
LXV3852	55282282D	5169/1	06/07/2012	165
LXV3852	55283835D	5010/0	06/07/2012	162 * I
LXV3852	55283836D	5118/0	06/07/2012	164 c/c 162 * I
LXV3852	55284258D	6610/2	06/07/2012	230 * VII
LXV3852	55284314D	6599/2	06/07/2012	230 * V
MAM9136	55332134D	6920/0	25/05/2012	233
MCF0383	55282728D	6556/3	01/07/2012	230 * I
MCM6617	55327658D	6556/1	05/07/2012	230 * I
MCM6617	55327659D	6610/2	05/07/2012	230 * VII
MCM6617	55327661D	6556/4	05/07/2012	230 * I
MDQ1401	55282928D	6599/2	14/06/2012	230 * V
MEK8926	55283659D	6599/2	03/06/2012	230 * V
MEK8926	55283660D	5118/0	03/06/2012	164 c/c 162 * I
MFV2572	55283260D	6599/2	13/06/2012	230 * V
MIK5169	55283955D	5118/0	08/06/2012	164 c/c 162 * I
MMB0840	55277280D	6610/2	05/07/2012	230 * VII
MMB0840	55277283D	5045/0	05/07/2012	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1514/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC4754	55278017D	6599/2	05/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZA7958	55331730D	6920/0	27/01/2012	R\$ 127,69	233
LZG3157	55331748D	6920/0	07/02/2012	R\$ 127,69	233
LZV1390	55331767D	6920/0	16/02/2012	R\$ 127,69	233
MAO3841	55331873D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
MBC1855	55281562D	6912/0	08/03/2012	R\$ 53,20	232
MBD6182	55332074D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233
MDN4420	55278033D	5045/0	07/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MDN4420	55278034D	6599/2	07/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDY1148	55331981D	6920/0	10/04/2012	R\$ 127,69	233
MEX4706	55332026D	6920/0	23/04/2012	R\$ 127,69	233
MFZ0117	55277845D	6599/2	26/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFZ0117	55277847D	5045/0	26/03/2012	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
 INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1516/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEH9846	55332203D	6920/0	13/06/2012	233
AEJ1668	55332202D	6920/0	13/06/2012	233
AHR4070	55332306D	6920/0	10/07/2012	233
CGR0043	55332177D	6920/0	04/06/2012	233
CSN3297	55332296D	6920/0	09/07/2012	233
DDD2610	55332185D	6920/0	05/06/2012	233
IIM5543	55277287D	5118/0	13/07/2012	164 c/c 162 * I
IIM5543	55277288D	5010/0	13/07/2012	162 * I
IIM5543	55277289D	5169/1	13/07/2012	165
LWT4318	55283465D	5045/0	22/06/2012	162 * V
LXE5093	55284047D	6599/2	14/07/2012	230 * V
LXE5093	55284048D	5010/0	14/07/2012	162 * I
LXE5093	55284049D	5061/0	14/07/2012	163 c/c 162 * I
LXE5093	55284050D	6912/0	14/07/2012	232
LYU2849	55332307D	6920/0	10/07/2012	233
LZN1986	55332211D	6920/0	14/06/2012	233
MAA7492	55284413D	5010/0	13/07/2012	162 * I
MAA7492	55284414D	5118/0	13/07/2012	164 c/c 162 * I
MAH6490	55326772D	6599/2	15/06/2012	230 * V
MBG1184	55332199D	6920/0	13/06/2012	233
MBK8243	55332291D	6920/0	06/07/2012	233
MEP3961	55283161D	6599/2	14/06/2012	230 * V
MEP3961	55283162D	6556/1	14/06/2012	230 * I
MEX9613	55332309D	6920/0	11/07/2012	233
MFB8567	55332290D	6920/0	06/07/2012	233
MFD8733	55332311D	6920/0	11/07/2012	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFY9613	55283194D	6599/2	21/06/2012	230 * V
MHS4402	55282290D	5010/0	14/07/2012	162 * I
MHS4402	55284327D	6599/2	14/07/2012	230 * V
MJJ0110	55332205D	6920/0	13/06/2012	233
MKG3632	55332180D	6920/0	04/06/2012	233
MMA4448	55332302D	6920/0	10/07/2012	233
MWG7604	55332284D	6920/0	05/07/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1518/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ1600	55282570D	5045/0	24/04/2012	R\$ 191,53	162 * V
LYT7795	55895043B	5010/0	16/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIE0707	55281511D	6971/0	30/04/2012	R\$ 191,53	238

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1520/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CMK9635	55327651D	5045/0	20/06/2012	162 * V
GQV3281	55894939B	6599/2	14/07/2012	230 * V
GQV3281	55894940B	6912/0	14/07/2012	232
ICS4446	55895588B	5010/0	13/07/2012	162 * I
ICS4446	55895589B	5118/0	13/07/2012	164 c/c 162 * I
IEY7762	55327460D	6599/2	25/06/2012	230 * V
LWY5823	55326415D	6599/2	18/06/2012	230 * V
LWY5823	55326416D	5010/0	18/06/2012	162 * I
LXC4748	55283494D	6599/2	01/07/2012	230 * V
LXC4748	55283495D	6556/1	01/07/2012	230 * I
LXC4748	55283496D	6610/1	01/07/2012	230 * VII
LXC4748	55283498D	5010/0	01/07/2012	162 * I
LXM9207	55283466D	6599/2	23/06/2012	230 * V
LXO5023	55283467D	6610/2	23/06/2012	230 * VII
LZG2858	55283460D	6599/2	22/06/2012	230 * V
MDW2256	55332234D	6920/0	20/06/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
 COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1522/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAE1330	55282071D	6599/2	14/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
AAE1330	55282977D	6912/0	14/05/2012	R\$ 53,20	232
AAE1330	55282978D	5045/0	14/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
BEA2110	55278029D	6599/2	06/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
BEA2110	55278030D	6610/2	06/03/2012	R\$ 127,69	230 * VII
BEA2110	55278031D	5045/0	06/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
LWZ1600	55282569D	6599/2	24/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXC4314	55278137D	6912/0	28/01/2012	R\$ 53,20	232
LXS5768	55326257D	6599/2	18/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXZ0936	55326855D	6599/2	17/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXZ0936	55326856D	5045/0	17/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAB5745	55895207B	5045/0	03/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAB5745	55895208B	6602/0	03/03/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MAB5745	55895209B	6637/2	03/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MAB5745	55895210B	6769/2	03/03/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MAC3064	55332120D	6920/0	18/05/2012	R\$ 127,69	233
MBA5301	55331782D	6920/0	29/02/2012	R\$ 127,69	233
MBE0353	55331781D	6920/0	29/02/2012	R\$ 127,69	233
MBZ3119	55281639D	6610/2	09/03/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MFN1249	55331885D	6920/0	22/03/2012	R\$ 127,69	233
MGQ8510	55331612D	6920/0	16/12/2011	R\$ 127,69	233
MHN0202	55332060D	6920/0	03/05/2012	R\$ 127,69	233
MIA5380	54127594D	6920/0	05/12/2011	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
 INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1524/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFZ9493	55284166D	6599/2	07/07/2012	230 * V
AGW0923	55332348D	6920/0	18/07/2012	233
AMR0909	55332254D	6920/0	26/06/2012	233
CAX5972	55332259D	6920/0	28/06/2012	233
CKM6339	55284454D	6599/2	10/07/2012	230 * V
CVE2235	55332331D	6920/0	19/07/2012	233
DVN4904	55332339D	6920/0	16/07/2012	233
LXL6180	55332262D	6920/0	28/06/2012	233
LXM9207	55284232D	6599/2	04/07/2012	230 * V
LXM9207	55284233D	6912/0	04/07/2012	232
LXM9207	55284234D	6637/2	04/07/2012	230 * IX
LYQ0722	55283099D	5010/0	02/07/2012	162 * I
LYQ0722	55284301D	6599/2	02/07/2012	230 * V
LYV1715	55895596B	6599/2	21/07/2012	230 * V
LYV1715	55895597B	5010/0	21/07/2012	162 * I
LYV1715	55895598B	5118/0	21/07/2012	164 c/c 162 * I
LZQ3629	55326587D	5010/0	04/07/2012	162 * I
LZQ3629	55326588D	5118/0	04/07/2012	164 c/c 162 * I
MAJ8314	55332241D	6920/0	25/06/2012	233
MAM3414	55332272D	6920/0	02/07/2012	233
MAQ5672	55332255D	6920/0	26/06/2012	233
MAU9615	55282789D	6599/2	08/07/2012	230 * V
MAV8055	55283840D	6599/2	28/07/2012	230 * V
MAZ7912	55891320B	5010/0	20/07/2012	162 * I
MAZ7912	55891321B	5169/1	20/07/2012	165
MAZ7912	55891322B	5061/0	20/07/2012	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCG3539	55332324D	6920/0	12/07/2012	233
MCP6185	55326774D	6556/5	30/06/2012	230 * I
MDG2245	55332240D	6920/0	25/06/2012	233
MER7326	55332320D	6920/0	12/07/2012	233
MGJ3645	55282281D	6599/2	06/07/2012	230 * V
MGW4707	55332328D	6920/0	13/07/2012	233
MGX1694	55895580B	5010/0	06/07/2012	162 * I
MGX1694	55895581B	5118/0	06/07/2012	164 c/c 162 * I
MGX1694	55895582B	6556/4	06/07/2012	230 * I
MGX1694	55895587B	6599/2	06/07/2012	230 * V
MHJ8336	55284211D	5010/0	03/07/2012	162 * I
MHZ3550	55284531D	6599/2	28/07/2012	230 * V
MHZ3550	55284532D	5010/0	28/07/2012	162 * I
MHZ3550	55284534D	5118/0	28/07/2012	164 c/c 162 * I
MIZ8401	55327708D	6548/2	14/06/2012	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1526/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAH2632	55326411D	6599/2	21/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
AAH2632	55326412D	6408/0	21/05/2012	R\$ 85,12	221
ACO7289	55332014D	6920/0	18/04/2012	R\$ 127,69	233
ACT1992	55327454D	5010/0	29/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
ACT1992	55327455D	5118/0	29/04/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
AEB5768	55331652D	6920/0	26/12/2011	R\$ 127,69	233
AJG1801	55327131D	6726/1	11/03/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
BNC9434	55895628B	5010/0	16/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
BNC9434	55895629B	5118/0	16/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
CAH9399	55326720D	6599/2	11/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
CCN5038	55332027D	6920/0	23/04/2012	R\$ 127,69	233
CEU6615	55326823D	6599/2	25/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
CEU6615	55326824D	6408/0	25/01/2012	R\$ 85,12	221
CEU6615	55326825D	6912/0	25/01/2012	R\$ 53,20	232
CFG8950	55331986D	6920/0	11/04/2012	R\$ 127,69	233
DJC1025	55895220B	5274/2	06/05/2012	R\$ 191,53	175
DYH5270	55331827D	6920/0	06/03/2012	R\$ 127,69	233
HZZ5024	55893445B	6599/2	07/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
HZZ5024	55893446B	5045/0	07/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
IDS9457	55895617B	5053/3	06/01/2012	R\$ 191,53	162 * VI
IDS9457	55895618B	6637/1	06/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
IDS9457	55895619B	6769/1	06/01/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
KBV1649	55278048D	6599/2	17/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
KFJ4086	55326302D	6912/0	27/12/2011	R\$ 53,20	232
KFJ4086	55326303D	5010/0	27/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
LDA9127	55331852D	6920/0	15/03/2012	R\$ 127,69	233
LWR4679	55278330D	5169/1	27/01/2012	R\$ 957,69	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ7724	55331863D	6920/0	16/03/2012	R\$ 127,69	233
LXJ3149	55281852D	5045/0	10/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
LXT6012	55326845D	5010/0	29/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXT6012	55326846D	5118/0	29/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LXT6012	55326847D	6599/2	29/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXT6012	55326848D	6726/1	29/01/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXW7677	55895034B	6610/2	14/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LYK2456	55326691D	5010/0	15/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYK2456	55326692D	5118/0	15/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LYK2456	55326693D	6599/2	15/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYK2946	55282376D	5169/1	20/05/2012	R\$ 957,69	165
LYP9861	55895212B	6556/1	03/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYP9861	55895213B	6599/2	03/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYR0497	55332018D	6920/0	17/04/2012	R\$ 127,69	233
LYS8142	55331785D	6920/0	29/02/2012	R\$ 127,69	233
LYZ2598	55326305D	6912/0	05/01/2012	R\$ 53,20	232
LYZ2598	55894624B	6599/2	05/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYZ2598	55894625B	6556/1	05/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
LZA8423	55327456D	5045/0	05/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
LZM4890	55278692D	6599/2	31/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZM7843	55326309D	6599/2	05/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZM7843	55326310D	5010/0	05/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZM7843	55326311D	5118/0	05/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LZN1922	55331826D	6920/0	06/03/2012	R\$ 127,69	233
LZV5013	55331691D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
MAA4101	55278016D	6661/0	03/02/2012	R\$ 127,69	230 * XII
MAA5716	55282140D	5169/1	27/05/2012	R\$ 957,69	165
MAF6826	55895420B	6599/2	07/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAH6334	55891312B	5010/0	04/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAH6334	55891313B	5118/0	04/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MAH6334	55895546B	6599/2	04/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAO1522	55278340D	6599/2	08/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAQ4019	55282139D	6599/2	27/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAS0076	55331701D	6920/0	17/01/2012	R\$ 127,69	233
MBC1855	55278140D	5045/0	08/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MBI5065	55326296D	6610/2	12/02/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBI5065	55326297D	6670/0	12/02/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MBI5065	55326298D	6700/1	12/02/2012	R\$ 127,69	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBN3632	55331626D	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
MBO3587	55327351D	6408/0	17/03/2012	R\$ 85,12	221
MBO3587	55327352D	6912/0	17/03/2012	R\$ 53,20	232
MBO3587	55327353D	6670/0	17/03/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MBR2554	55326176D	6599/2	01/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBR2554	55326177D	5010/0	01/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBR2554	55326178D	6408/0	01/01/2012	R\$ 85,12	221
MBY4056	55327439D	6670/0	18/03/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MBY4056	55327440D	6556/4	18/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBY4056	55327441D	6726/1	18/03/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBY4056	55327442D	5010/0	18/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBY4056	55327443D	5118/0	18/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MCF7623	55282154D	5045/0	30/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MCM2248	55326451D	6599/2	13/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCT1902	55278284D	6769/3	22/01/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MCY4151	55895419B	6599/2	23/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCY8132	55331910D	6920/0	12/03/2012	R\$ 127,69	233
MDC2433	55331803D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MDD2669	55326766D	6610/2	04/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MDT6072	55895624B	5010/0	13/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDT6072	55895625B	5118/0	13/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MDT8450	55332016D	6920/0	17/04/2012	R\$ 127,69	233
MDW1668	55282352D	6599/2	15/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDW1668	55282353D	5010/0	15/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDW1668	55282354D	5118/0	15/04/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MES6111	55888867B	5169/1	13/01/2012	R\$ 957,69	165
MFK0688	55331693D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
MFK5680	55278331D	5118/0	28/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MFK5680	55278685D	5010/0	28/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFK8583	55331761D	6920/0	16/02/2012	R\$ 127,69	233
MFK9640	55327005D	5045/0	10/04/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFL4375	55326719D	6726/1	11/01/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFN5932	55278945D	6602/0	07/03/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MFQ7132	55331958D	6920/0	03/04/2012	R\$ 127,69	233
MFQ7132	55331959D	6920/0	03/04/2012	R\$ 127,69	233
MGA6000	55331969D	6920/0	09/04/2012	R\$ 127,69	233
MGK3571	55326407D	5037/1	28/01/2012	R\$ 574,61	162 * III
MGP6983	55326536D	6599/2	04/01/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGP6983	55895324B	5010/0	04/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGR9691	55331822D	6920/0	27/02/2012	R\$ 127,69	233
MGT0789	55331788D	6920/0	29/02/2012	R\$ 127,69	233
MGU5334	55326989D	7340/0	05/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MGU7735	55332025D	6920/0	23/04/2012	R\$ 127,69	233
MGZ9588	55895614B	6599/2	19/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHB6595	55281617D	5010/0	03/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHB6595	55281618D	5118/0	03/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MHL3989	55331683D	6920/0	24/01/2012	R\$ 127,69	233
MHS0769	55888874B	6599/2	13/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHT2366	55332031D	6920/0	23/04/2012	R\$ 127,69	233
MIA3060	55332023D	6920/0	23/04/2012	R\$ 127,69	233
MIC7720	55282198D	6700/1	02/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MIM2787	55331717D	6920/0	31/01/2012	R\$ 127,69	233
MIO2386	55327147D	5274/2	11/03/2012	R\$ 191,53	175
MIU5500	55331584D	6920/0	12/12/2011	R\$ 127,69	233
MNK6620	55331753D	6920/0	10/02/2012	R\$ 127,69	233
MUT1196	55331823D	6920/0	27/02/2012	R\$ 127,69	233
MWD3170	55331800D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
NGS7765	55331764D	6920/0	16/02/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1528/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKV2354	55332280D	6920/0	06/07/2012	233
BBH3000	55328605D	6599/2	28/07/2012	230 * V
BBH3000	55328606D	5010/0	28/07/2012	162 * I
BBH3000	55328607D	5118/0	28/07/2012	164 c/c 162 * I
BBH3000	55328608D	5169/1	28/07/2012	165
HWE1707	55332286D	6920/0	05/07/2012	233
LXY2997	55332294D	6920/0	10/07/2012	233
LZX0215	55328609D	5169/1	28/07/2012	165
MBC0782	55285516D	5169/1	01/08/2012	165
MBH8734	55327664D	6599/2	04/08/2012	230 * V
MEQ8008	55332378D	6920/0	27/07/2012	233
MEQ8834	55283125D	6599/2	21/07/2012	230 * V
MID0914	55332313D	6920/0	11/07/2012	233
MII4646	55332372D	6920/0	27/07/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1530/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYU7383	55283112D	5010/0	20/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYU7383	55283113D	5118/0	20/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LYU7383	55283114D	6408/0	20/06/2012	R\$ 85,12	221
LYU7383	55283621D	6599/2	20/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYU7383	55283622D	6556/1	20/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
LZD8792	55332116D	6920/0	18/05/2012	R\$ 127,69	233
MCA2481	55282077D	6599/2	01/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDU5891	55332225D	6920/0	19/06/2012	R\$ 127,69	233
MHX3730	55326759D	5010/0	25/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHX3730	55326760D	5118/0	25/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MHX3730	55326761D	6599/2	25/02/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1532/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJE8245	55332383D	6920/0	30/07/2012	233
IDS9457	55332391D	6920/0	02/08/2012	233
KAR2103	55332404D	6920/0	06/08/2012	233
LWS7142	55895591B	5010/0	15/07/2012	162 * I
LWS7142	55895592B	5118/0	15/07/2012	164 c/c 162 * I
LWS7142	55895595B	6599/2	15/07/2012	230 * V
LWT8673	55326434D	6599/2	07/08/2012	230 * V
LXR2971	55332321D	6920/0	12/07/2012	233
LXW6013	55332333D	6920/0	16/07/2012	233
LYI1263	55328615D	5010/0	10/08/2012	162 * I
LZN5216	55327665D	5045/0	07/08/2012	162 * V
LZO7789	55284244D	5010/0	10/08/2012	162 * I
LZO7789	55284245D	5118/0	10/08/2012	164 c/c 162 * I
LZZ6937	55326619D	5045/0	06/07/2012	162 * V
MAL8392	55332322D	6920/0	12/07/2012	233
MAZ1496	55327666D	5010/0	08/08/2012	162 * I
MAZ1496	55327667D	5118/0	08/08/2012	164 c/c 162 * I
MBG8267	55332408D	6920/0	06/08/2012	233
MEN4538	55284468D	6599/2	26/07/2012	230 * V
MEQ7855	55332416D	6920/0	07/08/2012	233
MFB6794	55332340D	6920/0	18/07/2012	233
MHR9502	55332396D	6920/0	01/08/2012	233
MHX2525	55332315D	6920/0	11/07/2012	233
MIF4519	55284854D	5274/2	11/08/2012	175
MIW6323	55332282D	6920/0	06/07/2012	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1534/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKM4604	55331962D	6920/0	04/04/2012	R\$ 127,69	233
AMH6621	55326868D	6599/2	01/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
ARW5429	55331921D	6920/0	27/03/2012	R\$ 127,69	233
BEA2110	55331876D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
DLR6063	55332149D	6920/0	28/05/2012	R\$ 127,69	233
DQL2611	55331919D	6920/0	27/03/2012	R\$ 127,69	233
IGJ0468	55327175D	5010/0	02/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
IGJ0468	55327176D	5118/0	02/04/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
IGJ0468	55327177D	6912/0	02/04/2012	R\$ 53,20	232
KMI5255	55327013D	6599/2	22/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
KMI5255	55327711D	5045/0	22/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
KMI5255	55327712D	5169/1	22/06/2012	R\$ 957,69	165
KMI5255	55327713D	5142/0	22/06/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 *
LWZ8097	55331939D	6920/0	02/04/2012	R\$ 127,69	233
LXQ2110	55282014D	6599/2	20/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYL8972	55331952D	6920/0	02/04/2012	R\$ 127,69	233
LYU6758	55331851D	6920/0	15/03/2012	R\$ 127,69	233
LZR2298	55331847D	6920/0	15/03/2012	R\$ 127,69	233
MBJ2015	55278734D	5010/0	09/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBL6677	55282148D	6556/1	08/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBR2554	55327394D	5010/0	29/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBR2554	55327395D	5169/1	29/03/2012	R\$ 957,69	165
MBR2554	55327396D	6408/0	29/03/2012	R\$ 85,12	221
MCC1634	55326861D	6408/0	20/03/2012	R\$ 85,12	221
MCG0318	55895547B	6700/1	10/03/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MCZ1924	55332154D	6920/0	29/05/2012	R\$ 127,69	233
MDP9342	55327001D	6599/2	21/03/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDR0383	55332106D	6920/0	17/05/2012	R\$ 127,69	233
MDV7521	55888890B	6599/2	22/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDX1253	55331835D	6920/0	14/03/2012	R\$ 127,69	233
MDY2701	55331941D	6920/0	29/03/2012	R\$ 127,69	233
MDZ0644	55331861D	6920/0	16/03/2012	R\$ 127,69	233
MEI9767	55326767D	5169/1	09/04/2012	R\$ 957,69	165
MEI9767	55326768D	6599/2	09/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEK2423	55332146D	6920/0	28/05/2012	R\$ 127,69	233
MFY6728	55331779D	6920/0	15/02/2012	R\$ 127,69	233
MGD7630	55331916D	6920/0	12/03/2012	R\$ 127,69	233
MGX2904	55327002D	6599/2	07/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGX2904	55327003D	5010/0	07/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGX2904	55327004D	6580/0	07/04/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MHS0769	55886718B	5045/0	11/04/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHV6499	55331889D	6920/0	22/03/2012	R\$ 127,69	233
MIO2386	55281756D	6653/1	01/04/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MIO2386	55281757D	5061/0	01/04/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 *
MIO2386	55282055D	5010/0	01/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJC9219	55327597D	5045/0	19/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
MJZ6130	55332145D	6920/0	28/05/2012	R\$ 127,69	233
NCJ5236	55332143D	6920/0	25/05/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1536/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEW1739	55327905D	6726/1	18/08/2012	230 * XVIII
IFB3183	55327864D	5169/1	04/08/2012	165
IFB3183	55327865D	5045/0	04/08/2012	162 * V
IFB3183	55327866D	5142/0	04/08/2012	164 c/c 162 * V
LXE8104	55284429D	6599/2	02/08/2012	230 * V
LXE8104	55284430D	5010/0	02/08/2012	162 * I
LXE8104	55284432D	5118/0	02/08/2012	164 c/c 162 * I
LYO1145	55886904B	6599/2	21/08/2012	230 * V
LYO1145	55886905B	5045/0	21/08/2012	162 * V
LYO1145	55886906B	6700/1	21/08/2012	230 * XVI
LYZ8653	55326777D	5169/1	23/08/2012	165
LYZ8653	55326778D	6912/0	23/08/2012	232
LZI1992	55327462D	5010/0	25/07/2012	162 * I
LZI1992	55327463D	6599/2	25/07/2012	230 * V
LZI1992	55327464D	5118/0	25/07/2012	164 c/c 162 * I
LZI1992	55327465D	5274/2	25/07/2012	175
MBA1392	55332360D	6920/0	24/07/2012	233
MBQ4254	55326620D	5010/0	17/08/2012	162 * I
MBQ4254	55326622D	6912/0	17/08/2012	232
MBQ4254	55326623D	5118/0	17/08/2012	164 c/c 162 * I
MBX3256	55283135D	6726/1	19/08/2012	230 * XVIII
MBX3256	55284295D	6912/0	19/08/2012	232
MBX3256	55284481D	5010/0	19/08/2012	162 * I
MBX3256	55284482D	6653/2	19/08/2012	230 * XI
MCH8850	55326592D	5169/1	19/08/2012	165
MCI8882	55285569D	6599/2	20/08/2012	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDC7838	55284758D	6599/2	24/08/2012	230 * V
MES0374	55328601D	6599/2	22/07/2012	230 * V
MFQ2192	55284434D	6599/2	03/08/2012	230 * V
MIX0401	55327076D	5037/1	22/07/2012	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1538/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAE5193	55894934B	6599/2	08/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAE5193	55894936B	5045/0	08/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAK9379	55283174D	6599/2	15/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCJ2672	55284412D	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCV8367	55332289D	6920/0	06/07/2012	R\$ 127,69	233
MFA3789	55332153D	6920/0	29/05/2012	R\$ 127,69	233
MIG2961	55282449D	5118/0	01/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MJS0060	55332191D	6920/0	11/06/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1540/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMD1794	55332419D	6920/0	09/08/2012	233
BEW9100	55327889D	5274/2	28/07/2012	175
BMK9563	55332434D	6920/0	10/08/2012	233
CYS6333	55332407D	6920/0	06/08/2012	233
DDX5941	55332390D	6920/0	02/08/2012	233
DEJ3640	55284474D	6912/0	08/08/2012	232
LXH8665	55332441D	6920/0	10/08/2012	233
LZT9904	55332450D	6920/0	13/08/2012	233
MCG2692	55332428D	6920/0	09/08/2012	233
MFP1240	55284890D	6599/2	30/08/2012	230 * V
MMA1999	55332440D	6920/0	13/08/2012	233
MMB4759	55326435D	5010/0	10/08/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1542/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNN3352	55332213D	6920/0	13/06/2012	R\$ 127,69	233
LWU5775	55284328D	6599/2	16/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWU5775	55284329D	5010/0	16/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWU5775	55284330D	5118/0	16/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LXO1048	55283527D	6610/2	02/06/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MFF2363	55283772D	6599/2	23/06/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1544/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BXS0707	55327080D	6599/2	31/08/2012	230 * V
CON3155	55332473D	6920/0	24/08/2012	233
CVK7274	55332415D	6920/0	07/08/2012	233
DNI4264	55326593D	5045/0	24/08/2012	162 * V
EIK3468	55332455D	6920/0	15/08/2012	233
ICE5232	55326785D	5169/1	01/09/2012	165
KNG0377	55328051D	5045/0	05/09/2012	162 * V
LXD8686	55332479D	6920/0	24/08/2012	233
MAI3271	55326924D	6599/2	02/09/2012	230 * V
MAJ2502	55283138D	6599/2	06/09/2012	230 * V
MAV4602	55332382D	6920/0	30/07/2012	233
MBD5931	55332380D	6920/0	30/07/2012	233
MCE6032	55332389D	6920/0	02/08/2012	233
MDQ8612	55332393D	6920/0	02/08/2012	233
MER4826	55326343D	6599/2	04/09/2012	230 * V
MER4826	55326344D	6742/0	04/09/2012	230 * XX
MER4826	55326345D	6629/0	04/09/2012	230 * VIII
MFP2461	55332464D	6920/0	20/08/2012	233
MGR5030	55328636D	6548/2	29/08/2012	229
MKN0002	55332474D	6920/0	24/08/2012	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1546/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFF7745	55332276D	6920/0	04/07/2012	R\$ 127,69	233
LWR5474	55332257D	6920/0	28/06/2012	R\$ 127,69	233
LYR2733	55283317D	6599/2	29/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYR2733	55283318D	5010/0	29/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYR2733	55283319D	5118/0	29/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MFF2363	55332249D	6920/0	27/06/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1545/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFX4027	55284857D	7366/2	13/08/2012	252 * VI
ANG2989	55284862D	5932/0	13/08/2012	203 * II
APT5971	55285519D	5541/6	13/08/2012	181 * XVII
DJP0444	55284445D	6050/1	07/08/2012	208
DMG2916	55284343D	5568/0	03/08/2012	181 * XIX
JNA6329	55285625D	5541/4	04/09/2012	181 * XVII
LXW7677	55327919D	5185/1	15/08/2012	167
LZA8818	55284895D	5568/0	03/09/2012	181 * XIX
LZM8594	55284477D	7366/2	15/08/2012	252 * VI
MAJ3111	55327929D	7366/2	20/08/2012	252 * VI
MAP2307	55284126D	5541/1	07/08/2012	181 * XVII
MAS7483	55285632D	5460/0	04/09/2012	181 * IX
MBG0021	55284764D	5568/0	29/08/2012	181 * XIX
MCL2470	55285603D	5541/4	11/08/2012	181 * XVII
MCM8085	55284870D	5185/1	14/08/2012	167
MDJ8077	55283599D	7366/2	10/08/2012	252 * VI
MDK7234	55284876D	7030/2	17/08/2012	244 * I
MDN3849	55328642D	6050/1	01/09/2012	208
MDV1992	55285705D	5541/6	05/09/2012	181 * XVII
MDW4292	55284809D	5541/5	14/08/2012	181 * XVII
MDZ6327	55285855D	5541/1	05/09/2012	181 * XVII
MEB2324	55284900D	7366/2	06/09/2012	252 * VI
MER8258	55284189D	5541/1	15/08/2012	181 * XVII
MFS9793	55285665D	7366/2	05/09/2012	252 * VI
MFW3891	55326336D	6050/1	13/08/2012	208
MFY1016	55284287D	5550/0	13/08/2012	181 * XVIII
MGL4377	55285905D	5193/0	10/09/2012	168

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGL4377	55285906D	5185/1	10/09/2012	167
MGL4377	55285907D	7366/2	10/09/2012	252 * VI
MGQ2411	55284666D	5568/0	15/08/2012	181 * XIX
MGV1841	55284439D	5541/1	06/08/2012	181 * XVII
MGY4411	55327949D	7366/2	24/08/2012	252 * VI
MHB3559	55327937D	7366/2	20/08/2012	252 * VI
MHC3636	55327923D	7366/2	16/08/2012	252 * VI
MIA5380	55284872D	5185/1	15/08/2012	167
MIE9879	55284930D	5541/5	10/09/2012	181 * XVII
MIL8162	55284967D	5541/6	31/08/2012	181 * XVII
MIY7558	55285704D	7366/2	05/09/2012	252 * VI
MJK4540	55284869D	5185/1	14/08/2012	167
MJN1604	55327940D	5452/3	24/08/2012	181 * VIII
MJP4354	55284654D	5541/6	10/08/2012	181 * XVII
MJU6344	55284859D	5541/6	13/08/2012	181 * XVII
MJZ7358	55284663D	5541/1	14/08/2012	181 * XVII
MKA2492	55284892D	5193/0	03/09/2012	168
MLC0108	55285662D	7366/2	03/09/2012	252 * VI
MLV6789	55328152D	6050/2	09/09/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO

DIRETORA DEP. TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1547/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EJK7266	55327701D	7366/2	13/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
IQN7382	55283515D	5541/6	18/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZD6397	55281769D	5541/2	26/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZD6397	55282655D	5541/2	02/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZD6397	55282683D	5541/2	03/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC0374	55283320D	5541/4	30/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP2114	55282775D	5541/6	22/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO1202	55283326D	5541/1	03/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC3636	55283171D	5185/1	15/06/2012	R\$ 127,69	167
MHC3636	55283172D	7366/2	15/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2012

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO

DIRETORA DEP. TRÂNSITO

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 077/2012

Decreto Municipal nº 077/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 26.000,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 26.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Valor: R\$ 26.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de setembro de 2012.

Audiência Pública do 2º Quadrimestre de 2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DE 2012 PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da legislação vigente, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, para participar da Audiência Pública relativa ao Segundo Quadrimestre de 2012, destinada ao acompanhamento e avaliação de metas fiscais de acordo com o que estabelece o artigo 9º parágrafo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, a ser realizada nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Travessa das Flores, 58, Centro, no Município de Salto Veloso, com início às 16:00 horas do dia 28 de setembro de 2012.

Salto Veloso - SC, 25 de setembro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bim 2012

+[CPL]-----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	15.626.020,00	15.626.020,00	2.579.299,09	16,510	11.106.538,86	71,080	4.519.481,14
RECEITAS CORRENTES	15.626.000,00	15.626.000,00	2.579.187,35	16,510	10.466.698,29	66,980	5.159.301,71
RECEITA TRIBUTÁRIA	490.000,00	490.000,00	65.818,56	13,430	440.872,55	89,970	49.127,45
IMPOSTOS	381.000,00	381.000,00	64.681,09	16,980	396.644,55	104,110	-15.644,55
TAXAS	69.000,00	69.000,00	1.137,47	1,650	36.655,87	53,120	32.344,13
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,000	7.572,13	18,930	32.427,87
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	630.000,00	630.000,00	93.206,78	14,790	280.632,82	44,540	349.367,18
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	550.000,00	550.000,00	75.188,02	13,670	231.407,57	42,070	318.592,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	18.018,76	22,520	49.225,25	61,530	30.774,75
RECEITA PATRIMONIAL	805.500,00	805.500,00	312.246,90	38,760	1.065.479,91	132,280	-259.979,91
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	805.500,00	805.500,00	312.246,90	38,760	1.065.479,91	132,280	-259.979,91
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	110.000,00	110.000,00	17.484,61	15,900	48.349,84	43,950	61.650,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.470.400,00	13.470.400,00	1.954.497,07	14,510	8.423.332,31	62,530	5.047.067,69
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.426.400,00	13.426.400,00	1.947.352,07	14,500	8.401.912,31	62,580	5.024.487,69
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	44.000,00	44.000,00	7.145,00	16,240	21.420,00	48,680	22.580,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.100,00	118.100,00	135.933,43	115,100	208.030,86	176,150	-89.930,86
MULTAS E JUROS DE MORA	28.500,00	28.500,00	16.350,06	57,370	44.718,88	156,910	-16.218,88
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	2.000,00	100,000	4.933,87	246,690	-2.933,87
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	3.396,86	37,740	11.857,01	131,740	-2.857,01
RECEITAS DIVERSAS	78.600,00	78.600,00	114.186,51	145,280	146.521,10	186,410	-67.921,10
RECEITAS DE CAPITAL	20,00	20,00	111,74	558,700	639.840,57	3199202,00	-639.820,57
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,000	113.002,00	0,000	-113.002,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,000	23.000,00	0,000	-23.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,000	90.002,00	0,000	-90.002,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	111,74	558,700	526.838,57	2634192,00	-526.818,57
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	111,74	558,700	526.838,57	2634192,00	-526.818,57
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	983.500,00	983.500,00	104.005,67	10,580	370.675,43	37,690	612.824,57
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.683.304,76	100,000	11.477.214,29	100,000	5.132.305,71
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.683.304,76	100,000	11.477.214,29	100,000	5.132.305,71
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII)=(V+VI)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.683.304,76	-	11.477.214,29	-	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	690.291,09	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	690.291,09	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	690.291,09	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO	%		Saldo a
DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar	
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	(h)	(/f)	(f-(g+h))	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)				
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	15.626.020,00	3.031.355,55	18.657.375,55	2.346.518,78	12.275.548,33	2.430.953,10	9.660.944,17	0,00	51,78	8.996.431,38	
DESPESAS CORRENTES	13.052.500,00	167.090,79	13.219.590,79	2.055.991,03	9.245.251,08	2.124.819,01	8.357.535,05	0,00	63,22	4.862.055,74	
Pessoal e Encargos Sociais	6.358.000,00	201.721,94	6.559.721,94	1.089.245,58	4.202.085,67	1.055.251,51	4.156.991,22	0,00	63,37	2.402.730,72	
Juros/Encargos da Dívida	120.000,00	0,00	120.000,00	17.425,76	38.624,16	17.425,76	38.624,16	0,00	32,19	81.375,84	
Outras despesas Correntes	6.574.500,00	-34.631,15	6.539.868,85	949.319,69	5.004.541,25	1.052.141,74	4.161.919,67	0,00	63,64	2.377.949,18	
DESPESAS DE CAPITAL	715.020,00	2.864.264,76	3.579.284,76	290.527,75	3.030.297,25	306.134,09	1.303.409,12	0,00	36,42	2.275.875,64	
Investimentos	679.020,00	2.900.264,76	3.579.284,76	290.527,75	3.030.297,25	306.134,09	1.303.409,12	0,00	36,42	2.275.875,64	
Inversões Financeiras	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	1.748.500,00	0,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	983.500,00	-35.000,00	948.500,00	43.344,18	305.074,99	78.110,58	281.129,06	0,00	29,64	667.370,94	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	16.609.520,00	2.996.355,55	19.605.875,55	2.389.862,96	12.580.623,32	2.509.063,68	9.942.073,23	0,00	50,71	9.663.802,32	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	16.609.520,00	2.996.355,55	19.605.875,55	2.389.862,96	12.580.623,32	2.509.063,68	9.942.073,23	0,00	50,71	9.663.802,32	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.535.141,06	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	16.609.520,00	2.996.355,55	19.605.875,55	2.389.862,96	12.580.623,32	2.683.304,76	11.477.214,29	0,00	50,71	9.663.802,32	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO
	(a)		(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	983.500,00	983.500,00	104.005,67	10,580	370.675,43	37,690	612.824,57
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	983.500,00	983.500,00	104.005,67	10,580	370.675,43	37,690	612.824,57
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	100.000,00	100.000,00	19.872,62	19,870	63.413,07	63,410	36.586,93
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	84.133,05	9,520	307.262,36	34,780	576.237,64
TOTAL	983.500,00	983.500,00	104.005,67		370.675,43		612.824,57

									INSCRITAS EM			
									RESTOS A PAGAR			
									NÃO	%	Saldo a	
									PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar	
									(h)	/f)	(f-(g+h))	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício					
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)					
DESPESAS CORRENTES	983.500,00	-35.000,00	948.500,00	43.344,18	305.074,99	78.110,58	281.129,06	23.945,93	32,16	667.370,94		
Pessoal e Encargos Sociais	983.500,00	-35.000,00	948.500,00	43.344,18	305.074,99	78.110,58	281.129,06	23.945,93	32,16	667.370,94		
TOTAL	983.500,00	-35.000,00	948.500,00	43.344,18	305.074,99	78.110,58	281.129,06	23.945,93	32,16	667.370,94		

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)		15.626.020,00	18.657.375,55	2.346.518,78	12.275.548,33	2.430.953,10	9.660.944,17	100,00	51,78	8.996.431,38
01	LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	47.089,05	175.045,80	48.222,80	171.700,41	1,78	39,07	267.799,59
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	47.089,05	175.045,80	48.222,80	171.700,41	1,78	39,07	267.799,59
	Subtotal	439.500,00	439.500,00	47.089,05	175.045,80	48.222,80	171.700,41	1,78	39,07	267.799,59
04	ADMINISTRAÇÃO	2.083.300,00	2.086.900,00	258.825,08	1.577.775,21	346.564,05	1.369.984,26	14,18	65,65	716.915,74
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.083.300,00	2.086.900,00	258.825,08	1.577.775,21	346.564,05	1.369.984,26	14,18	65,65	716.915,74
	Subtotal	2.522.800,00	2.526.400,00	305.914,13	1.752.821,01	394.786,85	1.541.684,67	15,96	61,02	984.715,33
06	SEGURANÇA PÚBLICA	44.000,00	62.136,58	7.178,99	28.888,53	7.445,99	25.393,18	0,26	40,87	36.743,40
06.181	POLICIAMENTO	44.000,00	62.136,58	7.178,99	28.888,53	7.445,99	25.393,18	0,26	40,87	36.743,40
	Subtotal	2.566.800,00	2.588.536,58	313.093,12	1.781.709,54	402.232,84	1.567.077,85	16,22	60,54	1.021.458,73
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	590.101,00	590.344,37	67.827,77	342.800,14	73.693,96	311.205,52	3,22	52,72	279.138,85
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	10.000,00	10.000,00	133,99	6.958,04	0,00	6.824,05	0,07	68,24	3.175,95
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	580.101,00	580.344,37	67.693,78	335.842,10	73.693,96	304.381,47	3,15	52,45	275.962,90
	Subtotal	3.156.901,00	3.178.880,95	380.920,89	2.124.509,68	475.926,80	1.878.283,37	19,44	59,09	1.300.597,58
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	605.000,00	605.000,00	99.559,41	372.592,91	94.625,81	351.520,39	3,64	58,10	253.479,61
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	605.000,00	605.000,00	99.559,41	372.592,91	94.625,81	351.520,39	3,64	58,10	253.479,61
	Subtotal	3.761.901,00	3.783.880,95	480.480,30	2.497.102,59	570.552,61	2.229.803,76	23,08	58,93	1.554.077,19
10	SAÚDE	2.866.053,00	3.410.135,80	457.188,42	2.392.705,81	494.486,00	1.979.526,67	20,49	58,05	1.430.609,13
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.687.052,00	3.221.191,90	430.622,10	2.327.351,78	464.705,84	1.915.494,54	19,83	59,47	1.305.697,36
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	24.000,00	26.473,15	12.107,74	12.107,74	12.107,74	12.107,74	0,13	45,74	14.365,41
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	907,70	3.214,76	1.362,00	2.773,06	0,03	7,70	33.226,94
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	0,00	2.825,00	75,00	2.825,00	0,03	13,33	18.375,00
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	13.550,88	47.206,53	16.235,42	46.326,33	0,48	44,01	58.943,42
10.605	ABASTECIMENTO	5.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
	Subtotal	6.627.954,00	7.194.016,75	937.668,72	4.889.808,40	1.065.038,61	4.209.330,43	43,57	58,51	2.984.686,32
12	EDUCAÇÃO	3.203.554,00	3.575.667,09	571.452,05	2.712.309,62	637.931,10	2.465.661,39	25,52	68,96	1.110.005,70
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.473.554,00	2.697.172,42	425.607,44	1.927.699,08	442.992,87	1.837.711,15	19,02	68,13	859.461,27
12.364	ENSINO SUPERIOR	5.000,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	0,01	100,00	0,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	710.000,00	875.000,00	144.969,61	781.115,87	194.063,23	624.455,57	6,46	71,37	250.544,43
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	2.944,67	325,00	2.944,67	325,00	2.944,67	0,03	100,00	0,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	9.831.508,00	10.769.683,84	1.509.120,77	7.602.118,02	1.702.969,71	6.674.991,82	69,09	61,98	4.094.692,02
13	CULTURA	182.000,00	225.000,00	38.623,69	194.228,29	29.411,30	127.874,90	1,32	56,83	97.125,10
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	182.000,00	225.000,00	38.623,69	194.228,29	29.411,30	127.874,90	1,32	56,83	97.125,10
	Subtotal	10.013.508,00	10.994.683,84	1.547.744,46	7.796.346,31	1.732.381,01	6.802.866,72	70,42	61,87	4.191.817,12
15	URBANISMO	654.004,00	2.721.568,46	98.933,05	2.229.030,56	148.899,21	903.414,78	9,35	33,19	1.818.153,68
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	70.004,00	2.132.568,46	0,00	1.768.283,57	46.831,66	480.511,87	4,97	22,53	1.652.056,59
15.452	SERVIÇOS URBANOS	584.000,00	589.000,00	98.933,05	460.746,99	102.067,55	422.902,91	4,38	71,80	166.097,09
	Subtotal	10.667.512,00	13.716.252,30	1.646.677,51	10.025.376,87	1.881.280,22	7.706.281,50	79,77	56,18	6.009.970,80
16	HABITAÇÃO	10.001,00	250.001,00	250.000,00	250.000,00	150.000,00	150.000,00	1,55	60,00	100.001,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	10.001,00	250.001,00	250.000,00	250.000,00	150.000,00	150.000,00	1,55	60,00	100.001,00
	Subtotal	10.677.513,00	13.966.253,30	1.896.677,51	10.275.376,87	2.031.280,22	7.856.281,50	81,32	56,25	6.109.971,80
17	SANEAMENTO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	10.682.513,00	13.966.253,30	1.896.677,51	10.275.376,87	2.031.280,22	7.856.281,50	81,32	56,25	6.109.971,80
18	GESTÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	605,00	605,00	605,00	0,01	12,10	4.395,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	605,00	605,00	605,00	0,01	12,10	4.395,00
	Subtotal	10.687.513,00	13.971.253,30	1.896.677,51	10.275.981,87	2.031.885,22	7.856.886,50	81,33	56,24	6.114.366,80
20	AGRICULTURA	699.003,00	693.071,20	99.285,13	594.374,66	113.419,50	560.104,17	5,80	80,81	132.967,03

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |

-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	%(F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
20.606	EXTENÇÃO RURAL	699.003,00	693.071,20	99.285,13	594.374,66	113.419,50	560.104,17	5,80	80,81	132.967,03
	Subtotal	11.386.516,00	14.664.324,50	1.995.962,64	10.870.356,53	2.145.304,72	8.416.990,67	87,12	57,40	6.247.333,83
22	INDÚSTRIA	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	11.407.516,00	14.664.324,50	1.995.962,64	10.870.356,53	2.145.304,72	8.416.990,67	87,12	57,40	6.247.333,83
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.002,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
23.695	TURISMO	28.002,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
	Subtotal	11.435.518,00	14.664.326,50	1.995.962,64	10.870.356,53	2.145.304,72	8.416.990,67	87,12	57,40	6.247.335,83
26	TRANSPORTE	1.782.002,00	1.767.549,05	274.816,09	1.212.103,46	224.256,10	1.082.952,60	11,21	61,27	684.596,45
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.782.002,00	1.767.549,05	274.816,09	1.212.103,46	224.256,10	1.082.952,60	11,21	61,27	684.596,45
	Subtotal	13.217.520,00	16.431.875,55	2.270.778,73	12.082.459,99	2.369.560,82	9.499.943,27	98,33	57,81	6.931.932,28
27	DESPORTO E LAZER	230.000,00	247.000,00	58.314,29	154.464,18	43.966,52	122.376,74	1,27	49,55	124.623,26
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	230.000,00	247.000,00	58.314,29	154.464,18	43.966,52	122.376,74	1,27	49,55	124.623,26
	Subtotal	13.447.520,00	16.678.875,55	2.329.093,02	12.236.924,17	2.413.527,34	9.622.320,01	99,60	57,69	7.056.555,54
28	ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	120.000,00	17.425,76	38.624,16	17.425,76	38.624,16	0,40	32,19	81.375,84
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	120.000,00	17.425,76	38.624,16	17.425,76	38.624,16	0,40	32,19	81.375,84
	Subtotal	13.767.520,00	16.798.875,55	2.346.518,78	12.275.548,33	2.430.953,10	9.660.944,17	100,00	57,51	7.137.931,38
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
	Subtotal	13.877.520,00	16.908.875,55	2.346.518,78	12.275.548,33	2.430.953,10	9.660.944,17	100,00	57,14	7.247.931,38
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
	Subtotal	15.626.020,00	18.657.375,55	2.346.518,78	12.275.548,33	2.430.953,10	9.660.944,17	100,00	51,78	8.996.431,38
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	983.500,00	948.500,00	43.344,18	305.074,99	78.110,58	281.129,06	2,91	29,64	667.370,94
	TOTAL (III)=(I+II)	16.609.520,00	19.605.875,55	2.389.862,96	12.580.623,32	2.509.063,68	9.942.073,23	102,91	50,71	9.663.802,32

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	%(F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	983.500,00	948.500,00	43.344,18	305.074,99	78.110,58	281.129,06	2,91	29,64	667.370,94
01	LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	1.905,66	4.613,03	1.270,44	3.977,81	0,04	37,88	6.522,19
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	1.905,66	4.613,03	1.270,44	3.977,81	0,04	37,88	6.522,19
04	ADMINISTRAÇÃO	135.000,00	135.000,00	6.406,06	47.639,72	13.240,67	41.189,33	0,43	30,51	93.810,67
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	135.000,00	6.406,06	47.639,72	13.240,67	41.189,33	0,43	30,51	93.810,67
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
10	SAÚDE	90.000,00	90.000,00	6.198,75	44.713,72	6.198,75	44.713,72	0,46	49,68	45.286,28
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	90.000,00	90.000,00	6.198,75	44.713,72	6.198,75	44.713,72	0,46	49,68	45.286,28
12	EDUCAÇÃO	430.000,00	430.000,00	17.459,85	125.449,15	34.919,71	111.142,24	1,15	25,85	318.857,76
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	340.000,00	340.000,00	9.114,86	105.026,13	24.527,36	90.719,22	0,94	26,68	249.280,78
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	90.000,00	90.000,00	8.344,99	20.423,02	10.392,35	20.423,02	0,21	22,69	69.576,98
13	CULTURA	13.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	13.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
15	URBANISMO	55.000,00	50.000,00	2.632,95	19.203,22	5.186,36	16.649,81	0,17	33,30	33.350,19
15.452	SERVIÇOS URBANOS	55.000,00	50.000,00	2.632,95	19.203,22	5.186,36	16.649,81	0,17	33,30	33.350,19
20	AGRICULTURA	75.000,00	60.000,00	4.360,21	31.448,93	8.543,97	31.448,93	0,33	52,41	28.551,07
20.606	EXTENÇÃO RURAL	75.000,00	60.000,00	4.360,21	31.448,93	8.543,97	31.448,93	0,33	52,41	28.551,07
26	TRANSPORTE	140.000,00	140.000,00	4.380,70	32.007,22	8.750,68	32.007,22	0,33	22,86	107.992,78
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	140.000,00	140.000,00	4.380,70	32.007,22	8.750,68	32.007,22	0,33	22,86	107.992,78
27	DESPORTO E LAZER	25.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	25.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
	TOTAL	983.500,00	948.500,00	43.344,18	305.074,99	78.110,58	281.129,06	2,91	29,64	667.370,94

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES								
ESPECIFICAÇÃO	09/2011	10/2011	11/2011	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.329.328,16	1.761.374,88	1.475.924,53	1.932.264,75	1.442.025,40	1.481.478,39	1.483.588,77	
Receita Tributária	19.870,99	22.167,41	65.948,79	53.144,73	26.460,19	60.879,43	113.271,87	
IPTU	546,26	168,16	756,61	1.324,40	218,00	16.534,38	83.993,62	
ISS	10.586,59	5.111,60	27.503,29	19.635,36	11.273,31	5.779,40	13.819,99	
ITBI	130,80	3.587,96	4.952,70	6.890,00	6.061,09	4.580,00	1.812,00	
IRRF	7.898,61	8.074,37	24.767,47	24.987,45	7.952,43	7.437,73	11.263,44	
Outras	708,73	5.225,32	7.968,72	307,52	955,36	26.547,92	2.382,82	
Receita de Contribuições	31.672,59	27.844,55	40.906,39	50.381,94	14.831,12	25.644,37	41.062,67	
Receita Patrimonial	54.699,82	97.855,66	110.469,96	18.029,25	114.740,83	124.410,79	117.547,60	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	3.215,17	11.893,18	7.656,87	22.914,98	470,65	5.008,94	3.732,70	
Transferências Correntes	1.203.016,94	1.579.120,63	1.280.832,59	1.680.742,56	1.271.190,64	1.259.991,22	1.198.615,15	
Cota-Parte do FPM	293.620,37	385.943,24	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	
Cota-Parte do ICMS	568.418,84	574.607,26	578.734,76	589.204,96	555.135,38	488.024,57	531.034,90	
Cota-Parte do IPVA	25.756,79	27.073,58	21.328,79	11.847,06	18.971,63	25.450,47	40.700,78	
Cota-Parte do ITR	840,09	1.142,58	44,36	21,93	49,47	12,36	0,00	
Transf.da LC 87/1996	1.760,87	4.108,69	2.934,78	2.934,78	2.764,62	0,00	2.764,62	
Transferência do FUNDEB	156.374,09	163.867,20	163.056,51	168.944,37	175.570,05	163.507,39	171.852,50	
Outras Transferências	156.245,89	422.378,08	106.969,57	434.197,48	87.713,74	61.653,69	98.187,37	
Demais Receitas Correntes	16.852,65	22.493,45	-29.890,07	107.051,29	14.331,97	5.543,64	9.358,78	
II-DEDUÇÕES	198.329,44	221.438,37	223.359,46	254.626,91	212.572,83	228.087,03	206.694,66	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	18.802,50	19.968,62	18.823,25	36.587,41	10.109,27	19.278,11	19.339,53	
Servidor	18.802,50	19.968,62	18.823,25	36.587,41	10.109,27	19.278,11	19.339,53	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	179.526,94	201.469,75	204.536,21	218.039,50	202.463,56	208.808,92	187.355,13	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.130.998,72	1.539.936,51	1.252.565,07	1.677.637,84	1.229.452,57	1.253.391,36	1.276.894,11	

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	04/2012	05/2012	06/2012	07/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.648.392,71	1.611.742,38	1.434.241,16	1.452.349,36	1.478.733,77	18.531.444,26	18.221.200,00
Receita Tributária	55.246,73	63.057,56	56.138,21	32.525,83	33.292,73	602.004,47	490.000,00
IPTU	21.140,50	5.052,52	4.633,01	1.400,37	2.977,26	138.745,09	130.000,00
ISS	14.803,84	20.323,37	13.743,04	15.161,81	10.283,29	168.024,89	86.000,00
ITBI	1.460,00	4.620,00	27.333,00	6.456,00	9.972,00	77.855,55	15.000,00
IRRF	10.883,38	28.485,66	8.759,75	8.873,54	9.556,82	158.940,65	150.000,00
Outras	6.959,01	4.576,01	1.669,41	634,11	503,36	58.438,29	109.000,00
Receita de Contribuições	28.026,59	42.509,19	35.352,10	60.194,96	33.011,82	431.438,29	630.000,00
Receita Patrimonial	222.395,68	146.364,91	27.773,20	183.731,56	128.515,34	1.346.534,60	805.500,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	7.256,44	9.035,27	5.361,23	8.535,07	8.949,54	94.030,04	110.000,00
Transferências Correntes	1.318.795,84	1.339.758,24	1.294.442,02	1.150.345,83	1.156.047,02	15.732.898,68	16.065.600,00
Cota-Parte do FPM	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	4.907.596,21	5.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	555.858,04	497.481,44	515.934,13	490.177,28	505.180,50	6.449.792,06	6.700.000,00
Cota-Parte do IPVA	29.717,53	40.213,45	31.039,20	42.092,96	29.790,73	343.982,97	340.000,00
Cota-Parte do ITR	31,74	66,33	0,00	427,06	0,00	2.635,92	2.000,00
Transf.da LC 87/1996	2.762,11	2.762,11	2.762,11	2.762,11	2.762,11	31.078,91	44.000,00
Transferência do FUNDEB	181.439,93	176.316,87	172.844,32	164.664,04	165.784,88	2.024.222,15	2.000.000,00
Outras Transferências	102.735,89	123.818,33	145.956,05	132.169,86	101.564,51	1.973.590,46	1.179.600,00
Demais Receitas Correntes	16.671,43	11.017,21	15.174,40	17.016,11	118.917,32	324.538,18	118.100,00
II-DEDUÇÕES	229.170,10	230.925,01	218.096,77	202.054,42	200.589,24	2.625.944,24	2.995.200,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	20.622,13	21.030,72	21.208,77	29.711,02	21.036,86	256.518,19	400.000,00
Servidor	20.622,13	21.030,72	21.208,77	29.711,02	21.036,86	256.518,19	400.000,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	208.547,97	209.894,29	196.888,00	172.343,40	179.552,38	2.369.426,05	2.595.200,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.419.222,61	1.380.817,37	1.216.144,39	1.250.294,94	1.278.144,53	15.905.500,02	15.226.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	1.100.000,00	1.100.000,00	347.022,42	1.155.321,36	737.237,03
RECEITAS CORRENTES	1.100.000,00	1.100.000,00	347.022,42	1.155.321,36	737.237,03
Receita de Contribuições	400.000,00	400.000,00	50.747,88	162.336,41	737.237,03
Pessoal Civil	400.000,00	400.000,00	50.747,88	162.336,41	138.990,15
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	400.000,00	400.000,00	50.747,88	162.336,41	138.990,15
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	700.000,00	700.000,00	296.274,54	992.984,95	598.246,88
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	700.000,00	700.000,00	296.274,54	992.984,95	598.246,88
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	883.500,00	883.500,00	84.133,05	307.262,36	296.484,92
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	1.983.500,00	1.983.500,00	431.155,47	1.462.583,72	1.033.721,95

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	600.000,00	600.000,00	83.211,10	319.282,57	286.187,30
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	600.000,00	600.000,00	83.211,10	319.282,57	286.187,30
Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00	330.000,00	83.211,10	319.282,57	286.187,30
Pessoal Civil	0,00	0,00	83.211,10	319.282,57	286.187,30
Aposentadorias	0,00	0,00	83.211,10	319.282,57	286.187,30
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	450.000,00	270.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	600.000,00	600.000,00	83.211,10	319.282,57	286.187,30

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) **1.383.500,00** **1.383.500,00** **347.944,37** **1.143.301,15** **747.534,65**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Plano Financeiro	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

passe Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
----------------	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS**Previsão Orçamentária**

Valor	0,00				
-------	------	--	--	--	--

Período de Referencia

	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior(07/2012)	Anterior(2011)	Atual(2012)
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	8.767.649,76	7.578.714,29	8.929.952,89
Investimentos	0,00	0,00	0,00

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	Exercício
	Inicial	Atualizada	No	Anterior até
			Bimestre	o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	883.500,00	883.500,00	84.133,05	296.484,92
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	883.500,00	883.500,00	84.133,05	296.484,92
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	84.133,05	296.484,92
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	883.500,00	883.500,00	84.133,05	296.484,92
Contribuição Patronal Ativo Civil	883.500,00	883.500,00	84.133,05	0,00
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	883.500,00	883.500,00	84.133,05	296.484,92

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas	Período de
	Inicial	o Exercício	No	Referência
			Bimestre	Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS				
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	26.734,21	26.734,21	26.734,21
DEDUÇÕES (II)	1.027.984,49	1.627.251,34	1.434.273,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.031.187,29	1.628.504,14	1.435.526,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-3.202,80	-1.252,80	-1.252,80
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.001.250,28	-1.600.517,13	-1.407.539,29
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.001.250,28	-1.600.517,13	-1.407.539,29

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	192.977,84	-406.289,01

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	41.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	7.578.714,29	8.530.790,87	8.929.952,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.578.714,29	8.530.790,87	8.929.952,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-7.578.714,29	-8.530.790,87	-8.929.952,89
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-7.578.714,29	-8.530.790,87	-8.929.952,89

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primario |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	15.804.000,00	2.370.946,12	9.771.893,81	9.043.195,30
Receita Tributária	490.000,00	65.818,56	440.872,55	286.868,89
IPTU	130.000,00	4.377,63	135.949,66	84.178,02
ISS	86.000,00	25.445,10	105.188,05	48.938,68
IRRF	150.000,00	18.430,36	93.212,75	86.566,27
ITBI	15.000,00	16.428,00	62.294,09	10.067,00
Outras	109.000,00	1.137,47	44.228,00	57.118,92
Receita de Contribuição	2.597.000,00	301.218,12	1.021.983,68	937.627,68
Receita Previdenciária	400.000,00	50.747,88	162.336,41	138.990,15
Outras Contribuições	230.000,00	42.458,90	118.296,41	108.457,37
Receitas Previdenciárias	983.500,00	104.005,67	370.675,43	345.090,08
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	805.500,00	312.246,90	1.065.479,91	663.120,64
(-) Aplicações Financeiras	805.500,00	312.246,90	1.065.479,91	663.120,64
Transferências Correntes	13.470.400,00	1.954.497,07	8.423.332,31	7.965.667,51
FPM	4.640.000,00	535.213,49	2.677.341,68	2.554.356,95
ICMS	5.360.000,00	796.286,40	3.311.177,88	3.283.364,51
Outras Transferências	3.470.400,00	622.997,18	2.434.812,75	2.127.946,05
Demais Receitas Correntes	230.100,00	153.418,04	256.380,70	198.121,30
Dívida Ativa	9.000,00	3.396,86	11.857,01	7.950,48
Diversas Receitas Correntes	221.100,00	150.021,18	244.523,69	190.170,82
Receitas de Capital (II)	20,00	111,74	639.840,57	187.000,00
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	113.002,00	87.000,00
Transferências de Capital	20,00	111,74	526.838,57	100.000,00
Outras Transferências de Capital	20,00	111,74	526.838,57	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	20,00	111,74	526.838,57	100.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	15.804.020,00	2.371.057,86	10.298.732,38	9.143.195,30

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	14.168.090,79	2.202.929,59	8.638.664,11	8.062.013,34
Pessoal e Encargos Sociais	7.489.621,94	1.133.362,09	4.424.629,76	3.976.936,18
Outras Despesas Correntes	6.558.468,85	1.052.141,74	4.175.410,19	4.043.293,59
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	17.425,76	38.624,16	41.783,57
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	14.048.090,79	2.185.503,83	8.600.039,95	8.020.229,77
Despesas de Capital (XI)	3.579.284,76	306.134,09	1.303.409,12	909.296,58
Investimentos	3.579.284,76	306.134,09	1.303.409,12	902.710,92
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	6.585,66
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.579.284,76	306.134,09	1.303.409,12	902.710,92
Reserva de Conting. (XVI)	110.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	336.529,66	1.111.063,33	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	17.737.375,55	2.828.167,58	11.014.512,40	8.922.940,69
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-1.933.355,55	-457.109,72	-715.780,02	220.254,61
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			690.291,09	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-655.500,00

```
+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+
|
|                               Município de SALTO VELOSO                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                 |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                     |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                 |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO               |
+-----+
```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO										
	0,00	580,80	0,00	0,00	580,80	44.323,82	0,00	44.050,98	272,84	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO										
	0,00	2.622,00	0,00	1.950,00	672,00	216,44	0,00	0,00	216,44	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DE SALTO VELOSO - IPRESVEL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO DO SISTEMA MUN. DE ASSIST. DOS SERVIDORES PUBLICOS DE SALTO VELOSO - SIMA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	3.202,80	0,00	1.950,00	1.252,80	44.540,26	0,00	44.050,98	489,28	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	392.000,00	392.000,00	68.601,61	408.137,50	104,12
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	141.000,00	141.000,00	8.298,15	147.442,61	104,57
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	130.000,00	130.000,00	4.377,63	135.949,66	104,58
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	2.000,00	2.000,00	139,71	625,08	31,25
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	6.000,00	6.000,00	1.604,60	3.296,78	54,95
1.1.4- Multas e Juros de Mora da Divida Ativa de	3.000,00	3.000,00	2.176,21	7.571,09	252,37
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	15.000,00	15.000,00	16.428,00	62.294,09	415,29
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	15.000,00	15.000,00	16.428,00	62.294,09	415,29
1.3 - Receita Resultante do - ISS	86.000,00	86.000,00	25.445,10	105.188,05	122,31
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	86.000,00	86.000,00	25.445,10	105.188,05	122,31
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	150.000,00	150.000,00	18.430,36	93.212,75	62,14
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	150.000,00	150.000,00	18.430,36	93.212,75	62,14
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.976.000,00	12.976.000,00	1.759.483,84	7.829.859,18	60,34
2.1 - Cota Parte do FPM	5.800.000,00	5.800.000,00	669.016,81	3.346.676,80	57,70
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.800.000,00	5.800.000,00	669.016,81	3.346.676,80	57,70
2.2- Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	995.357,78	4.138.826,24	61,77
2.3- Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	5.524,22	19.339,79	43,95
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	17.274,28	66.452,64	73,84
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.000,00	2.000,00	427,06	586,96	29,35
2.6- Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	71.883,69	257.976,75	75,88
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	13.368.000,00	13.368.000,00	1.828.085,45	8.237.996,68	61,62
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	293.000,00	293.000,00	51.868,54	188.391,39	64,30
5.1- Transferência do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	32.968,16	140.264,44	70,13
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	60.000,00	60.000,00	13.976,00	35.816,00	59,69
5.2- Transferencias do PNATE	33.000,00	33.000,00	4.924,38	12.310,95	37,31
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Conv. ação n. 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Conv. ação n.023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convenio Ação nº 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convenio Ação nº 023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	293.004,00	293.004,00	51.868,54	188.391,39	64,30

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

	FUNDEB				
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.586.400,00	2.586.400,00	350.790,94	1.561.985,71	60,39
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.160.000,00	1.160.000,00	133.803,32	669.335,12	57,70
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.340.000,00	1.340.000,00	199.071,38	827.648,36	61,76
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	18.000,00	18.000,00	3.454,16	13.289,93	73,83
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	400,00	400,00	85,41	117,36	29,34
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	14.376,67	51.594,94	75,87
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.010.000,00	2.010.000,00	331.454,18	1.375.853,30	68,45
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	330.448,92	1.371.979,98	68,60
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	10.000,00	10.000,00	1.005,26	3.873,32	38,73
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	586.400,00	586.400,00	20.342,02	190.005,73	32,40

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.700.000,00	1.566.840,00	264.808,63	991.351,17	63,27
13.1 - Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	70.425,06	282.170,56	94,06
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.400.000,00	1.266.840,00	194.383,57	709.180,61	55,98
14.0 - OUTRAS DESPESAS	310.000,00	329.984,58	54.289,04	259.611,87	78,67
14.1 - Com Educação Infantil	110.000,00	102.000,00	27.617,12	68.372,22	67,03
14.2 - Com Ensino Fundamental	200.000,00	227.984,58	26.671,92	191.239,65	83,88
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	2.010.000,00	1.896.824,58	319.097,67	1.250.963,04	65,95

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	27.984,58
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	27.984,58
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100)	% 70,02

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	3.342.000,00	3.342.000,00	457.021,36	2.059.499,17	61,62
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	800.000,00	827.000,00	171.328,02	611.751,03	73,97
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	410.000,00	402.000,00	98.042,18	350.542,78	87,20
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	390.000,00	425.000,00	73.285,84	261.208,25	61,46
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.536.550,00	2.541.694,92	370.443,75	1.584.079,05	62,32
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.494.824,58	221.055,49	900.420,26	60,24
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	936.550,00	1.046.870,34	149.388,26	683.658,79	65,31
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.0 - ENSINO SUPERIOR	5.000,00	5.550,00	550,00	550,00	9,91



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)						R\$ 1,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	15.000,00	17.944,67	325,00	2.944,67	16,41	
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	3.356.550,00	3.392.189,59	542.646,77	2.199.324,75	64,83	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	190.005,73
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	3.873,32
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	27.984,58
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	158.147,83
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	2.353.977,91

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100)	% 28,57
--	---------

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	200.000,00	286.695,08	44.267,38	210.209,04	73,32
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	77.004,00	175.942,76	19.649,10	115.609,53	65,71
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	277.004,00	462.637,84	63.916,48	325.818,57	70,43
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	3.633.554,00	3.854.827,43	606.563,25	2.525.143,32	65,51

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
---	------	------

VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

FUNDEB(b)

FUNDEF

47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	128.633,34	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.578.764,41	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.586.850,86	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.873,32	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	124.420,21	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



DOM/SC

Assinado Digitalmente

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bimestre	Até o Bim.(b)	Saldo a Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas No Bimestre	Até o Bim.(d)	Saldo a Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	3.579.284,76	306.134,09	1.303.409,12	2.275.875,64
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.579.284,76	306.134,09	1.303.409,12	2.275.875,64
--------------------------------	--------------	------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-3.579.284,76	-306.134,09	-1.303.409,12	-2.275.875,64
-------------------	---------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de SALTO VELOSO	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	113.002,00	-113.002,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	23.000,00	-23.000,00
Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	90.002,00	-90.002,00
Total	0,00	113.002,00	-113.002,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	1.407,80	113.002,00	114.409,80

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	13.371.000,00	13.371.000,00	8.275.919,10	61,89
Impostos	395.000,00	395.000,00	446.059,92	112,93
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	130.000,00	130.000,00	135.949,66	104,58
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	150.000,00	150.000,00	93.212,75	62,14
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	15.000,00	15.000,00	62.294,09	415,29
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	86.000,00	86.000,00	105.188,05	122,31
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	2.000,00	2.000,00	625,08	31,25
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	32.315,69	3231,57
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Tribut	3.000,00	3.000,00	7.571,09	252,37
Multas/Juros Mora Dívida Ativa de Outros Tributo	1.000,00	1.000,00	5.565,02	556,50
Receita Dívida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	6.000,00	6.000,00	3.296,78	54,95
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	41,71	4,17
Receitas de transf. constitucionais e Legais	12.976.000,00	12.976.000,00	7.829.859,18	60,34
da União	5.846.000,00	5.846.000,00	3.366.603,55	57,59
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.800.000,00	5.800.000,00	3.346.676,80	57,70
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.000,00	2.000,00	586,96	29,35
Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	19.339,79	43,95
do Estado	7.130.000,00	7.130.000,00	4.463.255,63	62,60
Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	4.138.826,24	61,77
Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	257.976,75	75,88
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	66.452,64	73,84
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	542.000,00	542.000,00	354.695,39	65,44
da União para o Município	464.000,00	464.000,00	282.008,95	60,78
Piso de Atenção Básica - PAB	82.000,00	82.000,00	55.082,00	67,17
Programa Saude da Família	172.000,00	172.000,00	117.780,00	68,48
PSF - Odonto	26.000,00	26.000,00	19.320,00	74,31
PACS - Agentes Comunitarios de Saúde	74.000,00	74.000,00	61.794,00	83,51
Farmacia Básica	24.000,00	24.000,00	16.460,72	68,59
Vigilancia Sanitária	36.000,00	36.000,00	5.766,37	16,02
Epidemiologia e Controle de Doenças	14.000,00	14.000,00	4.305,86	30,76
Gestão do SUS	36.000,00	36.000,00	1.500,00	4,17
do Estado para o Município	78.000,00	78.000,00	72.686,44	93,19
Cofinanc.Assist. Farm. Básica	22.000,00	22.000,00	11.290,36	51,32
MAC	24.000,00	24.000,00	11.646,08	48,53
Cofinanc. da Atenção Básica	32.000,00	32.000,00	49.750,00	155,47
(-)Dedução para o Fundef	-2.595.200,00	-2.595.200,00	-1.565.853,65	60,34
Total de Receita de Impostos	11.317.800,00	11.317.800,00	7.064.760,84	62,42

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.875.050,00	3.169.232,80	1.879.068,51	59,29
Pessoal e Encargos Sociais	1.411.000,00	1.455.481,94	713.297,40	49,01
Outras Despesas Correntes	1.464.050,00	1.713.750,86	1.165.771,11	68,02
Despesas de Capital	81.003,00	330.903,00	145.171,88	43,87
Investimentos	81.003,00	330.903,00	145.171,88	43,87
Total	2.956.053,00	3.500.135,80	2.024.240,39	57,83

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Próprias com Saúde				
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	2.024.240,39	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	14.000,00	14.000,00	32.148,65	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	14.000,00	14.000,00	9.148,65	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	23.000,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	111.937,49	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.880.154,25	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2011(e)	Aplic.Apurada em 2011(F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	25,41	-2.622,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na
 Receita de Impostos - Limite Constitucional 15% 22,72

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
Despesas com Saúde (Por SubFunção)				
ATENÇÃO BÁSICA	2.777.052,00	3.311.191,90	1.960.208,26	96,84
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	24.000,00	26.473,15	12.107,74	0,60
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	2.773,06	0,14
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	2.825,00	0,14
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	46.326,33	2,29
ABASTECIMENTO	5.001,00	1,00	0,00	0,00
Total	2.956.053,00	3.500.135,80	2.024.240,39	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	14.000,00	14.000,00	32.148,65	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	14.000,00	14.000,00	9.148,65	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	23.000,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	111.937,49	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.956.053,00	3.500.135,80	1.880.154,25	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
 PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
 TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	16.609.520,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	16.609.520,00
Receitas Realizadas	2.683.304,76	11.477.214,29
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	690.291,09
Déficit Orçamentário	0,00	2.996.355,55

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	16.609.520,00
Dotação Atualizada	0,00	19.605.875,55
Despesas Empenhadas	2.389.862,96	12.580.623,32
Despesas Liquidadas	2.509.063,68	9.942.073,23
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.389.862,96	12.580.623,32
Despesas Liquidadas	2.509.063,68	9.942.073,23

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	15.905.500,02

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	431.155,47	1.462.583,72
Despesas Previdenciárias (IV)	83.211,10	319.282,57
Resultado Previdenciário (III-IV)	347.944,37	1.143.301,15

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	41.000,00	-406.289,01	-990,9488
Resultado Primário	-655.500,00	-715.780,02	109,1960

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	3.202,80	0,00	1.950,00	1.252,80
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	44.540,26	0,00	44.050,98	489,28
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	28,5746
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	70,0196
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.303.409,12	2.275.875,64

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	1.462.583,72	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	319.282,57	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	1.143.301,15	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	113.002,00	-113.002,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.880.154,25	15,00	22,72

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



São Bento do Sul

PREFEITURA

Resumo do Pregão Presencial Nº 66/2012 - FMS

FUNDO DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº66/2012

MAIOR DESC. SOBRE A REV. ABC FARMA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo de Saúde e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 09:45 horas do dia 10 de outubro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ALOPÁTICOS, ÉTICOS, SIMILARES, GENÉRICOS E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS PRESCRITO POR MÉDICOS PARA PACIENTES DO SUS DESTE MUNICÍPIO, CONFORME REVISTA ABC FARMA, QUE NÃO FAÇAM PARTE DA FARMÁCIA BÁSICA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas. Ou ainda pelo site pelo endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2012.

MARCUS MALUF

Presidente Do Fundo Municipal De Saúde

ROSIELE FENDRICH

Pregoeira Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.035, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 2.035, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

Altera a Lei nº 1.958, de 16 de setembro de 2011, que instituiu o Programa Municipal de Pavimentação Comunitária - PMPC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 1.958, de 16 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 1º Constitui requisito para realização das obras de que trata o caput, o mínimo de adesão de 65% (sessenta e cinco por cento), calculado sobre o número de proprietários lindeiros das respectivas vias públicas, ou a metragem de testada de referidos imóveis, sempre o que for menor.

§ 2º As despesas de pavimentação relativa aos proprietários lindeiros que não aderirem à contratação de que trata o caput, serão arcadas pelo Município, que se reservará no direito de regresso,

sendo-lhe autorizada a aplicação de percentuais iguais ao limite máximo, na forma prevista no art. 113 do Código Tributário Municipal.

§ 3º Além do ressarcimento de que trata o § 2º deste artigo, os proprietários lindeiros que não aderirem à contratação de que trata o caput, ficarão sujeitos ao ressarcimento dos custos dos projetos técnicos de pavimentação, em percentual nunca inferior a 5% sobre o valor da obra, relativamente ao trecho confrontante à respectiva propriedade.

§ 4º Os proprietários citados no § 2º deste artigo terão o prazo de 06 (seis) meses para ressarcirem os cofres públicos municipais, sendo que na hipótese de inadimplência, o valor será corrigido monetariamente e acrescido de multa no importe de 20% (vinte por cento) e inscrito em dívida ativa não-tributária municipal.

§ 5º Fica o Município autorizado a inscrever o proprietário lindeiro, que inadimplir a obrigação prevista nos parágrafos 2º e 3º, no Serasa, nos moldes previstos no artigo 195-B do Código Tributário Municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.036, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 2.036, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

Autoriza a baixa e doação de bens inservíveis do Patrimônio Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa dos bens especificados nos Anexos I e II desta Lei, do Patrimônio Municipal.

§1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo: I - proceder à doação de bens em desuso, a entidade sem fins lucrativos, conforme relacionado no Anexo I desta Lei;

II - eliminar os bens inservíveis relacionados no Anexo II desta Lei. §2º Considera-se inservível, para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal ou por outro órgão ou entidade, sem fins lucrativos, para o fim a que se destina, devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à doação dos bens relacionados no Anexo I desta Lei, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, inscrito no CNPJ/MF nº 03.774.688/0024-41.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei nº 2.036, de 25 de setembro de 2012)

RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE SERÃO DOADOS AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI

Código Patrimonial	Descrição do Bem	Valor do Bem
6498	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6499	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6501	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

6502	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6503	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6504	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6505	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6507	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6508	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6510	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6512	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6513	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6574	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6575	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6576	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6577	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6579	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6581	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6582	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6583	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6584	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6585	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6587	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6588	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6589	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6667	Thin Client Tcnet Thinetworks	R\$ 768,00
6680	Thin Client Samsung, modelo Syncmaster 540N	R\$ 768,00
1136	CPU Pentium III, marca Troni	R\$ 850,00
1184	Monitor LG Modelo Studio-works	R\$ 390,00
1452	CPU Pentium III, MAE ASSUS	R\$ 1.050,00
1902	Monitor LG Modelo Studio-works	R\$ 250,00
1902	Monitor LG Modelo Studio-works	R\$ 250,00
2082	Impressora HP Deskjet 895 CXI	R\$ 180,00
3654	Impressora matricial Bema-tech	R\$ 500,00
3829	Impressora matricial Bema-tech	R\$ 500,00
3839	Monitor Philips 105s	R\$ 350,00
4894	Monitor LG Modelo Studio-works	R\$ 400,00
4913	Monitor 15" CRT marca Positivo	R\$ 260,94

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei nº 2.036, de 25 de setembro de 2012)

RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS QUE SERÃO DESTINADOS À SU-CATA

Código Patrimonial	Descrição do Bem	Valor
801	Armário de ferro com 2 portas de vidro	R\$ 130,00
3366	Teclado com pedestal e fonte marca Casio Modelo CTK480	R\$ 550,00
3438	Bebedouro de água compacto de garrafão	R\$ 390,00
3493	Bebedouro de água compacto de garrafão	R\$ 349,00

3577	Bebedouro de água compacto de garrafão	R\$ 349,00
3676	Bebedouro de água compacto de garrafão	R\$ 349,00
3760	Bebedouro de água compacto de garrafão	R\$ 349,00
3800	Bebedouro de água compacto de garrafão	R\$ 349,00
4944	Tanque em cimento com lavador de inox	R\$ 50,00
6403	Purificador de água	R\$ 250,00
8102	Cadeira Executiva azul com rodas	R\$ 350,00

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.037, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 2.037, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

Autoriza a desafetação e alienação de bens imóveis de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam desafetados e retirados da categoria de bens de uso comum, os imóveis, a seguir identificados, destinados à área pública pela Lei nº 2.015, de 05 de junho de 2012, alterada pela Lei 2.022, de 15 de julho de 2012:

I - área pública I, com área total de 243,06m² (duzentos e quarenta e três vírgula zero seis metros quadrados), localizada no Loteamento Bett III, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula de nº 15.774, do Cartório de Registro de Imóveis deste Município, constante do Anexo Único desta Lei;
II - área pública II, com área total de 322,10m² (trezentos e vinte e dois vírgula dez metros quadrados), localizada no Loteamento Bett III, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula de nº 15.775, do C.R.I. local, constante do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. Os imóveis, de que trata o caput, são incorporados na categoria dos bens dominiais, integrando o patrimônio disponível deste Município.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os bens imóveis descritos no art. 1º desta Lei, aos proprietários lindeiros.

Parágrafo único. A alienação referida no caput deste artigo deverá ser precedida de avaliação e se efetivará nos termos da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, de 25 de setembro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.038, de 25 de Setembro de 2012.

LEI Nº 2.038, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

Autoriza a desafetação e alienação de bens imóveis de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam desafetados e retirados da categoria de bens de uso comum, os imóveis, a seguir identificados, destinados à área pública pela Lei nº 1.611, de 14 de setembro de 2006 e pela Lei nº 2.015, de 05 de junho de 2012, alterada pela Lei 2.022, de 15 de julho de 2012:

I - lote nº 13, da quadra nº 34, série I, com área total de 372,00 m² (trezentos e setenta e dois metros quadrados), localizado no Loteamento Wolfart, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula de nº 15.778, do Cartório de Registro de Imóveis deste Município, constante do Anexo Único desta Lei;

II - lote nº 14, da quadra nº 34, série I, com área total de 390,00 m² (trezentos e noventa metros quadrados), localizado no Loteamento Wolfart, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula de nº 15.779, do C.R.I. local, constante do Anexo Único desta Lei;

III - lote nº 15, da quadra nº 34, série I, com área total de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), localizado no Loteamento Wolfart, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula de nº 15.780, do C.R.I. local, constante do Anexo Único desta Lei;

IV - lote nº 46, da quadra nº 13, série "E", com área total de 687,39 m² (seiscentos e oitenta e sete vírgula trinta e nove metros quadrados), localizado no Loteamento Bett III, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula de nº 15.776, do C.R.I. local, constante do Anexo Único desta Lei;

V - lote nº 47, da quadra nº 13, série "E", com área de 377,08 m² (trezentos e setenta e sete vírgula zero oito metros quadrados), localizado no Loteamento Bett III, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula de nº 15.777, do C.R.I. local, constante do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. Os imóveis, de que trata o caput, são incorporados na categoria dos bens dominiais, integrando o patrimônio disponível deste Município.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os bens imóveis descritos no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A alienação referida no caput deste artigo deverá ser precedida de avaliação e se efetivará mediante o competente processo licitatório, na modalidade de concorrência, nos termos da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.498, de 26 de Setembro de 2012.

DECRETO Nº 4.498, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012.

Estabelece o Regulamento Interno da Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o art. 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Regulamento Interno da Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

 

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.498, de 26 de setembro de 2012)

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica estabelecido o Regulamento Interno da Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont, regida pela Lei Municipal nº 118, de 1º de novembro de 1973.

Art. 2º A Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont tem como finalidade disponibilizar o acesso à informação e conhecimento, com diversidade de recursos e uso de tecnologias, com base na pluralidade, favorecendo, sobretudo, a valorização do hábito da leitura, contribuindo na interação intelectual e multicultural da era em que vivemos.

Parágrafo único. A biblioteca pública é destinada ao uso dos alunos, acadêmicos, professores, pesquisadores e da comunidade em geral.

CAPÍTULO II**FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA****SEÇÃO I****DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS PRESTADOS**

Art. 3º A biblioteca pública tem como expediente, os seguintes horários:

I - diurno: de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, e nos sábados: das 13:30 às 17:00;

II - noturno: nas quartas-feiras, das 18:00 às 21:00.

§ 1º No mês de janeiro, excepcionalmente, a biblioteca oferece horário especial, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00.

§ 2º O horário da biblioteca pode ser justificadamente modificado, mediante necessidade, com autorização da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º A Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont dispõe dos seguintes serviços:

I - empréstimo domiciliar de livros, fitas K7, fitas VHS, DVDs, CDs, revistas e gibis;

II - levantamento bibliográfico;

III - atendimento para pesquisa local;

IV - cópia reprográfica (fotocópia) e impressões;

V - disponibilidade de internet;

VI - serviços on-line.

§ 1º Os serviços de fotocópia e impressão estão disponíveis ao usuário por R\$ 0,10 (dez centavos de real) a unidade, sendo que seu pagamento deverá ser efetuado no momento da retirada do material pelo usuário.

§ 2º O valor fixado no §1º, será atualizado anualmente, através de decreto.

SEÇÃO II**DO CADASTRO DO USUÁRIO**

Art. 5º Para usufruir do serviço de empréstimo a domicílio, o usuário deve cadastrar-se na biblioteca, durante o horário de expediente, mediante apresentação dos documentos a seguir relacionados, desde que tenha idade mínima de 6 (seis) anos:

I - apresentação do comprovante de residência, ou seja, conta de telefone fixo, água ou luz do mês corrente;

II - apresentação da Cédula de Identidade e/ou CPF (Cadastro de Pessoa Física), ou na falta de um destes documentos poderá ser apresentada a Certidão de Nascimento;

III - 1 (uma) foto 3x4 recente;

IV - preenchimento de formulário;

V - criação de uma senha de usuário.

Parágrafo único. O usuário, no ato do cadastro, com idade entre 6 (seis) e 10 (dez) anos, deverá estar acompanhado pelo responsável legal.

Art. 6º O usuário apenas poderá efetuar o cadastro, na Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont, se comprovar uma das seguintes situações:

a) residência no Município de São Lourenço do Oeste/SC;

b) residir na região, mas apresentar comprovante de trabalho no Município;

c) comprovar através de atestado de frequência ou matrícula que estuda em instituição de ensino do Município de São Lourenço do Oeste;

d) comprovar residência do responsável legal no Município;

Parágrafo único. Os usuários que não se encaixam nas alíneas "a" a "d" serão enquadrados no art. 22 deste regulamento.

Art. 7º Ao concluir a efetivação do cadastro, o usuário receberá a 1ª (primeira) via da "Carteira de Usuário", gratuitamente, com validade prevista no § 4º deste artigo.

§ 1º Em caso de extravio da 1ª (primeira) via da carteira, o usuário deverá preencher formulário de solicitação da 2ª (segunda) via, no balcão de atendimento, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I - apresentar 1 (uma) foto 3 x 4 recente;

II - efetuar o pagamento da taxa no valor de R\$ 3,00 (três reais).

§ 2º O valor fixado no inciso II, do §1º, será atualizado anualmente, através de decreto.

§ 3º A biblioteca terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para emitir a 2ª (segunda) via da carteira de usuário, desde que cumprido o disposto no §1º deste artigo.

§ 4º O cadastro dos usuários deverá ser renovado a cada ano, atualizando todos os seus dados, bem como, a quitação de pendências do ano anterior, se for o caso.

§ 5º No ato da atualização do cadastro, o usuário deverá apresentar:

I - comprovante de residência atual;

II - 1 (uma) foto 3x4 recente.

§ 6º Efetuado o cadastro ou sua atualização, o usuário deverá ler e assinar um regulamento condensado, estando no ato da assinatura, consciente de seus direitos e deveres.

SEÇÃO III

DO ACESSO E PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DA BIBLIOTECA

Art. 8º Serão considerados usuários especiais as pessoas fisicamente impossibilitadas de acessar o espaço da biblioteca.

Art. 9º O acesso à biblioteca encontra-se a disposição de toda e qualquer pessoa, livre de quaisquer ônus ou de cadastro de usuário, quando objetivar fazer consulta local, desde que siga as regras do presente regulamento.

Art. 10. O usuário, ao ingressar nas dependências da biblioteca deverá dirigir-se ao balcão de atendimento e solicitar ao atendente os serviços desejados, bem como deverá deixar seus pertences no

guarda-volumes.

§ 1º O guarda-volumes destina-se a guardar os pertences, somente no período em que o usuário esteja utilizando a biblioteca, sendo que seu uso se dará da seguinte forma:

I - O usuário deverá retirar a chave correspondente ao número do compartimento do guarda-volumes no balcão de atendimento, assinando o livro de controle do guarda-volumes;

II - O usuário ao retirar os pertences deverá dirigir-se até o balcão de atendimento e entregar a chave para o atendente, bem como assinar o livro de controle de devolução da chave do guarda-volumes.

§ 2º Caso o usuário perder ou extraviar a chave do guarda-volumes, acarretará em reposição da mesma ou ressarcimento correspondente ao valor da cópia da chave.

§ 3º Quando o usuário fizer consulta local deverá selecionar as obras solicitando, se necessário, o auxílio dos atendentes e/ou do sistema implantado para funcionamento de todos os setores da biblioteca.

§ 4º O usuário, após a consulta local, deverá deixar o material utilizado nas mesas, para a coleta de dados estatísticos e o correto arquivamento efetuado por um funcionário da biblioteca.

§ 5º Os usuários especiais, de que trata o art. 8º deste regulamento, em uso dos serviços da biblioteca, terão atendimento individual.

Art. 11. A Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont dispõe de computadores conectados à internet disponíveis a todos os interessados, independente do cadastro de usuário.

§ 1º Os interessados em utilizar os computadores deverão seguir as seguintes normas:

a) antes de utilizar o computador, o usuário deverá dirigir-se ao balcão de atendimento para retirar a ficha de pesquisa;

b) ao encerrar a utilização do computador, o usuário deverá entregar a ficha de pesquisa devidamente preenchida ao atendente do balcão.

§ 2º Será permitido em cada computador, no máximo, dois usuários sentados, cujo objetivo visa evitar o acúmulo de pessoas, bem como as conversas que perturbam o ambiente.

§ 3º Em caso de necessidade, a biblioteca poderá limitar o tempo de utilização do usuário ao computador.

§ 4º O usuário deverá conservar o padrão da configuração de tela e os ícones estipulado pela biblioteca.

§ 5º É vedado ao usuário acessar sites pornográficos ou afins, bem como fazer download de arquivos e programas.

§ 6º Caso o usuário utilize o computador para jogos, deverá fazer 1 (uma) hora de leitura.

§ 7º A internet deve ser usada, exclusivamente, para fins educacionais.

§ 8º As pastas e os arquivos criados pelos usuários no computador serão excluídos, sem aviso prévio.

§ 9º Qualquer problema encontrado no equipamento que está sendo utilizado, o usuário deverá comunicar um funcionário da biblioteca.

§ 10. Os atendentes estão disponíveis para orientar os usuários nos computadores, porém, não poderão fazer pesquisas, digitações ou acompanhar nas pesquisas as pessoas que tenham dificuldades em utilizar o equipamento.

Art. 12. As visitas programadas por escolas e/ou entidades/grupos, visando conhecer o espaço e funcionamento da biblioteca, fazer aulas de leitura e pesquisa, utilizar a sala de literatura infantil, deverão ser agendadas pelo responsável das mesmas, com antecedência.

Art. 13. São deveres dos usuários da biblioteca:

I - devolver o material emprestado na data marcada ou, caso não possa devolver dentro do prazo, fazer a sua renovação;

II - comunicar quando não houver mais interesse pelo material reservado;

- III - comunicar qualquer mudança de endereço, telefone e demais informações;
- IV - comunicar ao atendente, quando trouxer material particular, para utilizar na biblioteca;
- V - em caso de extravio ou danos causados no material emprestado, o usuário estará sujeito às penalidades indicadas no art. 19, deste regulamento;
- VI - comunicar imediatamente a eventual perda do material sob sua responsabilidade;
- VII - deixar o espaço que utilizou limpo e organizado.

Art. 14. Nas dependências da biblioteca não será permitido:

- I - entrar e permanecer no espaço com bolsas, sacolas, pastas ou similares, animais, ou vestimentas inadequadas;
- II - beber, comer, fumar e utilizar celulares, bem como, outras atividades que venham a perturbar o ambiente;
- III - fazer reuniões de caráter estranho.

Art. 15. Caso não sejam cumpridas as normas deste regulamento, poderão ser tomadas as seguintes medidas:

- I - advertência verbal;
- II - advertência verbal solicitando que se ausente da biblioteca por tempo determinado ou indeterminado.

SEÇÃO IV

DO SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO

Art. 16. A Biblioteca Pública Municipal dispõe de empréstimo domiciliar, perante apresentação da carteira do usuário, atualizada. Parágrafo único. As obras de referência, tais como, enciclopédias, mapas, coleções e outras estipuladas pela biblioteca são emprestadas apenas para consulta local.

Art. 17. O empréstimo domiciliar é possibilitado ao usuário, quando se tratar de:

- I - livros da coleção geral: até 3 (três) livros com prazo de devolução de 10 (dez) dias;
- II - revistas: até 3 (três) revistas com prazo de devolução de 2 (dois) dias;
- III - audiovisuais: até 3 (três) audiovisuais com prazo de devolução de 2 (dois) dias;
- IV - gibis: até 3 (três) gibis com prazo de devolução de 2 (dois) dias;
- V - literaturas de vestibular: até 3 (três) livros com prazo de devolução de 10 (dez) dias.

§ 1º Todas as formas de empréstimo, salvo as revistas e as literaturas de vestibular, poderão ter seu prazo renovado, uma única vez, por igual período, desde que a obra não esteja reservada.

§ 2º Quando a reserva for liberada, o usuário receberá um e-mail gerado pelo sistema ou um funcionário da biblioteca entrará em contato via telefone, permanecendo o material disponível por 48 (quarenta e oito) horas, após a liberação do mesmo pelo sistema.

§ 3º Caso o funcionário da biblioteca não consiga entrar em contato com o usuário por e-mail ou telefone, após as 48 (quarenta e oito) horas dadas pelo sistema, o usuário perde o direito sobre o material reservado.

§ 4º As fitas K7 e VHS deverão ser devolvidas rebobinadas.

Art. 18. A renovação do material emprestado poderá ser feita por telefone, on-line ou no balcão de atendimento, uma única vez.

Art. 19. O usuário é o responsável exclusivo pelo material emprestado, inclusive quando ceder a carteira de usuário e a senha, hipótese em que continuará sendo o exclusivo responsável pelo empréstimo dos materiais.

§ 1º No empréstimo será utilizada sacola para transporte e conservação dos materiais.

§ 2º O material emprestado para consulta a domicílio, bem como a sacola, deve ser devolvido na data determinada, nas mesmas

condições de conservação em que foi emprestado.

§ 3º A não devolução do material, na data estipulada, implica em multa de R\$ 0,80 (oitenta centavos de reais), ao dia e por obra em atraso.

§ 4º O valor fixado no §3º, será atualizado anualmente, através de decreto.

§ 5º O não pagamento da multa, de que trata o §3º deste artigo, acarretará no bloqueio da carteira de usuário até regularização das pendências.

§ 6º No caso de dano ou extravio de qualquer material emprestado, o usuário terá a obrigação de repor o mesmo ou o valor equivalente, ficando suspenso dos serviços de empréstimo até a efetiva reposição.

§ 7º No caso de dano ou extravio da sacola, o usuário terá a obrigação de repor a mesma efetuando pagamento no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) correspondente ao custo da sacola, ficando suspenso dos serviços de empréstimo até a efetiva reposição.

§ 8º O valor fixado no §7º, será atualizado anualmente, através de decreto.

§ 9º No caso de não devolução da sacola a carteira do usuário será bloqueada, impossibilitando-o de efetuar empréstimos, até a efetiva devolução ou reposição da mesma.

§ 10. As multas geradas antes do comunicado feito pelo usuário, referente ao dano ou extravio da obra, deverão ser quitadas pelo mesmo.

§ 11. No ato da quitação do valor equivalente ao material danificado ou extraviado, o usuário deverá assinar declaração do ocorrido.

Art. 20. Para a cobrança dos materiais a serem devolvidos, que estejam atrasados e/ou multas pendentes, a biblioteca tomará as seguintes providências, conjunta ou isoladamente, junto ao usuário:

- I - telefonemas, com histórico de resgate;
- II - carta enviada por e-mail;
- III - correspondência enviada pelo correio, no endereço fornecido pelo cadastro de usuário.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. O funcionamento do Telecentro, que está anexo à biblioteca pública municipal, bem como, os cursos ofertados pelo mesmo, será regulamentado por regimento interno próprio.

Art. 22. Todos os usuários que se beneficiarem dos serviços prestados pela Biblioteca Pública Municipal estarão sujeitos às normas deste Regulamento Interno.

Art. 23. Os casos omissos deste Regulamento Interno serão resolvidos pela Coordenação da Biblioteca e/ou pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 24. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Icslo Nº04/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - INSTITUTO CULTURAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 09/10/2012, às 10:30 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 004/2012 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº04 - OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O 40º FLICF. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

EVERTON LUIZ LOVERA
Gerente Executivo

Aviso de Licitação Nº 153/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/10/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2012, MODALIDADE PREGÃO Nº 102/2012. AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS MFO-896, MEB-4571 E MHW-5250, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Informações www.saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 154/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/10/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2012, CONCORRENCIA Nº 20/2012 - OBJETO: ALIENAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS: LOTE URBANO NÚMERO 13, DA QUADRA 34, SÉRIE "I", COM ÁREA SUPERFICIAL DE 372,00M², SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO WOLFART, MATRÍCULA Nº 13.561, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC; LOTE URBANO NÚMERO 14, DA QUADRA 34, SÉRIE "I", COM ÁREA SUPERFICIAL DE 390,00M², SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO WOLFART, MATRÍCULA Nº 13.561, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC; E LOTE URBANO NÚMERO 15, DA QUADRA 34, SÉRIE "I", COM ÁREA SUPERFICIAL DE 360,00M², SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO WOLFART, MATRÍCULA Nº 13.561, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

E LOTE URBANO NÚMERO 46, DA QUADRA 13, SÉRIE "E", COM ÁREA SUPERFICIAL DE 687,39M², SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO BETT III, MATRÍCULA Nº 10.369, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC; LOTE URBANO NÚMERO 47, DA QUADRA 13, SÉRIE "E", COM ÁREA SUPERFICIAL DE 377,08M², SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO BETT III, MATRÍCULA Nº 10.369, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC; E ÁREA PÚBLICA II, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 322,10M², SEM BENFEITORIAS, SITUADO À RUA FREI ANGELO VALENTINI, MATRÍCULA Nº 10.369, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato da Rescisão do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 54, de 01 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 54, DE 01 DE JULHO DE 2012.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal CLAUDETE FRONZA, CPF: 460.310.499-53.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 54, de 01 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A548X153, com registro no patrimônio do Município sob nº 10857, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 54, de 01 de julho de 2012.

Data da assinatura: 20 de setembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Claudete Fronza - servidora pública municipal.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1205, de 25 de Setembro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1205, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 500974810 da Escola Básica Municipal Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosinha Correa, CPF nº 044.971.839-55.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A5703Y50, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10250, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1205, de 25 de setembro de 2012.

Data da assinatura: 25 de setembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosinha Correa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1208, de 18 de Setembro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1208, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 9902883782 da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roseli Salete Antunes De Matos, CPF nº 020.506.909-67.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A570TL0Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10560, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1208, de 18 de setembro de 2012.

Data da assinatura: 18 de setembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roseli Salete Antunes De Matos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 62/2012, de 20 de Setembro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 62/2012, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal MARISA ELISEU, CPF: 057.984.489-75.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A048X22R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10861, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de setembro de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marisa Eliseu - servidora pública municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 63/2012, de 20 de Setembro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 63/2012, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal IVONE CHRIST, CPF: 966.650.259-34.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A548WW7R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10859, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de setembro de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivone Christ - servidora pública municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 64/2012, de 20 de Setembro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 64/2012, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal RUTE SPEROTTO, CPF: 608.046.709-78.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452V1H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6808, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de setembro de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rute Sperotto - servidora pública municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 65/2012, de 20 de Setembro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 65/2012, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal RUTE SPEROTTO, CPF: 608.046.709-78.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452Q27, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6823, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de setembro de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rute Sperotto - servidora pública municipal.

Schroeder**PREFEITURA****Portaria Nº 4.767/2012, de 24 de Setembro de 2012.**

PORTARIA Nº 4.767/2012, de 24 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Maria das Graças Campos Oliveira, adquirindo efeitos retroativos a partir de 23 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura,
Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Portaria N° 4.768/2012, de 25 de Setembro de 2012.
PORTARIA N° 4.768/2012, de 25 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Dayanne do Prado, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura,
Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria N° 4.769/2012, de 25 de Setembro de 2012.
PORTARIA N° 4.769/2012, de 25 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Joice Lenhardt Rosá, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura,
Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Termo Aditivo N°. A66/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A66/2012 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
16/2012 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: RANCHO BOM SUPERMECADOS LTDA, inscrita no

CNPJ sob o nº. 08.597.765/0001-62, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 5120, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Clélio Nevio Baggenstoss, inscrito no CPF sob o nº. 476.774.069-04, portador da carteira de identidade nº. 1.135.973-4-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 16/2012-PMS, celebrado em 28 de fevereiro de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 10/2012-PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2012-PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela empresa RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço, passando a ser o valor unitário de R\$ 10,23 (dez reais e vinte e três centavos).

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 212 unidades referente ao item 01, e que resta a Administração 738 unidades, até o termino do ano desde contrato.

Considerando o valor após reajuste, bem como saldo existente resta a Administração um saldo de R\$ 2.243,52 (dois mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01, onde o valor unitário passa a ser R\$ 10,23 (dez reais e vinte e três centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITA- ÇÃO	VALOR ATUALI- ZADO
01	ARROZ PARBOILIZA- DO CLASSE LONGO FINO TIPO 1 - PACOTE 5 KG - subgrupo, parboilizado classe longo fino, tipo 1, com registro no ministério da agricultura, embalagem deve ser de plástico trans- parente, re- sistente, data de fabricação e validade de no mínimo 12 meses.	950	7,19	Unid.	738	10.23

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta (do valor do contrato) no item 4.1, aditivada o valor de R\$ 2.243,52 (dois mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 9.074,02 (nove mil e setenta e quatro reais e dois centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 16/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 26 de setembro de 2012.

Contratada:

RANCHO BOM SUPERMECADOS LTDA

Clélio Nevio Baggenstoss

CPF nº. 476.774.069-04

Contratante:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: MARILENE BUSCH

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A67/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A67/2012 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: RANCHO BOM SUPERMECADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.597.765/0001-62, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 5120, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Clélio Nevio Baggenstoss, inscrito no CPF sob o nº. 476.774.069-04, portador da carteira de identidade nº. 1.135.973-4-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 18/2012-PMS, celebrado em 28 de fevereiro de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 12/2012-PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 06/2012-PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de produtos de consumo e materiais de limpeza para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito da Prefeitura de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela empresa RANCHO BOM SUPERMECADOS LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço, passando a ser o valor unitário de R\$ 1,72 (um real e setenta e dois centavos).

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 564 unidades referente ao item 02, e que resta a Administração 990 unidades, até o termino desse contrato.

Considerando o valor após reajuste, bem como saldo existente resta a Administração um saldo de R\$ 128,70 (cento e vinte e oito reais e setenta centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 02, onde o valor unitário passa a ser R\$ 1,72 (um real e setenta e dois centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR ATUALIZADO
02	Leite Uht integral 1lt	1554	1,59	Litro	990	1,72

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta (do valor do contrato) no item 4.1, aditivada o valor de R\$ 128,70 (cento e vinte e oito reais e setenta centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 2.599,56 (dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis reais).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 18/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 26 de setembro de 2012.

CONTRATADA:

RANCHO BOM SUPERMECADOS LTDA

Clélio Nevio Baggenstoss

CPF nº. 476.774.069-04

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: MARILENE BUSCH

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A68/2012 - PMS
TERMO ADITIVO Nº. A68/2012 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 162/2012 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: MODELO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 94.510.682/0001-26, estabelecida na Rua Marechal Humberto Castelo Branco, nº 56, na Cidade de Bento Gonçalves, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 95700-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Igelso Ludovico Cecon, inscrito no CPF sob o nº. 102.757.970-15, portador da carteira de identidade nº 5019027035-SSP-RS.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 162/2011-PMS, celebrado em 17 de outubro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 130/2011-PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 55/2011-PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus e para a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela empresa MODELO PNEUS LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço, sendo aditivado o valor total de R\$ 3.516,84 (três mil, quinhentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) reajustado os valores unitários nos itens 01, 02, 03, 07, 26, 27, 28, 30, 31, 32 e 33, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR ATUALIZADO
1	Pneu novo 275/80 - R 22,5 - 149/146 Liso	2	1.022,00	Unidade	2	1.164,16
2	Pneu novo 275/80 - R 22,5 - 149/146 Borrachudo	4	1.114,00	Unidade	4	1.303,13
3	Pneu novo dobrado 175/70 aro 14	16	217,00	Unidade	12	243,21

7	Pneu novo 215/75, aro 17,5 - 12 lonas	8	630,00	Unidade	4	717,63
26	Câmara para pneu 650 X 16	2	45,00	Unidade	2	50,91
27	Pneu novo 195/65 X 15	8	258,00	Unidade	8	289,81
28	Câmara para pneu 195/65 X 15	2	32,00	Unidade	2	34,73
30	Câmara para pneu 185 R 14	8	32,00	Unidade	8	36,20
31	Pneu novo 175/70 X 13	60	134,00	Unidade	36	150,54
32	Câmara para pneu 175/70 X 13	12	27,00	Unidade	12	28,04
33	Pneu novo 165/70 X 13	60	130,00	Unidade	56	146,03

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta (do valor do contrato) no item 4.1, aditivada o valor de R\$ 3.516,84 (três mil, quinhentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 43.342,84 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 162/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 26 de setembro de 2012.

Contratada:
MODELO PNEUS LTDA
Igelso Ludovico Cecon
CPF nº 102.757.970-15

Contratante:
Município De Schroeder
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:
1ª Nome: ORLANDO TECILLA 2ª Nome: MARILENE BUSCH
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Homologação da Relação dos Candidatos Inscritos No Processo Seletivo 03/2012 Edital Nº. 01-03/2012 - SMSAS/ESF
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2012
EDITAL Nº. 01-03/2012 – SMSAS/ESF

O Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, Sr. Felipe Voigt, por meio de suas atribuições legais, resolve **TORNAR PÚBLICO**:

A homologação da relação dos candidatos inscritos no processo Seletivo de profissionais para atenderem a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a serem contratados por tempo determinado para o ano de 2012/2013, suprimindo a vacância dos cargos efetivos do quadro de Pessoal do Programa Saúde da Família, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei n. 1.690 de 28 de outubro de 2008 e Decreto n. 1.896 de 07 de novembro de 2008.

A convocação dos candidatos, que tiveram suas inscrições homologadas, para a realização da prova objetiva, a ser aplicada no dia 30 de setembro de 2012.

Os candidatos deverão comparecer na Escola Miguel Couto, situada na Rua Marechal Castelo Branco nº 1.864, Centro, Schroeder, SC, sendo que o início das provas serão às 08h00min, devendo o candidato estar no local da prova com 30 minutos de antecedência.

Deverão os mesmos estar munidos de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação, com fotografia, para ingresso na sala de provas, nos termos do edital

Nº Insc	Nome do Candidato	RG
	ACD – Auxiliar Consultório Dentário	
8354	DENISE KURTEN	44077505
9431	KELY DALVA FAGUNDES	5030306
9580	LAURIE TE LEMOS DOS ANJOS	52169308
9067	LUCIANA FERNANDA CAMPESTRINI	48324736
	Agente Comunitário de Saúde	
8214	LUCIMAR ESSER	4292517
	Enfermeiro	
8664	ADRIANE KUCZMARSKI DOS SANTOS	4223593
9210	ALESSANDRA MARCHIOLI	5845257-2
8311	ANA CAROLINA KLEIN	5572812
9180	ANA CAROLINA MOSER SOUZA	35657138
8958	ANDREY ALUÍZIO RODRIGUES GOLLO	323563570
9261	ANNE FRANCIS DE OLIVEIRA LINHARES	9052906758
9105	ANTHONY NELSON STELLA	77030611
8249	APARECIDO GOES	31900280
8141	ARIADNE LUCIANA HACK	4377804
9059	ARION MARCOS RIBAS	5324798-1
8346	ARTHUR ALVES DE TEIXEIRA	1754353-3
9083	BRUNA CAROLINE DE SOUZA	51489368
9407	BRUNA FLECK TAGLIARI	8088889798
9016	CAMILA DAIANY COGROSSI ANASTACIO	4350616
8362	CARINA APARECIDA BYCZKOVSKI	84159085
8427	CINDIA NARA ITTNER FALLGATTER	3440805
8842	CLAUDIA GISELI DA SILVA	324443857
8338	CRIZZIELLE RIZZI VIZZOTTO	1082995596
9350	DARIANE KELLY FRANCO DE LIMA	348585974
8630	ELIANE ALMEIDA SOARES	55091539
9393	ELISA MARIA ROSSETTI HILLE	3344447
9202	ELISABETE DE LOURDES CALDEIRA	31582466
8605	ENOIR FELLER BARTZ	3055006245
8559	FABIO GONÇALVES MARTINS	11820870
8729	FERNANDA SUHR	5490872

8800	FLÁVIA PROENÇA DA LUZ	4703470
8826	GABRIELE ALMEIDA DE ABREU	13437952
8230	GEOVANI CARVALHO LOMBARDI	7096568221
8834	GIOVANA PILETTI FRACALOSSO	507458962
9318	GISELE RODRIGUES MEIRA	101753715
8567	GLÁDIS DA ROSA MENDONÇA	1569629
8303	JANE OLIVEIRA DOS SANTOS FORMÁGIO	6091976
8656	JANETE FERREIRA DA CRUZ	3567658
8192	JANICE WERLE RODRIGUES	9060187979
9237	JOANA MOREIRA OREANO	51513676
8613	JOELMA AGOSTINI FERREIRA	5346495
8591	JOICE FERNANDA DOICO	8077520487
9040	JOICE GOZZI	6761678
9024	JONATAN FRANCISCO ABEL	3068681513
8990	JULIA BOPP DE AZEVEDO	5071004385
9008	JULIA LUIZA DA COSTA PEREIRA	9840312-4
8435	LUCIANA DE LIMA	08955530
9474	LUCIANE DOS SANTOS SARTONI MAAHS	8071510187
8117	LUCIANE JUNKES	3884594
9229	LUCIMERI BESEKE	4633510
9032	MAKSON DO PRADO SANTOS	42212510
9342	MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA	5.479.736-5
8168	MARIA FERNANDA DOS ANJOS GOMES	4592961
8265	MARIANA MENDES MAZZILLI CARDOSO	19053956
8931	MAYARA COSTA GARCIA	48966460
9326	MICHAEL JEFFERSON CARNEIRO	81139644
8915	NELSILENE CORREA COSTA	61044051
8583	OLÍVIA REGINA FRÓES EDUARDO	100472384
8273	PRISCILA SERAPHIM PEDROSO	91226111
9245	RAQUEL APARECIDA RIBAS	53247973
8702	RICARDO ALEXANDRE DOS REIS CAETANO	MG8837053
9148	SAMARA VLANDRO ANDREATTA	3401867
9440	SANTA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	35786292
8966	SHAYENE BION DA SILVA	50991841
	SILIAN PERICLES PADILHA BRUM DE CAMARGO	2476758
8486	SUELEN DAGOSTIN	5356449
8150	WELLINTON MENDES PEREIRA	44371826X
	Médico ESF	
9512	ANDRÉIA DIANE FREITAS	54733588
9520	ANTONIO AUGUSTO MAZZEI DE SANTANA	82018727
8745	CARLOS EDUARDO WITOSLAWSKI BREDI	3723115
9385	CAROLINE HERTA BUZZI	50733702
9598	DANIELA CRISTINA FALCÃO ALVES PINTO	15359395
9490	EMANUELA TODESCHINI MENEGOTTO	7074079513
9296	GINO FABIANO ALQUINI	1774615
8184	LUCAS ALEXANDRE PEDROLLO SOLIMAN	970313961
8176	MARTA CAMPESTRINI	95153771
9164	MAURICIO DE PINHO LIMA	366635190
9563	NADER ABD ALI	3076339716
	Odontólogo	
8290	PRISCILA DA SILVA MASSARI	3288761805
9156	ALEXANDRE SANTOS CARVALHO	7574797
	AMANDA ISABEL LOURENÇO DE LIMA	
9377	GARCEZ	4060474295
9334	ANDRE BORGES DINIZ	72345010

9466	ANDREA BARBOSA CORRÊA	127430276
8982	ANDRÉA CARRO	408166988
9458	ANDRESSA DO NASCIMENTO TRIGO	92950883
9270	ANNA MARIA MACHADO COSTA	84253480
8850	BÁRBARA GUIDETTI QUINTEIRO	7067835244
8540	BETÂNIA DE MELO	3078731795
8940	BRUNA CECILIN TAMBARA	4100943499
9113	BRUNA DAMASCENO DA SILVA	45743045
9369	BRUNA LEITE	108989777
8877	BRUNO DE OLIVEIRA BARETTA VIEL	34271325
8893	BRUNO LUCAS BUZZI TORRES	5296242
9130	CARLOS EDUARDO BLANK	4203864
9288	CAROLINA SUCKOW MONTEIRO	265465461
8460	CÍNTIA DA SILVA LOCKS	48376604
8478	CRISTIANO GALINA BOLZAN	6076662532
8575	EMERSON RIBEIRO DO NASCIMENTO	88099753
8672	FABIO OSSAMU SATO	331748848
9300	FELIPE HAMATI	95697631
8400	FERNANDA BERTOLDI	5504565
8737	FERNANDA VARELLA SLOVINSKI	47024119
8524	GABRIELA GUIMARÃES SOELLA	1978418 - ES
8753	GABRIELA HECK	9102266187
9547	GRASIELE GOMES VARGAS	6083005626
8508	GUSTAVO MACHADO SANTAELLA	347905523
8397	INDIARA WELTER HENN	4612687
9504	JORDANNA RHAYRA FERREIRA	MG14368862
8494	JORGE MANOEL CAVICHIONI JUNIOR	4400432
8699	JULIANA MEDEIROS	5178372
9199	KARLA MARQUES	263600749
9539	KELIN KONESKI	41132483
8818	LUCIANO DE OLIVEIRA	49426348
8451	MAISA DE SOUZA DESPLANCHES	73106354
9415	MARIA DE FÁTIMA CARVALHO VASCONCELOS	114335086
9121	MARINA STEINBACH	5001199
8710	MELISSA PEREIRA LOBO	88363345
9091	MIRELA DOS SANTOS DE LIMA	8087739317
8680	MONIKE LUIZA KIRCHNER	5087605-8
8621	NATALIA KOERICH LAUREANO	5564247
8206	NAYARA LUIZE VIEIRA	52400468
8648	OSÉAS SANTOS JÚNIOR	71201902
8109	PATRÍCIA PAES	4616033
8516	PAULO GERALDO NOCERA	73147565
8770	PEDRO EMMANUEL DE OLIVEIRA BOTELHO GUIMARAES	29651040-3
8320	PRICYLLA HAGEMANN	50941267
8281	ROBSON CARDOSO DA SILVA	83417234
8788	RAFAEL RICARDO PEREIRA	98775803
8095	RAFAELA CRISTINA SEOLA	4404328
8923	RENATA FLACH	4078132174
9482	RENATA GIOVANNONI	347417450
8532	ROBERTA DANUSA DIAS	36411353
8125	RODRIGO BATISTA RAMOS	345615785
8389	SABRINA DE MATTOS MAURENTE	6052121611
8907	SHIRIN DAULI BAJA	1090943571
8257	SUHÉLLEN VICENZI DENGÓ	6080993121

8443	TATIANE KAROLINE GAZOLLA	5694741
8796	VANESSA MARIA	111080089
8133	WELEN FRANK ZANATTA	5729256-3
	Técnico de Enfermagem	
9075	CINDY KRUGER	48263559
9253	CINTIA ELISA GROHS DE ARAUJO	4240030
9571	CLAUDIA SIMÕES	78937700
8419	CLAURECI PADILHA	5189324
9423	DARLINE ISSBERNER	50058797
9555	ELISANGELA APARECIDA MORENO DA SILVA	79884960
9172	ELISÂNGELA DA CUNHA	4045115
8370	EMILY ANTONIA BATISTA POSSAMAI	5073945
8974	GLAUCE MERY PAJENKAMP	2029509
8222	GRACIELE DE MIRANDA FLORES	4.722.678
8885	LUCIENE LOPES COELHO	278.881
8869	MARISE DE LORENZO	51971348

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 25 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT
(Prefeito)

GISELLE TOMASELLI OBENAU
(Presidente Comissão Organizadora do Processo Seletivo)

Notificação Processo Administrativo Nº 52/2012 _ Expressão com. de Mat. de Informatica e Serv. Ltda NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 52/2012

Fica a empresa EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA, CNPJ nº 06.314.098/0001-38, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 62/2012-PMS firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 400/12 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C) Produtos Entrega a O.C. Prazo limite desobedi-

400/12 Almofada com dimensão aproximada de 45x45cm. Composição aproximada :Tecido:54% Algodão46% PoliésterRefil: 100% Poliéster, com capa em cor neutra. 30/07/2012 72 horas (após o envio da Ordem de Compra)

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 24 de setembro de 2012.
NÁDIA C. H. TAMBOSI
Secretária da Saúde e Assistência Social

A
EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA
CNPJ: 06.314.098/0001-38
(47) 3025-5933

Processo Seletivo Simplificado 03/2012 Edital N.º 02-03/2012 - Smsas/ESF - Republicação
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2012
EDITAL N.º. 02-03/2012 - SMSAS/ESF

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER, Felipe Voigt, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Schroeder e, considerando A NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO LOCAL DE PROVAS, promove a retificação do Edital nº 01-03/2012 nos termos abaixo mencionados:

1. Com o objetivo de alterar o local de aplicação das provas objetivas, fica retificado o item 8.1 do Edital nº 01-03/2012 - SMSAS/ESF, passando a vigorar com a seguinte redação.

8.1. - As provas objetivas serão aplicadas no dia 30 de setembro de 2012, na Escola Estadual Miguel Couto, situada na Rua Marechal Castelo Branco nº1864 às 08h00min, devendo o candidato estar no local da prova com 30 minutos de antecedência.

2. Mantêm-se inalteradas as demais disposições editalícias.

3. Publique-se nas formas da LEI.

Schroeder (SC), 24 de setembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

GISELLE TOMASELLI OBENAU
Presidente da Comissão Organizadora de Concurso

Termo Aditivo N.º 01/2012 do Convênio N.º 03/2011.

TERMO ADITIVO N.º 01/2012 DO CONVÊNIO N.º 03/2011.

Termo Aditivo de Convênio que entre si firmam o Município de Schroeder e Hospital e Maternidade Jaraguá - Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul, com o objetivo de alterar o valor do repasse por cirurgia eletiva estipulado pelo convênio 03/2011, firmado em 05 de maio de 2011, com objetivo de auxiliar na manutenção e operacionalização das cirurgias eletivas destinadas aos pacientes do Município de Schroeder atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

CONVENIENTE: Município de Schroeder, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, nacionalidade brasileira, casado, inscrito no CPF/MF nº 352.318.319-72, com Cédula de Identidade - Registro Geral nº 488.452-3 SSP/SC, residente e domiciliado à Estrada Duas Mamas, nº 2274, Bairro Duas Mamas, no Município de Schroeder(SC)

CONVENIADO: Hospital e Maternidade Jaraguá - Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul, pessoa jurídica de direito privado, de natureza filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº

84.433.945/0002-78 - FILIAL, com endereço à Rua dos Motoristas de 1936, nº 120, Czerniewicz, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo Sr. Jeferson Gomes, Diretor Administrativo e inscrito no CPF nº 905.917.630-87.

CONSIDERANDO os fatos expostos pelo Ofício HMJ 097/2012 do Hospital e Maternidade Jaraguá, direcionado ao Colegiado da Saúde da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI ;

CONSIDERANDO as deliberações do colegiado da Saúde da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, atas de 02 de fevereiro de 2012 e 01 de março de 2012;

CONSIDERANDO que a autorização da lei municipal nº 1.726/2009 que também estipula que compete ao Conselho Municipal da Saúde a deliberação sobre a celebração de convênios com objetivo repasse de valores relativos à contraprestação de serviços na área de saúde;

CONSIDERANDO a resolução nº 05/2012 do Conselho Municipal de Saúde aprovando a celebração de termo aditivo de convênio a fim de incrementar o repasse feito às instituições conveniadas, aumentando o limite de gasto com este tipo de despesa;

CONSIDERANDO a caótica e notória dificuldade do Sistema Único de Saúde - SUS em atender a demanda de cirurgias eletivas existente na rede pública de saúde e que o convênio ora aditivado promoveu contribui para o fortalecimento do atendimento de saúde à população schroedense;

CONSIDERANDO as dificuldades atualmente existentes das entidades filantrópicas de saúde manterem os centros cirúrgicos aptos a realizarem procedimentos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, dada a onerosidade deste tipo de atividade; e

CONSIDERANDO a coincidência de interesses entre o conveniente e o conveniado onde todos almejam promover condições necessária ao maior atendimento da população.

ACORDAM:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica alterada a clausula segunda, I, "c" do termo de Convênio nº 03/2011, firmado em 05 de maio de 2011, para fixar o repasse do Conveniente em R\$300,00 (trezentos reais) por cirurgia eletiva, passando a vigorar nos seguintes termos:

c) Repassar ao Conveniado, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência, a importância de R\$300,00 (trezentos reais) por cirurgia eletiva realizada pelo Sistema único de Saúde - SUS em benefício de cidadão do Município Conveniente e haja a apresentação da documentação comprobatória descrita no inciso II desta Cláusula, limitada ao total de 50 (cinquenta) procedimentos cirúrgicos eletivos mensalmente.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas e mantidas as demais disposições do convênio.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de setembro de 2012.
Município De Schroeder
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Hospital E Maternidade Jaraguá
JEFERSON GOMES
Diretor Administrativo

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Termo Aditivo Nº 01/2012 do Convênio N.º 04/2011
TERMO ADITIVO Nº 01/2012 DO CONVÊNIO N.º 04/2011

Termo Aditivo de Convênio que entre si firmam o Município de Schroeder e Hospital e Maternidade São José - Sociedade Divina Providência, com o objetivo de alterar o valor do repasse por cirurgia eletiva, estipulado pelo convênio 04/2011, firmado em 05 de maio de 2011, com objetivo de auxiliar na manutenção e operacionalização das cirurgias eletivas destinadas aos pacientes do Município de Schroeder atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

CONVENENTE: Município de Schroeder, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, nacionalidade brasileira, casado, inscrito no CPF/MF nº 352.318.319-72, com Cédula de Identidade - Registro Geral nº 488.452-3 SSP/SC, residente e domiciliado à Estrada Duas Mamas, nº 2274, Bairro Duas Mamas, no Município de Schroeder(SC)

CONVENIADO: Hospital e Maternidade São José - Sociedade Divina Providência, pessoa jurídica de direito privado, de natureza filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº 83.883.306/0015-66 - FILIAL, com endereço à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, S/N, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo Sr. Maurício José Souto-Maior, Diretor Administrativo e inscrito no CPF nº 520.640.779-87.

CONSIDERANDO os fatos expostos pelo Ofício HMJ 097/2012 do Hospital e Maternidade Jaraguá, direcionado ao Colegiado da Saúde da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI ;

CONSIDERANDO as deliberações do colegiado da Saúde da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, atas de 02 de fevereiro de 2012 e 01 de março de 2012;

CONSIDERANDO que a autorização da lei municipal nº 1.726/2009 que também estipula que compete ao Conselho Municipal da Saúde a deliberação sobre a celebração de convênios com objetivo repasse de valores relativos à contraprestação de serviços na área de saúde;

CONSIDERANDO a resolução nº 05/2012 do Conselho Municipal de Saúde aprovando a celebração de termo aditivo de convênio a fim de incrementar o repasse feito às instituições conveniadas, aumentando o limite de gasto com este tipo de despesa;

CONSIDERANDO a caótica e notória dificuldade do Sistema Único de Saúde - SUS em atender a demanda de cirurgias eletivas existente na rede pública de saúde e que o convênio ora aditivado promoveu contribui para o fortalecimento do atendimento de saúde à população schroedense;

CONSIDERANDO as dificuldades atualmente existentes das entidades filantrópicas de saúde manterem os centros cirúrgicos aptos a realizarem procedimentos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, dada a onerosidade deste tipo de atividade; e

CONSIDERANDO a coincidência de interesses entre o conveniente e o conveniado onde todos almejam promover condições necessária ao maior atendimento da população.

ACORDAM:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica alterada a clausula segunda, I, "c" do termo de Convênio nº 04/2011, firmado em 05 de maio de 2011, para fixar o repasse do Conveniente em R\$300,00 (trezentos reais) por cirurgia eletiva, passando a vigorar nos seguintes termos:

c) Repassar ao Conveniado, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência, a importância de R\$300,00 (trezentos reais) por cirurgia eletiva realizada pelo Sistema único de Saúde - SUS em benefício de cidadão do Município Conveniente e haja a apresentação da documentação comprobatória descrita no inciso II desta Cláusula, limitada ao total de 50 (cinquenta) procedimentos cirúrgicos eletivos mensalmente.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas e mantidas as demais disposições do convênio.

Jaraguá do Sul(SC), 03 de setembro de 2012.

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOSÉ

Maurício José Souto-Maior

Diretor Administrativo

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

Assinatura:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Siderópolis

PREFEITURA

Audiência Pública Siderópolis

COMUNICADO

O Município de Siderópolis convida a todos os munícipes para Audiência Pública de apresentação do 2º quadrimestre do exercício de 2012 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Local: Centro Social Urbano - Centro - Siderópolis - SC

Data: 28/09/2012 - 6ª Feira

Hora: 17 horas

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial N.º 132 2012 - Aquisição de Computadores

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000132/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DESTINADOS A SETORES DIVERSOS DA PREFEITURA DE TIMBÓ INCLUÍDO SEUS FUNDOS E FUNDAÇÕES. **ENTREGA DOS ENVELOPES:** contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min horas do dia 16 de outubro de 2012. **ABERTURA:** dia 16 de outubro de 2012 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 26/09/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 38 2012 FMS - Aquisição de Autoclave

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000038/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVE A VAPOR PARA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h45min do dia 09 de outubro de 2012. ABERTURA: dia 09 de outubro de 2012 as 10h55min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 25/09/2012.
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Errata Edital Pregão Presencial N.º 125 2012 - Serviços de Impressão e Fotocópias

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 000125/2012
ERRATA DE EDITAL

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº. 125/2012, do tipo menor preço, que trata da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO (OUTSOURCING), COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES EFETIVAMENTE REALIZADAS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS ORIGINAIS, EXCETO PAPEL AOS DIVERSOS SETORES/SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ publicação errônea no subitem 7.1.3.3 que os lances deverão ser formulados com 02 (duas) casas decimais, sendo o correto com 03 (três) casas decimais. O subitem 7.1.3.3 passa a vigorar com a seguinte redação: os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com 03 (três) casas decimais, em valores distintos e decrescentes, a partir a menor proposta.

Timbo (SC), 26/09/2012.
JEAN M. R. VARGAS
Pregoeiro Oficial

Extrato de Contrato 159/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/159
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO E ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS E CULTURAIS DE TIMBÓ.

OBJETO: Contratação de atrações musicais - bandas típicas, locais, regionais, dupla sertaneja, entre outros - através da Associação dos Clubes de Caça e Tiro e entidades esportivas e culturais de Timbó selecionadas para integrar a Programação Oficial da 22ª Festa do Imigrante a realizar-se de 11 a 14 de outubro de 2012,

no Pavilhão Municipal de Eventos "Henry Paul"..
VALOR TOTAL: R\$ 95.636,35 (noventa e cinco reais, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos).

JORGE R. FERREIRA
Presidente da Fundação Cultural de Timbó
Presidente da CCO da 22ª Festa do Imigrante

Tunápolis

PREFEITURA

Processo Licitatório N° 83/2012 Agricultura Familiar
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2012
CHAMADA PUBLICA Nº 03/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DESTE MUNICIPIO.

JUSTIFICATIVA: Em atendimento ao artigo 18 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações. A aquisição da merenda escolar poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços compatíveis com os vigentes no mercado local e que atendam as exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas sanitárias. Em nosso município a agricultura familiar esta organizado através do Sindicato/Agricultores, para o atendimento das exigências do mercado local. Os produtos da Agricultura Familiar serão gêneros alimentícios, como: repolho, beterraba, laranja, cenoura, couve flor, Alface, brócolis, e Tempero Verde, Morangos.

Os agricultores cadastradas atenderam todas as exigências do Edital de Chamamento para aquisição de produtos da agricultura familiar, considerados HABILITADOS e poderão ser contratados através de dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios destinado para o programa de Merenda Escolar por satisfazer a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, os pressupostos do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Tunápolis - SC., 17 de setembro de 2012
VIANEI HAMMERSCHMITT
Secretário Municipal da Educação, Cultura, e Esportes  

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2012
CHAMADA PUBLICA nº 03/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DESTE MUNICIPIO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: - A presente dispensa de licitação tem sua fundamentação legal na Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e os pressupostos do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Tunápolis- SC., 17 de setembro de 2012
Comissão Permanente de Licitações
LILIAN MARIA RITTER EIDT SHEILA B. EIDT
Membro Membro

SIMONE DILL REMPEL
Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2012
CHAMADA PUBLICA Nº 03/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DESTE MUNICIPIO.

FORNECEDOR:

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS/ AGRICULTORES
CNPJ: 84.3376.458/0001-30;
Selvino Alfredo Nicodem CPF : 021.298.099-87
Aloisio Inácio Stuelp CPF: 384.030.719-15
José Élio Viera CPF : 347.158.199-53

Verônica Zoz CPF: 951.462.709-10

Nestor Mueller CF: 220.517.169-00

Valor Contratado: R\$ 6.154,65 (Seis mil cento e cinquenta quatro mil e sessenta e cinco centavos)

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais\Agricultores foram escolhidos por serem fornecedores de gêneros alimentícios para merenda escolar, da Agricultura Familiar, para atender as necessidades das escolas do município.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para aquisição de gêneros alimentícios é compatível com os valores praticados na região.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 8 (oito) dias após a entrega dos produtos de acordo com o cronograma de entrega da coordenadora da merenda escolar.

Tunápolis - SC., 17 de setembro de 2012

Comissão Permanente de Licitações
LILIAN MARIA RITTER EIDT SHEILA B. EIDT
Membro Membro

SIMONE DILL REMPEL
Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2012
CHAMADA PUBLICA Nº 03/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DESTE MUNICIPIO.

ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito

Encaminhamos à Vossa Excelência para ratificação, o Processo Licitatório nº 83/2012 na Modalidade de Dispensa de Licitação, e Chamada Pública nº 03/2012 para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis - SC., 17 de setembro de 2012
Comissão Permanente de Licitações
LILIAN MARIA RITTER EIDT SHEILA B. EIDT
Membro Membro

SIMONE DILL REMPEL
Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2012
CHAMADA PUBLICA Nº 03/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DESTE MUNICIPIO.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade na aquisição de gêneros alimentícios para a Merenda Escolar, da Agricultura Familiar, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Tunápolis - SC., 17 de setembro de 2012
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP

OBJETO: Supressão de item.
VALOR: Em razão da supressão, fica diminuído o valor contratual em R\$ 2.614,00 (dois mil seiscentos e catorze reais). Assim, considerando a supressão o valor do contrato passa ser de R\$ 3.778,00 (três mil setecentos e setenta e oito reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 124/2012.

Vargeão, SC, 24 de setembro de 2012.
VOLMIR FELIPE
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: FERVARGEÃO LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 1.140,00 (hum mil cento e quarenta reais).
AMPARO LEGAL: LEIS 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações, Pregão nº 0031/2012 e Contrato nº 183/2012.

Vargeão, SC, 26 de setembro de 2012.
VOLMIR FELIPE
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÃO - SC
CONTRATADA: OBJETIVA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Vargão, SC.
VALOR: R\$ 2.578,60 (dois mil quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEIS 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações, Pregão nº 0031/2012 e Contrato nº 184/2012.

Vargão, SC, 26 de setembro de 2012.
VOLMIR FELIPE
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Videira

PREFEITURA

Extrato do Termo de Rescisão N. 0096/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0096/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0534/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTINA DE ALMEIDA PERES DA LUZ
CPF: 069.189.679-83

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 31 de julho de 2012.

Consórcios

CINCO

Aplicação Advertência Adfm

Processo Administrativo Licitatório n. 00011/2012

Pregão Eletrônico n. 0008/2012

Registro de Preços n. 0009/2012

DECISÃO

Cuida-se de informações recebidas do Departamento de Compras e Licitações do consórcio público comunicando descumprimento dos procedimentos licitatórios especialmente ante a ausência de encaminhamento no prazo fixado de documentos de habilitação da empresa ADFM Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda, que sagrou-se vencedora em diversos itens da licitação supracitada.

A empresa possuía o prazo de 03 (três) dias para cumprimento (item 7.23 do Edital), o que não foi cumprida, deixando de apresentar documentalmente a proposta (item 9 do Edital) e da habilitação (item 11 do Edital).

Assim, ante ao descumprimento de previsão do edital, a Pregoeira do Consórcio Público CINCO determinou que fossem convocadas as empresas que apresentaram propostas e lances subsequentes, observada a rigorosa ordem de classificação.

Garantido a empresa ADFM o contraditório e ampla defesa, esta deixou de apresentar manifestação no prazo estabelecido, vindo os autos conclusos para decisão final.

Assim, ante a ausência de manifestação da empresa interessada, quanto aos motivos ensejadores do não cumprimento ao item 7.23, 9 e 11, todos do Edital e levando-se em consideração as disposições legais e editalícias, APLICO à empresa ADFM Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda a penalidade de Advertência, para que observe em contratações futuras as cláusulas e condições editalícias, a fim de evitar prejuízos a Administração Pública na prestação de serviços públicos e a toda coletividade.

Intime-se a interessada.

Cumpra-se.

Fraiburgo(SC), 25 de setembro de 2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Fraiburgo/SC, 25 de setembro de 2012.

A/C

Representante Legal da empresa

ADFM PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

AV DOUTOR VICENTE MACHADO, 1010

CENTRO

PONTA GROSSA/PR

CEP 84010-000

Processo Administrativo Licitatório nº 0011/2012 - CINCO

Modalidade - Pregão Eletrônico nº 0008/2012

Registro de Preços nº 0009/2012

Através da presente, comunico a Vossa Senhoria de que foi aplicada a penalidade em razão do descumprimento dos itens 7.23, 9 e 11 do edital supracitado, pelos motivos insertos na Decisão cuja cópia segue em anexo.

Intimo-lhe de que foi aplicada a pena de advertência.

Atenciosamente,
LUCÉLIA FEDRIGO
Pregoeira

Extrato do Termo Aditivo TA.At12cinco129

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO129
Fornecedor: BELLENZIER PNEUS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Pneus, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para os ITEM 11, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
Data: 25.09.2012. Validade: 01.06.2012 a 31.12.2012. PAL nº: 0005/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 25 de setembro de 2012.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMUNESC

Homologação

CIS/AMUNESC

Homologo o processo licitatório levado a efeito através do Pregão nº. 02/2012, para contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas nacionais e passagens rodoviárias bem como o julgamento efetuado pelo Pregoeiro e equipe de apoio, adjudicando o objeto licitado, a empresa classificada RG Viagens e Turismo Ltda e sua respectiva taxa administrativa, qual seja: 9% (nove por cento).

Joinville, 24 de setembro de 2012.
VALDIR CORREA
Presidente do CIS/AMUNESC